

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FERNANDA SANTOS

NEGROS EM MOVIMENTO: SENTIDOS
ENTRECRUZADOS DE PRÁTICAS POLÍTICAS E
CULTURAIS

(UBERLÂNDIA /1984-2000)

UBERLÂNDIA

2011

FERNANDA SANTOS

NEGROS EM MOVIMENTO: SENTIDOS
ENTRECRUZADOS DE PRÁTICAS POLÍTICAS E
CULTURAIS

(UBERLÂNDIA/ 1984-2000)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara Tomaz Machado.

Uberlândia
2011

Fernanda Santos

NEGROS EM MOVIMENTO: SENTIDOS
ENTRECRUZADOS DE PRÁTICAS POLÍTICAS E
CULTURAIS

UBERLÂNDIA (1984-2000)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História.

Uberlândia, 11 de março de 2011.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luís Carlos do Carmo – UFG (Catalão).

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior – UFU.

Profª. Dra. Maria Clara Tomaz Machado – UFU (Orientadora).

AGRADECIMENTOS

No percurso de elaboração desse trabalho, tanto na fase de pesquisa quanto no solitário momento de escrita, muitas pessoas colaboraram direta ou indiretamente para o desenvolvimento desta dissertação. A essas pessoas, familiares, professores, amigos, funcionários públicos, participantes de movimentos negros formais, da congada ou do carnaval, meus sinceros agradecimentos. Como forma de reconhecimento quero aqui registrar alguns nomes importantes nessa trajetória, assumindo o risco de ocultar colaborações importantes, mas vamos lá!

Inicialmente à minha primeira família, à minha mãe, Jordelina, e ao meu pai, Elto, pelo infinito amor e pelos valiosos ensinamentos de vida que asseguraram uma estrutura necessária para fazer escolhas e realizar os meus projetos de vida. Este trabalho é um deles, por isso, muito obrigada! A minha gratidão é estendida aos demais familiares pelo carinho, apoio e reconhecimento muitas vezes revelados a mim. Em particular, agradeço às minhas irmãs Elaine e Eliane (Inhane), aos sobrinhos Elberton, Radharani e Sophia Morya. Ao vovô Delcides, que no primeiro ano de mestrado (em 18/08/2009) deixou um vazio no lugar do seu sorriso cativante e da sua receptividade, obrigada pelas manifestações de afeto e valorização: “Agora vô, acredito que os meus pontos dão pra passá!”.

Com destaque, registro o meu agradecimento ao companheiro de alma, Renato Jales, quem me ensina cotidianamente sobre a vida, sobre o amor incondicional, sobre o perdão, sobre a maturidade para seguir em frente. Sem essa relação a dissertação não teria brilho! Além disso, a sua colaboração nos serviços domésticos, nas caronas para entrevistas, encontros de orientação e demais momentos de pesquisa foram fundamentais, além das sugestões intelectuais para esse trabalho. Obrigada pelos cafés, pelas piadas, pelos livros compartilhados e pelo afeto constante!

Nos dois anos de mestrado, muitas experiências marcaram positivamente esse período, como aulas expositivas, seminários apresentados, textos lidos, palestras assistidas e outras atividades acadêmicas que contribuíram para a minha formação pessoal e profissional, principalmente nesse fazer-se contínuo em ser historiadora. Agradeço aos

professores que ministraram as disciplinas cursadas no Programa de Pós-graduação em História/UFU: à Dra. Luciene Lehmkuhl (História de Cultura); ao Dr. Alcides Freire Ramos (Historiografia); ao Dr. Adalberto de Paula Paranhos (Estudos Alternativos em História e Cultura); às Dras. Vera Lúcia Puga e Mônica Chaves Abdala (Seminário de Pesquisa). E à professora Dra. Marisa Martins Gama-Khalil (Teoria da narrativa e suas formas: ficção, história e memória), feita no Mestrado em Teoria Literária, do Programa de Pós Graduação em Letras/UFU.

Em especial à professora Luciene Lehmkuhl pelas colaborações a respeito da relação história e imagem, pela leitura cuidadosa do trabalho final de disciplina e pelo carinho demonstrado. À banca de qualificação, pela importância de seus apontamentos, críticas e sugestões, o meu reconhecimento aos professores Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib (UFU/Facip) e Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior (UFU). A este, minha gratidão pela disponibilidade em me ouvir, indicar textos e possibilidades interpretativas para o trabalho em encontros que antecederam o exame de qualificação, e neste, pela leitura criteriosa e pelas preciosas indicações dos problemas identificados.

Agradeço também ao professor Dr. Luis Carlos do Carmo (UFG/Catalão) não apenas por ter aceitado o convite para compor a banca da defesa final, mas também pelos apontamentos efetuados na avaliação da monografia de fim de curso, as quais estiveram presentes nas reflexões para esse trabalho. À minha orientadora, professora Dra. Maria Clara Tomaz Machado, o meu reconhecimento pelas muitas contribuições à minha formação intelectual, desde a iniciação científica, quando me ensinou a caminhar na pesquisa histórica, passando pela monografia e, agora, no mestrado. A nossa convivência foi um aprendizado constante, por isso agradeço as correções efetuadas, as indicações bibliográficas, as sugestões oferecidas e o apoio demonstrado. Na nossa história, passei a admirar, fundamentalmente, a transparência dos seus posicionamentos.

Muitas amizades tornaram as pressões desse momento menos angustiantes, dentre bons colegas e amigos que construí enquanto cursava a graduação e o mestrado, à eles agradeço as atitudes solidárias e o carinho manifestado, como isso é importante! Assinalo alguns deles que se tornaram importantes pela convivência nos corredores do Bloco “H”, pelas viagens para congressos, pelo encontro nos bares, reuniões e outros momentos de

diversão, pelas ajudas oferecidas e/ou pelas disciplinas que fizemos juntos, como o Raphael Alberto, a Daniela, a Geanne, a Amanda, a Luciana, a Cynara, a Ana Flávia, o Roger, o Tadeu, a Lígia e o Roberto. Em especial, aos dois últimos, pela amizade construída, pela confiança, pelos gestos solidários e afetuosos. Ao Roberto por ter cedido a entrevista realizada com a Dulcinéia (Monuva) e pela indicação da revisora.

À Amanda Marques, pela lealdade, pelos desabafos e pelo companheirismo demonstrado na trajetória do mestrado. Às queridas Thais e Lílian, pela maturidade, pela sinceridade e amizade para além dos espaços da universidade e do contato freqüente. À amiga Josiane Carvalho, pelas caminhadas no Parque do Sabiá, pelas “saídas”, além das confidências e sintonias compartilhadas que, tantas vezes “recarregavam a bateria” para a continuação do trabalho. Agradeço também aos amigos Sandra Fiuza e Eduardo Warpechowski, pela solidariedade sempre presente, pela paz e maturidade oferecidas. Em particular ao Eduardo, pela edição das imagens utilizadas nesse trabalho.

Não posso furtar o registro de agradecimento aos funcionários do Arquivo Público Municipal, pela atenção demonstrada. Também à receptividade dos funcionários da Diretoria de Assuntos Afro-Raciais (Diafro), localizada na Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, onde encontrei um numeroso e diversificado acervo documental. Além disso, agradeço a todos os entrevistados pela gentileza em dividir comigo suas experiências e reflexões, sem as quais essa dissertação perderia preciosos sentidos de interpretação, são eles: Adriana Maria da Silva, Antônia Aparecida Rosa, Ismael Marques de Oliveira, Joaquim Miguel Reis, José Amaral Neto, José Olímpio e Maria da Conceição Pereira Leal. Em especial à Antônia, pela gentileza em me socorrer com informações via e-mail na fase final desse trabalho. Agradeço também ao colega de mestrado, Jeremias Brasileiro, pela ajuda na identificação de fotos e nos dados fornecidos.

Obrigada também aos membros do Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta, principalmente à Dulcinéia, pela cordialidade de sua recepção e por disponibilizar a documentação escrita. Aos participantes do Grupo de União e Consciência Negra de Uberlândia (Grucon), em particular à Jussara Gabriel dos Santos, atual presidente do grupo e à Adriana Maria Silva, vice-presidente, pelas fontes concedidas. Também agradeço aos integrantes do Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia, especialmente ao

senhor Joaquim Miguel, pela entrevista e pelos materiais emprestados. E a todos os congadeiros, carnavalescos, militantes de movimentos negros instituídos que, nos contatos e conversas informais que tivemos ajudaram-me a entender os significados de suas lutas.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudos oferecida no período de dois anos. Essa dedicação exclusiva permitiu-me maior fôlego neste trabalho. À Josiane Braga, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, pelo atendimento simpático e atencioso. E à Izabel Mendes, pela revisão criteriosa e competente da dissertação. Muito obrigada a todos!

RESUMO:

Esta dissertação versa sobre a atuação histórica de mulheres e homens negros na cidade de Uberlândia-MG, privilegiando os anos de 1984 a 2000. Nos caminhos da pesquisa, busquei diferentes espaços que possibilitaram aos sujeitos investigados a (re) criação cotidiana de suas histórias e, nesse processo, percebi como forjavam variadas *táticas* ao lidarem com as discriminações raciais/sociais e as dificuldades econômicas vivenciadas por grande parte dos negros brasileiros durante séculos de história. A congada, o carnaval popular de rua e o movimento negro são práticas escolhidas neste trabalho para se observar as ações dos negros nesta cidade, ou seja, os diferentes caminhos por eles trilhados em busca de espaço, valorização social e conquistas materiais.

Palavras-chaves: movimento negro; congada; carnaval.

ABSTRACT

This master's degree's dissertation deals with the historical actuation of black women and black men in the city of Uberlândia, state of Minas Gerais. It focuses on the years between 1984 and 2000. During the research, I searched for different spaces that could provide these people with the possibility of (re)creating their stories daily. In so doing, I realized how they forged varied tactics when dealing with social and racial discrimination as well as with financial hardships that the majority of Brazilian black population had to go through — for centuries. Therefore, congada, street popular carnival, and black movement appear in this research as practices that permit to notice black people's action in the city; that is to say, the different ways they had to trail to achieve their space, their social value, and to conquer good material conditions of life.

Keywords: Black movement; congada; street popular carnival;

Lista de Imagens

Figura 1	Terno Catupé de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (Catupé do Martins).	38
Figura 2	Terno Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário	38
Figura 3	Terno de Congado Amarelo Ouro	65
Figura 4	Ala das baianas da Escola de Samba Unidos do Chatão	96
Figura 5	Escola de Samba Garotos do samba	96
Figura 6	<i>Reverência mútua na avenida do samba</i>	97
Figura 7	<i>A dança da encenação</i>	98
Figura 8	<i>O caloroso abraço</i>	99
Figura 9	Folder do Iº Encontro Estadual da Consciência Negra realizado pelo Grucon	136
Figura 10	Delegados eleitos para a II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial em embarque para Belo Horizonte.	136
Figura 11	Espetáculo Bahia de todas as cores. Grupo Balé Folclórico da Bahia	173
Figura 12	Espetáculo Bahia de todas as cores. Grupo Balé Folclórico da Bahia	173

Lista de siglas:

Accipen – Associação de Cultura e Cidadania Pérola Negra.

Aneuber – Associação dos Negros Empreendedores de Uberlândia.

Assosamba – Associação das Escolas de Samba de Uberlândia.

Akab – Aliança Konscientizadora Afro-Brasileira.

Camaru - Centro de Amostra e Aprendizado Rural de Uberlândia.

Cecan - Centro de Estudos e Arte Negra.

Coafro – Coordenadoria Afro-Racial.

Copasa - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Cufa – Central Única das Favelas.

Diafro – Diretoria de Assuntos Afro Raciais.

Dmae - Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia.

Griconeu – Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia.

Grucon – Grupo de União e Consciência Negra de Uberlândia.

Lesu – Liga das Escolas de Samba de Uberlândia.

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais.

Maipo – Movimento de Articulação e Integração Popular.

MDU – Movimento Democrático de Uberlândia.

Monara – Movimento Negro Ação Racial.

MNR – Movimento Negro Renovador.

Monuva – Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta.

PDS – Partido Democrático Social.

PFL – Partido da Frente Liberal.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PP – Partido Progressista.

PPS – Partido Popular Socialista.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

PT – Partido dos Trabalhadores.

Sinba – Sociedade de Intercâmbio Brasil-África.

TCU - Tribunal de Contas da União.

UAI – Unidade de Atendimento Integrado.

Sumário

Considerações iniciais		15
Capítulo 1	Movimentos negros e negros em movimento	38
1.1.	A historicidade das lutas negras em Uberlândia	39
1.2.	Outras experiências negras na cidade	45
1.3.	A contemporaneidade dos movimentos negros uberlandenses	60
1.4.	Espaços da cidade em disputa	74
1.5.	Embates sobre os sentidos de práticas sociais	88
Capítulo 2	Carnaval e congada: um diálogo entre cultura e política	96
2.1.	Reverências e vivências sinuosas na cidade de Uberlândia: a teatralização do gesto.	97
2.2.	Representações em movimento: os caminhos das práticas culturais populares	107
2.3.	A cultura institucionalizada: criação da Secretaria Municipal de Cultura	121

	2.4. Congada em cartões postais: apropriações de uma prática cultural	131
Capítulo 3	Negros e resistências em Uberlândia: práticas e representações	136
	3.1. Movimentos negros de Uberlândia: práticas e representações	137
	3.2. 13 de maio versus 20 de novembro: memórias reconstruídas	145
	3.3. Conflitos e dificuldades no interior dos grupos: multiplicação e divisão do movimento negro local.	155
Considerações Finais		173
Fontes		178
Referências bibliográficas		184
Anexo A	Escolas de Samba de Uberlândia	196
Anexo B	Ternos de Congada de Uberlândia	198
Anexo C	Agremiações do movimento negro	200
Anexo D	Quadro de identificação dos entrevistados	202

Considerações iniciais

“Por que você, sendo uma pessoa não negra, decidiu estudar esse tema?” No dia 14 de março de 2010, ao visitar a sede de um movimento negro da cidade, ouvi essa interrogação de um de seus membros, para quem, no entanto, tal surpresa não impediu a simpatia e a receptividade naquele contato. Não era o primeiro questionamento dessa natureza que me haviam feito — o que é compreensível — e que me conduziu a outras indagações: Afinal, nós, historiadores e pesquisadores, devemos nos preocupar apenas com as questões que nos envolvem mais diretamente? Devemos historiar apenas nossas causas, quase de modo panfletário?

Nesse caso, a resposta negativa não se traduz no outro extremo da questão, que apregoa um distanciamento em relação ao objeto de estudo, como se isso garantisse uma pretensa neutralidade. Eliminados os pólos opostos, acredito ser importante mostrar a relação inicial do(a) historiador(a) com o tema pesquisado, pois isso compõe a sua trajetória de pesquisa e fornece elementos para melhor se entender de qual lugar¹ o(a) autor(a) fala em relação a determinado tema.

Na minha infância, meus pais foram festeiros de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e, por essa razão, na época da festa da congada, recebíamos alguns ternos² de congado em nossa casa. Em Uberlândia, é função do casal festeiro recepcionar tais grupos, no dia posterior à festa oficial, para oferecer um almoço ou um lanche. Além disso, até o meu casamento, sempre morei na Rua Prata, próximo à família Nascimento, de quem ainda somos amigos. Deny Nascimento é presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e, tradicionalmente, os grupos de congado, moçambiques, catupés e marujos visitam a sua casa no domingo da grande festa, cumprimentando o representante da

¹ Aqui, tenho como referência a discussão de Michel de Certeau sobre o lugar social na produção do conhecimento historiográfico. Para ele, a narrativa histórica se constitui a partir de processos de *narrativização* que orientam a operação histórica e que articulam técnicas e práticas científicas (um conjunto de regras que permitem a produção de um conhecimento controlável), de um lugar social (este situado por determinações políticas, econômicas, sociais e culturais) e da escrita. Além das imposições sociais e das técnicas, o lugar social do historiador se relaciona às suas posições profissionais e políticas, pois o lugar que o intelectual ocupa na sociedade interfere nos encaminhamentos e sentidos de sua escrita. Cf. CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 65-119.

² Cada um dos grupos que compõem a prática da congada é conhecido como terno. Variadas cores, indumentárias e instrumentos os caracterizam como ternos de moçambique, congada, catupés ou marinheiros, havendo diferenciações no interior de cada um desses grupos. Esta nota cumpre unicamente o papel de informar o leitor que não conheça o movimento da congada, afastando-se de qualquer tentativa de enquadramento e definição das práticas culturais negras, já que o constante movimento de mudanças e ressignificações presentes no seu âmagô impede o encaixe delas em molduras, por mais belas que sejam.

irmandade antes de se dirigirem à igreja. Tal fato, por diversas razões e como em qualquer tradição, tem mudado visivelmente ao longo dos anos e hoje observamos um número bem menor de ternos passarem, nas manhãs do segundo domingo de outubro, pela casa do presidente.

Foi nesse ambiente da Rua Prata, de proximidade com a família Nascimento e de pais festeiros de Nossa Senhora do Rosário, que cresci, de alguma forma, tendo o congado como uma das minhas referências culturais. Nos anos de 1990 a minha mãe – Jordelina de Fátima Santos – começou a trabalhar na igreja do Rosário, no início, informalmente, auxiliando nas questões ligadas à liturgia católica durante todo o ano e, na época da festa, cumprindo diversas tarefas, como a compra de flores e a ornamentação dos andores dos santos, a preparação das crianças para a coroação da (imagem da) santa e a organização da missa do domingo festivo. Hoje ela é sacristã da igreja, não mais voluntária, como no começo, pois recebe salário para realizar várias atividades necessárias ao funcionamento dessa capela. O vínculo da minha mãe com a igreja me levou a participar diversas vezes das missas e outros eventos ligados aos festejos da congada, como os leilões que antecedem a festa e visam arrecadar dinheiro para a sua realização.

Assim, quando ingressei no curso de graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, em maio de 2002, no primeiro período, a disciplina Introdução aos Estudos Históricos propunha a elaboração de alguns seminários temáticos, dentre eles um sobre a congada, o que, inevitavelmente, remeteu-me a tais experiências vividas desde a infância. Fiz o seminário sobre esse tema também em outras disciplinas ao longo do curso. Nesse ínterim, as discussões sobre as “astúcias”³ presentes nas práticas culturais populares que subvertem as “estratégias”⁴ de dominação se tornaram essenciais para a pesquisa que se iniciava e que se consolidou nos anos finais da graduação.⁵

³ Cf. CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 45-53 e p. 97-106.

⁴ Cf. CERTEAU, 1994, op. cit.

⁵ No último ano da graduação, eu e a professora Maria Clara enviamos um projeto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP) da Universidade Federal de Uberlândia, intitulado: “Negros em cena: práticas políticas e culturais em Uberlândia (1983-2000)”, aprovado e financiado pela Fapemig/UFU durante um ano e cujos resultados foram apresentados em dois relatórios e na monografia de fim de curso. Ver também: SANTOS, Fernanda ou CARDOSO, Fernanda Ferreira. **Movimento negro, congada e carnaval**: atuação social de homens e mulheres negros em Uberlândia (1983-2000). Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

Nessa trajetória, tive contato com a bibliografia produzida sobre a temática, especialmente em âmbito local e regional⁶. Vale salientar que, à época, a leitura de tais trabalhos e as discussões do curso me ajudaram a perceber outros sentidos de interpretação histórica acerca dessas práticas, para além da beleza das cores e da sedução dos diferentes sons e ritmos. Assim, a minha abordagem em relação à congada foi construída nos caminhos da pesquisa, compreendendo que alguns trabalhos⁷ têm um olhar mais voltado aos aspectos do seu ritual e observam elementos da festa no dia-a-dia dos dançarinos. Por outro lado, tornou-se minha preocupação perceber como os negros se colocam perante suas dificuldades de viver em Uberlândia. Por isso, ao observar as múltiplas relações cotidianas entre membros da congada e outros grupos, essa prática cultural passa a ser vista como um dos espaços do fazer-se negro e sujeito histórico nessa cidade, compondo uma história de lutas e conformidades.

No processo de definição das questões e problemas que seriam tratados na pesquisa de iniciação científica, decidi focar a investigação no movimento negro local, buscando, num primeiro momento, identificar se havia, ou não, uma interlocução dele com as práticas culturais afro-brasileiras presentes na cidade, em especial a congada e o carnaval de rua, e de que forma isso acontecia. Ao verificar as relações existentes entre o chamado movimento negro e o que se denomina espaço da cultura, novas questões emergiram, suscitando o amadurecimento das reflexões. Tais problemas se tornaram fundamentais na elaboração deste trabalho.

Inegavelmente, os conceitos de cultura e política foram essenciais para esta investigação; por isso, diversos autores, de diferentes matrizes teóricas, auxiliaram-me na reflexão dessas noções, considerando, é claro, que eles pensaram tais conceitos a partir de

⁶ Nessa definição de caminhos para a pesquisa, os seguintes trabalhos sobre a congada foram lidos: MEYER, Marlyse. Neste mês do Rosário: indagações sobre congos e congadas. In: MEYER, Marlyse. **Caminhos do imaginário do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1993; BENFICA, Fabíola. **O catolicismo popular em Romaria**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003; BRASILEIRO, Jeremias. **Congadas de Minas Gerais**. Brasília: Fundação Palmares, 2001; BRASILEIRO, Jeremias. **Congado em Uberlândia: espaço de resistência e identidade cultural**. 1996-2006. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006; GABARRA, Larissa O. **A dança da tradição: congado em Uberlândia/MG (Século XX)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003; KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. **Nos mistérios do Rosário: as múltiplas vivências da festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário (Catalão-GO)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

⁷ Essa perspectiva é encontrada principalmente em BENFICA, 2003 e BRASILEIRO, 2001.

outras questões, em outros tempos e lugares. Quanto ao diálogo que busquei com autores filiados a tradições teóricas e a campos de estudos distintos, acredito que esse intercâmbio resultou em ganhos metodológicos valiosos à pesquisa e ao meu amadurecimento intelectual.

Um dos autores importantes para se pensar o campo da cultura, e também o da política, é o historiador inglês Edward Palmer Thompson, situado no contexto do chamado marxismo cultural inglês, emergente a partir dos anos de 1960. Avançam nas discussões acerca da cultura as críticas de Thompson e outros autores quanto à interpretação dicotômica dos conceitos de base e superestrutura. Segundo o pensamento do marxismo dominante ou a “vulgata marxista”, a base corresponde ao econômico, isto é, ao modo de produção e às relações produtivas, e estas determinam o conjunto de normas e valores identificados como superestrutura.⁸

É inspiração para pensar as relações sociais investigadas neste estudo a forma como Thompson, em *Costumes em comum*, aborda o tema do costume na cultura das classes populares na Inglaterra no século XVIII e parte do XIX, mostrando como as tentativas de transformação dos modos de viver dessas pessoas, segundo os padrões dos grupos dominantes, eram tencionadas por elas através de resistências diversas, a exemplo de costumes recém-criados à época e que, de acordo com o autor, representavam a reivindicação de novos direitos.⁹ A sua preocupação em decifrar as expressões simbólicas, as regras invisíveis ou “normas surdas”¹⁰ nas práticas sociais das classes trabalhadoras o diferencia de outros historiadores dos movimentos operários. Ele se opõe a uma visão de cultura como um sistema fechado, ou mesmo de cultura popular¹¹ como algo isolado. Para Thompson, a esfera da cultura deve ser examinada a partir de um amplo conjunto de relações historicamente determinadas, de modo a não dissociar suas práticas do campo

⁸ Cf. THOMPSON, Edward Palmer. O termo ausente: experiência. In: THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 180-201.

⁹ Cf. THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁰ Cf. THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001, p. 227-267.

¹¹ As discussões sobre cultura popular são desenvolvidas conforme demanda das questões abordadas na dissertação, no terceiro capítulo deste trabalho.

material, político e social da vida, concebidas em seu caráter relacional.¹² Foi isso que procurei nas interpretações tecidas neste trabalho.

Soma-se a essa discussão a metodologia de análise do real, proposta por Roger Chartier, em torno das práticas e representações. As formulações do historiador francês têm valor central para os estudos da história cultural, que se dedica, segundo ele, a perceber como “uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”¹³ em diferentes tempos e espaços, isto é, as práticas culturais dizem muito sobre a realidade social, na medida em que os sujeitos históricos, ao vivenciarem as suas relações sociais de produção, criam, ao mesmo tempo, cultura. Nas fontes pesquisadas, observei o modo como grupos de negros, em Uberlândia, constroem imagens sociais de si e do grupo a que pertencem e os usos e empregos que fazem das práticas e representações historicamente identificadas à etnia negra, articulando-as aos discursos e ações políticas para satisfazer suas expectativas. Busquei também as representações construídas socialmente acerca das práticas e valores de homens e mulheres negros, valendo-me, principalmente, de textos e imagens presentes na imprensa local.

Nesse sentido, procurei entender como frações da população negra uberlandense expressam, por variadas formas, os seus posicionamentos, as suas expectativas e projetos, ou seja, as representações da realidade vivida, que permitem identificar como as pessoas pensam a realidade, a partir do que acreditam que ela seja ou do que gostariam que fosse. Em suma, procurei “compreender as práticas, complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação.”¹⁴ A noção de apropriação de Chartier, derivada de Certeau, também é cara à minha análise, pois, ao pensá-la no diálogo com pesquisa empírica, os negros são percebidos como sujeitos de sua história quando recriam e reinventam o seu cotidiano e suas práticas culturais e políticas a partir das propostas hegemônicas do poder dominante.¹⁵

¹² Cf. THOMPSON, 1998, op. cit.

¹³ CHARTIER, Roger. Introdução – Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990, p. 16.

¹⁴ CHARTIER, 1990, p. 28.

¹⁵ Cf. CHARTIER, 1990, op. cit.

Pensar a historicidade do termo política, suas aplicações em diversas áreas do conhecimento e as diferenciações no interior delas seria por si só uma proposta abrangente de escrita. No campo da história, por exemplo, a chamada história política passou por inúmeras mudanças ao longo do século XX, as quais podem ser pensadas em dois marcos: o primeiro, situado a partir dos anos de 1930, assinala um momento de desvalorização da abordagem do político¹⁶ em função de inúmeras críticas recebidas¹⁷; o segundo é conhecido como retorno dessa corrente no meio historiográfico, iniciado nos anos de 1970 e cujo auge situa-se na década de 1990.¹⁸

Neste trabalho, a dimensão política pode ser reconhecida tanto no movimento negro formal quanto no terreno das práticas culturais, pois é compreendida nas possibilidades de intervenção social que visam, de modo planejado ou não, a mudanças – seja no âmbito econômico, simbólico, da distribuição do poder, dentre outros anseios – na vida dos protagonistas desta pesquisa, os quais, via de regra, não gozam de um poder instituído para

¹⁶ Além dos problemas metodológicos que levaram ao desprestígio da história política na primeira metade do século XX, diversos autores analisam a sua “condenação” no meio historiográfico também como expressão de disputas acadêmicas, especialmente por pesquisadores vinculados ao grupo francês *Annales*, que pretendia abalar a posição institucional dominante dos estudos políticos para conquistar um lugar de destaque. Sobre isso, ver: DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos *Annales* à Nova História. Bauru, SP: Edusc, 2003; FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

¹⁷ Dentre as críticas direcionadas à chamada história política tradicional está a preocupação mais voltada para as esferas do poder instituído e para as ações dos estadistas, privilegiando a vida de reis, nobres, presidentes e outros “grandes personagens”. Frequentemente, pelo caráter biográfico, retirava-se a participação dos anônimos no processo político mais amplo, como se o poder instituído atuasse de forma única e absoluta. Essa corrente foi considerada pelos seus detratores como psicológica, biográfica e elitista, pois as ações coletivas eram ignoradas e a prioridade era dada ao particular, à atuação individual. Além disso, fora acusada de ser narrativa, de permanecer na superfície das coisas e furtar-se de uma análise mais aprofundada dos acontecimentos e transformações sociais, de partilhar de uma noção de “fato” como algo pronto e acabado e não como o resultado de uma elaboração intelectual, que necessita de hipóteses para nortear o trabalho e uma pesquisa empírica previamente realizada. Em suma, era uma história factual, de relato linear e descrição cronológica, portanto, ligada à escola dominante, afirma Julliard ao referir-se à corrente positivista. JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986, p. 180-196. Sobre essa discussão, ver: FALCON, 1997, op. cit.; BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 7-18, 1992; FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992; ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995. Sobre a fase mais atual da história política, ver: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Unicamp, 2004; NAXARA, Márcia; MARSON, Isabel; BREPOHL, Marion (orgs.). **Figurações do outro**. Uberlândia: Edufu, 2009; BRESCIANI, M. Stella (org.). **Jogos da política**: imagens, representações e práticas. São Paulo: Anpuh/Marco Zero/Fapesp, 1992.

¹⁸ Vale salientar que o descrédito da “história política tradicional” não teve grande repercussão fora da França. A “idéia de uma história política em vias de extinção, [...] em relação à França, não se pode aplicar à Grã-Bretanha, Itália, Alemanha e EUA (e ao Brasil também)”. (FALCON, 1997, p. 70).

mobilizar tais transformações a seu favor. Assim, a concepção de política presente neste trabalho se relaciona principalmente ao enriquecimento que a história cultural tem propiciado a essa noção, pelos diálogos que essa corrente tem estabelecido, especialmente pelas reformulações ocorridas nas últimas décadas, quando se aproximou de outras áreas do conhecimento e alargou o seu interesse por discussões durante tempos atribuídas exclusivamente a outras perspectivas históricas, como o campo político.

Tal movimento significou ganhos metodológicos ao processo de definição da problemática central desta pesquisa, cuja proposta é questionar os sentidos comumente vinculados às ações políticas e às práticas culturais, não raras vezes tomadas de modo estanque. Nesse sentido, aproximo-me da proposição de Lucien Febvre, enunciada no texto de Jean-François Sirinelli: “que o historiador se instale na encruzilhada onde todas as influências coincidem e se fundem na consciência dos homens que vivem em sociedade.”¹⁹ A partir dessa recomendação, o autor defende que o historiador é um sujeito de encruzilhada e se, na sua escrita historiográfica, ele opta pela história cultural, econômica, política ou social, isso se faz, entre outras coisas, por razões institucionais que estabelecem, por diversas motivações, caminhos teóricos e metodológicos diferentes. Mas de modo algum o historiador deve tomar a sua escolha de análise histórica como uma forma de segmentar as múltiplas dimensões da realidade.

Segundo Sirinelli, o retorno na historiografia do sujeito pensante e atuante, ocorrido em função do declínio gradativo de posições teóricas do marxismo e do estruturalismo, a partir dos anos de 1970, é um componente fundamental para o projeto de cruzar política e cultura, isto é, de pensar o político no terreno cultural, tendo em vista “a questão da devolução e da repartição da autoridade e do poder no seio de um dado grupo humano”²⁰, expressão do objeto político para o autor. Nesse viés, ganha relevo a noção de cultura política, vista como

¹⁹ FEBVRE, Lucien apud BURGUIÈRE, André. L'Anthropologie historique. In: BÉDARIDA, François (dir.). L'Histoire et le métier d'historien em France 1945-1995, Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'homme, 1995, p. 174 apud SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 409-418.

²⁰ SIRINELLI, 1998, p. 412.

um conjunto de representações que une um grupo humano no plano político, isto é, uma visão do mundo partilhada, uma leitura comum do passado, uma projeção no futuro vivida em conjunto. E o que conduz, no combate político quotidiano, à aspiração desta ou daquela forma de regime político e de organização sócio-econômica, ao mesmo tempo que às normas, crenças e valores partilhados.²¹

Esse conceito possibilitou examinar como experiências vivenciadas pela etnia negra no passado por vezes são recuperadas como modos de luta para as conquistas almejadas para o presente e para o futuro.²² A noção restrita do conceito de política é questionada neste trabalho nos termos propostos pelo sociólogo Adalberto Paranhos, que, ao discorrer sobre as “mil e uma faces do poder”, contrapõe-se a concepções clássicas que concebem a política como “atividade voltada para as minorias.”²³ Ao ter seu significado ampliado, o conceito passa a ser pensado como

espaço de criação individual e coletiva, múltiplo, contraditório, conflituoso, aberto, no cotidiano da existência humana, à expressão dos mais diferentes desejos e interesses. Redescobrir, revalorizar em outros termos a política assume, do meu ponto de vista, o caráter de trabalho inadiável para todos quantos queiram levar as ações políticas a percorrerem novos caminhos, superando os descaminhos em que elas se meteram.²⁴

É justamente por negar uma suposta despolitização dos estudos que se dedicam a analisar as relações sociais a partir das práticas e produções culturais, e não como forma de hierarquia invertida, que me interroguei durante a pesquisa: em que medida um instrumento de luta (movimento instituído ou práticas culturais) é mais eficaz do que outro para o embate de construção de uma sociedade? A noção de política foi mediadora para discorrer sobre esse questionamento, tanto pela problematização das fontes quanto pela inspiração de

²¹ SIRINELLI, 1998, p. 414.

²² Na historiografia brasileira, merecem realce, pela discussão em torno de “culturas políticas”, em especial pelo diálogo estabelecido com os autores Jean-François Sirinelli e Serge Berstein, dentre outros da coletânea francesa “Para uma história cultural”, os seguintes trabalhos produzidos pelo Núcleo de Pesquisas em História Cultural (Nupehc) da Universidade Federal Fluminense (UFF): ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

²³ PARANHOS, Adalberto. Política e cotidiano: as mil e uma faces do poder. In: MARCELLINO, Nelson C. (org.). Introdução às Ciências Sociais. Campinas, Papirus, 1998, p. 52.

²⁴ PARANHOS, 1998, p. 53.

autores como E. P. Thompson e Michel de Certeau. Embora ambos sejam vinculados a tradições teóricas distintas, representaram importantes caminhos metodológicos para se refletir sobre relações de poder e das interações conflituosas delas advindas, aspectos essenciais para se falar em política, conforme ela é compreendida nesta dissertação, passando pelas táticas e estratégias, pelas negociações, pela teatralização do poder, dentre uma pluralidade de formas não restritas a espaços pré-estabelecidos. Assim, percebi o “universo do político, visto como o lugar onde se expressa o jogo de poder que permeia as relações humanas.”²⁵

Nessa direção, foram fundamentais as reflexões do historiador francês Michel de Certeau, em especial a sua discussão sobre as formas silenciosas por meio das quais as pessoas comuns desviam e subvertem as tentativas de dominação feitas por uma ordem hegemônica. Na sutileza de práticas cotidianas de homens e mulheres negros, procurei identificar o que o autor chama de “táticas” ou “astúcias”, entendidas como ações habilidosas de sujeitos que não compartilham de um poder instituído, mas se utilizam deste para concretizar os seus anseios, organizando um jogo ao infiltrar-se no terreno do outro. Enfim, as análises de Certeau elucidam que os movimentos que questionam as ações de grupos dominantes nem sempre ocorrem pela via da contestação explícita, mas no disfarce tático que permite as inúmeras “trampolinagens dos anônimos.”²⁶

Os estudos do crítico literário Raymond Williams trouxeram colaborações decisivas para se pensar determinadas relações sociais na cidade de Uberlândia, em fins do século XX, principalmente a sua reflexão acerca do processo social hegemônico. O conceito de hegemonia, originalmente estabelecido na obra do pensador italiano Antonio Gramsci, é ampliado na análise de Williams, para quem, embora o movimento hegemônico se defina pela dominação, essa não ocorre de modo absoluto, nem mesmo é definitivo, pois “sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas

²⁵ Esta afirmação é de autoria das historiadoras Maria de Lourdes Janotti e Márcia D’Alêssio em relação aos textos levantados por elas sobre a produção de história política na pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), possivelmente da década de 1990. Retirado de: BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996, p. 2.

²⁶ Cf. CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 45-48 e 91-102.

próprias pressões”²⁷ e, por essa razão, a hegemonia “tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada”²⁸, precisa incorporar as pressões e resistências sofridas, ainda que ressignificando-as conforme os seus interesses, para tentar transformá-las e controlá-las.

Isso desviou o meu olhar para as tensões provocadas por sujeitos negros para desestabilizar uma ordem que se quer dominante e que freqüentemente desqualifica e/ou folcloriza as suas práticas culturais negras. E mais, ao entender a dinâmica desse processo, visualizei as mudanças trazidas pelo movimento contra-hegemônico na realidade social e a força dos poderes instituintes em relação aos poderes instituídos.

No percurso da pesquisa, encontrei algumas dificuldades relacionadas à bibliografia temática, principalmente em relação ao movimento negro uberlandense. Com exceção de um artigo²⁹, evidenciado ao longo da dissertação, não encontrei outros trabalhos. No caso da congada, há uma produção numerosa (grande parte acadêmica) e muito interessante que examina a festa na cidade e na região³⁰, fundamental na produção de memórias sobre a vida e a cultura de parcelas dos negros na historiografia local e regional. No entanto, a maioria não se afina com o objetivo deste trabalho, qual seja, o de estudar a congada para além do seu ritual, investigando os seus significados numa dimensão ampla da vida dos seus protagonistas, envolvendo o que se denomina político, econômico, social e cultural — aspectos que tornam diferente a minha proposta. Essencialmente, aponto as possibilidades de transformação que as pessoas produzem no seu cotidiano a partir dessa prática, ainda que sejam mudanças limitadas por determinações históricas.

²⁷ WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 115.

²⁸ Idem, ibidem, p. 115.

²⁹ BARBOSA, Pedro; FILHO, João Batista Domingues. Os modos de organização política da comunidade negra de Uberlândia. **Horizonte Científico** (revista eletrônica), Uberlândia, v. 01, n. 07, 2007, em particular p. 13-19. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/4223/3164>>.

³⁰ MEYER, 1993; BENFICA, 2003; BRASILEIRO, 2001; GABARRA, 2003; KATRIB, 2003; CARMO, Luiz C. **Salve o Rosário, o Rosário salve**: sentidos e modos de viver das populações negras no Brasil Central. 2005. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005; BRASILEIRO, 2006; CARMO, Luiz Carlos do; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **As congadas de Catalão**: as relações, os sentidos e valores de uma tradição centenária. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2008; ALCÂNTARA, Ana Paula (org.). **Congos, moçambiques e marinheiros**: olhares sobre o patrimônio cultura afro-brasileiro de Uberlândia. Uberlândia: Gráfica Composer Editora Ltda, 2008; ARROYO, Margareth. **Representações sociais sobre práticas de ensino e aprendizagem musical**: um estudo etnográfico entre congadeiros, professores e estudantes de música. 1999. Tese (Doutorado em Música), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

Penso que a preocupação em decifrar os elementos ritualísticos de uma tradição festiva, buscando a sua ancestralidade, os mitos de origem, os momentos oficiais da festa – como a dança das fitas e o levantamento dos mastros, no caso da congada de Uberlândia –, colaboram, no mínimo, para dar visibilidade aos saberes de parcelas da população negra, descortinando sua participação em momentos de sociabilidades nos quais eles marcam sua presença. Todavia, num outro viés, pretendo alinhar essas práticas culturais populares na urdidura de uma política que reivindica um reconhecimento social como sujeito de uma história que também foi construída pelos negros. Para tanto, pretendo desvelar as demandas sociais encaminhadas por seus participantes, especialmente por meio da política.

Entendo que a festa não acontece no “intervalo” da vida, como se ocorresse em um momento suspenso da realidade; ela é parte constituinte desta e, por essa razão, expressa os conflitos sociais, as desigualdades materiais, a invisibilidade e desvalorização das práticas culturais negras, os preconceitos contra a pele negra, o cabelo crespo, enfim, contra os valores, conhecimentos e modos de viver dos negros nessa cidade. Considero, é claro, a heterogeneidade que marca o segmento social negro uberlandense, sinaliza os diferentes sentidos projetados na congada para aqueles envolvidos e aponta também para a não identificação de muitos negros com os valores e saberes vivenciados por meio da congada.

Nessa perspectiva, aproximo-me das produções do historiador Luiz Carlos do Carmo no que diz respeito à atuação histórica de sujeitos negros em Uberlândia e na região, cuja interlocução estabelecida por ele na escritura de sua dissertação³¹ me ajudou nas interpretações aqui materializadas. O autor problematiza as relações de trabalho e demais práticas sociais de negros a partir das chamadas “funções de preto”, alusão aos postos empregatícios ocupados, em sua maioria, por parcelas negras da população local em um dado momento. Funções, sem dúvida, desgastantes, como o trabalho nas olarias, nas fábricas de banha e frigoríficos, nas pedreiras e no calçamento das ruas, nas atividades dos curtumes e das charqueadas. No diálogo com esses trabalhadores negros, Carmo observa um conjunto de saberes, valores e intenções que foram por eles utilizados na

³¹ CARMO, Luiz Carlos do. **“Função de preto”**: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia/MG 1945-1960. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

concorrência com trabalhadores não-negros nas possibilidades de ganho, resultando na concentração de negros em determinadas funções.

Na sua tese³², o autor mostra um conjunto de práticas que se associam à festa da congada e estão presentes no cotidiano dos sujeitos. Examina as atividades em torno de comemorações, a exemplo das do Treze de Maio e da Folia de Reis, como espaços possíveis de inserção e envolvimento social de parcelas de negros nas regiões pesquisadas, enfocando os valores, saberes e sentidos que seus protagonistas enunciam.

Ao apresentar os múltiplos personagens e dimensões da festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão/GO, o historiador Cairo M. I. Katrib³³ amplia o raio de percepção da congada para os diferentes interesses nela envolvidos: dos políticos locais e do estado, da igreja católica, dos comerciantes, dos devotos aos santos, dos dançadores. O seu enfoque é delimitado à festa e sua dinâmica, mas, ao buscar as muitas vivências que ela revela, o autor não isola esse recorte temático de um conjunto de relações diversas que movimentam o município de Catalão.³⁴

Em relação ao carnaval popular de rua, outro espaço privilegiado para se observar as ações e relações vivenciadas por parcelas de negros em Uberlândia, salvo uma monografia³⁵ e um livro escrito por um memorialista da cidade³⁶, não identifiquei outras produções com o mesmo recorte temático e espacial que se somassem à bibliografia desta

³² CARMO, 2005, op. cit.

³³ KATRIB, 2003, op. cit.; KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. **Foi assim que me contaram**: recriação dos sentidos do sagrado e do profano no congado na festa de Nossa Senhora do Rosário (Catalão-GO – 1940-2003). Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília (Unb), Brasília, 2009. Vale conferir trabalhos que tratam das práticas culturais negras no Brasil, entre eles: SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**. História da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: UFMG, 2002; SOUZA, Marina de Mello e. História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil - séculos XVIII e XIX. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001, v. 1, p. 249-260; AGUIAR, Marcos Magalhães. Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001, v. 1, p. 361-396; DIAS, Paulo. “A outra festa negra”. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001, v. 1, p. 249-260.

³⁴ Cf. KATRIB, 2003; 2009, op. cit. Sobre a congada em Catalão, ver: BRANDÃO, Carlos. **A festa do santo preto**. Goiânia: Editora da UFG, 1985; PEREIRA, Edmilson de A.; GOMES, Núbia P. de M. Rosário de muitas fês: mediações do sincretismo nas religiões populares. **Rhema** – Revista de Filosofia e Teologia do Instituto Arquidiocesano no Santo Antônio. Juiz de Fora: Itasa, v. 4, n. 16, p. 125-156, 1998.

³⁵ OLIVEIRA, Rosyane. **Carnaval: da festa popular à regulamentação**. Uberlândia. 1983-1997. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999.

³⁶ SILVA, Antônio Pereira. **História do carnaval de Uberlândia**. Uberlândia: Leiditathi, 2007.

investigação. Todavia, estudos clássicos sobre a história do carnaval, de abordagens distintas, merecem destaque por subsidiar análises que permitem o diálogo com diversas pesquisas no país.³⁷ Ao investigar como os negros atuam por meio dessa prática cultural, inúmeras tensões, em especial entre os interesses das escolas de samba e os de setores empresariais e frações representativas dos poderes públicos, foram observadas. Entremeados a esses conflitos foi possível identificar problemas na prestação de contas das escolas de samba, relações de deferência dos populares a autoridades políticas e a presença, nos desfiles, de vereadores, deputados e do prefeito.

Em suma, muitos foram os elementos que indicaram a complexidade das relações envolvidas no carnaval de rua da cidade, mostrando, mais uma vez, como os negros em Uberlândia se fazem sujeitos históricos³⁸, como protagonizam a realização desse evento popular, que envolve diversos preparativos — como a negociação com a prefeitura sobre o valor da subvenção, a confecção de fantasias e carros alegóricos para o desfile e a composição de enredos —, e não aceitam que suas práticas culturais sejam folclorizadas para fins turísticos e econômicos. A partir do carnaval, pensado para além do mês de fevereiro, incluindo os diversos encontros realizados pelos grupos carnavalescos, em outros momentos e lugares, foi possível visualizar como frações negras da sociedade local lutam por espaço e reconhecimento e, nesse movimento, constroem identidades culturais/sociais na vivência de seus valores e anseios, que também são disputados no interior de grupos de negros.

³⁷ Cabe citar as seguintes leituras: MONTES, Maria Lúcia. O erudito e o popular, ou escolas de samba: a estética negra de um espetáculo de massa. **Revista USP**. São Paulo, n. 32, p. 6-25, 1996/1997; SEBE, José Carlos. **Carnaval, carnavais**. São Paulo: Ática, 1986; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. A ordem carnavalesca. **Revista Tempo Social**. São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 25-45, 1995; AUGRAS, Monique. A ordem na desordem: a regulamentação das escolas de samba e a exigência de motivos nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Anpocs. São Paulo, n. 22, p. 90-103, 1993; DA MATTA, Roberto. **Carnaval, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979; RODRIGUES, Ana Maria. **Samba negro, espoliação branca**. São Paulo: Hucitec, 1984; CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas**. Uberlândia: Edufu, 2008; CABRAL, Sérgio. **As escolas de samba: o que, como, quando e por que**. Rio de Janeiro: Fontana, 1974.

³⁸ Por sujeito histórico compreendo todo aquele que, ao vivenciar suas experiências sociais, atua nessa realidade vivida conforme suas expectativas e interesses. Essa atuação pode acontecer através dos embates e enfrentamentos com outros sujeitos e grupos sociais, mas também se dá pela via da negociação ou mesmo da conformidade ao que é instituído numa relação de forças desiguais.

É vasta a quantidade de trabalhos que tratam das histórias vividas pelos negros no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, com delimitações temáticas e abordagens teóricas e políticas bem diferenciadas, ou mesmo antagônicas em alguns casos. A questão da escravização e o processo de abolição, o trabalho pós-escravidão, a educação formal, a religiosidade denominada afro-brasileira, as festas, os movimentos organizados, as políticas públicas reparatórias, a questão da cor, o cotidiano escolar para crianças negras e inúmeros outros temas relacionados à vida dos negros brasileiros têm alimentado a produção de livros, revistas e manuais de diferentes áreas do conhecimento, publicados a partir de objetivos e lugares também diversificados. Esta dissertação não poderia ignorar tal produção, pois considerar os motivos do seu crescimento e as pautas que estão em debate nas páginas desse material é passo necessário para se entender os modos de vida³⁹ de homens e mulheres negros neste país.

Por essa razão, algumas obras⁴⁰ que versam sobre a vida dos negros no Brasil são citadas neste trabalho como forma de apontar a historicidade das condições de vida, dos problemas enfrentados e das lutas empreendidas por parcelas de negros no Brasil. De modo especial, o livro do brasilianista George Andrews, *Negros e brancos em São Paulo*, foi importante para observar a articulação existente, nem sempre de modo deliberado ou

³⁹ Cf. THOMPSON, 1981, em especial p. 180-201. Nessa perspectiva, os modos de vida são pensados como modos de luta no terreno cultural.

⁴⁰ Aqui são apresentadas variadas abordagens em diferentes tempos históricos: HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979; VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1987; SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991; MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977; FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972; NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais**. São Paulo: TA Queiroz, 1983; ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: Edusc, 1998; GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999; BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdade da formação da sociedade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2009; SILVA, José Carlos Gomes. **Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana**. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, 1998; OLIVEIRA, Carmem Lúcia de. **Imaginário, racialização e identidades percebidas de mulheres negras escolarizadas (Uberlândia, 1950-1969)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006; SANTOS, Tadeu Pereira dos. **Grande Otelo/Sebastião Prata: caminhos e desafios da memória**. 2009. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009; RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976. Esta última se tornou um clássico sobre o tema; é uma das primeiras obras brasileiras que aborda a questão racial no Brasil como um problema social, embora, na esteira do chamado “racismo científico”, do final do século XIX e início do XX, utilize pressupostos relacionados ao determinismo biológico e cultural para afirmar a inferioridade dos negros.

automático, entre as transformações sociais ocorridas em um mesmo tempo histórico, em diferentes regiões brasileiras, e aquelas estudadas aqui.

Aos inúmeros materiais reunidos durante a pesquisa foram direcionadas as inquietações e as perguntas que impulsionaram este trabalho, sendo eles, assim, transformados em documentos históricos⁴¹, matéria-prima para a escrita historiográfica, essencial para validar ou refutar as hipóteses formuladas para o estudo e apontar caminhos para se (re)pensar a problemática inicial. Nessa direção, selecionei parte das evidências produzidas por grupos do movimento negro local, escolas de samba e suas entidades representativas⁴², grupos de congado e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Compõem esse repertório: atas de reuniões, estatutos, projetos e ofícios enviados à prefeitura de Uberlândia e as respostas recebidas, fôlderes e cartazes de eventos realizados, abaixo-assinados e cartas, dentre outras fontes que ajudaram no entendimento de como setores da comunidade negra uberlandense lidam com as dificuldades vivenciadas e projetam, através de reivindicações formais, acordos com representantes políticos e empresariais, ocupação de espaços da cidade, organização de festas, desfiles, congressos e outras atividades, expectativas de um futuro melhor.

As atas se transformaram em preciosas fontes ao dar visibilidade ao funcionamento e atuação dos grupos de negros na cidade, suas ações, projetos, valores e referenciais de luta, discussões realizadas e os seus conflitos internos que, via de regra, não estão explicitados no registro de um documento dessa natureza. Este tem por característica uma escrita “limpa” e resumida, mas em suas linhas e entrelinhas se reconstrói a vivência de uma reunião que envolve uma pluralidade de expectativas e emoções, propostas, interesses e vaidades que nem sempre aparecem na superfície do texto. Mas há situações em que as dificuldades e tensões se evidenciam de tal maneira que o seu registro é inevitável. Uma ata pode, então, ser considerada parte constituinte e instituinte da memória de um grupo social.

⁴¹ Michel de Certeau nomeou de estabelecimento das fontes ou redistribuição dos espaços o processo que transforma os registros/objetos, que tinham determinado uso, em outra coisa que, pelo seu novo funcionamento, constitui-se em material essencial (documentação) para a pesquisa histórica, já que se operou uma redistribuição do espaço através de técnicas transformadoras. Ver CERTEAU, 2007, op. cit.

⁴² Refiro-me à atual Associação das Escolas de Samba de Uberlândia (Assosamba), que faz a ponte de negociação entre as escolas de samba e blocos carnavalescos e a prefeitura de Uberlândia, na maioria das vezes por intermédio da Secretaria de Cultura da cidade (atualmente comandada por Mônica Debs). Na década de 1980, a entidade oficialmente representativa do carnaval era a Liga das Escolas de Samba de Uberlândia (Lesu).

Algumas fotografias do carnaval também foram tomadas como documentos em meu estudo. Longe de serem apenas reflexos do real, as imagens selecionadas foram compreendidas como recorte de um momento vivido e as suas evidências se tornaram ponto de partida para discussões mais amplas das relações analisadas.

Dois jornais locais, o Correio de Uberlândia e o Primeira Hora, foram selecionados para investigar como as práticas sociais de parcelas de negros foram significadas em periódicos com editoriais distintos e, a princípio, tidos como divergentes. No período pesquisado, o Correio de Uberlândia aparece como o principal jornal da cidade em termos de tiragem e visibilidade social, sendo até pouco tempo a única publicação do gênero com circulação diária⁴³.

Já o Primeira Hora circulou entre 1982 e 1988, período da campanha eleitoral do peemedebista Zaire Rezende e de seu posterior mandato como prefeito. Foi criado com objetivo de divulgar o candidato e seus correligionários que disputavam cargos no legislativo. A escolha desse jornal como fonte histórica para esta pesquisa foi motivada pelo vínculo editorial por ele mantido com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que disputava as eleições municipais de 1982 com o Partido Democrático Social (PDS), ao qual estavam filiados políticos que durante muitos anos comandaram a administração pública municipal⁴⁴ e partilhavam interesses com o Correio de Uberlândia. A pesquisa revelou serem mais complexas essas relações, não tendo sido, contudo, possível estabelecer perfis rígidos de diferenciação quanto à atuação social desses meios de comunicação, especialmente no que tange ao reconhecimento e diálogo com os grupos sociais excluídos.

As entrevistas também constituem o repertório de fontes que pautaram a escritura desta dissertação. Nelas não busquei meras informações; não me interessava confirmar ou

⁴³ O jornal Tudo Já começou a circular na cidade em junho de 2010, mas não exerce o papel de concorrente do Correio de Uberlândia, mesmo porque ambos pertencem ao mesmo grupo econômico. O seu perfil editorial indica que ele é dirigido a um público distinto daquele para o qual se volta o Correio de Uberlândia. É um periódico com formato e abordagem de revista, notícias curtas, distribuição de brindes, receitas culinárias, informes sobre empregos e ênfase em matérias que tratam de violência, fofocas e situações consideradas exóticas.

⁴⁴ O Partido Democrático Social (PDS) tinha como um dos principais representantes na cidade de Uberlândia o político Virgílio Galassi, falecido em 2008. Ele foi prefeito por quatro mandatos (1970-1973; 1978-1982; 1989-1992; 1997-2000). Em 1993, seu correligionário Paulo Ferolla foi eleito prefeito e governou até 1996. O atual prefeito, Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, que exerce o segundo mandato consecutivo, também compõe as forças desse grupo “virgilista”.

negar os relatos dos depoentes a partir das versões expressas nos documentos escritos.⁴⁵ No movimento de análise das relações sociais privilegiadas neste estudo, o cruzamento de diversas fontes, de natureza distinta, foi importante para perceber os diferentes sentidos associados a um mesmo processo histórico, já que as interpretações construídas apontavam para intenções, expectativas e formas de conceber e estar no mundo também diferenciadas, muitas vezes, conflitantes, porque ligadas à dimensão material da vida, que envolve disputas políticas e culturais.

Ciente de que a escolha das entrevistas como fonte histórica⁴⁶, não raras vezes, suscita dúvidas e receios, quando não desconfianças, em relação aos seus usos na reconstituição do passado, julgo importante apresentar alguns esclarecimentos. Penso o depoimento oral como uma linguagem que permite ao entrevistado, ao ser questionado sobre o passado, efetuar a sua reflexão, que é elaborada a partir do presente vivido, ao qual vincula as significações construídas acerca das experiências e memórias reveladas ao longo de seu enredo. Além disso, as narrativas orais são de valor inestimável quando se quer valorizar a atuação dos sujeitos anônimos e ordinários que protagonizam a vida cotidiana⁴⁷, colocando outras versões no debate historiográfico da cidade.

⁴⁵ Assim, mesmo que o entrevistado, motivado por sua subjetividade, invente fatos ou fantasie a respeito das relações sociais nas quais está envolvido, ele fala a partir de experiências que são socialmente partilhadas. Portanto, ao dialogar com tais narrativas na escritura de seu texto, o(a) historiador(a) não está lidando com questões puramente ficcionais – no sentido de que a verdade é uma opção e não finalidade, como aponta Peter Gay –, mas sim com o real vivido, na medida em que consegue pensar o indivíduo inserido numa trama de relações sociais, que nelas atua e com elas partilha crenças, maneiras de pensar e agir, formas de lidar com as dificuldades materiais e com as disputas de valores e modos de viver que constituem o campo da cultura. Ver: GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴⁶ Para conhecer diferentes perspectivas sobre história oral e memória, ver: PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, p. 13-49, 1997; THOMSON, Alistair. Reconstruindo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, p. 51-54, 1997; AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1996; SAMUEL, Raphael. Teatro da memória. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 41-45, 1997; POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989; SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2004, p. 37-58.

⁴⁷ Cf. PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História**, São Paulo: Educ, n. 14, p. 25-39, abr. 1997.

Oito depoimentos⁴⁸ compuseram esta dissertação, tornando-se interlocutores do trabalho os seguintes sujeitos: Ismael Marques de Oliveira, Adriana Maria da Silva, Olímpio Silva (conhecido como Pai-Nêgo), Antônia Aparecida Rosa, Maria da Conceição Pereira Leal, Joaquim Miguel Reis, José Amaral Neto e Dulcinéa Silva.⁴⁹ O primeiro é integrante do Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (Monuva) desde a sua fundação. Diversos temas compuseram a nossa conversa, como o processo de criação do Monuva, as suas propostas, os problemas estruturais enfrentados pelo grupo, a relação com as chamadas práticas culturais negras existentes na cidade, dentre outros pontos que serão discutidos nos capítulos seguintes.

Adriana é integrante do Grupo de União Consciência Negra de Uberlândia (Grucon), um dos mais antigos movimentos negros da cidade, instituído oficialmente cerca de dois anos após a criação do Monuva e cujas ações, assim como as deste, têm certo grau de notoriedade nas fontes pesquisadas. Atual vice-presidente do grupo, ela já atuou várias vezes como presidente. Na entrevista, falou sobre o momento de formação do Grucon, da linha de atuação do movimento, as influências e atividades já realizadas, as discriminações sofridas pelos negros e os caminhos que ela visualiza para uma transformação.

Pai-Nêgo é presidente da Escola de Samba Unidos do Chatão. Seu relato é expressivo para analisar as ações políticas dos sujeitos pesquisados, em especial dos participantes das chamadas práticas culturais. Antônia Aparecida Rosa é responsável pelo terno Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário e ex-presidente da Associação das Escolas de Samba (Assosamba). Suas declarações ajudaram a desvendar o sentido de muitas relações entre grupos de negros e o poder público, em particular, no que diz respeito ao carnaval local. Conceição Leal, uma das fundadoras do Monuva, passou por outros grupos do movimento negro na cidade. Ela tem, em sua narrativa, importantes contribuições para a reflexão sobre a atuação e os conflitos internos do movimento negro uberlandense. Os

⁴⁸ Em relação ao número de entrevistas usadas no trabalho, pautei-me na noção de representatividade, inspirada nas discussões do literato Alessandro Portelli referentes ao uso das narrativas orais. Ele defende que não precisamos de uma grande quantidade de entrevistas, pois não trabalhamos com o método estatístico; a representatividade está no exercício de pensarmos o indivíduo no social, isto é, de compreender a experiência de uma pessoa inserida em um processo de transformações históricas e atentar para os sentidos emitidos na interpretação que ela faz de suas vivências e do momento narrado. Sobre isso, ver, em especial: PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo** - Revista do Departamento de História da UFF, n. 2, p. 53-72, dez. 1996.

⁴⁹ Para melhor visualização do perfil dos entrevistados, ver quadro apresentado no Anexo D.

posicionamentos revelados por Joaquim Miguel, fundador e atual presidente do Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia (Griconeu), foram indícios importantes na análise das noções de movimento social/movimento negro e do papel de uma suposta liderança para a “conscientização” dos demais integrantes.

A entrevista de Dulcinéia, à época presidente do Monuva, foi realizada pela arquiteta Januaceli Murta e pelo historiador Roberto Camargos de Oliveira, que me concederam o direito de uso. O intuito de ambos, ao contactá-la, foi o de conhecer a história do movimento, já que fariam a ficha técnica para indicação do grupo como patrimônio histórico imaterial, trabalho prestado à Divisão de Memória e Patrimônio Histórico de Uberlândia.⁵⁰ Por último, a conversa com José Amaral Neto teve a finalidade de compreender a multiplicação dos movimentos negros na cidade. Ele é fundador do Movimento de Articulação e Integração Popular (Maipo), cuja proposta é reunir as diversas organizações negras de Uberlândia.

O recorte cronológico escolhido vai de 1984 a 2000; contudo, essa demarcação não foi seguida rigidamente e, conforme as fontes indicavam, retrocedi ou avancei nesse intervalo para melhor elucidar as mudanças abordadas na dissertação. As práticas culturais negras e o movimento negro local foram os principais espaços percorridos nessa análise. As primeiras têm existência centenária em Uberlândia; por isso a definição do corte temporal teve como referência a criação do primeiro movimento negro na cidade⁵¹, o Monuva, formado oficialmente em 1984. Dois anos depois foi fundado o Grucon.

O contexto de formação de dois grupos do movimento negro uberlandense na década de 1980 coincide com um “boom” de movimentos negros em outras cidades e com a criação, em 1978, do Movimento Negro Unificado em São Paulo, cujas ações e proposições políticas ganharam destaque nacional. Mesmo sem a intenção de estabelecer um vínculo automático entre o que comumente se entende por nacional — em geral movimentos localizados nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro — e as ações locais e

⁵⁰ Para conferir a ficha de inventário do Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta, ver: http://www3.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/cultura/013_PI.pdf.

⁵¹ A formação do Monuva como marco inicial do movimento negro uberlandense é vista em variadas fontes e citada nos diversos depoimentos coletados. Entretanto, sabe-se que já nas décadas de 1920 e 1930 havia diferentes associações, clubes e irmandades de negros que atuaram de modo diversificado pela valorização desse grupo étnico-social. Por essa razão, a idéia de fundação, bem como a de movimento negro, será problematizada nas próximas páginas deste trabalho.

singulares, não se pode desprezar o fato de que as lutas empreendidas por grupos de negros em outras cidades, notadamente aquelas que ganharam visibilidade nacional, interferiram nas práticas sociais negras aqui observadas.

Esse processo de organização de movimentos negros por todo o país se insere num tempo marcado por uma série de mudanças no cenário político e social brasileiro nos anos 80 do século XX e que levaram à notoriedade das lutas sociais, principalmente pelo retorno ao espaço público dos movimentos sociais. Chamado de “redemocratização” ou abertura política, esse foi o momento em que chegou ao fim do regime de ditadura militar no Brasil, resultado, entre outras causas, de pressões populares, a exemplo do movimento Diretas Já, no qual vários setores sociais reuniram suas forças pela reivindicação do direito à escolha dos representantes políticos através do voto nas eleições. É neste palco dos movimentos que lutam por liberdade e justiça social que o desejo de igualdade de direitos e de representatividade política é partilhado ainda por outros personagens, com bandeiras bem específicas: as mulheres, os negros, os homossexuais.

Nesse ínterim, diversos grupos se organizaram pelo país com o objetivo de “denunciar a situação do negro no mercado de trabalho e na sociedade em geral, buscando, entre outras coisas, denunciar a prática do racismo ainda existente no país, valorizar e divulgar a cultura do negro brasileiro”⁵². Uberlândia foi a cidade por mim escolhida para refletir sobre algumas dimensões da vida de negros, ou parte significativa deles. Mostrar as especificidades históricas do lugar, em contínuo processo de transformações, provocadas pela interferência dos diversos sujeitos e grupos sociais que vivem na cidade e a produzem cotidianamente, seria importante, em especial, para um leitor que não a conhece.

No entanto, optei por não enfatizar esse aspecto como um contexto isolado das reflexões da pesquisa, como se a cidade estivesse pronta e os sujeitos analisados apenas se inserissem nela de alguma forma, seja por resistências ou acomodações, pois compreendo essa prática como uma forma estruturalista de pensar a produção historiográfica. Como dito até aqui, acredito na potencialidade dos atores históricos de agirem no meio social em que vivem, nele causando mudanças, mesmo que limitadas por diversas determinações políticas, econômicas e culturais.

⁵² Histórico do Monuva (sem data). Acervo do Monuva.

É na interação do político e do cultural que se situa o cerne desta pesquisa de mestrado, pois, ao investigar as peculiaridades da luta por direitos sociais dos negros em Uberlândia, examino os diálogos e os embates estabelecidos entre os movimentos organizados e as práticas culturais negras, ambos concebidos aqui como espaços políticos e culturais de reivindicações e mudanças. A problemática de análise se delineou em torno das noções de fazer política e seus espaços de atuação e dos sentidos e valores atribuídos às práticas culturais, considerando-se o terreno das lutas e possibilidades de intervenção na realidade social vivida.

Nesse sentido, é possível pensar o cruzamento entre movimentos sociais organizados⁵³ e práticas culturais populares como espaços saturados de lutas, resistências e identidades, bem como de trampolinagens, destreza, táticas que jogam um no espaço do outro, cuja fluidez permite se apropriar numa atividade sutil e tenaz de um lugar social que evidencie o negro como sujeito de uma história construída por meio de conflitos e tensões? Nesse viés, é possível também pressupor que os indivíduos circulem entre uma dimensão e outra? Há um modo singular de fazer política e cultura? Os indivíduos, ao convergir e habitar o movimento instituído com as manifestações como o carnaval e a congada, mostram um modo de ser negro e marcar seu lugar na cidade?

O foco desta dissertação, mais do que escrever sobre a história dos negros em Uberlândia, é pensá-los, com outros sujeitos sociais, construindo a história da cidade, imprimindo suas marcas aos espaços, disputando verbas do orçamento público municipal, estabelecendo parcerias com políticos e empresários locais, enfim, vivendo sob determinadas condições e nelas atuando conforme suas necessidades e desejos, nos limites visíveis de uma dada ordem social capitalista e desigual.

Portanto, este texto constitui parte da história de Uberlândia, reunindo pequenos recortes de uma longa colcha de retalhos, entrelaçada com linhas de diferentes cores e espessuras. E os sujeitos aqui analisados, como cada parte dessa artesanaria, são pensados nas suas múltiplas relações cotidianamente costuradas por meio de acordos, negociações e

⁵³ Os termos “movimento negro” e “movimento organizado” são utilizados neste trabalho em seu sentido convencional, isto é, referindo-se aos grupos que se declaram e são reconhecidos como tal, sem associação com as articulações políticas restritas a tais grupos. Já o carnaval popular e a congada são aqui identificados como práticas culturais.

mesmo nas ressonâncias aos valores e práticas que são vistos temporariamente como vitoriosos numa correlação de forças. A proposta deste estudo é tomar os negros como protagonistas de suas histórias, como sujeitos ativos que, ainda que esmorecendo em vários momentos de perdas e dificuldades, em outros lutam com as armas possíveis e inventam “mil e uma maneiras de caça”⁵⁴ não autorizada, em busca de melhorias nas suas condições de vida, não apenas na dimensão material, mas no reconhecimento de um conjunto de saberes, práticas e formas de viver que dão sentido às suas vidas.

No primeiro capítulo, discuto a formação dos três primeiros movimentos negros de Uberlândia, analisando os significados atribuídos às vivências dos sujeitos envolvidos, e ao mesmo tempo sinalizo para a historicidade das lutas dos negros na cidade, considerando que elas não foram inauguradas na década de 1980. Em seguida, como desdobramento dos sentidos relacionados à instituição de movimentos negros em Uberlândia, enfatizo o seu imbricamento com as práticas culturais escolhidas para o debate: o carnaval e a congada.

No segundo capítulo, abordo as mudanças observadas nas práticas do carnaval e da congada em termos de visibilidade social e, portanto, de maior poder de barganha com os representantes políticos e órgãos públicos. Para isso, a historicidade de como a questão da cultura foi tratada na cidade, principalmente pelos poderes públicos e pela imprensa, em diferentes momentos históricos, é pontuada nesta parte. No último capítulo, direciono minha análise para a disseminação dos grupos do movimento negro local nas décadas de 1990 e 2000, levantando uma teia de relações e seu posterior refluxo, pelo menos, de grande parte dos grupos.

⁵⁴ Essa metáfora é apropriada da obra de Michel de Certeau, que faz alusão às inúmeras formas elaboradas pelos sujeitos para driblar as tentativas de controle social e imposição de idéias, padrões de comportamento e valores. Ver: PERROT, Michelle. Mil maneiras de caçar. **Projeto História**, n. 17. São Paulo: Educ, p. 55-61, 1998.

Capítulo I:
Movimentos negros e negros em movimento



Figura 1: Terno Catupé do Martins. Uberlândia, out./ 2003. Foto: Fernanda Santos.



Figura 2: Terno Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário, out./ 2009. Retirado de: <http://www.orkut.com.br/Main#Album?uid=12881095841355145070&aid=1282827509>. Acesso: 02/02/2011.

1.1 – A historicidade das lutas negras em Uberlândia

A mobilização de parcelas de negros no Brasil, ao longo de séculos de história e por meio de diferentes ações e instrumentos de luta, tem produzido recentemente inúmeros debates em diversos lugares e a partir das mais variadas perspectivas. A temática que envolve as relações étnico-raciais no Brasil está em pauta nas universidades, escolas, câmaras de vereadores e deputados, grupos do movimento negro e associações culturais, partidos políticos, na mídia impressa, televisiva e radiofônica e tantos outros espaços públicos e privados.⁵⁵ A implementação das cotas raciais em universidades e concursos públicos, a lei que institui a obrigatoriedade do ensino de história da África e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio⁵⁶, o desemprego e os baixos salários, a beleza negra e a demonização das religiões afro-brasileiras são questões que têm dado o tom das discussões e reivindicações de muitos negros no Brasil, organizados ou não.

Não se trata aqui de se posicionar contra ou a favor de tais demandas, mas sim de valorizar uma trajetória de lutas que possibilitou a repercussão e efetividade, em alguns casos, dos anseios vivenciados historicamente pelo contingente populacional negro no Brasil, ou parte significativa dele. Se no presente se percebe maior visibilidade da mobilização e das resistências empreendidas por negros, isso não se traduz na sua inexistência ou escassez no passado, pois ao revisitá-lo se torna inegável a presença de lutas, pressões e negociações desses sujeitos na história deste país.

⁵⁵ Diversas instituições, agências de fomento e órgãos públicos têm patrocinado trabalhos acadêmicos, permitindo a produção de livros, vídeo-documentários, exposições, mostras fotográficas, gravação de CDs, grupos de dança e muitas outras expressões. É válido citar, como exemplo, duas produções: CAFUNDÓ. Direção: Paulo Betti e Clóvis Bueno. Roteiro: Clóvis Bueno. Produção: R. A. Gennaro, Virginia W. Moraes e Paulo Betti. Direção de fotografia: José Roberto Eliezer. Autor da Trilha: André Abujamra. Curitiba/PR, 2005. 1 DVD (97 min.), son. Color; JONGOS, CALANGOS E FOLIAS. Direção geral: Hebe Matos e Martha Abreu. Produção: JLM Produções Artísticas. Direção de fotografia: Guilherme Fernández. Rio de Janeiro, 2005. 1 DVD (45 min.), son. color.

⁵⁶ A lei 10.639 tem origem no projeto de lei nº 259, de autoria dos deputados Esther Grossi e Benhur Ferreira e foi assinada pelos respectivos presidente e ministro da educação em 2003, Luís Inácio Lula da Silva e Cristóvan Buarque. A lei torna obrigatório o ensino da história africana e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas do país. O trabalho com tais temáticas, segundo a lei, deve abarcar todo o currículo, preferencialmente as disciplinas de História, Língua Portuguesa, Literatura e Educação Artística. Além disso, a lei instituiu o dia 20 de novembro no calendário escolar, como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Cf. ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. **Políticas afirmativas e educação**: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

Já no período colonial, quando negros africanos foram violentamente trazidos para o Brasil, a partir de interesses econômicos da metrópole portuguesa em explorar o trabalho compulsório dessas populações, inúmeras possibilidades de resistência se manifestaram, a exemplo das práticas culturais, como o candomblé⁵⁷ e a capoeira⁵⁸ — estas secretas e sub-reptícias à época — e as irmandades religiosas. O domínio da igreja católica não impediu os africanos e afro-brasileiros que aqui viviam de reinventar os seus valores e forjar crenças, sem perder de vista os seus referenciais ancestrais, estabelecendo um modo peculiar de ver o mundo e atuar nele. De fato, os negros escravizados não se renderam ao poder instituído dos fazendeiros, embora tivessem que ceder inúmeras vezes devido à posição desigual que ocupavam nessa relação, mas elaboravam diversas formas de driblar as investidas de domínio absoluto por parte do poder escravocrata, como as fugas e formação de quilombos, abortos, agressão física aos seus senhores e outras maneiras de enfrentamento.⁵⁹

⁵⁷ A historicidade do candomblé no Brasil pode ser conhecida por meio de diferentes abordagens. Dentre elas, ver: BASTIDE, Roger. **O candomblé na Bahia**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958; CASTRO, Yeda Pessoa de. *Língua e nação de candomblé*. **África** - Revista do Centro de Estudos Africanos/USP. São Paulo, n. 4, 1981; PRANDI, Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991; REIS, João José. Nas malhas do poder escravista: a invasão do candomblé do Accú. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 32-61; REIS, João José. Sacerdotes, seguidores e clientes no candomblé da Bahia oitocentista. In: ISAIA, Artur C. (org). **Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea**. Uberlândia: Edufu, 2006, p. 57-94; VERGER, Pierre. **Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo**. São Paulo: Corrupio e Círculo do Livro, 1985.

⁵⁸ Sobre capoeira, consultar, dentre outros: REIS, Leticia Vidor de Sousa. **O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000; SALVADORI, Maria Ângela Borges. **Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950)**. V. I e II. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990; CARNEIRO, Edson. **Capoeira**. Rio de Janeiro: MEC/Funarte, Cadernos de Folclore, n. 1, 1975; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Unicamp, 2001; MACEDO, Ana Paula Rezende. **As poesias da Dança da Zebra: capoeira Angola e religiosidade**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

⁵⁹ Sobre escravidão e vida colonial, ver, entre outros: FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; REIS, João J. **Rebelião escrava no Brasil**. A história do Levante de Malês em 1835. São Paulo: Brasiliense, 1986; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; LARA, Sílvia Hunold Lara. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SLENES, Robert Wayne Andrew. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava (Brasil sudeste, século XIX)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **De batuques e trabalhos: resistência negra e a experiência do cativo**. Uberaba, 1856-1901. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001. A formação dos quilombos, um importante meio de resistência escrava, merece algumas citações para leitura: REIS, João J.; GOMES, Flávio S. (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; GUIMARÃES, Carlos Magno. **Escravidão e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais**

Em relação a esse tempo histórico, cabe citar o livro de João José Reis e Eduardo e Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*⁶⁰, que deu suporte metodológico a esta dissertação. Os autores se afastam tanto de uma historiografia que vitimiza os negros escravizados, apresentando-os, muitas vezes, como sujeitos passivos, quanto de uma escrita que idealiza as suas rupturas com o regime escravocrata em que viviam, como se fossem heróis imaginários. Para Reis e Silva, entre a conformidade e a revolta estava a via da negociação, o que não significava uma harmonia⁶¹ na relação entre senhor e escravo. Pelo contrário, indicava a existência de conflito, que nem sempre envolvia violência física, mesmo que ela tenha sido muito presente no Brasil colonial.

As lutas políticas para emancipação e conquista da cidadania também continuaram em tempos de império, apesar das dificuldades encontradas, como a segregação no mercado de trabalho nas décadas subseqüentes à data oficial de abolição da escravatura, quando postos de trabalho agrícola e depois industrial foram disputados por um intenso fluxo migratório de europeus.⁶² Em diferentes momentos da história do Brasil, múltiplas foram as formas de tensão e resistência dos negros às tentativas de subordiná-los aos mandos de elites políticas e econômicas, de supressão da sua liberdade religiosa, de manifestação política e definição de suas práticas culturais, e também de mantê-los na condição de pobreza material, com dificuldade de acesso a serviços e outros direitos sociais.

do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 324-38.

⁶⁰ REIS; SILVA, 1989, op. cit.

⁶¹ Cf. FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999 (a publicação original data de 1933). Está é uma obra clássica que, na tentativa de positivar a imagem e participação do negro na formação da identidade nacional, diferentemente de autores renomados do final do século XIX, como Raimundo Nina Rodrigues, constrói uma interpretação harmoniosa sobre as relações entre senhores e escravos, omitindo o conflito e a violência que nelas estiveram presentes.

⁶² Diversos trabalhos assinalam a política estatal brasileira de incentivo à imigração européia como parte de um projeto de nação idealizado por setores dominantes, em que o “branqueamento em um século” era a solução para eliminar o estigma da raça dita inferior e superar o pessimismo em relação ao futuro de uma nação mestiça, opção sustentada pelos teóricos do racismo científico. Sobre isso consultar: SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 e ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985. O projeto imigrantista não foi acolhido de forma igual por toda a elite escravocrata brasileira. O estado de Minas Gerais é um bom exemplo, ver: RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional**. Minas Gerais, 1888-1928. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, São Paulo, 2008, especialmente o capítulo “Representações do mundo do trabalho”, p. 29-52.

Todavia, os olhares deste trabalho estão voltados para décadas recentes da história de Uberlândia, especialmente para examinar o modo como frações de negros, organizados ou não em movimentos sociais formais, reelaboraram os problemas vivenciados cotidianamente em suas vidas e encaminharam formas distintas de ação social que revelam aproximações e embates que serão tratados neste capítulo. Ao investigar a natureza conflituosa das relações sociais, suas diferenças, desigualdades e ambivalências, o caminho desta pesquisa foi o de pôr em diálogo os processos que levaram à formação de diversos grupos do movimento negro, na década de 1980, com os significados construídos nas práticas da congada e do carnaval, atentando-se para a dinâmica de transformações pelas quais passaram tais práticas culturais centenárias nessa cidade.

No trabalho de monografia privilegiei, dentre outras abordagens, o momento de formação do Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (Monuva), em 1984, os sujeitos envolvidos, seus projetos e reivindicações, os embates e alianças estabelecidas, bem como as conquistas alcançadas. Esse percurso apontou a necessidade de analisar como os membros desse movimento dialogaram e negociaram com a administração pública municipal daquele momento — representada, no executivo, pelo peemedebista Zaire Resende, cujo mandato foi de 1983 a 1988 —, que, apropriando-se de lutas históricas dos setores populares e ressignificando-as, pautava-se, pelo menos na dimensão discursiva, no convite à população para participar do governo, através do lema da “democracia participativa”.

Nessa discussão, interessou-me perceber como esse novo formato de gestão pública e os debates em âmbito nacional sobre a legitimidade dos direitos e da participação popular se relacionaram com os anseios historicamente reivindicados por setores sociais excluídos, a exemplo de grande parte da população negra local que, por meio da sua atuação social, somando-se a outros fatores, produziu diversas transformações na década de 1980.⁶³

Cabe pontuar um momento histórico anterior ao corte cronológico desta pesquisa, porque até então ele era pouco investigado e algumas evidências documentais vislumbram a atuação de mulheres e homens negros na primeira metade do século XX. O objetivo aqui não é traçar uma genealogia para a mobilização dos negros em Uberlândia, mas mostrar

⁶³ Cf. SANTOS ou CARDOSO, 2008.

que ela ocorreu em diferentes tempos da história da cidade, não sendo inaugurada na década de 1980. Diversos foram os grupos de negros que se reuniram em associações, irmandades e clubes visando lutas pela valorização das práticas culturais identificadas com a etnia negra e em defesa dos seus direitos sociais.

Assim, a longevidade das lutas negras nesse município é percebida em diferentes registros que se tornaram fontes históricas para este estudo, a exemplo da imprensa local. A pesquisa feita em jornais das décadas iniciais do século XX⁶⁴ indicou a presença de diversas organizações negras, como o Movimento Associativo Flor de Maio, fundado em 1926; a Legião Negra, cujas reportagens iniciais datam de 1935⁶⁵; a Legião Negra Feminina, formada em 1935⁶⁶; o Centro Theatral do Negro, criado em 1936⁶⁷; e a Associação dos Homens de Cor, também inaugurada em 1935⁶⁸. Ainda nos anos de 1930 há indícios de atuação da Sociedade Recreativa Tenentes Negros, clube carnavalesco que passou a se denominar, em 1946, Clube José do Patrocínio. Na década de 1940 se formou o Independente Clube, nos anos de 1960 surgiu o clube Alvorada Cultural e depois dele o Concorde, também um clube de negros.⁶⁹

Enfim, muitas foram as associações organizadas em Uberlândia durante o século XX e no anterior por mulheres e homens negros, cuja atuação foi marcada por um conjunto de ações diferenciadas, tais como a realização de bailes e festividades, a publicação do jornal *A Raça*⁷⁰, aproximações com políticos locais⁷¹ e intercâmbio com outros grupos de negros em diferentes regiões do país.⁷²

⁶⁴ O rascunho com esboço dessa pesquisa foi por mim encontrado no acervo do Arquivo Público Municipal. Tempos depois, a professora Maria Clara identificou como autora do levantamento a professora Jane de Fátima Silva Rodrigues, docente aposentada pela Universidade Federal de Uberlândia. À época de sua pesquisa ela coordenava o referido arquivo.

⁶⁵ Ver: Legião negra. **A Tribuna**, Uberlândia, 21 set. 1935, p. 2. A reportagem fala da visita da Legião Negra de São Paulo em Uberlândia para a “campanha do mil reis”.

⁶⁶ Cf. Legião Negra. **A Tribuna**, Uberlândia, 23 nov. 1935, p. 2. O artigo noticia a posse da diretoria da Legião Negra Feminina.

⁶⁷ Cf. A pedidos Centro Theatral Negro. **A Tribuna**, Uberlândia, 20 maio 1936, p. 3.

⁶⁸ Cf. Associação dos homens de cor. **O repórter**, Uberlândia, 19 jul. 1941.

⁶⁹ Cf. Ismael Marques de Oliveira. Entrevista realizada no dia 25 de fevereiro de 2010.

⁷⁰ Cf. *A raça*. **A Tribuna**, Uberlândia, 24 dez. 1935, capa. A nota registra o segundo número do mensário editado pela Legião Negra.

⁷¹ Cf. Legião Negra. **A Tribuna**, Uberlândia, 21 dez. 1935, p. 4. O artigo trata do coquetel oferecido pelo então prefeito Carmo Giffoni à Legião Negra de Uberlândia como retribuição à recepção que esta proporcionara a ele. Ver também: Manifestação ao prefeito dr. Luiz Lisboa. **A Tribuna**, Uberlândia, 27 maio

Por não se tratar do corte temporal privilegiado neste trabalho, a consulta à imprensa desse período teve caráter meramente informativo, sem preocupação em problematizar as imagens construídas pelos jornais acerca das práticas sociais de homens e mulheres negros naquele tempo histórico. Saliento que os discursos jornalísticos não foram tomados como a tradução verdadeira dos acontecimentos que foram alvo dessa breve investigação, mas serviram como “pistas e sinais”⁷³ para apontar a historicidade da presença e atuação de negros na cidade. O objetivo, repito, não era, nesse momento, o de seguir os “rastros” da imprensa e me orientar pelo “fio do relato”⁷⁴ que entrelaça tais experiências numa conjuntura mais ampla.

Esclareço ainda que a simples busca de informações não é a minha perspectiva de análise do jornal como documento para a pesquisa histórica, pois ele é um meio de se observar transformações sociais importantes de um momento analisado, não por ser reflexo da realidade, mas sim porque é elemento constitutivo das relações sociais, que dialoga e interfere nessas relações conforme seus interesses e pressões sofridas. Mas tratarei disso posteriormente, na medida em que emergirem no texto as reportagens dos jornais pesquisados, pois entendo que a teoria na produção do conhecimento histórico é construída

1936, capa; Uma visita de cordealidade e de aproximação. **O Estado de Goyaz**, Uberlândia, 27 jan. 1937, p. 2.

⁷² Cf. Legião negra. **A Tribuna**, Uberlândia, 21 set. 1935, p. 2.

⁷³ Faço alusão ao procedimento metodológico defendido pelo italiano Carlo Ginzburg em relação à construção do conhecimento histórico, o qual foi pensado, ao longo deste texto, no diálogo com as fontes. Ao lembrar que o trabalho do historiador não pode ser feito pela observação direta e que, portanto, o pesquisador deve seguir pistas e sinais que o levem a uma versão verossímil dos acontecimentos passados, Ginzburg faz uma analogia do ofício do historiador com o trabalho de Sherlock Holmes, Giovanni Morelli e Sigmund Freud. Os métodos utilizados nos três casos (um detetive, um crítico de arte e um psicanalista) atentam para os pormenores e indícios que “permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível”. Para saber mais, consultar: GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

⁷⁴ A partir de uma narrativa mítica, Carlo Ginzburg se apropria da metáfora do labirinto para refletir sobre a escrita da história, salientando a importância do “fio do relato” para orientar o historiador nos labirintos da realidade pesquisada, que se encontra em fragmentos nos documentos investigados, ou seja, “os rastros” deixados pelas sociedades do passado. Na interação entre fios do relato e rastros, os historiadores, segundo Ginzburg, constroem narrativas próximas do real vivido, embora verdadeiro, falso e fictício tenham fronteiras tênues para ele. Cf. GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

a partir das evidências documentais e não lançada pronta, desvinculada da pesquisa empírica, apenas encaixando-se a realidade estudada às certezas prévias do pesquisador.⁷⁵

1.2 – Outras experiências negras na cidade

Em diferentes momentos da história de Uberlândia, os seus moradores negros vivenciaram experiências de exclusão racial e social, algumas declaradas e outras se apresentando de forma velada, como é característico do chamado “racismo à brasileira”⁷⁶. Nessa direção, o diálogo com a historiografia local me forneceu evidências para refletir acerca das dificuldades enfrentadas por homens e mulheres negros para viver nessa cidade em temporalidades distintas do recorte cronológico desta dissertação. Tais situações se relacionaram, muitas vezes, à ocupação dos espaços urbanos, a exemplo dos lugares que compunham o cotidiano noturno de frações de negros e brancos pobres nas décadas de 1940, 50 e 60.

O historiador Júlio César de Oliveira, ao falar das práticas de sociabilidades vigentes nesse município em meados do século XX⁷⁷, chama a atenção para o modo como a imprensa uberlandense construía tratamentos distintos para os locais freqüentados por diferentes grupos sociais. Vejamos a publicação do jornal O Repórter, em 1948:

Em toda a parte da cidade a qualquer hora a cachaça é escandalosamente consumida. A imoralidade campeia sem cerimônias e a degradação dos bons costumes avilta-se em proporções alarmantes. Podemos citar os armazéns e bares próximos ao popularíssimo “curral das éguas”, à rua Benjamim Constant, logo depois da estrada de ferro. Nota-se por ali constantemente a aglomeração de transviados, entregues ao vício da embriaguez. ‘Curral das éguas’: realmente, adapta-se a ironia do nome aquele parque de perversão com mais acerto admitiríamos que ali

⁷⁵ Sobre isso ver: THOMPSON, Edward Palmer. Intervalo: a lógica histórica. In: THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 47-62.

⁷⁶ Cf. TELLES, Edward E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2003.

⁷⁷ OLIVEIRA, Júlio César. **O último trago, a última estrofe**: vivências boêmias em Uberlândia nas décadas de 40, 50 e 60. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

denomina-se: curral do desleixo, da incúria e da negligência, qualificativos iguais que caracterizam o depravado ambiente.⁷⁸

Curral das Éguas “era um conjunto de casebres construídos com as tampas dos caixotes de gasolina (naquele tempo este combustível vinha dentro de uma caixa com capacidade para dois litros)”⁷⁹, onde, entre outras práticas, existia a prostituição. Com efeito, em tal lugar se identificavam ações e valores contrários àqueles defendidos, pelo menos no discurso, por setores das elites e também por parcelas populares que se vinculavam a uma vida disciplinada pelo trabalho e pelas regras sociais que sinalizavam uma “boa” conduta. Por outro lado, Oliveira mostra que os comportamentos tidos como imorais eram pintados com outras cores na narrativa jornalística quando se referiam às experiências das classes trabalhadoras, sendo silenciadas quando envolviam membros das classes altas e médias.

Bares e clubes como o Caba-Roupa, Curral das Éguas, Zanzibar, Cassino Oriental, Boate do Marra, entre outros freqüentados por negros e brancos pobres, por vezes eram classificados no Correio de Uberlândia como “palco de tantos crimes nas hordas da malandragem e baixa boemia”⁸⁰. Os modos de desqualificação dos espaços de lazer e encontro de parte dos negros da cidade se manifestaram de variadas formas no período. Em entrevista concedida à equipe do Projeto Depoimentos do Arquivo Público Municipal de Uberlândia e citada por Oliveira, Sebastião Messias de Oliveira, um senhor septuagenário, relatou a violência policial nesses locais:

Na Av. Rio Branco, tinha uma dança. Chamado um cabaré freqüentado por esse pessoal da periferia. Aquilo durou muitos anos. Eu conheci quando menino e virei moço e ainda tinha essa dança ali. Quando você passava de vez em quando a polícia estava lá, levava, enchia a cadeia de tanta gente presa, no outro dia soltava. Aquilo funcionou durante muitos anos. Ali é que esse pessoal da classe B ou não sei o quê dançava.⁸¹

⁷⁸ Ao que parece falta a ação da polícia. A cachaça em Uberlândia avilta o espírito e apodrece a carne. Um caso na alçada da saúde pública. **O Repórter**, Uberlândia, 11 set. 1948. n. 1195, 1, apud OLIVEIRA, 2000, p. 75.

⁷⁹ OLIVEIRA, 2000, p. 76.

⁸⁰ UMA noitada de boêmia acabou em cena de sangue. **O Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 26 jul. 1949, p. 5, apud OLIVEIRA, 2000, p. 31.

⁸¹ Sebastião Messias de Oliveira. Entrevista realizada no dia 08 junho de 1990 pela equipe do Arquivo Público Municipal de Uberlândia para o Projeto Depoimentos, apud OLIVEIRA, 2000, p. 78 e 79.

Sebastião Messias (já falecido), à época da entrevista com 72 anos, contou que a perseguição aos ambientes de convívio social dos negros, inclusive pelas forças institucionais de repressão, era cotidianamente enfrentada pelos seus frequentadores. Assim, além da construção simbólica feita pela imprensa local acerca da chamada “baixa boemia”, criminalizando-a com expressões pejorativas, outras práticas sociais marginalizavam “esse pessoal da periferia, esse pessoal da classe B” nos seus momentos de diversão.

O cinema era uma opção de entretenimento e mesmo de informação para um público expressivo nas décadas de 1940 e 50 em Uberlândia e em outras cidades brasileiras, de modo que também foi alvo de segregação espacial entre brancos e negros, ricos e pobres nesse período. O historiador Luiz Carlos do Carmo, em sua pesquisa sobre o trabalho e a cultura de trabalhadores negros em Uberlândia entre 1945 a 1960, entrevistou Dona Vanilda, que descreveu o que acontecia naquela época:

[...] eu vivi uma parte disso. Tinha um lanterninha lá no, no Cine Uberlândia, então ele ficava nas filas, né? ‘Ou, ou, cê num, num é essa fila daqui não, essa fila aqui não, cê passa pra lá, pra quela lá, pra aquela fila lá, de lá é do cêis, de lá do cêis, né?...Tinha o guichê de comprá o ingresso pra sessão dos branco em baxo, os branco tinha a fila deles e pra í po cinema em baxo e os nego já comprava po pulero...Tinha entrada diferente, duas entrada, num é entrada misturada não. Não tinha. Os preto comprava pra í po pulero... em fila própria. Guichê separado pa comprá ingresso. Num tinha, que às veiz tinha algum assim que, sabe? Sempre tem um que banca o bobo demais, né? Aí o lanterninha já vinha: ‘não ó, naquela fila de lá, o cêis é de lá, pode í, vai passano pra lá, vai passano pra lá’. Naquela maió falta de educação. Hoje o trem mudô [...].⁸²

A narrativa de Vanilda exemplifica a experiência de muitos outros homens e mulheres negros que viveram “uma parte disso”, ou seja, as práticas de segregação racial que, no caso do cinema, existia tanto nos guichês para a compra de ingressos como nas filas de entrada, além da divisão nos assentos, pois havia um mezanino na parte superior da sala de projeção, denominado “poleiro”, destinado a negros e brancos pobres. Tal distinção, pautada no elemento étnico, permite vislumbrar, como analisa Carmo, “que a democracia

⁸² Depoimento de Dona Vanilda Silva, em 02 de fevereiro de 1999, apud CARMO, Luiz Carlos. Sinuosas vivências: famílias negras em Uberlândia/MG (1945-1960). **História & perspectivas**. Uberlândia, n. 24, jan./jun. 2001, p. 183.

racial, naquele momento, alardeada há mais ou menos vinte e cinco anos, tinha a sua feição, na cidade de Uberlândia, marcada por um separatismo assegurado em muitas dimensões daquele cotidiano”⁸³.

Essa separação também foi vivida, na época, na Praça Tubal Vilela, uma das principais da cidade, localizada em região central, e no *footing* da Avenida Afonso Pena, prática de sociabilidade urbana comum no Brasil das décadas de 1920, 30, 40 e 50. Sobre isso, Livia Marina de Andrade e Maria de Lourdes Pereira Fonseca comentam:

O lado esquerdo da Avenida Afonso Pena (no sentido Praça Tubal Vilela - Praça Sérgio Pacheco), onde se situavam os cinemas e os serviços mais requintados, era utilizado apenas pelos brancos e ricos. Do outro lado da calçada, era o espaço destinado aos negros e brancos pobres, sendo que estes últimos algumas vezes atreviam-se a atravessar para o outro lado, mas logo se sentiam oprimidos. Não era uma demarcação oficial, mas uma divisão que ocorria de forma espontânea, um reflexo dos valores sociais da época. [...] Em muitos espaços públicos fechados também se observava uma separação semelhante a aquela estabelecida no *footing*.⁸⁴

Essa narrativa aponta para um momento da história da cidade em que as tensões entre negros e brancos, ricos e pobres eram explicitadas e, em certo sentido, legitimadas pelos valores culturais, que são historicamente construídos e, por isso, encontram-se em contínuo movimento de mudanças. Tal situação é rememorada por Anísio, popularmente conhecido como Baía, entrevistado pelo historiador Júlio César de Oliveira em 1998, quando estava com 75 anos. Esse senhor, de cor branca, trabalhou como eletricista em vários bordéis locais, dentre outras atividades profissionais que exerceu⁸⁵, e relembra:

Houve um período muito grande na história de Uberlândia em que os pretos e as pretas andavam do lado direito da avenida Afonso Pena e os brancos andavam do lado esquerdo, que era o lado do cinema e da loja A Goiana. O Bar da Mineira, por exemplo, era super-racista, não aceitava

⁸³ CARMO, 2001, p. 184.

⁸⁴ ANDRADE, Livia Marina de; FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. **Horizonte Científico** (revista eletrônica). Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 1-29, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/4111/3060>>. Sobre a discussão a respeito das formas de segregação racial na cidade, nesse período, vale a pena conferir: CARMO, 2001, op. cit.

⁸⁵ O entrevistado também atuou como jornalista. Para conhecer os seus escritos, ver o livro organizado por Jane de Fátima Rodrigues: HUBAÍDE, Anísio Jorge. **O Baía**. Uberlândia: Edufu, 2007.

preto, não serviam os pretos. Se um preto ali entrasse, ficava sentado e o garçom não ia servi-lo.⁸⁶

Assim, se não havia uma aceitação, em locais públicos e privados, da presença de negros e pobres, ao mesmo tempo eles constituíam os seus próprios espaços de reunião e lazer, não deixando de imprimir as suas formas de viver à cidade, na medida em que demarcavam novos territórios na geografia dos lugares de sociabilidade. Nas décadas de 1940 e 1950 havia clubes negros, como o Independente e o Flor de Maio, que organizavam bailes dançantes nos fins de semana e eventos especiais em datas comemorativas, como na data de aniversário do Independente, quando “rezava-se o terço, ofereciam-se doces, saudava-se a bandeira e apresentavam-se peças musicais”⁸⁷. Já o Flor de Maio, “com a chegada do carnaval, realizava concurso de fantasias e unia-se ao Independente, percorrendo as principais ruas da cidade ao som de sambas e marchas carnavalescas”⁸⁸. Nesse sentido, na dialética dos conflitos desenrolados no cotidiano da cidade, os negros continuaram ocupando e conquistando seus espaços, demonstrando que outros projetos se fizeram presentes na cena urbana.

Então, nesse cenário onde cor e origem socioeconômica forjavam fronteiras nos usos dos espaços urbanos, a festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário, ao percorrer vias públicas e se desenrolar numa praça central, localizada em frente à Igreja do Rosário, significava, especialmente naquela época, ações de resistência de homens e mulheres negros frente às práticas segregacionistas que, de maneira explícita, marcaram o período. O historiador Luiz Carlos do Carmo, ao apresentar várias dimensões vivenciadas por meio da congada, analisa que ela invertia uma lógica de invisibilidade dos sujeitos negros na região central da cidade. Segundo ele,

a presença marcante, materializada num momento de extrema visibilidade sonora; quando o som das vozes negras, diariamente silenciadas, acompanhadas dos tambores, dos pantagomes, das gungas e outros instrumentos, se fazem notar, antes mesmo de sua chegada ao centro de Uberlândia; gestual, quando os corpos negros revelam-se e revezam-se, no ar, num movimento de saudação e respeito às comemorações do dia de Nossa Senhora do Rosário; religiosa, quando se

⁸⁶ Anísio. Entrevista realizada em 12 de fevereiro de 1998, apud OLIVEIRA, 2000, p. 72.

⁸⁷ OLIVEIRA, 2000, p. 48.

⁸⁸ Idem. Ibidem.

tem o prazer de transitar pelas ruas centrais e revelar a devoção a Santa sem a vergonha de expressar que a graça fora alcançada; valorativa, quando se permite perceber a todos que interessam que aquele ritual lhes tem valor, faz parte do seu mundo; emocional, quando da passagem dos ternos de moçambique, ao som do pantagome, movimenta-se o corpo, sensibiliza-se, e se é tomado de uma emoção única; entre outros importantes momentos dessa prática social da coletividade de homens, mulheres e crianças negros, proporcionada pelas comemorações da Festa do Rosário no centro de Uberlândia [...].⁸⁹

Em relação à ocupação profissional, Carmo identificou uma concentração de trabalhadores negros, nas décadas de 1945 a 1960, em determinados ofícios, denominados, em sua dissertação, “funções de preto”, pois assim eles são pontuados pelos entrevistados. Envolviam principalmente o trabalho nos curtumes, nas charqueadas, nas fábricas de banha e frigoríficos, nas máquinas de beneficiar arroz, nas sacarias, o calçamento das ruas, as atividades nas pedreiras e nas olarias. Funções, sem dúvida, desgastantes, mas no diálogo com esses trabalhadores negros o historiador observa um conjunto de saberes, valores e intenções que foram por eles utilizados na concorrência com os trabalhadores não-negros nas possibilidades de ganho, que resultou na concentração de negros em determinadas funções.

A historiadora Maria Clara Tomaz Machado destaca que no projeto de ordem e progresso pensado por setores das elites locais havia também uma divisão espacial entre ricos e pobres, do nascer ao morrer, quando os últimos eram enterrados no cemitério São Paulo e os primeiros no cemitério São Pedro.⁹⁰ No que diz respeito aos cinemas, o Cine Uberlândia e o Cine Regente se destinavam mais às frações da sociedade local de maior poder econômico, ao passo que o Cine Éden (apelidado de Poeira) e o Para Todos, ambos situados na periferia da cidade, eram voltados para aqueles de baixa condição financeira.⁹¹ Nas escolas particulares católicas estudavam os filhos das famílias das classes alta e média, enquanto nas instituições públicas se encontravam os grupos remediados e pobres da população local.⁹² Por diferentes maneiras, essas divisões eram pressionadas pelos sujeitos

⁸⁹ CARMO, 2001, p. 13.

⁹⁰ Cf. MACHADO, Maria Clara Tomaz. Uberlândia: “Há serpentes no paraíso”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda Santos (orgs.). **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d'água, 1999, p. 181-209.

⁹¹ Idem, *ibidem*.

⁹² Idem, *ibidem*.

negros e pobres e produziam, em determinados momentos, uma circulação menos rígida entre os espaços das elites e aqueles freqüentados por negros e brancos pobres.

Ainda segundo Machado, pobres e negros ocuparam, na imprensa e na literatura, o espaço das “tabocas”, descrito como o lugar onde vivem os vagabundos, tocando viola, bebendo e explorando as mulheres e filhos que pediam esmola no centro da cidade.⁹³ Essa representação pode ser vista na crônica *Memórias de ninguém*, escrita por Marçal Costa e publicada em 1964:

... É sábado.
Levantou-se com uma preguiça enorme.
Virou o braço e o ‘muque’ monumental ergue-se no
braço de ébano. Negrão forte, corpo atlético. Um atlas
cor de chocolate.
- Acorda Etelvina! Sete horas já!... Depressa Etelvina.
Pegue os catarrentos que já está passando da hora.
Vamos!...
Descida monumental. Os cinco negrinhos atrás. Já eram
quase oito horas quando começou.
- Uma esmola, pelo amor de Deus! Tenho cinco filhos
prá tratar dona e estou com ‘chagas’...
... Sete horas da noite.
- Três, quatro, cinco, e duzentos, duzentos e cinco,
duzentos e vinte... só isto? O que é que vocês fizeram
o dia inteiro?
- Num deu nada Tião. Tá todo mundo sem dinheiro. Uma
cambada de gente muxiba. Só dá nota de dez e de vinte.
Assim mesmo deu cinco duzentos e vinte...
Tu tá mentindo, negra.
- Não.
- Tu escondeu dinheiro. Tu sabe que eu preciso muito
hoje. É sábado, negra. Me dá o resto aqui senão já sabe!
- Não. Eu volto Tião. Vou deitar na porta da estação com
os meninos. Até as 10 horas trago mais. Não precisa me
bater hoje... eu volto Tião. Te trago mais... Te trago mais.⁹⁴

A crônica tem por característica o diálogo com o cotidiano, abordando valores e temáticas que estão postas nas relações sociais do momento vivido, por vezes utilizando-se da narrativa satírica para problematizar costumes, idéias, instituições sociais e outras questões. Em *Memórias de ninguém* se evidencia uma percepção, vigente à época de sua

⁹³ Cf. MACHADO, 1999.

⁹⁴ COSTA, Marçal, **Memórias de ninguém**. Crônicas. Uberlândia, 1964 apud MACHADO, 1999, p. 190 e 191.

produção, acerca das famílias negras pobres. A condição econômica delas é compreendida como resultado da recusa ao trabalho, da preguiça, da mendicância como possibilidade de vida “fácil”, distante do labor diário. O homem – marido e pai – é descrito como um “negrão forte, corpo atlético”, deixando entrever que ele poderia exercer uma das “funções de preto”; no entanto, essa força é usada na violência contra a mulher, sua esposa, a quem explora, obrigando-a a pedir esmolas com os filhos para garantir a ele a diversão de sábado.

Essa representação de negros e pobres esteve presente em diversos momentos na imprensa uberlandense, a exemplo das reportagens que desqualificavam a vida boêmia desses grupos, comentadas anteriormente. A matéria publicada na capa do jornal *Correio de Uberlândia* em 1955 se tornou emblemática para esta discussão. Pelo teor das suas formulações foi citada em diversos trabalhos acadêmicos. O texto faz alusão ao bairro Tabocas que, especialmente nos anos de 1940, 50 e 60, contava com numerosa população negra dentre os seus moradores, sendo descrito como:

Antro de vadiagem... Além da pobreza que impera em “Tabocas”, a vadiagem fez lá o seu reino. Homens fortes (não constituem regra, felizmente) tocam viola o dia inteiro, enquanto mulheres magras, macilentas e esqueléticas mendigam tostões que eles mesmos vão gastar nas farras e cachaçadas ao rebolar dos sambas no chão batido. – Rara é a semana em que não ocorrem cenas de sangue nas “Tabocas”.⁹⁵

A estigmatização presente nessa construção jornalística aparece justificada nos valores e modos de vida — distorcidos pela lógica burguesa — dos sujeitos residentes na região das Tabocas, hoje conhecida como Bairro Bom Jesus. Se a crônica pode ser pensada a partir de seu teor de crítica e denúncia social quando descreve um grupo de cor negra e origem pobre, por outro lado, o texto publicado pelo *Correio de Uberlândia* produz sentidos em torno das formas de viver dessa comunidade, caracterizando-a pela indolência, pela mendicância e vadiagem, pela violência e alcoolismo, expressando assim uma posição política do jornal frente aos diferentes sujeitos que vivem nessa cidade.

O Bairro Patrimônio também tem sua história marcada por uma significativa presença de homens e mulheres negros. Foi uma das primeiras áreas ocupadas da cidade, há

⁹⁵ *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 21 de julho de 1955, capa.

cerca de 123 anos, possuindo, segundo informação de alguns moradores mais antigos, um ano a menos em relação à idade oficializada de Uberlândia, porém, não há consenso sobre a sua data de formação. O lugar é berço de muitas práticas culturais ligadas a parte da comunidade negra uberlandense, como a congada e o carnaval de rua, tornando-se significativo para pensar as formas de viver de frações desses sujeitos, os modos de fazer que significam as experiências individuais e sociais naquele espaço.⁹⁶

Apesar da escassez de pesquisas que abordam a qualidade de vida do contingente negro local⁹⁷, algumas informações sobre o bairro se tornaram uma referência possível para se pensar a questão. Transformaram-se em fontes para esta dissertação dois estudos sobre a periferia da cidade, um realizado em 1994⁹⁸ e outro desenvolvido em 2001⁹⁹ por pesquisadores vinculados ao Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Os dados da pobreza relativos a essa população foram averiguados a partir de uma heterogeneidade de elementos, tais como gênero, escolaridade, cor e idade. No entanto, tais levantamentos pouco registraram sobre o padrão socioeconômico dos negros no município, mas alguns indícios coletados, somados a análises acadêmicas sobre as dificuldades vivenciadas por esses sujeitos, representaram contribuições importantes para esta pesquisa.

As estatísticas apresentadas pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (Cepes/IE/UFU) como resultado de pesquisa feita em 1994, apontam o percentual de analfabetismo no Patrimônio como o maior detectado nos bairros de periferia investigados, com 23,08% dos seus residentes sem saber ler e escrever.¹⁰⁰ A escolarização aparece como algo preocupante no bairro, especialmente em relação às crianças de sete a

⁹⁶ Sobre o Bairro Patrimônio e os modos de viver de frações de negros moradores do local, vale conferir: LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **Bairro do Patrimônio**: salgadores e moçambiqueiros. Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

⁹⁷ Em Uberlândia, segundo os dados fornecidos pelo Cepes – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (UFU), 44, 4% da população consultada no censo de 2001 declarou-se negra (pardos e pretos). Ver: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_populacao.shtm, acessado em 25/01/2008.

⁹⁸ SHIKI, Simone F. N.; NEDER, Henrique D. **Condições sócio-econômicas das famílias na periferia de Uberlândia**. Uberlândia: Cepes, 1996 (Relatório de Pesquisas). Disponível em: <<http://www.ie.ufu.br/cepes/tabelas/Pesquisas/Condicoes1996.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

⁹⁹ Cf. GOMES, Darcilene C.; NEDER, Henrique D.; SHIKI, Simone F. N.; MELO, Renata. Indigência e pobreza em Uberlândia. In: X SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002. p. 1-25.

¹⁰⁰ SHIKI; NEDER, 1996, p. 52.

treze anos. Verificou-se que, nas famílias entrevistadas, 240 crianças freqüentavam a escola e 100 estavam fora dela — número expressivo, principalmente por se tratar de uma faixa etária atendida pelo ensino básico e fundamental, que inclui, nos primeiros anos, a aprendizagem da leitura, da escrita e das operações matemáticas simples.¹⁰¹ Entre as crianças de zero a seis anos, a amostragem identificou que 100% delas não freqüentavam creches e escolas.¹⁰²

Quanto à variável saúde, os pesquisadores perguntaram aos moradores da periferia pobre: “O que o sr.(a) faz quando alguém da família fica doente?”, oferecendo as seguintes opções como resposta: não faz nada, procura a farmácia, usa remédio caseiro, procura o Hospital de Clínicas, procura posto de saúde, usa convênio privado. No Patrimônio, 80% declararam procurar o atendimento público do Hospital das Clínicas, vinculado à Faculdade de Medicina da UFU.¹⁰³

Examinando a pobreza pela cor declarada pelos entrevistados na pesquisa de 2001, verifica-se que, no interior da população negra local, mais da metade (58,40%) era classificada como pobre. Já aqueles que se identificaram como pardos, “48,70% eram pobres, o que representa um contingente elevado, considerando que são 175.563 pessoas que se declaram pardas no município. Entre os brancos, 37,40% eram pobres”.¹⁰⁴ No levantamento de 1994, a renda por equivalente adulto, medida em unidade real de valor, conhecida pela sigla URV¹⁰⁵ (moeda adotada no país naquele momento), ficou assim classificada no Patrimônio:

Bairro Patrimônio						
Renda em URV	até 25	25 a 50	50 a 100	100 a 200	200 a 500	acima de 500
Número de entrevistados	0	90	120	60	0	0

¹⁰¹ SHIKI; NEDER, 1996, p. 144

¹⁰² Idem, ibidem, p. 61.

¹⁰³ Idem, ibidem, p. 102.

¹⁰⁴ GOMES; NEDER; SHIKI; MELO, 2002, p. 13.

¹⁰⁵ A unidade real de valor (URV) foi instituída pela medida provisória nº 482, de 28 de abril de 1994 e foi convertida na lei nº 8880, sancionada em 27 de maio de 1994 para servir exclusivamente como padrão de valor monetário. Informações coletadas em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/MPV/1990-1995/482.htm>> e <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8880.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

Tabela 1: Renda dos moradores do Bairro Patrimônio em 1994.

Fonte: Dados do Relatório de Pesquisas do Cepes, 1996.¹⁰⁶

Importa lembrar que o salário mínimo do período era de 64,79 URVs, de maneira que 44,44% dos adultos entrevistados (120 pessoas) no Patrimônio recebiam, em 1994, valor que variava entre um salário pouco inferior ao piso nacional (50 URVs) e um salário mínimo e meio (100 URVs), ao passo que 33,33% (90 moradores) tinham entre 25 a 50 URVs como renda. Em nível brasileiro¹⁰⁷, o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizado em 2000 informou que, de um total de 129.392.841 brasileiros alfabetizados, 73 499 592 são brancos e 53.930.844 são negros e pardos.¹⁰⁸ Em relação ao emprego, dos 65.629.892 empregados 36.532.933 são brancos e 28.124.189 negros e pardos.¹⁰⁹

Um aspecto que merece ser considerado é a diferenciação, feita pelos próprios moradores participantes da pesquisa, entre negro e pardo, que remete às noções de cor e de raça que foram política e historicamente construídas no Brasil. Explicar a historicidade desse processo não é o objetivo deste trabalho, mas abro aqui um parêntese para pontuar algumas questões. Uma delas se relaciona à recepção no Brasil das teorias raciais européias e americanas do final do século XIX, as quais, utilizando argumentos científicos, pelo diálogo com o evolucionismo e o determinismo social, afirmavam a inferioridade dos negros, naturalizando hierarquias sociais, políticas e econômicas construídas ao longo de três séculos.¹¹⁰ “Segundo os modelos da época, pior do que as ‘raças puras inferiores’, eram

¹⁰⁶ Dados coletados em: <<http://www.ie.ufu.br/cepes/tabelas/Pesquisas/Condicoes1996.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

¹⁰⁷ No recenseamento do IBGE feito em 2000, de um total de 169.872.856 pessoas entrevistadas 75.872.428 se declararam negras, isto é, de cor preta ou parda, estimando uma parcela de 44,66% sobre a população total brasileira. Retirado de: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm, acessado em: 26/01/2008.

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ Retirado de: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm, acessado em: 26/01/2008.

¹¹⁰ Dentre esses estudos, destacam-se aqueles associados à antropometria¹¹⁰, ciência que acreditava na mensuração da potencialidade de uma raça através do diâmetro da cabeça humana. Enchia-se a ossada de um crânio com areia e depois se pesava a areia em uma balança. O resultado averiguado servia de parâmetro para determinar a superioridade ou inferioridade de uma pessoa ou povo. Nessa linha, desenvolveu-se a antropologia criminal, que pretendia identificar um criminoso a partir de tipos físicos pré-estabelecidos; dentre eles, estava o de pele escura. Um importante defensor do determinismo racial no Brasil foi o médico Nina Rodrigues. Ele defendia que a elaboração do Código Criminal deveria ser feita pelos médicos, pois estes estavam aptos a analisar a inferioridade existente na população, propondo que houvesse dois códigos, um para brancos, outro para negros, para que as leis fossem adaptadas a capacidades supostamente distintas. Cf.

as raças mestiças”¹¹¹, de modo que o “espetáculo das raças”¹¹² no país passou a ser visto como degeneração e impedimento ao progresso brasileiro, tão almejado naquele tempo histórico, de fins do regime escravocrata e de instituição da república brasileira, ocasião em que as elites políticas e intelectuais sentiam a necessidade de pensar um projeto futuro de nação.

Assim, o conceito de raça no Brasil foi, de acordo com Lilia M. Schwarcz, negociado, elaborado pelos “homens de ciencia” do final do século XIX, incorporando o que servia das teorias estrangeiras e apagando o que não era conveniente — escolhas feitas conforme os interesses políticos e ideológicos específicos.¹¹³ Algumas possíveis soluções foram pensadas por esses estudiosos para o futuro da nação, a exemplo das teorias do branqueamento que, grosso modo, projetavam a predominância da “raça branca” nas futuras gerações, justificada, entre outras coisas, pela imaginada supremacia biológica a ela atribuída, numa leitura adaptada da teoria da “seleção natural” postulada por Charles Darwin.¹¹⁴ Por outro lado, na década de 1930 houve iniciativas no sentido de positivar a miscigenação existente no país e o principal expoente foi o historiador Gilberto Freyre, que a via como um processo social integrador.¹¹⁵ Suas idéias tiveram repercussão nacional e internacional, delineando uma noção de democracia racial no Brasil que motivou críticas

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.

¹¹¹ SCHWARCZ, 1996, p. 172.

¹¹² Cf. SCHWARCZ, 1993, op. cit.

¹¹³ Idem, ibidem, p. 172.

¹¹⁴ Dentre as ações que objetivavam “branquear” a população brasileira, interpreta-se a política estatal de estímulo à imigração de europeus como uma delas, pois os estrangeiros recebiam incentivos financeiros e/ou de moradia para trabalhar nas indústrias e nas áreas agrícolas. Essa medida foi analisada por muitos estudiosos como sendo parte desse projeto de branqueamento da nação e conseqüente evolução do país, segundo as crenças vigentes no período. Sobre isso, ver: SCHWARCZ, 1990 e ORTIZ, 1985. É importante ressaltar que a noção de branqueamento foi pensada, ao longo da história brasileira, não somente na perspectiva do clareamento da cor da pele, mas também a partir da possibilidade de ascensão econômica que poderia, em parte, gerar uma aceitação social do negro e da transformação dos valores culturais e religiosos que passaram a ser analisados como formas de branqueamento dos negros brasileiros. Ver: HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2006.

¹¹⁵ Ver: FREYRE, 1999, op. cit. A obra tem valor inegável para o momento histórico de sua produção, em especial pelo esforço de positivar a presença e participação da população negra na história brasileira. No entanto, a abordagem do autor omite os inúmeros conflitos vivenciados por esses grupos na relação desigual com as elites brancas, construindo a cordialidade e a harmonia como elementos mediadores da interação entre senhores e escravos.

feitas sob diferentes perspectivas.¹¹⁶ Enfim, a busca da mestiçagem como uma das identidades nacionais tanto despertou elogios quanto discussões a respeito do seu aspecto dissimulador do racismo.¹¹⁷

Fechando o parêntese, com o risco de não garantir à questão o tratamento complexo que ela suscita, por não ser essa a proposta da pesquisa, saliento que os apontamentos efetuados têm a função de enfatizar a dificuldade de muitos brasileiros de se assumirem como negros, evidenciando o caráter histórico desse comportamento, o qual, sem dúvidas, vem passando por transformações diversas, a exemplo das ações de movimentos negros e de grupos culturais que, por diferentes caminhos, têm buscado a valorização desse segmento étnico-social.

A negatividade em torno da negritude pode ser explicada por uma série de práticas históricas e é alimentada pela atual exclusão econômica e pelas costumeiras construções sociais que desqualificam esse grupo, pautadas na idéia de raça. Por isso, mesmo que o discurso científico tenha rechaçado a existência de diferentes raças entre os humanos¹¹⁸, ela continua sendo utilizada nas discussões acadêmicas e dos movimentos negros, pois é o alvo de tais formulações simbólicas.

Nesse sentido, raça e cultura popular são conceitos atuais que enfrentam sérios problemas de definição em uma sociedade globalizada, onde a fragmentação e os deslocamentos têm provocado crises de identidade.¹¹⁹ Todavia, Stuart Hall parte do

¹¹⁶ Ver alguns trabalhos que se contrapõem à visão freyriana de democracia racial: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971; AZEVEDO, Thales de. Classes sociais e grupos de prestígio. In: AZEVEDO, Thales de. **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958, p. 30-43; IANNI, Otávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

¹¹⁷ Cf. VIANA, Larissa. Mestiçagem e cultura histórica: debates. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 267-286. Sobre o tema, ver também: MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

¹¹⁸ O sociólogo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães explica que o conceito de raça, adotado no século XIX para designar espécies de seres humanos distintas, em termos físicos e mentais, passou a ser recusado pela Biologia na segunda metade do século XX. Segundo Guimarães, a Unesco reuniu em 1947, 1951 e 1964, biólogos, geneticistas e cientistas sociais para avaliar os estudos sobre raças e relações raciais e eles chegaram à conclusão de que “‘raça’ é uma conceito taxonômico de delimitado alcance para classificar os seres humanos, podendo ser substituído, com vantagens, pela noção de população.” Também enfatizaram que “de qualquer modo, chamem-se esses grupos de ‘raças’ ou ‘populações’, a diversidade genética no interior dos mesmos não difere significativamente, em termos estatísticos, daquela encontrada em grupos distintos [...]”. Cf. GUIMARÃES, 1999, p. 23 e 24.

¹¹⁹ Cf. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

pressuposto da diferença, das experiências vividas, do sentimento de comunidade que guarda certas tradições para encontrar uma identidade negra, mas deve-se considerar a diversidade e as subjetividades que perpassam o conceito de negritude (gênero, sexualidade, estética, classe) e que não permitem pensar o homogêneo; por isso não se pode olhá-lo como uma categoria de essência. Assim, Hall adverte que

Não importa o quão deformadas, cooptadas e inautênticas sejam as formas como os negros e as tradições e comunidades negras pareçam ou sejam representadas na cultura popular, nós continuamos a ver nessas figuras e repertórios, aos quais a cultura popular recorre, as experiências que estão por trás delas. [...]

A “boa” cultura popular passa no teste de autenticidade, que é a referência à experiência negra e à expressividade negra. Estas servem como garantias na determinação de qual cultura popular negra é a certa, qual é nossa e qual não é. [...]

Mas é para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra que devemos dirigir integralmente a nossa atenção criativa agora. [...]

Não existe garantia, quando procuramos uma identidade racial essencializada da qual pensamos estar seguros, de que esta sempre será mutuamente libertadora e progressista em todas as outras dimensões. Entretanto, existe sim uma política pela qual vale lutar. [...] ¹²⁰

As historiadoras Martha Abreu e Hebe Mattos, ao tratarem da complexidade de elementos envolvidos em torno da noção de identidade negra, esclarecem que “ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política”¹²¹. Vale lembrar que, para o censo realizado em 1990, organizações com amplo perfil de inserção social e política – ONGs, grupos comunitários, universidades e centros de pesquisas – lançaram campanha com o slogan: “Não deixe a sua cor passar em branco”¹²².

Também à época do recenseamento de 2010, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do governo federal veiculou comercial de televisão com a atriz negra Taís Araújo, referencial de beleza na mídia, no qual ela afirmava que é negra e sua cor é preta, aconselhando as pessoas a declararem sua cor ao recenseador, ou melhor,

¹²⁰ HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003, p. 342; 344; 346; 347.

¹²¹ ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, jan./jun. 2008, p. 10.

¹²² BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004, p. 15 apud ABREU; MATTOS, 2008, p. 10.

incentivando os(as) negros(as) do país a se identificarem como pertencentes ao mesmo grupo étnico-racial de uma pessoa considerada bonita, famosa e bem sucedida financeiramente, declarando-se negros(as).

Estatísticas oficiais também oferecem informações interessantes a este estudo. No documento intitulado *Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 1940 e 2000*, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informa que as pessoas que se auto-declararam como brancas, em 1940, representavam 63,4% da população e, de acordo com o censo 2000, houve redução para 53,7%. Também decresceu a proporção de pretos (14,6% para 6,2%). Houve grande ganho populacional para as pessoas que se auto-declararam pardas, de 21,2% para 38,5%, influenciado pelo processo de miscigenação racial.¹²³

Abreu e Mattos ajudam na compreensão da dificuldade de parte das pessoas negras em se assumirem como tal, ao explicarem que,

de um ponto de vista histórico, a identidade branca se construiu no Brasil em aproximação com a condição de liberdade e a memória dela, e a identidade negra, em aproximação com a escravidão. Tais identidades se constituíram como pólos entre os quais circula uma expressiva maioria de mestiços biológicos ou culturais. De um jeito o de outro, portanto, efetivamente há estigmas a serem combatidos e revertidos.¹²⁴

Por diversas razões, as categorias “branco” e “preto/negro” — construções sociais variáveis conforme o contexto histórico — devem ser problematizadas, especialmente ao se discutir as identidades culturais que, longe de serem fixas, são produtos de inúmeras interações.¹²⁵ No entanto, reunir as pessoas que se declararam negras (de cor preta) àquelas

¹²³ IBGE. **Tendências demográficas**: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 1940 e 2000, maio 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br/.../noticia_visualiza.php?id>. Acesso em: 12 jan. 2011.

¹²⁴ ABREU; MATTOS, 2008, p. 10.

¹²⁵ As noções de raça e identidade perpassam estudos multidisciplinares, envolvendo áreas como a antropologia, a geografia, a psicologia, a história, incluindo nesta a produção dos folcloristas e outros que, sob abordagens teóricas diferenciadas, tematizam a vivência religiosa, os movimentos organizados, as danças e festas populares, dentre outras práticas culturais de grupos negros. São textos que versam sobre os negros, raça/etnia e identidade: CASCUDO, Luís da Câmara. **Made in África**. São Paulo: Global Editora, 2001; SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano. As representações do corpo no universo afro-brasileiro. **Projeto História**. São Paulo, v. 25, p. 125-144, dez. 2002; ANTONACCI, Maria Antonieta. Corpos sem fronteiras. **Projeto**

que se identificaram como pardas em pesquisas demográficas é mais eficiente ao objetivo de compor um perfil predominante para tais sujeitos, compreendidos aqui como partes de um mesmo segmento étnico-social, vivendo sob condições semelhantes.

As estatísticas, embora escassas, e os inúmeros indícios da experiência histórica desse contingente populacional mostram os problemas sociais por ele vivenciados em Uberlândia. Nessa história, é possível perceber um sem número de ações e posicionamentos dos sujeitos negros na tentativa de mudar essa realidade, seja pela busca de espaços físicos ou de reconhecimento social, pela valorização das crenças, signos e rituais de frações de negros. A formação de movimentos negros nessa cidade foi uma das formas de visualizar a atuação de homens e mulheres negros na localidade.

1.3 – A contemporaneidade dos movimentos negros uberlandenses

O interesse agora é o de examinar a disseminação, no período delimitado para esta pesquisa, de várias agremiações do movimento negro local¹²⁶ formados após a organização do Monuva, este apontado como o primeiro da cidade, tanto pelos seus fundadores, atuais participantes, como por membros de outros grupos e diferentes fontes históricas. No entanto, esse marco de fundação não inaugura as lutas dos negros em Uberlândia, já que existiram variadas formas de mobilização negra ao longo do século XX.

É considerando uma série de experiências de desqualificação social e o histórico quadro de empobrecimento que abrange grande parte dos negros no Brasil que compreendo as diversas organizações, irmandades e associações formadas por homens e mulheres negros em diferentes temporalidades e lugares do país, sem ignorar, com isso, as suas especificidades. As décadas de 1970 e 1980 foram palco da criação de muitos movimentos negros no Brasil. O Movimento Negro Unificado (MNU), organizado em 1978 na cidade de São Paulo, talvez tenha sido o de maior repercussão; contudo, inúmeros outros se

História. São Paulo, v. 25, p. 147-150, dez. 2002; O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos:** identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: ABA/FGV, 2002.

¹²⁶ Segundo quadro fornecido pela Coordenadoria Afro-Racial (Coafro) e outras fontes, no intervalo de 1984 a 2010 dez grupos do movimento negro se constituíram na cidade, embora muitos não estejam ativos na atualidade. São eles: Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia (Griconeu), Grupo de União e Consciência Negra (Grucon), Mulheres de Ébano, Aliança Konscientizadora Afro-Brasileira (Akab), Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (Monuva), Oriodara, Movimento Negro Renovador, Movimento Negro Ação Racial (Monara) e Movimento de Articulação e Integração Popular (Maipo) e Associação dos Negros Empreendedores de Uberlândia (Aneuber).

fizeram presentes nas várias regiões brasileiras nesse período.¹²⁷ Em Uberlândia, os registros indicam que o Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (Monuva), fundado em 1984, o Grupo de União e Consciência Negra de Uberlândia (Grucon), de 1986, e o Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia (Griconeu), formado em 1989, marcaram ou foram influenciados por essa fase.¹²⁸

O momento histórico que abrange os anos de 1970 e 1980 foi marcado por transformações que possivelmente guardam relação com a formação de diversos movimentos negros no país. Por isso é pertinente trazer discussões referentes à atuação dos sujeitos sociais nesse tempo, como forma de localizar, numa conjuntura mais ampla, a historicidade das questões que se tornaram temas para esta dissertação, delimitadas por um recorte temporal e espacial. Refiro-me aqui, especialmente, às reflexões do sociólogo Éder Sader acerca dos movimentos populares na região de São Paulo.¹²⁹

O autor identifica uma nova configuração dos movimentos sociais populares no intervalo de 1970 a 1980, resultante de uma crise de instituições políticas clássicas marcada pelo seu distanciamento da experiência social e dos temas advindos dela, e constata a emergência do triplo: novos sujeitos, lugares políticos novos e uma prática igualmente recente ao período analisado. Ao falar em “novos personagens”, Eder Sader enfatiza:

[...] trata-se, sim, de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E, sobretudo, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro das várias estratégias.¹³⁰

¹²⁷ Na década de 1970 se formaram diversas entidades que atuaram na denúncia às formas de racismo e na mobilização da comunidade negra. São exemplos: o Grupo Palmares, criado em Porto Alegre em 1971; o Centro de Estudos e Arte Negra (Cecan), aberto em São Paulo em 1972; a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), inaugurada no Rio de Janeiro em 1974; e o Bloco Afro Ilê Aiyê, fundado em Salvador também em 1974. Cf. ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. Pesquisando o movimento negro no Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. São Paulo, n. 36, 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1961>>. Acesso em: 09 jan. 2011.

¹²⁸ Conforme atas de fundação e estatutos dos respectivos movimentos negros.

¹²⁹ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹³⁰ SADER, 1988, p. 55.

O novo sujeito em questão se constitui no processo de lutas que se manifestaram no espaço público como uma nova forma de elaborar as condições de vida das classes populares; não mais é pré-definido a partir de modelos teóricos estruturalistas — como no caso de uma tradição marxista historicamente que elegeu o proletariado no centro das transformações históricas antes mesmo de elas ocorrerem. Então, esse sujeito coletivo, o dos novos movimentos sociais populares, não possui uma identidade fixa ou pré-fixada, mas no seu interior os indivíduos passam a se definir, criam identidades, sempre em re(construção) a partir das ações realizadas, fugindo dos moldes de uma organização centralizadora.

Ao privilegiar o aparecimento de novos atores sociais no campo político de luta pela democracia, Eder Sader estabelece outros marcos para esse processo, rejeitando aqueles produzidos por uma historiografia oficial que fala em redemocratização, consagrando como fatos decisivos a abertura política iniciada pelo governo João Figueiredo e o momento de transição ocorrido no governo José Sarney — chamado, nessa perspectiva elitista e conservadora, de nova República. Em sintonia com o caminho escolhido por Sader, meu trabalho toma como marco importante desse período os desdobramentos advindos de uma nova forma de setores da igreja católica se relacionarem com os grupos populares. Refiro-me a uma ala progressista que, na perspectiva conhecida como teologia da libertação, afasta-se de uma preocupação central com a salvação individual e a resignação social — ela fora acusada muitas vezes de difundir-las a seus fiéis —, e passa a atuar politicamente nas questões sociais relacionadas à miséria.¹³¹

Assim, a vida e os problemas das comunidades rurais e de bairros pobres estão no cerne do surgimento e da ação das comissões pastorais e das comunidades eclesiais de base, as CEBs. O reconhecimento, por parte de frações engajadas da instituição católica, heterogênea e conflituosa internamente, da ausência do Estado e de sua responsabilidade em relação às injustiças e desigualdades sociais, levaram setores da igreja a uma aliança com os pobres na luta pelo direito à terra, à organização política e sindical, ao acesso à saúde e alfabetização, à redução da mortalidade infantil, dentre outras demandas sociais e

¹³¹ Cf. SADER, op. cit., p. 146-167.

reivindicações ligadas aos direitos humanos, associadas principalmente à prisão arbitrária e à morte de muitos trabalhadores pelas forças dominantes do regime de ditadura militar.¹³²

Em entrevista com Adriana Maria da Silva, membro do Grupo de União e Consciência Negra de Uberlândia (Grucon), pedi que ela me contasse como se deu a sua entrada no movimento. Ela explica:

Eu sempre fui uma pessoa muito ativa politicamente, eu sempre acreditei que esse sistema capitalista no qual a gente vive não é o ideal pra nós pobres, negros, né? E eu entrei no Grucon na parte da PJ, eu estava na Pastoral da Juventude, cujo o Grucon é um movimento que nasceu dentro da igreja católica por volta de 1986, mas especificamente no Bairro Bom Jesus, e daí assim, como ele tem essa proximidade muito forte, um vínculo muito forte com a igreja católica foi fácil encontrar esse movimento dentro da igreja católica, uma vez que eu tava participando de uma pastoral da mesma. Depois eu saí da PJ e entrei na JOC, a JOC é um movimento mais idealista, mais propositivo, que também é um movimento dentro da igreja católica – Juventude Operária Católica e a partir da JOC, minha participação mais ativa dentro do Grucon foi a partir do processo da JOC, né? Em alguns encontros que o Grucon realizava a gente participava e aí a gente foi encontrando outros jovens que também estavam inseridos dentro da JOC e era próximo do Grucon. Então assim, a minha entrada no Grucon foi exatamente esse processo, de você fazer uma discussão da sociedade, mas fazer um corte étnico-racial e esse espaço a gente encontrava dentro do Grucon, pra aprimorá, aprofundá e fazê uma..., ser propositivo nos dois espaços.¹³³

Adriana, que já presidiu o grupo em diversos momentos e é a atual vice-presidente, representa a noção de “novos personagens” adotada por Eder Sader, pois ela encontrou o movimento negro e passou a constituir-lo a partir de algo que já existia na sua prática cotidiana, qual seja, a sua participação nas pastorais e grupos organizados por parcelas da igreja católica que fizeram sua opção preferencial pelos pobres e excluídos, inspirando e atuando na formação de vários outros movimentos sociais. Um exemplo é o Movimento dos Sem Terra (MST), organizado nos anos de 1980, que nasceu no âmbito de uma das suas comissões, a Pastoral da Terra (CPT), bem como o Partido dos Trabalhadores (PT), que também emergiu em muitas cidades nesse espaço de militância que envolvia leigos e católicos.

¹³² SADER, 1988.

¹³³ Adriana Maria da Silva. Entrevista realizada em 14 de março de 2010.

Muitas foram as pastorais, com discursos e atuações distintas, que tematizaram e buscaram transformar, com diferentes níveis de participação e intervenção, as dificuldades enfrentadas “nesse sistema capitalista no qual a gente vive, que não é o ideal pra nós pobres e negros”, como analisou a entrevistada. Além da Comissão Pastoral Operária (CPO) e da Comissão Pastoral da Juventude (CPJ), que possibilitaram a Adriana “entrar” no Grucon, cabe citar a Comissão Pastoral da Mulher (CPM), a Comissão Pastoral do Negro (CMN) e a Juventude Operária Católica (JOC), que ofereceram condições para que os jovens intercambiassem experiências com o Grucon — a exemplo de Adriana, que passou a ter “uma participação mais ativa” neste grupo a partir de seu envolvimento com a JOC. Outras pastorais e grupos comunitários também operavam na defesa de direitos dos indígenas, dos menores e de outros segmentos oprimidos da população.

Desse modo, “foi fácil encontrar esse movimento”¹³⁴, pois ele é forjado a partir da experiência social conhecida por Adriana e tantos outros que na “manhã do dia 06 de dezembro de 1986, no Seminário Diocesano de Uberlândia”¹³⁵ aclamaram a formação do Grucon, objetivando, dentre outras coisas:

a) crescer na consciência de povo negro assumindo nossa identidade como pessoa e cidadão brasileiro; b) comprometer com o aprofundamento de nossas raízes históricas através da pesquisa, registros e estudo; c) desenvolver a caminhada em confronto com a situação sócio-econômica-político-religiosa; d) unir nossa luta a todos os oprimidos: operários, lavradores, mulheres, organizações sindicais, grupos pastorais e grupos populares; e) o grupo tem uma linha ecumênica.¹³⁶

A idéia de conscientização está presente em praticamente todos os movimentos negros pesquisados em Uberlândia. Os sentidos dessa preocupação são percebidos especialmente na relação tensa, ainda que ambivalente, de alguns militantes negros com as práticas culturais. Nos objetivos registrados na ata de fundação do Grucon, a necessidade de consciência está ligada a de identidade, reconhecida aqui na noção de direitos, de cidadania, mas busca referências no passado — “raízes históricas” — para fortalecer os

¹³⁴ Adriana Maria da Silva. Entrevista realizada em 14 de março de 2010.

¹³⁵ ERLAN, Marcos; SANTOS, Neli Edite dos. 21 anos do Grucon: a maioria da consciência negra. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, jan./dez 2007, p. 171.

¹³⁶ Grupo de União e Consciência Negra de Uberlândia. **Ata de fundação do grupo**. Uberlândia, 1986. Acervo do Grucon.

laços internos de um grupo constituído no presente, tornando-se instrumento de luta em outros momentos. Dessa forma, o passado, na concepção dos movimentos negros, torna-se também objeto de disputa.

Isso é observado nas ações conduzidas pelos movimentos negros do Brasil que, ao fazerem um “corte étnico-racial” em suas lutas sociais, freqüentemente lançam mão do elemento identitário para verem atendidas as suas reivindicações. Entra nesse contexto o argumento da desqualificação racial, baseada em aspectos fenotípicos que caracterizam a população negra brasileira (por exemplo, o cabelo crespo), que é motivo de muitas denúncias de racismo no país. Também na dimensão cultural, o direito de expressão da identidade negra permite a disputa por espaços, verbas públicas e reconhecimento social, pois se articula e se joga com os interesses políticos institucionais que pautam a divulgação da imagem de Uberlândia como “uma cidade que mantém sua identidade cultural e preserva suas etnias”.¹³⁷ A matéria na qual consta tal declaração traz a fotografia (Figura 1) de um terno de congado que ocupa espaço maior do que o do texto a que ela se refere.



Figura 3: Terno de Congado Amarelo Ouro, Uberlândia.

Fonte: Uberlândia Acontece, 2004.

¹³⁷ RESPEITO às tradições afro-brasileiras. **Uberlândia Acontece**, Uberlândia, mar. 2004, p. 12. Este informativo foi produzido pela Secretaria Municipal de Comunicação Social da Prefeitura de Uberlândia e foi distribuído gratuitamente.

A imagem e o texto presentes no informativo da prefeitura utilizam a noção de identidade cultural e etnia de maneira distinta daquela proposta pelo Grucon, principalmente nos objetivos “a” e “b” registrados na ata anteriormente citada, que se referem à auto-aceitação e ao auto-reconhecimento por parte desses sujeitos, obtidos especialmente pela posituação da imagem e da história de mulheres e homens negros, pois a identidade pensada nesses termos permite usos políticos que reclamam espaço, visibilidade social e auxílio financeiro. Além disso, repensar o passado é um exercício importante para a elaboração das dificuldades vividas, contribuindo para a recriação das histórias de um grupo.

Já o discurso do poder público instituído se apropria de práticas culturais populares e as apresenta como constitutivas da identidade cultural da cidade, como se ela fosse homogênea e não expressão das diferenças e conflitos existentes nas relações urbanas. No informativo, o governo do município ressalta:

São muitas as tradições culturais em Uberlândia. Por elas o Executivo municipal tem o maior respeito. Uma prova deste reconhecimento está no apoio que a Prefeitura proporciona às manifestações culturais e às organizações afro-descendentes. A festa do Congado, a Folia de Reis e o Carnaval são eventos anuais realizados pela Prefeitura e que movimentam culturalmente toda a comunidade. Tudo isto faz de Uberlândia uma cidade que mantém sua identidade cultural e preserva suas etnias.¹³⁸

A narrativa insere as relações entre representantes do executivo municipal e membros do congado, folia de reis e carnaval num ambiente de harmonia, já que a prefeitura “tem o maior respeito” por eles e apóia suas manifestações culturais. Assim, há um silenciamento das tensões e negociações que envolvem o preparo de tais festas, em particular aquelas que contam com colaboração de setores da administração pública e que são exibidas como fruto do subsídio e aprovação da prefeitura e não como um processo de disputa dos seus integrantes, como se acredita neste trabalho.

O objetivo “d” do Grupo de União e Consciência Negra de Uberlândia se afina com a forma como Ismael Marques de Oliveira, um dos fundadores do Monuva, que permanece

¹³⁸ RESPEITO às tradições afro-brasileiras. **Uberlândia Acontece**, Uberlândia, mar. 2004, p. 12.

no grupo até os dias atuais, pensa esse movimento, como um espaço para a população de Uberlândia, para atender aos anseios da população carente. Ao identificar que Ismael, expressando sua compreensão do movimento negro, apontava para um lugar social compartilhado por negros e brancos pobres que, na compreensão dos fundadores do Grucon, envolvia também operários, lavradores, mulheres, organizações sindicais, grupos pastorais e grupos populares — opção compreendida pelas particularidades históricas desse movimento —, formulei algumas indagações:

Fernanda: O senhor sempre fala assim, de forma mais ampla, apesar do movimento ser um movimento negro, mas o senhor sempre fala...

Ismael: A gente fala movimento negro porque ela foi fundada com esse nome, mas a realidade do Monuva é pessoas negras, especiais e os carentes, porque não é só negro que é carente, tem pessoas brancas que são tão ou mais carente que os negros.

Fernanda: Claro!

Ismael: Então ela quer atingir essa população carente, é a forma de atuação básica nossa.¹³⁹

Tanto a narrativa de Ismael quanto o texto documentado em ata do Grucon mostram que as lutas do movimento negro são motivadas por problemas, fundamentalmente econômicos, também vividos por outros sujeitos que encontram dificuldades de acesso à saúde, educação de qualidade, moradia própria, lazer e de satisfação de outras necessidades e aspirações individuais. Na conversa com Ismael Marques, perguntei a ele como foi esse processo de formação do movimento, como surgiu a idéia de organizá-lo e quais pessoas estavam envolvidas. Ele montou seu discurso a partir das seguintes referências:

Eu tive o privilégio de ser um dos participantes da fundação desse magnífico clube Concórdia, ô... Monuva, porque existia antes o Alvorada que esfacelou com o tempo, depois veio o Concórdia do qual eu também fiz parte, esfacelou-se com o tempo e o negro uberlandense, como em todo o Brasil, tem a necessidade de ter uma casa sua, própria. Surgiu a idéia de montarmos uma casa própria através do falecido cumpadre e amigo meu Valter José Capela que em sua casa reuniu, eu, Pai-Nêgo, Conceição Leal, o próprio Capela e o Marquinhos do Rio de Janeiro que

¹³⁹ Ismael Marques de Oliveira. Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2010. Em conversa informal com Dulcinéa, ex-presidente do Monuva, ela me contou sobre a parceria feita com o supermercado Bretas, tempos atrás, para a doação de verduras que eram repassadas para os moradores das adjacências da sede do movimento.

veio aqui, que deu a luz pra nós montarmos essa casa e teve essa reunião na casa do Capela e surgiu o Monuva.¹⁴⁰

Nesse trecho, o entrevistado dá pistas da existência de entidades negras anteriores ao Monuva; inclusive o confunde, por um momento, com o Clube Concórdia, existente nos anos de 1970, e cita ainda um clube mais antigo, o Alvorada, sem estabelecer hierarquia entre eles. A distinção entre os dois clubes e o então chamado movimento negro aparece em torno do projeto de edificar uma casa do negro uberlandense, o que tornaria possível a concretização de diversas ações almejadas por esse grupo. Além disso, se pensarmos a relação de um movimento, seja ele qual for, com a vida dos sujeitos envolvidos, compreendemos que ele se organiza a partir da forma como as pessoas sentem a exclusão e criam meios para agir sobre ela. Por isso, a confusão entre grupos formalmente distintos talvez revele que o entrevistado não os perceba pelas especificidades jurídicas e organizacionais de cada um, mas pelas possibilidades de atuação e participação que tanto o clube Concórdia quanto o Monuva propiciaram a ele. Nesse sentido, a declaração de Ismael se aproxima da premissa deste estudo, que toma o movimento negro e as práticas culturais como espaços entrecruzados de luta e identidades sociais.

Ao perceber tais aproximações — tanto pela fala do entrevistado quanto pelas fontes impressas pesquisadas — entre associações e clubes e movimentos organizados, segundo as denominações correntes, observo uma articulação de tempos, práticas e memórias, não havendo uma ruptura total no modo de organização dos negros a partir dos grupos instituídos na década de 1980, mesmo porque a experiência anterior significou um aprendizado para essas pessoas. A esse respeito, a interlocução com a matéria do jornal Correio de Uberlândia se torna pertinente:

Membros da Escola de Samba “OS UNIDOS DO CAPELA”, estão sendo convocados para uma reunião nesta quarta-feira às 20:00 horas, na Av. Rio Branco 1.207. A reunião, que está sendo convocada pelo vice-presidente Ismael Marques de Oliveira, visa uma tomada de posição com relação às atividades da Escola que deverão ser reativadas com vistas à sua participação no Carnaval Oficial de 1985.

¹⁴⁰ Ismael Marques de Oliveira. Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2010.

Membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal deverão participar da reunião, pois serão discutidos assuntos de fundamental importância e do interesse dessa tradicional agremiação carnavalesca de nossa cidade.¹⁴¹

A partir desse trecho e de muitos outros indícios, percebo uma semelhança entre a experiência de Adriana ao constituir o movimento negro Grucon, que se deu através de sua vivência na Juventude Operária Católica (JOC) e na Pastoral da Juventude (PJ), e a atuação de Ismael Marques na criação do Monuva. No caso de Ismael, a reportagem aponta para uma prática de organização social anterior ao movimento negro — a escola de samba —, cuja estrutura era composta por uma diretoria executiva, um conselho deliberativo e um conselho fiscal, havendo, então, funções definidas para cada integrante: comunicação dos eventos, organização da parte financeira, negociação com a prefeitura e contatos com a imprensa local. Segundo relato de Ismael, a convocação feita por meio do jornal era responsabilidade da direção e trâmite necessário para a reunião pública da agremiação.

Talvez não seja coincidência que homens do samba como Ismael Marques, Pai-Nêgo e Capela estejam no grupo de formação do Monuva, pois eles viveram a prática de uma organização (a escola de samba) cujos aspectos formais se aproximavam da proposta do movimento negro que se constituía, além de partilharem expectativas relacionadas à sua condição de negros em Uberlândia. Ismael foi vice-presidente da Escola de Samba Unidos do Capela, fundada por Valter José Prata, conhecido Capela, que posteriormente migrou, com os demais componentes, para a escola de samba Acadêmicos do Samba. José Olímpio, o Pai-Nêgo, hoje com 71 anos, já na adolescência compunha a Escola de Samba Tabajaras, a mais antiga de Uberlândia, e na segunda metade da década de 1980, ele, familiares e amigos fundaram o Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Chatão, do qual é o atual presidente. Assim, eles possuíam um saber fundamental para a constituição do movimento negro.

Se a idéia de clube é por nós facilmente restrita às festividades e eventos culturais¹⁴², pensados apenas como lazer, esperaríamos, baseados numa concepção

¹⁴¹ SAMBISTAS se reúnem para uma tomada de posição. **Correio de Uberlândia**, 01 de fev. 1984, p. 12.

¹⁴² Mais do que restringir a ação dos clubes, irmandades e associações negras da primeira metade do século XX e parte da segunda às festividades e eventos culturais, considero problemático avaliar, *a priori*, que tais

igualmente limitadora e dicotômica, que ao movimento organizado se atribuísem outras características. Todavia, quando questiono quais as atividades mais realizadas pelo movimento, Ismael informa:

O Monuva, os eventos dele desde a sua fundação são os mesmos, ele é sócio, esportivo e cultural, cê entendeu? Ele é sócio, educativo e cultural. Mas a forma que nós mais desenvolvemos nela foi a social porque nesses longos anos o que a gente vem se mantendo automaticamente é a realização de alguns eventos culturais lá na própria sede, onde nós podemos angariar a simpatia do público que lá vai e como também verba para sanar as despesas oriundas dessa fundação.

Fernanda: Certinho. Se o senhor fosse resumir, assim, em linhas gerais, quais são os principais objetivos do movimento?

Ismael: Continua sendo os mesmos, social, esportivo e cultural, embora a parte cultural que é a parte mais importante do Monuva, que a nossa intenção, quando ganhamos aquele imóvel à Rua Itapuã 189, bairro Vigilato Pereira, nós tínhamos a intenção de lá construir, edificarmos a nossa casa, o nosso salão de festas, salão de jogos e aulas profissio...e salas profissionalizantes. E esse último nós não conseguimos, quer dizer, não conseguimos edificar aquilo lá, verba não saiu, não conseguimos atingir a demanda, não conseguimos agradar o público. No início nós conseguimos subvenções e depois não sei se foi por desmando, deszelo nosso mesmo, as subvenções desapareceram e nós caímos naquela mesmice e a verba que nós temos no bolso não é suficiente para construir o que nós precisamos construir para ali darmos as aulas culturais e realização pra nós fazermos encontros esportivo e sociais.¹⁴³

Na narrativa do entrevistado há uma proximidade entre os caminhos de ação projetados para o Monuva e o que sabemos da atuação de clubes de negros nas décadas anteriores à formação desse movimento, centrada na via da cultura e também no caráter “social” destacado por Ismael, características que se manifestam na “realização de alguns eventos culturais considerados a parte mais importante do Monuva” e na “intenção de lá construir, edificarmos a nossa casa, o nosso salão de festas, salão de jogos”. Assim, o terreno da cultura emerge na reflexão de Ismael como um meio privilegiado para se mobilizar pessoas e conquistar a sua adesão, fortalecendo um processo de lutas que compõem um movimento e que se desenrolam no cotidiano, a partir dos significados

realizações não tenham valor de ação social, de disputa de espaço, de negociação política, dentre outros elementos que podem indicar a potencialidade de ação desses sujeitos.

¹⁴³ Ismael Marques de Oliveira. Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2010.

atribuídos à vida e às tentativas de transformação das condições experimentadas, apesar de muitas conformidades observadas nesse caminho.

Essa visão sobre o Monuva não é consenso entre os seus membros (atuais e antigos), pois em conversa com outra fundadora e ex-integrante do grupo, Maria Conceição Pereira Leal, ela afirma que a linha de atuação do movimento era “política! Política, de denúncia, de... digamos assim, de arrebentar as portas mesmo, entendeu?”¹⁴⁴ Por outro lado, Joaquim Miguel Reis, um dos fundadores do Griconeu e seu atual presidente, ao ser questionado sobre o processo de criação desse movimento, explica que “surgiu essa idéia de alguns companheiros e eu decidi ter um grupo que preocupasse mais com a questão mesmo política mesmo, de reivindicação, de questionamento e por que não dizer de protesto, né?”¹⁴⁵ Vale pontuar que o Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia (Griconeu) foi organizado em 1989 pelo casal Joaquim Miguel Reis e Aparecida de Fátima Calmim Reis, ex-participantes do Monuva.

Os três depoimentos citados, interpretados a partir dos sentidos percebidos no enredo de cada entrevista, mostram a diversidade de posicionamentos e formas de se pensar um movimento negro. Afinal, as entidades mencionadas têm histórias de constituição distintas. O Monuva se liga às escolas de samba e o Grucon às posturas progressistas da igreja católica. São filiações diferenciadas que ajudam a compreender as perspectivas de ação de cada um dos grupos e a formação de outros que não se afinam com as propostas destes, como se vê na justificativa de Joaquim Miguel sobre a fundação do Grinoceu: “eu decidi ter um grupo que preocupasse mais com a questão mesmo política”.

Além disso, as narrativas selecionadas remetem à problemática em torno do entendimento polarizado do fazer cultura e do fazer política e os sentidos decorrentes de tais demarcações, preocupação cara a este trabalho. Nesse aspecto, a pesquisa revelou a existência de disputas entre muitos militantes, seja pela memória e reconhecimento de determinadas ações, freqüentemente estabelecidas como marcos de mudança na vida dos negros na cidade, seja por divergências na forma de pensar a sua atuação. Há também uma resistência de alguns ativistas negros em aceitar as práticas culturais identificadas à

¹⁴⁴ Maria da Conceição Pereira Leal. Entrevista realizada em 14 de agosto de 2007.

¹⁴⁵ Joaquim Miguel Reis. Entrevista realizada em 29 de junho de 2010.

população negra, no caso, a congada e o carnaval, como forma legítima e eficaz de luta, ainda que num formato distinto daquele idealizado por eles.

Essa afirmação se ancora nas reflexões de alguns entrevistados, a exemplo de Joaquim Miguel, do Grinoceu. No diálogo com ele, instiguei-o ao relatar sobre a percepção de algumas pessoas com quem conversei de que o movimento negro em Uberlândia é “morto”, composto por “meia dúzia de pessoas” e dessas, grande parte é formada por familiares. Como resposta à minha provocação, Joaquim Miguel, além de narrar as ações do Grinoceu, mostrou-me, através de fotografias de eventos, fitas cassete, cartas, artigos escritos em jornais da cidade, banners do grupo e outros materiais, que o movimento faz “barulho”. Durante a nossa conversa, ele enfatizou:

Então, muitas pessoas, muitas vezes criticam o movimento negro, falam que o movimento negro é meia dúzia de pessoas só, é um movimento de família, tal. Por quê? Porque as pessoas estão muito centradas nas manifestações culturais dos negros, ela acha que o movimento negro é fazer manifestação cultural, que é o carnaval, que é a congada, e outras coisas. Eles ficam muito focado nisso, muitas vezes, muitas pessoas perguntam, o quê que cês tão fazendo? Gente, mais o que nós temos feito, nós fazemos movimento negro vinte e quatro horas por dia.¹⁴⁶

Sem me preocupar com o mérito ou a eficiência das ações descritas pelo entrevistado, não tenho dúvidas de que elas compõem um movimento negro, pois traduzem anseios individuais ou coletivos desse segmento social, expressando-se através da artimanha de acordos táticos, da busca pela valorização e auto-estima das crianças negras, das discussões realizadas nos meios de comunicação acerca dos problemas enfrentados por grande parte dos negros brasileiros.¹⁴⁷ Chama a atenção na fala do entrevistado o posicionamento dele, compartilhado por muitos e evidenciado em outros momentos da entrevista, de que manifestação cultural não corresponde a movimento negro. Insistir na

¹⁴⁶ Joaquim Miguel Reis. Entrevista realizada em 29 de junho de 2010.

¹⁴⁷ Dentre as atividades relatadas por Joaquim Miguel estão a promoção de um projeto, em parceria com a Rádio Universitária, em que diversas personalidades negras da cidade foram convidadas a falar sobre assuntos ligados à vida de grande parte desse contingente populacional; um desfile de trajes infantis e um evento que, segundo ele, estrategicamente homenageou políticos e empresários com intuito de ganhar a simpatia e a confiança dessas pessoas e obter bons resultados em pedidos e articulações futuras.

afirmação inversa não é, a princípio, o melhor caminho. Importa, sim, pensar os significados dessas diferenciações.

O depoimento de Conceição Leal também apontou para esse embate e ajudou a delinear a proposta principal do projeto de mestrado: a relação cultura e política na atuação histórica de homens e mulheres negros, as relações e os sentidos construídos. Perguntei a Conceição qual a relação ela percebia entre algumas práticas culturais negras, como a congada e o carnaval, e o movimento negro na cidade. Ela respondeu:

Conceição: Nenhuma. Eu acho que a congada é uma dança de resistência e que o carnaval é uma dança popular pra levar alegria, né, cervejinha gelada. Como que você perguntou?

Fernanda: Há sujeitos, pessoas que circulam nos dois espaços, nesses espaços...

Conceição: Em todos... cê pula o carnaval, cê pula a congada...

Fernanda: Então, não seria uma relação?

Conceição: Na congada...(parte inaudível).

Fernanda: Não, sujeitos negros... um sujeito que é dançador do Carnaval e é militante...

Conceição: Não, não, não, na verdade, como número até pra você... hoje não é necessário mais, sinceramente, mas antigamente era necessário chamar números, como por exemplo, a congada. A festa da congada em Uberlândia é uma festa que ninguém pode desconsiderar, a festa do carnaval nem tanto, mas também reúne várias pessoas negras, é ponto alto na questão, mas eu acho que o que está necessitando mesmo é conscientização e isso nem a congada nem o carnaval traz, você entende, nem o carnaval e nem a congada, o que nós precisamos é que o indivíduo conscientize que ele precisa levantar a auto-estima dos irmãos e que esses irmãos vão pra escola, e que esses irmãos vão estudar e que esses irmãos criem consciência política até pra escolher os seus representantes, não só na Câmara Legislativa, no Executivo municipal, como estadual, como da União. Agora do momento em que só se dança carnaval e só se bate o tambor da congada são séculos que nós estamos fazendo isso e realmente eu não sei em quê que influenciou ou melhorou a questão da conscientização para o avanço do processo do povo negro da nossa cidade, do nosso estado e do nosso país.¹⁴⁸

Conceição Leal evidencia o seu posicionamento sem lançar mão de subterfúgios. Ela faz diferenciação entre congada e carnaval, quando diz que “a congada é uma dança de resistência [...] uma festa que ninguém pode desconsiderar”, enquanto “a festa do carnaval nem

¹⁴⁸ Maria da Conceição Pereira Leal. Entrevista realizada em 14 de agosto de 2007.

tanto”, porque “é uma dança popular pra levar alegria [...] cervejinha gelada”. Mas pela clareza e objetividade com que tece sua análise, não deixa dúvidas de que não vê potencialidade de ação política, de intervenção na forma como os negros vivem na cidade e de encaminhamento de demandas por meio das práticas culturais citadas. Contudo, há que se considerar que ambos os espaços têm a sua dimensão do entretenimento, do profano, do encontro e do comércio, e ao viverem tudo isso os negros se fazem presentes na cena urbana, em locais que muitas vezes não são aceitos pelos moradores ou pelos empresários das adjacências, exceto na condição de trabalhadores, na qual, ainda assim, são alvos de exclusões.

1.4 – Espaços da cidade em disputa

A realização anual dos desfiles e festejos da congada é significativa para discutir as disputas existentes quanto aos usos do espaço urbano, já que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada no centro de Uberlândia, é ponto oficial do evento, que acontece atualmente no segundo domingo de outubro, dia da grande festa, e na segunda-feira posterior, no seu encerramento, envolvendo também atividades nos quartéis¹⁴⁹, nas casa dos festeiros e nas ruas dos bairros por onde eles passam. Ainda no Largo do Rosário, cerca de quinze dias antes dos desfiles oficiais são rezadas as novenas no interior da igreja, seguidas de leilões para arrecadar dinheiro para o custeio parcial da festa; estes ocorrem na praça da igreja e contam com a presença diária de ternos de congada.

Vale ressaltar que o ápice da festa esconde, no recôndito dos 365 dias do ano, diversas atividades, como o futebol dos congadeiros, os encontros com as congadas de outras cidades, as oficinas de artesanato e confecção de instrumentos musicais, a assistência (alimentação e remédios) oferecida aos romeiros à época da festa de Nossa Senhora da Abadia, todos espaços de sociabilidades e de sentidos partilhados para além dos desfiles em

¹⁴⁹ É chamado de quartel, pelas pessoas que fazem a congada, o local onde cada terno guarda os seus instrumentos e realiza ensaios. Funciona como sede do grupo, pois é ponto de encontro e partida dos seus membros à época da festa, sendo o lugar para onde eles convergem para o almoço no domingo festivo. Em geral, o quartel é montado no quintal da casa do capitão de um terno de congada, moçambique, marinho ou catupé, inclusive pela impossibilidade financeira de cada grupo construir uma sede própria.

outubro na Igreja do Rosário. Nesse ínterim, as galinhadas, os bingos, as feijoadas e os leilões nas casas auxiliam economicamente os ternos a investir no brilho do cortejo.

Nos dias oficiais dos festejos, a igreja, várias ruas e calçadas, a praça e estabelecimentos comerciais das imediações e no caminho percorrido pelo cortejo são tomados pela presença e pelos sons de congadeiros, moçambiqueiros, marujos e catupês, seus familiares, amigos e vizinhos, jornalistas e radialistas, políticos da cidade e região, pesquisadores de diferentes áreas e demais moradores da cidade que, por diferentes motivações, comparecem ao evento. Essa movimentação já foi alvo de reclamações dos moradores das proximidades, que encaminharam abaixo-assinados solicitando a retirada da festa daquele local. Em depoimento citado por Jeremias Brasileiro, uma pessoa que reside nas proximidades da igreja declarou:

Eles são desobedientes, um senhor foi reclamar e eles fizeram gestos obscenos, eu não aguento mais, eu não gosto dessa coisa, também não entendo nada, mas parece que eles têm uma falta de ritmo muito grande. Eu não gosto dessa coisa, a gente não consegue ver uma novela, para jantar, para dormir, é um sacrifício, porque a gente trabalha, a gente tem de levantar cedo, e é uma molecada, o pessoal tem até medo de denunciar, eles são violentos. Acho que eles deveriam ter um lugar só para eles, um local fechado, uma quadra, podia ser lá no Parque do Sabiá! Eu não quero acabar com eles, sei que eles gostam dessa coisa, mas para mim isso é um verdadeiro inferno. Ficam até tarde da noite, acho que quem autoriza eles, deveria autorizar para eles bater na porta da casa deles, porque eles ficam batucando na frente da casa da gente, isso é mesmo um inferno.¹⁵⁰

Essa fala é representativa das inúmeras tentativas de interdição e desqualificação dos festejos da congada ao longo da sua existência e também revela criminalização das celebrações e das pessoas envolvidas, notadamente quando o depoente se refere a “uma molecada” e salienta que “são violentos” e “fizeram gestos obscenos”. A intolerância com as formas de expressão de sujeitos negros que “ficam batucando na frente da casa da gente” se expressa no desejo de isolá-los em um espaço distante, “um lugar só para eles, um local fechado, uma quadra, podia ser lá no Parque do Sabiá!”

¹⁵⁰ Citado por BRASILEIRO, Jeremias. **Congado em Uberlândia:** espaço de resistência e identidade cultural. 1996-2006. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006, p. 31-32. Não há referências à pessoa que fez a declaração.

Por outro viés, ao interpretar a congada uberlandense no início da década de 1990, Marlyse Meyer constata a (in)visibilidade da festa para certos grupos sociais:

[...] a fala da congada é um silêncio. Não é ouvida pela sociedade dominante. Como também são invisíveis para ela as deambulações de dezenas de grupos pelas ruas e sua progressiva e forte concentração na praça. [...] E fico me perguntando se um dos motivos dessa ocultação para o ouvido e o olho do branco de uma presença tão forte na cidade não seria precisamente a forma de ocupação do espaço, que é a marca, a natureza do congo. [...] Nessa forte presença física de uma maioria habitualmente excluída do convívio com os outros, não haveria algo como a ameaça velada de uma formidável força da qual o inconsciente se defende, deixando surdo e cego o resto da população? ¹⁵¹

O texto de Meyer explicita a recusa de setores das elites econômicas em prestigiar a festa, talvez por se sentirem ameaçados pela inversão da ordem que a congada provoca quanto à ocupação dos espaços urbanos. Assim, o fato de permanecer e resistir, com todas as modificações e conflitos internos que inevitavelmente caracterizam uma prática cultural, não seria um ato político, em particular se forem considerados os esforços para se retirar as celebrações da congada daquele local? Disputar os espaços urbanos, reivindicar, mesmo sem se declarar como reclamante, com uso de faixas e por meio de protestos em passeatas ou cartas endereçadas aos poderes instituídos, não seria uma maneira de reinventar ou ampliar os usos da cidade, imprimindo outras marcas a lugares de maior visibilidade social, mostrando que os lugares públicos pertencem a todos?

Nessa perspectiva, a importância da ocupação dos espaços públicos das ruas e da Praça do Rosário não está no lugar físico em si, mas no “espaço social da rua, cujos significados construídos pelas ações cotidianas o diferenciam e o tornam uma categoria sociológica inteligível.”¹⁵² Essa afirmação se insere na discussão do sociólogo Rogério Proença Leite acerca do processo de apropriação cultural de uma área histórica da cidade de Recife, o bairro do Recife Antigo, e sua transformação em um segmento diferenciado de mercado, uma espécie de “vitrine do consumo da tradição pelo city marketing e suas

¹⁵¹ MEYER, Marlyse, 1993, p. 166-167.

¹⁵² LEITE, Rogério Proença. **Contra usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora da UFS, 2004, p. 19.

políticas contemporâneas de patrimônio cultural.”¹⁵³ O autor problematiza a forma como tais espaços segmentados se convertem em cenários de disputas, o que contribui para a abordagem sobre a construção de territorialidades no espaço da cidade “que se conflituam em praças e ruas e demarcam fluidas fronteiras identitárias.”¹⁵⁴

Compreendo que os sujeitos que fazem a festa tensionam as fronteiras simbólicas construídas nas relações de dominação da cidade, disputando, ao mesmo tempo, as fronteiras do território que demarcam como seu, mostrando que também são sujeitos nas práticas de intervenção urbana, tanto que, nos últimos tempos, a festa da congada e a Igreja do Rosário, historicamente rejeitadas por vários setores sociais e silenciadas nos jornais locais, tornaram-se presentes no roteiro turístico oficial de Uberlândia e outros materiais produzidos pela prefeitura.¹⁵⁵ Ao se apropriarem dos espaços da cidade, os negros (re)inventam territórios, imprimindo a esses lugares seus valores, saberes, crenças, sonhos e interesses, ou seja, um conjunto de elementos que, entrecruzados, formam modos de viver peculiares, identificáveis e identitários.

Interessa aqui mostrar o poder de transformação percebido na prática da congada, limitado a determinações históricas do momento vivido e ao lugar social dos sujeitos que a realizam, retirando-a do lugar de manifestação cultural ou folclórica despolitizada e sem potencialidade de intervenção social — ação muitas vezes atribuída exclusivamente aos movimentos negros organizados, como se percebe nas falas de Joaquim Miguel e Conceição Leal.

Ressalto que não tomo a noção de territórios negros a partir de lugares pré-fixados, como a congada no Largo do Rosário, o Bairro Patrimônio¹⁵⁶ e a Avenida Monsenhor Eduardo à época do carnaval. Nesses espaços há, para muitos negros, um laço de

¹⁵³ LEITE, 2004, p. 18.

¹⁵⁴ Idem, ibidem, p. 20.

¹⁵⁵ Conferir, dentre outros materiais: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Guia Turístico de Uberlândia**. Uberlândia, 2007. PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Guia Turístico de Uberlândia**. Uberlândia, 2009. PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Mapa Turístico Uberlândia**. Uberlândia, sem data. PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Guia de Instalações Públicas Municipais**. Uberlândia, sem data. SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Uberlândia Acontece**. Uberlândia, 2004. Esse recente movimento de apropriação da festa e de uma suposta valorização da congada, especialmente por parte dos poderes públicos instituídos, será discutido mais adiante.

¹⁵⁶ O Patrimônio é um dos bairros mais antigos de Uberlândia, que historicamente contou com uma numerosa população negra, mas em função de um processo de especulação e valorização imobiliária, muitas famílias negras têm se mudado do local, que já conta com muitas casas e prédios de classe média. O bairro foi berço de escolas de samba, ternos de congada e do grupo de percussão e ritmos populares Tabinha, formado por crianças e adolescentes.

pertencimento construído nas vivências de suas práticas sociais nesses locais, que passaram a constituir-las pelo significado que ganharam na vida desses sujeitos. Esse sentimento de pertença é vivido de diferentes maneiras, às vezes com cores contrastantes, dependendo da posição de cada um nas relações sociais que formam as referidas práticas: do carnaval, da congada, de morar no Patrimônio, dentre outros exemplos, como a religiosidade associada a uma matriz africana, a capoeira e o hip hop.

Entendo que as territorialidades negras não estão restritas a esses lugares, pois se considerarmos a construção de territórios em seu aspecto relacional e na disputa de anseios, valores e formas de se expressar pelos gestos, pela dança, pelo culto a determinadas divindades, enfim, por todo um modo de viver e significar o mundo, compreendemos que os negros registram suas marcas e demarcam territórios em diferentes espaços da cidade, não definidos somente a partir de suas experiências sociais, nem mesmo pelo enquadramento de alguma delas.

A ocupação dos espaços urbanos e os seus significados, considerando a atuação social dos sujeitos investigados, pode ser pensada também através da vivência do carnaval popular de rua, do qual participam majoritariamente negros e brancos pobres. Sobre isso, a reportagem publicada no Correio de Uberlândia em 24 de fevereiro de 1977 dizia:

Os membros da Comissão Julgadora do Carnaval 77, não tiveram condições de realizar o seu trabalho no palanque II, armado em frente ao Banco de Crédito Real. Os moradores do edifício, em posição privilegiada resolveram fazer um bombardeio contra eles, atirando das janelas tomates, laranjas e até água quente. O único jeito, após um apelo feito pela Comissão de Carnaval, no alto falante, foi transferir o pessoal para o palanque oficial, pois os moradores estavam mesmo contra a festa do povo e despejaram o seu ódio contra os inocentes jurados. Educação não é pra quem quer e sim para quem a recebe no berço.¹⁵⁷

Na década de 1970¹⁵⁸ a congada era pouco noticiada nas páginas desse periódico, mas o carnaval tinha maior cobertura, algumas vezes ocupando espaço na coluna social Mini News, que noticiava acontecimentos relacionados à vida pessoal e pública de setores

¹⁵⁷ BOMBARDEIO. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 24 fev. 1977, p. 04.

¹⁵⁸ Embora o recorte cronológico definido para a pesquisa tenha sido o período de 1984 a 2000, pelas justificativas apresentadas na introdução, ao investigar a imprensa da cidade optei por recuar uma década para observar melhor as mudanças ocorridas nesse jornal na forma de apresentar as práticas sociais identificadas à população negra local.

sociais dominantes no município. O trecho transcrito, retirado da coluna Mini News de 24 de fevereiro de 1977, relata o conflito de alguns moradores da área central da cidade com os integrantes do carnaval de rua que acontecia naquela região. A agressão com “tomates, laranjas e até água quente” jogados pelas janelas mostra a resistência e a recusa de um grupo social, moradores de um edifício de classe média, à festa popular que se realizava na avenida na qual residiam. A abordagem do Correio de Uberlândia é feita em tom de defesa — não propriamente do evento popular, mas dos jurados — e de crítica à reação dos moradores da localidade, que “estavam mesmo contra a festa do povo e despejaram o seu ódio contra os inocentes jurados”, concluindo que “educação não é pra quem quer e sim para quem a recebe no berço.”

Nos anos de 1980, havia um contraste bastante pronunciado entre o modo como o Correio de Uberlândia atribuía significado aos bailes carnavalescos ocorridos em clubes freqüentados por frações das elites locais e aos desfiles das escolas de samba que aconteciam no espaço público da cidade. Com relação aos primeiros, destacavam-se características como “alegria e animação”¹⁵⁹. Muitas vezes se ressaltava o sucesso do evento e se evidenciava o bom gosto da decoração¹⁶⁰; em outras, tais espaços apareciam como o “orgulho da cidade”.¹⁶¹ Já o carnaval popular de rua era abordado pelo seu caráter de desordem social, indicando-se a necessidade de policiamento. Em outras vezes, era tratado apenas pelos informes de data, hora e local, sendo raros os adjetivos de um reconhecimento positivo. Contudo, a notícia em fevereiro de 1977 enfatiza a tensão existente nos usos nos espaços públicos, envolvendo interesses distintos que disputam territórios e as formas de organizá-lo na vida cotidiana.

Portanto, fazer-se presente nas ruas de Uberlândia, enfrentando dissabores e até mesmo agressões, é um ato de luta e resistência, um ato político, conforme uma das dimensões do termo. Entendida assim, a persistência do carnaval popular de rua se relaciona às expectativas dos sujeitos que protagonizam os seus preparativos, que começam cerca de um ano antes de sua realização, mobiliza diversos setores sociais e interfere na

¹⁵⁹ SUCESSO total no Grito de Carnaval. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 14 nov. 1984.

¹⁶⁰ Cf. OLIVEIRA, Júlio César. *O último trago, a última estrofe* – vivências boêmias em Uberlândia nas décadas de 40, 50 e 60. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000. Neste trabalho, o autor trata das vivências boêmias na cidade de Uberlândia e aponta a segregação nos espaços da vida noturna uberlandense que, na maioria das vezes, dividia ricos e pobres, negros e brancos.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*.

dinâmica da cidade ou em parte dela e talvez, por essa razão, não deva ter sua condição de luta desqualificada, ainda que envolva diferenças internas.

Nesse sentido, hoje não encaminharia a minha conversa com Conceição Leal, ocorrida em 2007, questionando se “há sujeitos, pessoas que circulam nos dois espaços, sujeitos negros...um sujeito que é dançador do Carnaval e é militante...” O trânsito existente entre os atores das práticas culturais e os do movimento negro é uma forma de se pensar essa relação, mas se torna uma ligação limitada, pois o número de pessoas que atuam nessa circulação é reduzido (assim como é pequeno o número de pessoas que formam os movimentos negros locais). Os dois espaços se relacionam por compartilharem lutas de um mesmo grupo social, ainda que, muitas vezes, não envolvam as mesmas pessoas e que haja diferenças e, por vezes, divergências no interior de cada um desses espaços. Ao refletir sobre os sentidos de tais lutas, retomo trecho da narrativa de Joaquim Miguel, no qual ele afirma, falando em nome do Grinoceu, movimento negro do qual ele participa e é atuante, que “nós fazemos movimento negro vinte e quatro horas por dia”.

Se o movimento negro é feito vinte e quatro horas por dia, ele está presente no dia a dia das pessoas, na sua forma de viver e agir, e não está restrito às deliberações da diretoria executiva de uma organização, às cláusulas de seu estatuto e às atas de reuniões, embora tais elementos também sejam importantes para a atuação do grupo. Todavia, a perspectiva interpretada a partir da fala do entrevistado suscita a seguinte inquietação: o movimento negro, pensado nesses termos, não seria feito também no cotidiano de outros negros não vinculados às agremiações do movimento negro, a exemplo daqueles que protagonizam a congada e o carnaval de rua da cidade?

Cabem aqui as considerações feitas pelo antropólogo João Batista de Jesus Felix¹⁶² que, ao estudar a cultura hip hop, formulou a proposta de rompimento da polaridade entre cultura e política. Considerando as diferentes formas de entender o hip hop na cidade de São Paulo, o autor argumenta que “é preciso ‘explodir’ esses dois conceitos e suas dicotomias estanques.”¹⁶³

¹⁶² FELIX, João Batista de Jesus. **Hip hop**: cultura e política no contexto paulistano. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹⁶³ Idem, *ibidem*, p. 13.

Nessa direção, ao analisar a clivagem estabelecida pelos próprios sujeitos que fazem o hip hop em torno de sua prática, Felix acentua que os posicionamentos distintos são tomados muitas vezes de modo excludente: ou é cultura ou é movimento organizado, propondo, na forma como encaminha os seus argumentos, trocar a conjunção “ou” pelo termo aditivo “e”. Todavia, o autor demonstra, em diversos momentos, um entendimento mais clássico da noção de fazer política, pois ao mostrar que essa dimensão também está presente no hip hop, ele frequentemente aponta a aproximação com partidos políticos, movimentos sociais organizados, prefeitos e secretarias municipais. Um exemplo dessa associação é vista no último capítulo da sua tese, quando aborda “o rap”. Nessa parte, ele diz:

Para encerrar, comentemos a posição do rap quando o assunto é a política. Ao ganhar autonomia junto ao Hip Hop o rap passou cada vez mais a se apresentar para o público em geral como tendo uma proposta própria. Essa condição foi fazendo com que cada vez mais os rappers passassem a atuar politicamente de maneira independente ao restante dos demais elementos do Hip Hop.¹⁶⁴ Essa autonomia chegou, como vimos, a ponto de o rapper carioca MV Bill lançar o partido político Partido Popular Poder Para a Maioria (PPPomar), que, apesar do apoio que obteve junto a famosos grupos de rap não se consolida, pois até o momento não participou de nenhuma eleição ou mesmo fez grande campanha de filiação. Até agora essa proposta não saiu do papel, mas foi por meio dela que ele conseguiu marcar audiência com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, evento para o qual MV Bill só convidou outros rappers.¹⁶⁵

Em poucas ocasiões, Felix deixa entrever que a “política se faz também por meio de metáfora, de símbolos ou retórica e enxerga na cultura as condições de se fazer uma atuação política, mesmo que de maneira menos direta e previsível.”¹⁶⁶ Ao ler e reler o texto do antropólogo percebo que ele defende a existência simultânea do aspecto político e cultural na prática do hip hop. Mas ao valorizar o exercício da política, principalmente o vinculado à esfera do poder estatal, o autor não percebe sentidos e objetivos compartilhados entre a prática política e a prática cultural; somente demonstra que elas podem coexistir em um mesmo espaço social, talvez porque esses vínculos são vestígios de um compartilhar que os seus depoentes não deixaram explícito.

¹⁶⁴ O hip hop é composto por quatro elementos: dança (*break*), *disc jockey* (DJ), rap e grafiti.

¹⁶⁵ FELIX, 2005, p. 190.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 183.

Sobre sua pesquisa de campo nos bailes negros, Felix relata que ao perguntar sobre a participação das pessoas ali presentes no movimento negro, elas citavam nomes de entidades ligadas ao hip hop. Coincidentemente, na fase inicial deste trabalho, vivi algo semelhante ao acompanhar um grupo de colegas do Curso de Ciências Sociais da UFU, em 2006, em uma pesquisa com moradores negros do Bairro Patrimônio. Dentre as pessoas com as quais nós conversamos está a senhora Margarida, de 63 anos, conhecida como dona Fia, a quem perguntei se ela ou alguém da sua família participava de algum movimento negro da cidade. Sua resposta foi enfática: todos!

Por já ter ouvido que a adesão ao movimento negro formal era muito pequena, fiquei bastante surpresa e questionei de quais movimentos ela e seus familiares participavam, ouvindo como resposta a sua alusão à congada e ao carnaval. À época, eu investigava as possíveis conexões entre o movimento negro e as práticas culturais, até então uma hipótese, motivada principalmente por perceber que muitos sujeitos circulavam nos dois espaços. Mas a partir desse depoimento informal alguns contornos foram sendo estabelecidos em torno dessa relação e em 2006, ao apresentar uma comunicação no II Encontro Nacional de Educação, Saúde e Cultura Populares (Enescpop)¹⁶⁷, falei que a congada poderia ser pensada como um movimento negro, o que provocou a discordância de muitos presentes; um deles afirmou que eu não tinha noção do que era um movimento social.

A oposição de um dos interlocutores do Enescpop quanto à relação estabelecida entre movimento negro e uma prática cultural da cidade mostra como é conflituoso esse debate. Tais experiências contribuíram com os rumos da pesquisa, tornando-se necessário examinar as noções de movimentos sociais e movimento negro para clarificar a sua compreensão nos caminhos deste trabalho. O objetivo não foi o de recuperar a historicidade de tais conceitos, mas o de sinalizar formas de pensá-los, mostrando como eles foram concebidos na interpretação das práticas sociais investigadas. A socióloga Ilse Scherer-Warren explica que na sociologia acadêmica, principalmente a partir de 1940, os

¹⁶⁷ SANTOS, Fernanda ou CARDOSO, Fernanda Ferreira. **Movimento negro em Uberlândia: caminhos entrecruzados com práticas culturais**. 2006. Trabalho apresentado no II Encontro Nacional de Educação, Saúde e Cultura Populares, Uberlândia, 1996 (não publicado). O principal confronto se deu com Benjamin Xavier, naquele tempo membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) da Universidade Federal de Uberlândia.

movimentos sociais são caracterizados “como um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo um programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia, visando um fim específico ou uma mudança social.”¹⁶⁸ Já o sociólogo Jeffrey C. Alexander, ao tratar dos modelos conceituais de movimentos sociais, relaciona o termo

aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo freqüentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais.¹⁶⁹

Efetivamente, a idéia de movimentos sociais passou por inúmeras transformações, variando de acordo com as conjunturas políticas e culturais vividas e conforme as opções teóricas dos seus estudiosos. Cabe ressaltar o esforço de alguns pesquisadores em não restringir a identidade de tais mobilizações às iniciativas dos trabalhadores industriais urbanos, a exemplo do historiador Adalberto Marson.¹⁷⁰ Contudo, o alargamento do conceito feito por Marson, de modo a incluir as manifestações conservadoras e de direita (por exemplo, as que precederam o golpe militar de 1964) como possibilidades de movimentos sociais não se aproximam das concepções defendidas neste estudo. Tais movimentos são pensados aqui como ações possíveis dos excluídos sociais, economicamente ou em termos políticos e culturais na luta em prol dos seus anseios individuais e coletivos. Valoriza-se a carga simbólica de resistência dos “fracos”, usando expressão de Certeau, historicamente construída (pela historiografia e pelos atores sociais) em torno desses movimentos, não deixando de reconhecer as posições de desistência e conformismo reveladas em muitos momentos.¹⁷¹

¹⁶⁸ SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1987, p. 12.

¹⁶⁹ ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 5-31, jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jan. 2011.

¹⁷⁰ Cf. MARSON, Adalberto. Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais. In: BRESCIANI, Maria Stella. **Jogos da política**: imagens, representações e práticas. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1992.

¹⁷¹ A filósofa Marilena Chauí trouxe importantes contribuições para os estudos da cultura popular na década de 1980 no Brasil ao apostar na análise guiada pelo movimento dialético de resistência e conformismo ao

Assim, para além das preocupações estritamente classistas (no sentido economicista da palavra), como a atuação de sindicatos, partidos políticos e dos diferentes setores de trabalhadores, a exemplo do Movimento dos *Trabalhadores* Rurais Sem Terra (MST), outros grupos com reivindicações distintas emergiram durante os anos de 1970 e 1980, como o movimento negro, o movimento de mulheres (chamado na década de 1970 de movimento feminista) e o movimento gay. Se a diferença entre os últimos e os primeiros é notória, é possível também falar em aproximações em alguns casos, como se observa em relação ao Movimento Negro Unificado (MNU) na sua fase inicial, quando possuía alas que acreditavam que “a luta anti-racista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista”¹⁷², afinal, o embrião do MNU foi a organização de orientação trotskista, Convergência Socialista.¹⁷³

Articular tais compreensões teóricas com os caminhos percorridos na pesquisa, bem como com os resultados observados, levou-me a pensar um movimento social pela busca da mudança social, como aponta Scherer-Warren ao destacar a “finalidade de mudar, de modo freqüentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais”¹⁷⁴, embora duvide desse caráter “freqüentemente radical” levantado pela socióloga (nos dois sentidos que a palavra suscita), pois muitos movimentos sociais preferem trilhar a via da negociação e do jogo tático a enfrentamentos abertos e diretos. E nessa atuação nem sempre procuram resolver os problemas em sua raiz, ou seja, pela transformação de suas bases estruturais, mas sim pelo atendimento de demandas mais imediatas.

Nessa direção, o entendimento do conceito de movimento negro também foi problematizado, partindo da compreensão do historiador e militante negro Joel Rufino dos Santos, para quem a noção engloba

todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros [...].

pensar as ações sociais. Cf. CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁷² DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, 2007, p. 112. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v12n23a07.pdf>. Acesso em: 14 set. 2010.

¹⁷³ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁴ SCHERER-WARREN, 1987, p. 12.

Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.¹⁷⁵

A definição de Joel Rufino dos Santos é vista por alguns, como o historiador Petrônio Domingues¹⁷⁶, como expressão da militância do autor, ao passo que outros, como o historiador Amílcar Araújo Pereira¹⁷⁷, concordam com o sentido ampliado apresentado por ele. Pereira assinala que, nessa ampliação,

o movimento negro organizado [é pensado] como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz da diversidade e pluralidade características desse movimento social.¹⁷⁸

Nesse viés, aproximo-me das formas interpretativas elaboradas por Pereira e Santos para a abrangência da noção de movimento negro, na medida em que ambos alargam as possibilidades de se pensar a sua identificação para além da via instituída como política, incluindo práticas culturais, ações no campo da educação escolar, das artes, da religião e outras possíveis. Assim, as rebeliões escravas, as organizações quilombolas, as confrarias religiosas do Brasil colonial são expressões constitutivas do movimento negro pensado de maneira ampla.¹⁷⁹

¹⁷⁵ SANTOS, Joel Rufino dos. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, Joel R.; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Atrás do muro da noite**: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, apud DOMINGUES, 2007, p. 102.

¹⁷⁶ Cf. DOMINGUES, 2007, p. 102.

¹⁷⁷ Cf. PEREIRA, Almir Araújo. **“O Mundo Negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

¹⁷⁸ PEREIRA, 2010, p. 81.

¹⁷⁹ Cf. COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, apud PEREIRA, 2010, p. 83.

O professor Petrônio Domingues, embora não compartilhe da noção elaborada por Santos para o conceito de movimento negro, propõe expandir os marcos consolidados em parte significativa da historiografia sobre o tema. Segundo ele, em geral se delimita o seu início à formação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931 e sua retomada com a organização do Movimento Negro Contra a Discriminação Racial (MNCDR)¹⁸⁰ em 1978. Domingues chama a atenção para as diversas estratégias articuladas por grupos de negros durante o período republicano para resolver os problemas enfrentados, dividindo o movimento negro em três fases.¹⁸¹

Por fim, vale esclarecer que as considerações de Santos são importantes para romper com as demarcações rígidas do que seja movimento negro. Entretanto, uma noção totalizadora parece não ser a melhor escolha, sendo geradora de novos problemas, como a banalização do termo e dos seus significados políticos de intervenção social para mudança. Ao pensar o movimento negro de Uberlândia e duas práticas culturais locais, o carnaval e a congada, e refletir sobre as leituras acerca do assunto, delineou-se como caminho viável o de não distinguir *a priori* o caráter de movimento negro como se fosse exclusivo de um grupo, mas perceber os contornos das suas ações entranhadas no político, no social e no cultural.

Dessa forma, movimento negro não se define apenas por acatar o registro jurídico de um grupo ou a sua identidade socialmente construída e aceita, mas também pela sua capacidade de mobilização, tanto de elementos internos (a comunidade negra ou parte dela) quanto externos (moradores da cidade, políticos, frações das classes médias econômicas e intelectuais). Essa movimentação pode ou não produzir efeitos de transformação social, mas atrair atenções, estabelecer parcerias e trocas e conquistar espaços (físicos ou

¹⁸⁰ Este foi o nome inicial do Movimento Negro Unificado (MNU), que teve como primeiro ato público uma manifestação nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em 07 de julho de 1978, “em protesto à discriminação racial sofrida por quatro garotos do time juvenil de voleibol do Clube de Regatas Tietê, que não queria permitir a sua participação no time pelo fato de serem negros, e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família torturado até a morte no 44º Distrito de Guaianazes.” Retirado de: MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. 1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo. São Paulo, Confraria do livro, 1988, p. 77.

¹⁸¹ A primeira (1889-1937) é caracterizada pelas associações negras como clubes e grêmios e pela imprensa negra; a segunda (1945-1964) tinha como principais expressões a União dos Homens de Cor, criada em 1943 em Porto Alegre, e suas filiais e entidades correlatas espalhadas pelo país, além do Teatro Experimental do Negro (TEN), formado em 1944 no Rio de Janeiro; já a terceira fase (1978-2000) é marcada pela articulação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 197 em São Paulo e as organizações similares surgidas em outras regiões brasileiras. Cf. DOMINGUES, 2007.

simbólicos) é um passo importante na busca por mudanças, sejam elas planejadas ou não. Isso, no meu ponto de vista, revela a característica pulsante de um movimento negro que se utiliza da identidade racial para mobilizar pessoas e demarcar qual grupo deve ser atendido em suas reivindicações.

Considerando a multiplicidade de práticas e caminhos percorridos na luta por inclusão socioeconômica, como o programa de cotas raciais nas universidades públicas, o reconhecimento positivo de suas práticas culturais e formas de interpretar o mundo, por meio da umbanda e do candomblé, por exemplo, torna-se mais adequado, acredito, falar em movimentos negros, no plural. Um grupo que se autodenomina movimento negro pode não ser considerado, nesses termos, como tal, apenas em seu aspecto formal, enquanto práticas culturais, cuja identidade se constitui principalmente pela dança e pelo seu vínculo religioso, como a congada, podem vir a ser pensadas como um movimento negro. Seguindo esse pressuposto, dialoguei com as evidências documentais ao longo do texto.

1.5 - Embates sobre os sentidos de práticas sociais

As considerações de Joaquim Miguel Reis, presidente do Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia (Griconeu), professor de geografia aposentado e atualmente estudante de Direito, são emblemáticas para essa reflexão:

Tem um colega nosso, ele até é do grupo, ele falava: Gente, reuni é uma coisa, se nós reúni duas pessoas aqui, eu e você, pra mesma coisa, pra jogar pra outro grupo pra aceitar, a coisa fluiu, nasceu uma idéia. Isso é reunião. Ajuntamento, não adianta ajuntamento, ajuntamento sem um objetivo comum, sem uma proposta não adianta, ajuntamento não adianta, só ajuntar não adianta. Se ajuntamento valesse, pôxa, quem faz a festa mais popular de Uberlândia: carnaval e a congada. Ajuntamento de pessoas, que vai lá e beleza, vê uma coisa bonita que é o carnaval, vê outra coisa bonita que é o congado e pronto, acabou. Nós se ajuntamos, mas temos uma liderança ali, temos uma liderança forte ali que, pôxa, faz um chamamento e aquela comunidade vem.

Fernanda: O senhor não vê uma ação política nessa...

Joaquim Miguel: Não tem uma ação política, não tem um líder, é totalmente diferente quando Luther King saía lá da sua igreja e ia pra rua e as pessoas acompanhavam, é diferente.

Fernanda: Porque pelo o que o senhor disse agora a pouco, o senhor acha que é muito importante incentivar a vida política das pessoas...

Joaquim Miguel: Exatamente.

Fernanda: Dos negros, né? Mas o senhor pensa essa vida política a partir dos espaços do partido, do sindicato.

Joaquim Miguel: Exatamente, exatamente.

Fernanda: O senhor acha que as práticas culturais não possibilitam tanto isso?

Joaquim Miguel: São importantes.

Fernanda: Em que sentido?

Joaquim Miguel: A cultura, tal, pôxa, é um foco de resistência de uma cultura negra, é um foco de resistência, a cultura é um foco de resistência, é lógico, ninguém pode negar isso, de maneira nenhuma. A atividade cultural ela é importantíssima, desde que tenha uma liderança, que esse ajuntamento de pessoas ele tem um líder e esse líder quando ele decide alguma coisa em prol da comunidade ele tem um respaldo da liderança. Talvez nós fazemos uma crítica em relação a isso. Olha o carnaval, cê vê aquelas pessoas lá, são todas pessoas simples e que não exerce uma certa liderança.

Fernanda: O senhor fala das escolas ou da Assosamba?

Joaquim Miguel: Dos presidentes das escolas em si. Ela não exerce uma certa liderança política.

Fernanda: O senhor acha que tem que ter essa hierarquia?

Joaquim Miguel: É preciso ter essa hierarquia, se não tiver não adianta a gente não tem força.

Fernanda: Até porque o senhor pensa que poucos estão preparados?

Joaquim Miguel: Exatamente, nesse sentido.¹⁸²

O entrevistado, baseando-se na fala de outro membro do Griconeu, qualifica determinadas práticas sociais, como o carnaval e a congada, como reduzidas à beleza e “pronto, acabou”, como “um ajuntamento sem um objetivo comum, sem uma proposta”, enfatizando, pela repetição, tratar-se apenas de uma aglomeração de pessoas que, pela simplicidade, como ele descreve os presidentes das escolas de samba, não conseguem exercer a liderança que ele julga necessária para se fazer algo “em prol da comunidade”. Joaquim Miguel reconhece a “cultura como um foco de resistência”, mas esvaziada de sentido político, pois não se enquadra nos moldes da sua concepção de movimento social, organizado e conduzido sob uma liderança restrita a poucos.

Ao falar das posturas relacionadas à direção nos movimentos sociais, Ilse Scherer-Warren pontua dois marcos: o basismo e o vanguardismo. O primeiro “procura reduzir ao

¹⁸² Joaquim Miguel Reis. Entrevista realizada em 29 de junho de 2010.

mínimo a necessidade de lideranças intelectuais, políticas ou outras para o movimento, considerando-as como possíveis formas de autoritarismo ou elitismo.”¹⁸³ Já o segundo defende a existência de um centro pensante para direcionar as ações do movimento, tendo a função de conscientizar os membros envolvidos. Nesses termos, o vanguardismo é uma característica do Griconu, pois, segundo o entrevistado, um dos objetivos do grupo é o de mobilizar lideranças. Sobre isso, Joaquim Miguel argumenta:

Todo processo revolucionário¹⁸⁴ passa pelas cabeças pensantes, então, se você não tiver cabeças pensantes o processo revolucionário ele não acontece. Então é essa a nossa intenção, realmente fazer uma verdadeira revolução em termos de erradicar para sempre a questão racial, inserir o negro no mercado de trabalho, enfim, colocar a comunidade negra no seu verdadeiro lugar, o verdadeiro lugar que ela merece, né? ¹⁸⁵

A forma como ele minimiza, ou desconsidera, nas amplas e variadas práticas do carnaval e da congada, uma capacidade de ação política, insere-se numa visão rígida e hierarquizada do seu exercício, centralizado em um núcleo de decisões, apto a pensar e elaborar propostas para se “fazer uma verdadeira revolução”. As conclusões de Joaquim Miguel, próximas daquelas emitidas por outros sujeitos desta pesquisa, afunilam as possibilidades de interferência em um estado de coisas, sintetizadas na chamada prática do racismo. Na percepção do entrevistado, ignora-se a política (em seu sentido lato) incorporada ao cotidiano, não necessariamente planejada com reuniões, registros em atas e estatutos, até porque os grupos do movimento negro organizado não têm a sua atuação limitada a esse comportamento estrito no seu fazer política.

No dia a dia de suas vidas, em seus empregos, no bairro onde moram, nos diferentes espaços que frequentam, relacionados à religiosidade, ao entretenimento, ao saber formal, homens e mulheres negros, organizados ou não em movimentos, conduzidos ou não por “lideranças”, podem manifestar variadas formas de luta, declaradas ou dissimuladas, inclusive pela presença nos espaços onde não são aceitos ou em lugares em que quase não

¹⁸³ SCHERER-WARREN, 1987, p. 18 e 19.

¹⁸⁴ Pelo contexto da entrevista, é possível inferir que o processo revolucionário mencionado por Joaquim Miguel não significa necessariamente uma luta armada, mas sim uma mudança significativa nas condições de vida da população negra, elevando-a para postos de trabalho de reconhecido valor social e ganhos econômicos.

¹⁸⁵ Joaquim Miguel Reis. Entrevista realizada em 29 de junho de 2010.

se vêm pessoas negras. As vestimentas, que por diversas razões são associadas à população negra descendente de africanos, também constituem um modo de resistência às tentativas de desvalorização ou transformação dos referenciais, dos saberes e modos de vida de parcelas da população negra.

As reivindicações por respeito, aqui entendido como direitos sociais, são percebidas ainda nas identidades assumidas. Não que isso ocorra de modo previamente deliberado, mas sim na forma de enfrentamento ao histórico quadro de distorções, pré-conceitos e rejeições, a exemplo do eloqüente posicionamento da comunidade virtual *Umbandista sim, Macumbeiro NÃO*, formada por praticantes de umbanda que não concordam em ser chamados de macumbeiros. Na página da internet, eles declaram: “Nós somos UMBANDISTAS SIM, pois temos orgulho de nossa Religião e não aceitamos ser tachados de Macumbeiros pois NÃO SOMOS.”¹⁸⁶ Outro exemplo é o uso dos chamados penteados afro, buscando valorizar um padrão de estética negra, uma das dimensões também presentes na congada e no carnaval popular. Esse conjunto de atitudes e posicionamentos, embora não constitua um movimento negro, são formas de lutas que tensionam as dificuldades encontradas pelo contingente negro e esses confrontos, por vezes dissimulados, produzem, mesmo que lentamente, pequenas mudanças no processo histórico.

A ação cotidiana desses sujeitos e aquelas mais visivelmente relacionadas às suas práticas culturais não articulam necessariamente, de modo mais direto, as chamadas políticas públicas para a promoção da igualdade racial, embora também o façam em alguns momentos.¹⁸⁷ Muitas vezes este é o corte diferencial estabelecido entre movimentos negros e manifestações culturais afro-brasileiras, atribuindo-se ganhos à comunidade negra à medida que os primeiros deixam de ser culturalistas, segundo análise de alguns estudiosos e militantes.¹⁸⁸ De fato, há alcances diferenciados na ação de ambos. O meu interesse aqui é o

¹⁸⁶ UMBANDISTA SIM, MACUMBEIRO NÃO. Disponível em: <www.orkut.com/Community?cmm=5933963>. Acesso em: 12 jan. 2011.

¹⁸⁷ Algumas associações culturais, como o bloco Aché e a Assosamba, por vezes, estão engajadas na luta em defesa da implementação das cotas raciais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e outras lutas correlatas. Outras vezes, são propositivas de projetos visam à inclusão social.

¹⁸⁸ Cf. DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. *Revista Dimensões*, Vitória/ES, v. 21, p. 101-124, 2008. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes21_PetronioDomingues.pdf>. Acesso em: 18 set. 2010.

de romper com uma polarização ao se atribuir conquistas e recompensas à população negra apenas pelos encaminhamentos das reconhecidas organizações políticas.

É preciso considerar os diversos matizes que formam essa história, composta por caminhos irregulares e curvas em diferentes direções, pois várias dimensões caracterizam a experiência associativa dos negros em Uberlândia. Uma delas, perceptível em inúmeras cidades brasileiras, é a aproximação, apesar das tensões, entre movimentos negros e os espaços das chamadas culturas negras — no caso estudado, o carnaval e a congada.

As palavras de Ismael Marques, um dos fundadores do Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (Monuva), sintetizam outras vozes a respeito dessa relação. Ao questioná-lo se as práticas culturais do carnaval, da congada, da umbanda e do candomblé são importantes para o movimento negro local, ele responde de modo enfático:

Ismael: E muito!

Fernanda: Por quê?

Ismael: É uma de nós, para nós se acabar com a congada, com a folia de reis, com o carnaval, o nosso povo negro não teria meios de em um dado momento, em determinada data, mostrar, soltar aquilo que tá dentro dele, aquele grito de alegria dele de estar homenageando alguém, no caso da festa do Rosário, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. No carnaval, automaticamente é, parece que é um grito de liberdade em mostrar a sua arte, em tocar e dançar e cantar e assim consecutivamente. É importantíssimo para nós essas reuniões, porque significa que nós também temos a nossa data de festejar alguma coisa. É fantástico isso, compreende? Para nós é fundamental. E hoje nós temos outra data mor que é o 20 de novembro, que é dia da consciência, que é outra data também pra nós que é um símbolo nacional da libertação, é um símbolo de liberdade que nós tivemos, ovacionando automaticamente um homem que brigou e deu a sua vida em prol da liberdade dele e de muitos.¹⁸⁹

Nesse depoimento, a percepção das práticas culturais é delineada como uma necessidade dos negros em Uberlândia, como parte constitutiva da vida de seus protagonistas, expressões que encaminham demandas importantes, como a de “mostrar a sua arte, em tocar e dançar e cantar”, evidenciando a sua forma de ver o mundo e nele atuar. Ismael reconhece o espaço festivo como um meio fundamental de atuação dos negros. Pela forma como ele encaminha sua narrativa, as datas comemorativas podem ser

¹⁸⁹ Ismael Marques de Oliveira. Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2010.

pensadas como resultados de negociações sociais, declaradas ou não, entre os sujeitos da festa, autoridades políticas e moradores da cidade, como se fossem espaços específicos de permissão, pois, do contrário, o “povo negro não teria meios de em um dado momento, em determinada data, mostrar, soltar aquilo que tá dentro dele, aquele grito de alegria.” Portanto, se não houvesse interdições ao longo da história, oficiais ou informais, evidentes ou camufladas, haveria necessidade de “um grito de liberdade”?

As impressões relatadas sobre as chamadas práticas culturais negras revelam uma experiência pessoal, já que Ismael Marques compõe a Velha Guarda da escola de samba Acadêmicos do Samba, fato sobre o qual só tive conhecimento em momento posterior à entrevista, ao ver a sua fotografia no álbum *Resgatando a memória viva do samba – histórias das velhas guardas do samba de Uberlândia*, lançado em 2009, com um CD de mesmo nome, constituído por doze samba-enredos das atuais escolas de samba (Acadêmicos do Samba, Unidos do Chatão, Garotos do Samba e Tabajara), cantados pelas Velhas Guardas homenageadas. O material foi produzido com recursos do Programa Municipal de Incentivo à Cultura por Rodrigo Santiago e Luiz Carica, integrantes do Movimento Cultural Eterna Chama, composto por um grupo de samba e de estudos relacionados a esse gênero musical. Acompanha uma das imagens de Ismael, publicadas no livro de fotografias, o seguinte texto:

Ismael, grande baluarte que sempre esteve ligado as coisas de seu povo. Com sua liderança natural sempre deu sua contribuição, seja no Congado, Folia de Reis ou no carnaval. É um dos fundadores do MONUVA, fundado em 1981, de onde é presidente do Conselho Fiscal. É também um renomado árbitro de futebol na região. Perante as dificuldades que o negro pobre sofre na sociedade, tem orgulho em ter se formado Bacharel em Direito.¹⁹⁰

A apresentação de Ismael Marques de Oliveira no livro ganha contornos multifacetados pela sua atuação no congado, na folia de reis, no carnaval e no Monuva, não explicitados nominalmente no diálogo que tivemos, quando ele aparece apenas como membro do Monuva. Todavia, em parte de sua narrativa, citada anteriormente, o reconhecimento dos significados das demais práticas na vida de parcelas dos negros na

¹⁹⁰ SANTIAGO, Rodrigo; CARICA, Luiz. **Resgatando a memória viva do samba**: história das Velhas Guardas do samba em Uberlândia. Uberlândia: edição independente, 2009, p. 13.

cidade, como algo que (re)organiza os sentidos da vida social, foi indicativo da forma como ele elabora sua experiência em outros espaços. Essa circulação de Ismael por práticas importantes para frações da comunidade negra local, embora não exclusivas a ela, é também observada na biografia de diversos outros sujeitos da pesquisa; seus discursos e ações apontam para um intercâmbio de valores e modos de fazer em diferentes espaços, propiciando uma interferência recíproca entre eles.

Vale retomar, nesse momento, a discussão apresentada no primeiro capítulo sobre a organização inicial do Monuva, que tinha, entre os seus fundadores, integrantes do carnaval local, como Capela, Ismael Marques e Pai-Nêgo. Eles tiveram atuações distintas no interior do movimento, mas significativas ao imprimirem uma forma de agir ao grupo, que também recebeu influências de outros componentes. Alguns, por entenderem a atuação do movimento negro de maneira distinta, dentre outras questões envolvidas, desvincularam-se do grupo, formando outros movimentos negros. As primeiras reuniões que versavam sobre a formação de um movimento negro, ainda sem nome definido, aconteceram nas casas de Valter José Prata (Capela) e de Ismael Marques de Oliveira. Também houve reuniões no Black Chic, casa noturna freqüentada majoritariamente por negros e de propriedade de José Olímpio (Pai-Nêgo), um dos espaços onde se articulou a criação da Seção de Cultura Afro Brasileira¹⁹¹ no município, conhecida como Pasta Afro.

Nas palavras de Ismael, o Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta é definido como “social, esportivo e cultural, embora a parte cultural seja a mais importante do Monuva”.¹⁹² Ele repetiu algumas vezes o perfil do movimento, caracterizando-o pelo tripé social, esportivo e cultural. Seguindo a natureza dialógica da entrevista¹⁹³, pautada na premissa de não apenas buscar informações, mas principalmente compartilhar idéias com o

¹⁹¹ “A Pasta Afro foi criada em 1993 na administração do prefeito Paulo Ferolla e tinha como foco atuar em favor dos diversos segmentos da cultura afro-brasileira, como as escolas de samba, os ternos de congada, os grupos de capoeira e os centros de umbanda e candomblé, entre outros”. (SANTOS, 2010, p. 120). Ver: SANTOS, Fernanda. Luta e tensão social na imprensa uberlandense: experiências de negros nas décadas finais do século XX. **Revista Fato & Versões**, n. 3, v. 2, p. 112-122, 2010. Disponível em: <www.catolicaonline.com.br/fatoeversoes>.

¹⁹² Ismael Marques de Oliveira. Entrevista realizada no dia 25 de fevereiro de 2010.

¹⁹³ Cf. PORTELLI, 1997. O professor de literatura, Alessandro Portelli, fala que o resultado da entrevista oral tem uma natureza dialógica, ou seja, envolve tanto o depoente quanto o entrevistador, sendo este também sujeito na construção da narrativa oral.

entrevistado, perguntei sobre a sua percepção acerca do caráter político do Monuva. Ele apresentou a seguinte análise:

Em todo lugar do mundo, dentro de casa, fora de casa, tem política. Só que ele é apolítico e político. Por quê que ele é político? Por que senão fosse político nós não teríamos que ir à prefeitura solicitar do prefeito, que era o Zaire Rezende na época, aquele imóvel, passamos a fazer política. Ele é apolítico porque nós não podemos automático chegar num candidato pra pedir que nós votemos nele em especificamente, porque se de repente ele vem a perder nós não temos como pedir aquele que ganhou, por isso. Então, tem que se fazer política na hora certa. Nós pedimos política a um prefeito da época, foi bom, e hoje, nós estamos pedindo ao prefeito da época meios de ficar com aquele imóvel e meios de construir naquele imóvel. Então, nós estamos fazendo política.¹⁹⁴

Nas considerações de Ismael Marques, os sentidos de apolítico e político aparecem como faces da mesma moeda, pois ambos se referem a negociações e táticas na relação com os representantes dos poderes públicos instituídos na obtenção de ganhos para o Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta. A ação política do Monuva é por ele identificada apenas na solicitação direta, ao prefeito da cidade, de doação de um terreno, da garantia de sua posse e de recursos financeiros para finalizar a edificação de uma sede. Já a face apolítica é traduzida pela ausência de vínculos declarados com partidos ou candidatos específicos, posição justificada pelo entrevistado em função da impossibilidade ou dificuldade de reivindicações e acordos futuros, caso outras legendas partidárias sejam vitoriosos em eleições futuras.

É exatamente na justificativa de Ismael Marques sobre a dimensão apolítica do movimento que está a sua prática política, nos termos pensados neste trabalho, pela sagacidade nas ações e relações estabelecidas ou evitadas, pelo jogo que se organiza no espaço do outro¹⁹⁵, pelo exercício do poder de barganha, pelas pressões, sutis ou declaradas, que permitem, em meio às conformidades e desistências que ocorrem diante dos obstáculos encontrados, acumular vitórias. Uma das conquistas do Monuva, mencionadas pelo entrevistado, foi a aquisição de um terreno com extensão de 3.500 m², localizado no

¹⁹⁴ Ismael Marques de Oliveira. Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2010.

¹⁹⁵ Cf. CERTEAU, 1994.

Bairro Vigilato Pereira, resultado de longas negociações com o ex-prefeito Zaire Rezende no período entre 1985 e 1986.

A posse do terreno e o recebimento de uma verba (750 mil cruzados antigos) para iniciar a construção do Centro Educacional e Cultural¹⁹⁶ foram por mim analisadas, na escrita da monografia, como “astúcias e trampolinagens”¹⁹⁷ de integrantes do Monuva em trabalhar ao seu favor as propostas “de um governo que proclamava a participação dos setores aliados nas decisões políticas”.¹⁹⁸ Nessa direção, posso concluir:

Da mesma forma que o grupo peemedebista soube capitalizar as expectativas vivenciadas por diferentes grupos sociais naquele período, estes grupos também souberam atuar nas brechas abertas pelo governo zairista para colocar em pauta lutas e anseios já compartilhados por muitos sujeitos sociais.¹⁹⁹

¹⁹⁶ Cf. MONUVA. **Histórico do Monuva**. 1989, 1 folha. Acervo do Monuva.

¹⁹⁷ Cf. CERTEAU, 1994.

¹⁹⁸ SANTOS ou CARDOSO, 2008, p. 43.

¹⁹⁹ Idem, ibidem, p. 39 e 40.

Capítulo II:
Carnaval e congada: um diálogo entre cultura e política



Figura 4: Ala das baianas da Escola de Samba Unidos do Chatão. Uberlândia, fev./2010. Foto: Fernanda Santos.



Figura 5: Bateria da Escola de Samba Garotos do Samba. Uberlândia, fev./2010. Foto: Fernanda Santos.

2.1 - Reverências e vivências sinuosas na cidade de Uberlândia: a teatralização do gesto.

Algumas imagens do carnaval de rua de 2010 em Uberlândia, por mim registradas, constituem o ponto de partida para as discussões deste segundo capítulo. As fotografias mostram a passagem das escolas de samba pela avenida e o encontro delas com o prefeito Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, que desce do camarote para cumprimentar os carnavalescos. As minhas impressões como observadora, somadas àquelas que desenvolvi no diálogo com os diferentes sujeitos da pesquisa e com as fontes escritas, levaram-me a refletir acerca das noções de autoridade e deferência na relação ambivalente que historicamente se constituiu entre representantes dos poderes públicos instituídos e membros das escolas de samba, ternos de congado e movimentos negros organizados.

A Figura 6 corresponde ao registro do momento em que o prefeito cumprimenta o membro da escola Garotos do Samba conhecido como Brijela. Recepcionando a escola na avenida também está a secretária de Cultura, Mônica Debs (com blusa marrom, ao lado do segurança).



Figura 6: *Reverência mútua na avenida do samba*. Uberlândia, fev. 2010.
Foto: Fernanda Santos

Na Figura 7 se vê Odelmo arriscando passos de samba com a passista. À direita dele, o ex-deputado estadual (1995/1999) e ex-secretário municipal de Serviços Urbanos de

Uberlândia (2001/2002), Leonídio Bouças. Logo atrás do prefeito, vestindo camisa listrada em azul e branco, está o deputado estadual Luís Humberto Carneiro (PSDB).



Figura 7: A *dança da encenação*. Uberlândia, fev. 2010.

Foto: Fernanda Santos

A Figura 8 mostra o abraço do prefeito e de Otávio Afonso Júnior, presidente da escola Garotos do Samba.



Figura 8: *O caloroso abraço*. Uberlândia, fev. 2010.

Foto: Fernanda Santos

Pensar nessa relação ambivalente requer, sem dúvida, afastar-se de uma concepção de dominação absoluta, do exercício do poder numa via única e de uma rigidez nas ações e posicionamentos dos diferentes grupos e classes sociais. Do contrário, a compreensão simplista de que o “povo” é dominado, explorado e enganado pelos governantes e ainda os reverencia, por conta de migalhas concedidas para os momentos de festa, seria aqui aplicada. Seguramente tal interpretação expressa vários problemas e equívocos, a começar pela maneira polarizadora pela qual se definem as forças sociais: povo e governantes, homogeneizando cada um deles e ignorando os desdobramentos das muitas interações possíveis. De modo distinto, apresento os conflitos entre diferentes grupos de negros e o poder instituído e as mudanças observadas nas administrações públicas, o que permite questionar determinadas ações para além do nível da aparência, investigando variadas práticas sociais.

O texto *Patrícios e plebeus*, do historiador inglês E. P. Thompson²⁰⁰, tornou-se referência metodológica para analisar os diversos elementos da relação estabelecida entre frações de negros e o poder público, permitindo distanciamento da versão que se restringe

²⁰⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *Patrícios e plebeus: costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 25-85.

às noções de doação e subordinação. Examinando um conjunto de transformações sociais na Inglaterra do século XVIII, durante o processo de industrialização, o historiador reflete acerca do uso de determinados costumes, valores e comportamentos nos embates e negociações entre patrícios e plebeus. Ele percebe que as relações de paternalismo²⁰¹ e deferência, longe de expressarem calma e harmonia entre a classe plebéia e setores da *gentry*, apontam para as relações de poder e para o confronto de interesses entre os grupos.

Embora motivado por outras inquietações, por um lugar e um momento histórico distintos, aproprio-me do procedimento de análise do historiador inglês, tendo em vista que ele trabalha com o processo de construção hegemônica no mundo capitalista, considerando também as representações culturais, ou seja, examinando como os símbolos, gestos e rituais evocavam a autoridade dos patrícios e a reverência dos plebeus, ainda que não houvesse uma correspondência fiel e automática entre os dois. Ao tratar das formas de controle social utilizadas pela alta *gentry* no contexto da sociedade inglesa setecentista, Thompson comenta que

suas aparições em público tinham muito da estudada representação teatral. A espada era posta de lado, exceto para fins de cerimonial. Mas a elaboração das perucas, as roupas ornamentadas e as bengalas, e até os gestos patrícios ensaiados e a arrogância da postura e da expressão, tudo se destinava a exibir a autoridade aos plebeus e a extrair deles a deferência.²⁰²

Assim, as imagens selecionadas do carnaval uberlandense de 2010, o aperto de mão amigável e despojado na primeira fotografia, o ensaio com a passista na segunda e o caloroso abraço na última sinalizam uma valorização dada pela autoridade política que pode significar, para esses homens e mulheres negros, uma oportunidade de reconhecimento singular, principalmente pelas “imagens de poder e autoridade presentes

²⁰¹ O conceito de paternalismo, na análise de E. P. Thompson, é usado para problematizar as relações historicamente constituídas entre os sujeitos sociais. Por isso, a importância do conceito para este trabalho está no movimento de análise feito pelo autor das interações entre a *gentry* e os plebeus, na Inglaterra setecentista, ao criticar uma visão tradicional das relações de poder entre esses grupos. Ao examinar os inúmeros conflitos e sua expressão simbólica, o historiador inglês mostra a reciprocidade existente entre a população e os governantes e salienta que “a deferência [dos populares] podia ser bastante frágil, composta de uma parcela de interesse próprio, uma de dissimulação e apenas uma de temor respeitoso pela autoridade”. THOMPSON, 1998, p. 65.

²⁰² THOMPSON, 1998, p. 48.

nas mentalidades populares da subordinação.”²⁰³ Aproximar-se de tais imagens, que são culturalmente construídas e socialmente partilhadas, é uma forma de esses sujeitos buscarem importância e distinção social a partir do valor simbólico existente em torno das figuras políticas, utilizando-as taticamente em outros momentos para fazer solicitações diversas.

Nas entrevistas realizadas, chamou-me a atenção, na especificidade de cada enredo narrado, a maneira como alguns depoentes conferem valor às autoridades públicas. Em conversa com Maria da Conceição Pereira Leal, uma das fundadoras do Monuva, ficou evidente a sua noção de mérito pessoal associada a personalidades reconhecidas no espaço público pela sua posição política. Ao falar do momento de criação da Seção de Cultura Afro-Brasileira na Secretaria de Cultura, mais conhecida como Pasta Afro²⁰⁴, ela narra que fora “assessora direta de Cleusinha Resende”²⁰⁵ (secretária de Cultura na época) e complementa que “é minha amiga pessoal, como hoje é o Seu Paulo Ferolla” (ex-prefeito). Além disso, é recorrente no discurso de Conceição a sua posição de centralidade e vanguarda em relação ao movimento negro local, notadamente quando enfatiza o seu envolvimento nas lutas nacionais da etnia negra:

A gente não era dez, eu não podia estar em Brasília, eu não podia estar no Conselho em Belo Horizonte, eu não podia estar com a Benedita, não podia estar com o Monuva. [...] E a essa altura do campeonato era todo mundo, a universidade me cedia porque o reitor não... o meu reitor não agüentava a pressão, tanto o professor Ataulfo, depois o professor [Gladistone]... eles não agüentavam, ligavam de Brasília, eles colocavam Leci Brandão pra ligar, não sei quem pra ligar, não sei quem pra ligar e o reitor ficava [...].²⁰⁶

²⁰³ THOMPSON, 1998, p. 46.

²⁰⁴ A Seção de Cultura Afro Brasileira (Pasta Afro), posteriormente Coordenadoria Afro Racial (Coafro) e hoje Diretoria de Assuntos Afro Raciais (Diafro), foi instituída no poder público municipal em 1993 como seção da Secretaria de Cultura e é resultado de inúmeras reivindicações por parte dos movimentos negros da cidade e entidades afins.

²⁰⁵ Vale registrar o lugar social da “amiga pessoal” de Conceição Leal: além de secretária de Cultura, Creusa Resende é filha de um dos políticos mais influentes do período, Toninho Resende, professora da Universidade Federal de Uberlândia e ex-esposa do professor Ataulfo Marques Martins da Costa, reitor da UFU na época mencionada pela depoente.

²⁰⁶ Maria da Conceição Pereira Leal. Entrevista realizada em 14 de agosto de 2007.

Considerando a maneira como a entrevistada se coloca no centro de importância e à frente do movimento negro uberlandense, destaco que, nessa construção de uma trajetória de atuação política, ela evidencia nomes de expressivo reconhecimento social, como o da ex-deputada petista Benedita da Silva e da cantora e militante negra Leci Brandão. Já Antônia Aparecida Rosa, integrante do congado, do carnaval e do movimento negro local, no decorrer da nossa conversa me contou sobre o seu diálogo com uma amiga a respeito do velório do ex-prefeito de Uberlândia, Virgílio Galassi, representante de um grupo político do qual ela afirma não ser partidária:

[...] minha amiga falou: “nossa! Cê foi no velório do Virgílio?”. Eu falei: “eu fui”, ela falou: “nossa! Eu fiquei tão triste!”, eu falei: “não, não é que eu não fiquei triste nem alegre”. Eu fui porque eu acho que é uma pessoa que teve um papel fundamental nessa cidade, mas assim, não é questão de tristeza nem alegria é uma questão de respeito. Então não quer dizer que não é porque você tem concepção diferenciada que você não vai respeitar o outro que teve um processo de construção dentro da história do lugar ou dentro da história da comunidade negra, né?²⁰⁷

Além da particularidade das diferentes narrativas entrelaçadas nesse texto, ganha relevo a forma como a personalidade pública é tida como referência e merecedora de reverência e respeito, mesmo com discordâncias político-partidárias. Em outro momento, Antônia explica:

minha mãe era muito voltada, minha família toda voltada pra essa questão do pessoal Paulo Ferolla, Virgílio Galassi e tal. É, então eu acho que às vezes isso também ajuda a gente a ir pra outro lado, talvez a gente nem fosse e ajuda a gente a ir contra, acho que é coisa de filho também às vezes.²⁰⁸

A entrevistada demonstra que tais divergências não a impedem de considerar o ex-prefeito “uma pessoa que teve um papel fundamental nessa cidade” e cuja participação foi importante no “processo de construção dentro da história do lugar”, tornando-se, portanto, merecedora de “respeito”. Esse sentimento pode ser visto também como uma noção construída na historicidade das relações.

²⁰⁷ Antônia Aparecida Rosa. Entrevista realizada em 19 de janeiro de 2008.

²⁰⁸ Os políticos citados, Virgílio Galassi e Paulo Ferolla, foram representantes das elites rurais da região e se mantiveram na administração pública ou no Sindicato Rural de Uberlândia por muitos mandatos.

Nas declarações do carnavalesco José Olímpio, mais conhecido como Pai-Nêgo, também é possível identificar esse sentimento de deferência e importância em relação às figuras públicas, inclusive pela proximidade mencionada com o atual prefeito de Uberlândia pelo Partido Progressista, Odelmo Leão Carneiro Sobrinho. Pai-Nêgo afirma:

[...] eu sou amigo dele, amigo!

Fernanda: Dos assessores?

Pai-Nêgo: Não! Do próprio Odelmo! Eu trabalhava com o tio dele, eu não tô falando pra você, quando a primeira vez que ele candidatou, desde quando ele candidatou eu sempre fui Odelmo, o tio dele me pediu ajuda.

Fernanda: Quem era o tio dele?

Pai-Nêgo: Era o Dr. Odelmo, o maior médico de criança aqui de Uberlândia, ele olhava meus filhos tudo não me cobrava nada, era uma gracinha o Dr. Odelmo, você precisa de ver, é tio dele.²⁰⁹

Uma maneira de compreender o que é partilhado nas narrativas orais é considerar que os vínculos de amizade ou contatos informais declarados pelos sujeitos entrevistados podem ensejar uma experiência de igualdade em relações notadamente desiguais, atestando, dessa forma, um lugar de mérito e destaque particular, como eles mesmo consideram. Essa é uma das dimensões perceptíveis nas imagens que mostram o encontro entre prefeito e sambistas. Mas essa interação comporta muitos outros sentidos; nela estão embutidos expectativas e projetos que ultrapassam a superfície da autoridade e da deferência, envolvendo também conflitos que podem ser mascarados e ficar invisíveis diante de quem apenas observa um momento de descontração na passarela do samba.

A consideração de Pai-Nêgo em relação ao chefe do executivo municipal sinaliza uma possível relação de clientelismo²¹⁰, já que o antigo patrão do entrevistado – o tio do

²⁰⁹ Olímpio Silva. Entrevista realizada em 24 de julho de 2007.

²¹⁰ Norberto Bobbio historiciza o conceito de clientelismo, mostrando a sua aplicação em diferentes tempos e lugares, desde o mundo romano até o que se define como sociedade tradicional (Europa feudal) e moderna, esta constituída por instituições políticas do mundo capitalista. Para o cientista político, o clientelismo é uma das marcas da relação política nas sociedades tradicionais, mas permanece sobre outras roupagens no moderno sistema político capitalista. “Se é verdade que o relacionamento destes partidos com a sociedade civil é, em princípio, claramente oposto ao do Clientelismo, baseando-se em vínculos horizontais de classe ou de interesses [...] em lugar do Clientelismo tradicional, tende a afirmar-se um outro estilo de Clientelismo que compromete, colocando-os acima dos cidadãos, não já os notáveis de outros tempos, mas os políticos de profissão, os quais oferecem, em troca da legitimação e apoio (consenso eleitoral), toda a sorte de ajuda pública que têm ao seu alcance (cargos e empregos públicos, financiamentos, autorizações, etc). É importante observar como esta forma de Clientelismo, à semelhança do Clientelismo tradicional, tem, por resultado, não uma forma de consenso institucionalizado, mas uma rede de fidelidades pessoais que passa, quer pelo uso pessoal por parte da classe política, dos recursos estatais, quer, partindo destes, em termos mais mediatos, pela

atual prefeito – prestava, aos seus filhos, atendimento médico gratuito que se converteu em voto para Odelmo Sobrinho. Essa relação de troca de favores fica explícita quando o carnavalesco diz que “desde quando ele candidatou eu sempre fui Odelmo, o tio dele me pediu ajuda”.

O que quero mostrar é que a encenação de reverência à autoridade vista nas fotografias e nas narrativas orais, não de modo isolado, mas inserida num ambiente de práticas sociais desses sujeitos, pode expressar também um modo de as classes populares negociarem seus anseios, manejando com destreza os interesses das classes políticas. Dessa maneira, percebe-se uma reciprocidade nessa relação, descortinada por acordos habilidosos e sutis, não pronunciados com palavras duras, mas sim teatralizados, conforme observou Thompson nas relações entre patrícios e plebeus na Inglaterra do século XVIII:

Num certo sentido, os governantes e a multidão precisavam um do outro, vigiavam-se mutuamente, representavam o teatro e o contrateatro um no auditório do outro, moderavam o comportamento político mútuo. É uma relação mais ativa e recíproca do que a normalmente lembrada sob a fórmula “paternalismo e deferência”.²¹¹

As palavras de Thompson, embora alusivas a outro contexto, indicam significados presentes na dinâmica das relações sociais investigadas nesta dissertação, os quais emergem simbolicamente nas imagens selecionadas do carnaval 2010, nas quais se vê a encenação como uma das expressões das relações de poder. Na primeira fotografia (Figura 6), a reverência parece ser mútua: o prefeito desce do seu camarote oficial e o seu encontro com o carnavalesco altera a hierarquia simbólica dos lugares que coloca o prefeito no alto (no palanque) e o negro sambista no chão (na avenida dos desfiles).

Com os corpos situados em um mesmo plano (a passarela das escolas de samba), o cumprimento próximo e despojado ganha a atenção de outros personagens da cena política municipal que ali estão presentes. Vestindo camiseta amarela e com um sorriso que busca participar do encontro fraterno e festivo, entre o prefeito e o carnavalesco está o ex-vereador e ex-líder do prefeito Odelmo na Câmara Municipal de Uberlândia, Neivaldo

apropriação de recursos ‘civis’ autônomos”. Cf. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 178.

²¹¹ THOMPSON, 1998, p. 57.

Honório da Silva (PSDB), conhecido como Magoo²¹², cuja projeção na política institucional se deu principalmente por ele apresentar um programa televisivo e outro de rádio, ambos de formato popularesco, que abordavam as dificuldades das classes populares no seu viver na cidade: (des)emprego, violência e falta de infra-estrutura, como esgoto aberto e não acesso ao atendimento médico. Nessa imagem aparece também, entre as autoridades políticas, a atual secretária de Cultura, Mônica Debs, que recepciona, no chão da avenida, as escolas de samba que desfilam em frente ao camarote oficial.

Não é por acaso a presença de Magoo nos desfiles do carnaval de rua, como também não é a do deputado estadual pelo PSDB, Luiz Humberto Carneiro, e a do ex-deputado e ex-vereador de Uberlândia por diferentes partidos, Leonídio Bouças, ambos presentes na segunda fotografia (Figura 8): o primeiro de camiseta listrada em azul e branco e o segundo aplaudindo a dança encenada pelo prefeito Odelmo Leão e pela passista da escola de samba — performance que sugere proximidade do representante do executivo local com as práticas culturais populares.

Como espectadora que assistiu às cenas do desfile e historiadora que vem investigando diversas outras ações correlatas, interpreto que também na segunda e na terceira imagens (Figuras 7 e 8) há uma reciprocidade de intenções e expectativas que se materializam na dança e no abraço registrados nas fotografias.. A (en)cena(ação) do “caloroso abraço” (Figura 8) entre o prefeito e o atual presidente da Garotos do Samba, Otávio Afonso Júnior, conota certa intimidade entre eles. Cabe lembrar que Otávio é filho do fundador dessa escola de samba, o popular Bolo, sujeito cujas artimanhas garantiram a ele notoriedade em diferentes grupos sociais, principalmente nas elites políticas. Talvez aí resida o motivo do entusiasmo do abraço que representa um tratamento diferenciado, supostamente concedido pelo prefeito àqueles que fazem a ponte entre ele e parte da comunidade negra, com a qual negocia, implícita ou explicitamente, apoio eleitoral e político.

²¹² Após o seu mandato de vereador e derrotado na reeleição ao cargo, Magoo assumiu como secretário municipal de Comunicações, na segunda gestão do prefeito Odelmo Leão (2009/2012), permanecendo 18 meses no cargo, que em seguida foi assumido provisoriamente pela primeira-dama e secretária de Governo, Ana Paula Procópio Junqueira. Segundo o jornal Correio, “entre os planos [de Magoo] a médio prazo está o retorno à Câmara Municipal, o que deverá tentar na próxima eleição municipal, em 2012. Enquanto isso, ele retornará à mídia televisiva”. Retirado de: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/coluna/2010/07/WALACE/39/>>. Acesso em: 01 dez. 2010.

A reação do político Leonídio Bouças parece chamar para si aquela relação de deferência, em algum sentido recíproca, já que o modo como se posiciona naquele momento sugere ser ele o próximo a abraçar o presidente da escola de samba. Nessa imagem se observa um fotógrafo da assessoria de comunicação da prefeitura que também registra a ação, conferindo um sentido de importância aos gestos flagrados naquele momento.

Se o prefeito “desce do seu lugar” para saudar homens e mulheres negros que fazem o carnaval popular da cidade, seria essa festa desprezível ao se analisar a atuação histórica dos negros em Uberlândia? O carnaval se reduziria a “uma dança popular pra levar alegria [e] cervejinha gelada”²¹³ para a avenida? Ou revelaria um espaço profícuo para os acordos, negociações e embates entre parcelas de negros e políticos locais? Em caso de resposta afirmativa, não seria também o lócus da ação política de homens e mulheres negras, demonstrando a sua potencialidade de ação e intervenção social?

Vivemos um momento em que os diferentes olhares e atenções – de pesquisadores, políticos, imprensa, produtores culturais, professores e comunidade – têm sido mais voltados à festa da congada do que aos festejos do carnaval. Conforme citei na parte introdutória da dissertação, há uma variedade de trabalhos produzidos no espaço da universidade e fora dela que versam sobre o congado de Uberlândia.²¹⁴ De fato, o carnaval local tem sido um tema pouco cotado. Especificamente na produção acadêmica, identifiquei apenas uma monografia²¹⁵ na área de História. Além dela, vale citar o livro do memorialista Antônio Pereira.²¹⁶

No entanto, ao se considerar os anos de 1970, principalmente a partir da pesquisa feita no jornal *Correio de Uberlândia*, verifica-se maior visibilidade do carnaval em relação às reportagens sobre os festejos da congada nesse mesmo período — estes são silenciados, sendo noticiadas apenas pequenas matérias. Para além da quantidade, o tipo de abordagem, o tamanho dos artigos publicados e os significados conferidos a cada uma dessas práticas populares também garantem o contraste entre elas nesse tempo histórico. Na década de

²¹³ Maria da Conceição Pereira Leal. Entrevista realizada em 14 de agosto de 2007.

²¹⁴ MEYER (1993); BENFICA (2003); BRASILEIRO (2001; 2006); GABARRA (2003); CARMO (2005); CARMO; MENDONÇA (2008); ALCÂNTARA (2008), ARROYO (1999).

²¹⁵ OLIVEIRA, 1999.

²¹⁶ SILVA, 2007.

1980, em especial a partir de 1984, é possível constatar um movimento de mudança na imprensa local. Aos poucos, a abordagem da congada nas páginas do Correio de Uberlândia se tornou mais freqüente e mais ampla, extrapolando uma narrativa meramente informativa do local e dos horários dos leilões, desfiles, missas e coroação da santa.

2.2 - Representações em movimento: os caminhos das práticas culturais populares

Nas páginas seguintes, dedico-me a recuperar a historicidade desse movimento detectado na pesquisa, arriscando-me, na interpretação histórica, a explicar os sentidos dessa transformação, pensada primeiramente a partir da imprensa, mas que hoje acena para uma maior notoriedade da festa da congada e da Igreja do Rosário em diferentes “cartões postais” da cidade, isto é, nas representações produzidas sobre a cidade de Uberlândia. A congada é vista em guias turísticos, revistas da cidade, cartões telefônicos, fôlderes de encontros, painéis de supermercados e farmácias, exposições fotográficas, jornais de propaganda eleitoral, no *layout* de estúdios de programas televisivos. Na década de 1970, cinquenta e uma reportagens sobre o carnaval foram identificadas no jornal Correio de Uberlândia, a maioria delas referindo-se ao carnaval popular de rua. Por outro lado, somente nove reportagens relacionadas à prática da congada na cidade foram encontradas no mesmo periódico e intervalo de tempo pesquisados.²¹⁷

Pautando-me nas reportagens por mim selecionadas, discutirei os diferentes perfis que foram historicamente estabelecidos entre carnaval e congada no jornal Correio de

²¹⁷ Durante a década de 1970, apenas as seguintes reportagens sobre a congada foram publicadas: TERNOS e congados na festa de N. S. do Rosário. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 02 nov. 1971, capa; FOLIA de Reis, Congados e a verdade folclórica têm data marcada no Rosário! **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 17 out. 1974, capa; AMANHÃ o encerramento da festa de N. Senhora e S. Benedito. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 18 out. 1974; CONGADO em festa tradicional. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 03, coluna Mini News, 10 nov. 1975; DESFILE dos Congados e Moçambiques será amanhã na avenida Afonso Pena. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 07 nov. 1976. DOMINGO festivo empolga uberlandense. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 09 nov. 1976, p. 03, coluna Mini News. SERÁ iniciada amanhã a II Semana do Folclore. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 25 ago. 1977. FESTA de N. S. do Rosário. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 25 out. 1977, p. 03, coluna Mini News. FESTA religiosa. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 04 nov. 1977, p. 03.

Uberlândia²¹⁸ e também em vários grupos e espaços sociais. Considero que a imprensa atua na produção de sentidos ao escolher a forma de noticiar um acontecimento conforme os interesses e opções do seu conselho editorial, proprietários e grupos econômicos aos quais se vincula. Todavia, há que se considerar que ela o faz a partir de valores que circulam socialmente, embora muitas vezes com (re)apropriações e (res)significações.

Na capa da edição do Correio de Uberlândia que circulou nos dias 26 e 27 de janeiro de 1974 (edição única para os dois dias), a matéria intitulada *Casais de nossa melhor sociedade prestigiando o sambão das escolas* dizia:

Ontem à noite, a União dos Viajantes estava lotada. Era mais um ensaio da Escola de Samba “Unidos do Capela”. E a presença de casais de nossa melhor sociedade, davam um ar carioca ao ensaio, evocando as noites da Mangueira, da Portela e do Salgueiro. O prefeito Renato de Freitas e senhora; casal Paulo Régis da Silva; casal Edvaldo Rocha, além de pessoas do gabarito de Prof. Euler Lannes Bernardes, Renato Aragão da Silveira, Ari Barroso de Lima, Airton Rodrigues de Macedo, assistiram ao ensaio, prestigiando o acontecimento e mostrando que, todas 3as., 5as. e domingos, na União dos Viajantes, a sociedade irá viver com alegria a antecipação do carnaval 74, que promete ser sensacional.

CAPELA MARCA PONTO

A Escola de Samba “Unidos do Capela” marcou um ponto espetacular em seu último ensaio, dando um show de ritmo muito gostoso, além de mostrar que as cabrochas estão preparadas para o que der e vier na avenida. Os rapazes, individualmente, ou num conjunto coreográfico de oito passistas malabaristas, acompanharam a técnica e a imponência da Porta Bandeira e do Mestre Sala.

Todos cantaram o samba-enredo da Escola, que é uma apoteose ao Rio de Janeiro, a quem a Capela vai dedicar seu desfile do carnaval.

Num ambiente de ordem e alegria, os ensaios das escolas de samba, vão se transformar num ponto de reunião da sociedade local, que estará assim, ao lado de gente humilde, vivendo a grande euforia do carnaval.

Hoje à noite a “Garotos do Samba” vai bater no recinto do Parque da Exposição, e a “Imperiais do Samba” terá ensaio pra valer na “panela de pressão” que está funcionando no prédio da antiga loja de Móveis Presidente, em plena avenida Afonso Pena.²¹⁹

²¹⁸ Aqui, a escolha se restringe ao Correio de Uberlândia, pela circulação dele nas décadas analisadas: 1970, 1980 e 2000. Além disso, era o jornal de maior tiragem no período em questão.

²¹⁹ CASAIS de nossa melhor sociedade prestigiando o sambão. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 26/27 jan. de 1974, capa.

A narrativa jornalística mostra, senão uma valorização, certa aceitação do carnaval popular de rua. A presença do prefeito e de outros membros das elites locais conferia prestígio e status aos ensaios da escola de samba Unidos do Capela, dando ao evento “um ar carioca”. Além disso, diferentemente da relação estabelecida com os componentes das escolas de samba, que raras vezes tiveram suas identidades divulgadas nas páginas do jornal — exceto personalidades que ganharam visibilidade e que circulavam entre grupos das elites políticas, como Lotinho, Bolo e Capela —, os “casais de nossa melhor sociedade” têm os seus nomes registrados na notícia, insinuando, pelo que conhecemos do perfil editorial desse jornal e do histórico de suas reportagens, que tal presença atribuiu ordem e alegria ao evento.²²⁰ Parece inclusive que o carnaval, da maneira como é apresentado pelo Correio, suspende ou minimiza os conflitos sociais de classe, já que possibilita que a “sociedade local esteja ao lado de gente humilde, vivendo a grande euforia do carnaval”. Afinal, a gente humilde que protagoniza o carnaval de rua não faz parte da sociedade local? Não são sujeitos sociais de sua história?

Nessa dinâmica de aproximação de setores das classes dominantes com as escolas de samba, de cumplicidade de alguns de seus membros com frações das elites, os elementos que compõem o carnaval ganham relevo nas páginas do Correio, recebendo as seguintes qualificações e declarações na matéria citada: “ponto espetacular em seu último ensaio”, “um show de ritmo muito gostoso”, “a técnica e a imponência da Porta Bandeira e do Mestre Sala”, “todos cantaram o samba-enredo da Escola”, “ponto de reunião da sociedade local”, “a grande euforia do carnaval”. Muitas foram as reportagens que de alguma forma valorizavam o carnaval de rua de Uberlândia, mesmo que enviesadas pela participação de membros das elites políticas e econômicas da cidade que estiveram à frente das comissões organizadoras do carnaval durante muito tempo. Contribuições importantes, especialmente na década de 1970, foram dadas pelos jornalistas (já falecidos) Luiz Fernando Quirino e Luís Alberto de Oliveira, ambos colunistas do jornal Correio de Uberlândia. Personagens também destacados nesse contexto e que há muitos anos participam na organização do

²²⁰ Vale lembrar que a demarcação entre os espaços de sociabilidade que dividia setores das elites de um lado e negros e brancos pobres de outro aparecia no vocabulário do jornal Correio de forma hierarquizante: os espaços frequentados pelos ricos eram denominados “alta boêmia” e aqueles onde circulavam os pobres eram nomeados “baixa boêmia”. Em sua dissertação, Júlio César de Oliveira utiliza as mesmas expressões ao tratar dessas diferenciações e desigualdade nas vivências noturnas de homens em Uberlândia.

carnaval são o professor Euler Lannes Bernardes e Sérgio Spini, servidores públicos que atuam na Secretaria de Cultura.

Cabe aqui expor parte do texto publicado na coluna *O In...Fernando*, de autoria de Quirino. Na publicação, o jornalista, que declara ter vindo do Rio de Janeiro, onde cobriu vários desfiles de carnaval e recebeu por isso uma carteirinha da Mangueira, reclama da nova iniciativa da prefeitura de Uberlândia em exigir um levantamento orçamentário e uma prestação de contas das escolas de samba:

Se a Prefeitura pede à Câmara uma verba e a repassa às Escolas, sua única preocupação é a de que, no dia do carnaval, as Escolas estejam na rua, mostrando o seu trabalho. Não cabe às autoridades, o direito de saber “quantos metros de fazenda foram comprados ou quantos couros de tamborim foram usados”. Isso não é problema delas, pois não temos aqui uma Paulistur ou Riotur para “comprar” o desfile e comercializá-lo. Aliás, a Prefeitura tem dois caminhos a seguir: apoiar as Escolas com aqueles minguados cruzeiros ou se negar a oferecer ajuda em dinheiro, em razão da crise. Ela não é obrigada a dar o dinheiro e sempre conscientizei os sambistas disso. Mas, já que a Prefeitura explora o desfile “como uma promoção turística e cultural”, e coloca o prefeito no palanque como autoridade suprema nada mais justo do que ajude as entidades com um dinheiro que, afinal de contas, é do próprio povo.²²¹

O trecho aponta para uma questão relacionada ao carnaval local que fora observada num conjunto de reportagens desse mesmo periódico: o esforço em capitalizar o carnaval de rua como uma atração turística.²²² Na pesquisa, foi possível identificar sentidos correspondentes na relação entre carnaval popular e os projetos de setores da política institucional e de empresários locais.

Sobre essa reportagem, outra questão a ser considerada é que o autor do texto era declaradamente a favor do grupo político capitaneado por Virgílio Galassi (Partido Democrático Social - PDS), derrotado nas eleições municipais de 1982 pelo prefeito de Uberlândia à época da publicação, Zaire Rezende (PMDB). Em outra parte da matéria essa rivalidade política é evidenciada, pois Quirino analisa que “como o povo votou na ‘virada’,

²²¹ OS inimigos do samba. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 15 out. 1983. *O In...Fernando*, p.12.

²²² Sobre isso, ver: CARNAVAL foi tranquilo e poucos foram os turistas. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 17 fev. 1983, capa. LESU e Secretaria de Turismo firmam acordos para o Carnaval/84. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 27 set. 1983, p. 6.

a virada agora está contra ele, no que concerne a Escola de samba”²²³. É plausível interpretar que o jornalista, no lugar de opositor político do governo zairista, aproveita os conflitos que historicamente perpassam a relação entre prefeitura e escolas de samba para denunciar os problemas da administração de Zaire. Essa é uma das interpretações possíveis para a versão de Quirino enunciada no jornal *Correio de Uberlândia*.

Ao interpretar os diversos suportes documentais que me auxiliaram a escrever parte da história de Uberlândia, descobri que a intenção de transformar o carnaval popular da cidade em um evento comercial tem seus rastros e pegadas presentes em outras gestões do executivo municipal. As reflexões de Antônia Aparecida Rosa colaboraram com esta análise, especialmente quando questioneei sobre a função da Assosamba e o modo como se dava o repasse de verbas para as escolas de samba. Em parte da sua resposta, ela declarou:

[...] a gente usa muito a verbalização que o carnaval de rua de Uberlândia é um carnaval de resistência, porque se a gente enquanto associação, enquanto os presidentes das escolas não fossem tão resistentes, o carnaval de rua não existia mais, né? Existe um propósito muito grande de transformar o carnaval de rua, o carnaval de Uberlândia, em um carnaval semelhante ao de Campina Verde, isso é nítido, notório pra toda a sociedade.²²⁴

À época do nosso diálogo, em 2008, Antônia era presidente da Associação das Escolas de Samba de Uberlândia (Assosamba)²²⁵, que tem a função de intermediar as negociações entre representantes da prefeitura e presidentes das escolas de samba e blocos carnavalescos em relação ao repasse de verbas e outras demandas. Em fins da década de 1990, a Secretaria de Cultura transferiu para a Assosamba a responsabilidade de organizar a infra-estrutura necessária para a realização do carnaval.²²⁶

O trecho da narrativa de Antônia também é significativo para refletir sobre a resistência à transformação do “carnaval de rua, o carnaval de Uberlândia, em um carnaval

²²³ OS inimigos do samba. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 15 out. 1983. O In...Fernando, p. 12.

²²⁴ Antônia Aparecida Rosa. Entrevista realizada em 19 de janeiro de 2008.

²²⁵ A Assosamba foi criada em 1991 e ocupou o lugar da Liga das Escolas de Samba de Uberlândia (Lesu), entidade representativa do carnaval local, cuja formação inicial ocorreu nos finais da década de 1970. Sobre isso, ver: BARBOSA; DOMINGUES FILHO, 2008, em especial p. 13-17.

²²⁶ Cf. SILVA, Antônio Pereira. *História do carnaval de Uberlândia*. Uberlândia: Editora Leiditathi, 2007, p. 148.

semelhante ao de Campina Verde”, que é um carnaval animado por grupos musicais predominantemente de estilo conhecido como axé, embora outros gêneros, como o funk e o chamado sertanejo universitário tenham ganhado cada vez mais espaço nesses eventos. Os frequentadores são divididos pelo critério econômico: os pagantes de abadá²²⁷ e os que desembolsam menor valor pelos ingressos e ficam na ala chamada “pipoca”, mais distante dos shows apresentados em trios elétricos ou em palcos convencionais. O valor pago como entrada determina maior ou menor proximidade com as bandas de música. O mesmo sistema é adotado nas folias e micaretas, realizadas após o período oficial do carnaval com o propósito de atrair turistas e movimentar a economia da cidade.

Também em Uberlândia vários carnavais fora de época aconteceram nas últimas décadas. Seguindo esse formato, a Fest Folia tem sido realizada anualmente em junho e já ganhou espaço no guia turístico da cidade.²²⁸ No carnaval de 2010, o folder distribuído pela Secretaria Municipal de Cultura, com as letras dos sambas-enredo dos blocos carnavalescos e das escolas de samba, apresentou o evento como “Uberfolia 2010 – Cultura e festa popular”.²²⁹ Interessante que o nome parece oscilar entre o perfil de carnaval organizado para fins turísticos e o carnaval com desfile das escolas — por “não [termos] aqui uma Paulistur ou Riotur para ‘comprar’ o desfile e comercializá-lo”, este acaba por não seduzir os turistas e nem gerar lucros financeiros para os proprietários de hotéis, bares e restaurantes e outros estabelecimentos comerciais da cidade.

Como Antônio assinala, existe um carnaval de rua ornado com os desfiles das escolas de samba e os blocos, com disputa, premiação²³⁰ e reapresentação dos vitoriosos na

²²⁷ Segundo Navarro (2004), abadá é uma espécie de camisolão de origem nagô usado no carnaval de Salvador. Cf. NAVARRO, Fred. **Dicionário do Nordeste**: 5.000 palavras e expressões. São Paulo: Estação. Liberdade, 2004. Na década de 1990 essa peça foi modificada e tomou a forma de camiseta que identifica diferentes grupos participantes do carnaval. Os abadás funcionam como distintivos que marcam o lugar dos foliões.

²²⁸ Consultar: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Guia Turístico de Uberlândia**. Uberlândia, 2009, p. 1; PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Guia Turístico de Uberlândia**. Uberlândia, maio/jun. 2007, p. 10 e p. 16; PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Guia Turístico de Uberlândia**. Uberlândia, ago./set. 2007, p. 11. O Fest Folia é traduzido, para possíveis turistas estrangeiros, como Revelry Festival e Fiestas Bailables.

²²⁹ Folder do evento distribuído pela Secretaria Municipal de Uberlândia no carnaval 2010.

²³⁰ Interessante notar que, para além da premiação oficial, existe um júri paralelo, formado pelo Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (Monuva), que entrega o troféu, chamado Standart de Ouro, à escola eleita pela melhor performance, que nem sempre coincide com aquela indicada pela comissão definida pelos organizadores do carnaval. A premiação do Monuva existe desde 1992. A escola Acadêmicos do Samba

terça-feira. Para ela, essa é a verdadeira expressão da festa em e de Uberlândia. Contudo, a sua existência, segundo a entrevistada, é ameaçada por um perfil de carnaval que hoje se manifesta nos eventos “fora de temporada”, promocionais e lucrativos, para turista ver e colocar a cidade na agenda nacional, com bandas dos mais diversos lugares do país.

Por outro lado, o carnaval promovido pelas escolas de samba gera empregos para costureiras, estilistas, grupos de dança, artistas plásticos e artesãos e contribui para a circulação de capital no comércio de tecidos, aviamentos e demais lojas que vendem os materiais utilizados na confecção de fantasias, carros alegóricos e adereços. Também estimula outras atividades que ajudam a movimentar setores da economia local durante o processo de preparação dos desfiles.

Chama a atenção a análise relacional feita por Antônia ao falar de um projeto de carnaval pensado como uma mercadoria que produz dividendos e ao mesmo tempo apontar, na contramão desses interesses, “um carnaval de resistência”, que não se entrega aos anseios econômicos de grupos específicos e se manifesta como uma prática que persiste em sua forma característica, protagonizada pelas escolas de samba na avenida, mesmo contando com verbas reduzidas e com a desvalorização social: é comum ouvir de moradores da cidade, de diferentes classes econômicas, comentários de que Uberlândia não tem carnaval ou que ele é algo vergonhoso e decadente.

Voltando à coluna *O In...Fernando*, é possível observar a denúncia do jornalista sobre a tentativa de controle dos festejos do carnaval pela administração pública, que exigia levantamento orçamentário e prestação de contas dos gastos com a festa. Dar transparência ao uso dos recursos públicos estava em sintonia, ao menos no nível discursivo, com a proposta de democracia participativa lançada pelo governo Zaire Rezende. Todavia, se cada gestão municipal teve suas características específicas, não necessariamente contínuas e imutáveis no intervalo de cada mandato, a marca da ambigüidade de ceder e controlar, apoiar e vigiar, esteve presente na ação de diversos prefeitos e secretários municipais em relação aos festejos populares, como a congada e o carnaval, práticas culturais que historicamente foram ganhando contornos de significação social diferenciados.

recebeu o troféu em 1992, 1993, 1996, 1997 e 1999. Já a Garotos do Samba foi premiada em 1994 e 1998 e em 2000 a escolhida foi a Unidos do Chatão. Em 1995 não houve julgamento.

O memorialista Antônio Pereira da Silva, ao selecionar as memórias do carnaval uberlandense e apresentá-las em seu livro, *História do Carnaval de Uberlândia*²³¹, indica os diversos matizes que marcaram as relações entre representantes do poder público e membros das escolas e blocos carnavalescos, mostrando que houve aproximações e dissabores nessas interações. Estas são entendidas neste trabalho como negociações que foram possíveis nas circunstâncias específicas daquele tempo histórico, que passou por diferentes governos e representantes do carnaval local. Sobre o ano de 1997, por exemplo, Silva afirma:

A cidade sofreu a ameaça de passar o Carnaval em brancas nuvens. A festa nos salões ia para o fundo da decadência e o Prefeito Virgílio Galassi, no dia 14 de janeiro, declarou não ter verba suficiente. No dia seguinte, voltou atrás e garantiu a subvenção de 126 mil reais, mas a infra-estrutura ficaria por conta da Assosamba.²³²

A lembrança de Silva é importante para se pensar as ambivalências presentes na tensa relação entre prefeitos e secretários municipais com os representantes do carnaval de rua, servindo ainda de indício para inferir que os membros da festa carnavalesca, em alguma medida, exercem poder de pressão sobre as decisões das autoridades políticas que, apesar dos impasses e ameaças, acabam por liberar, na maioria das vezes, uma subvenção ao evento, mesmo que o valor seja reduzido diante das necessidades e expectativas dos sujeitos que fazem o carnaval de rua da cidade.

Vale a pena conferir outra reportagem do Correio de Uberlândia, que detalha uma das faces dessa relação entre carnavalescos e representantes da prefeitura:

Tendo em vista todos os acordos firmados entre a Liga das Escolas de Samba de Uberlândia e a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, para a promoção do Carnaval do próximo ano, a LESU está informando que foi determinado pela secretaria, de comum acordo com a entidade carnavalesca, de que todas as Escolas de Samba, através do órgão que as representa, deverão entregar um Orçamento de Previsão de Despesas, contendo detalhadamente a quantidade de material que deverá ser utilizado pela Escola para a sua apresentação, como também o número de elementos que integram a mesma.

²³¹ SILVA, op. cit, 2007.

²³² SILVA, 2007, p. 147 e 148.

Segundo o presidente da LESU, Benício Gonçalves, a Escola que deixar de cumprir essa orientação ficará automaticamente eliminada, como será responsabilizado o seu comandante por qualquer prejuízo que por ventura possa ocasionar ao Município pela não aplicação da verba, sendo que todas as compras, serão efetuadas, com o supervisionamento da Secretaria competente, única maneira encontrada para uma melhor aplicação dos recursos públicos com possibilidades de se dar um maior brilhantismo ao Carnaval de rua de Uberlândia/1984. [...]

O Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Olavo Vieira da Silva e Luiz Alberto de Oliveira, presidente da Comissão de Carnaval, entendem que, somente assim, poderão sanar problemas e clarear a situação em relação ao futuro do Carnaval de rua de Uberlândia, que acima de tudo deverá ser organizado em sintonia, isto é, com a união dos órgãos públicos e da LESU em prol de um ideal comum, o Carnaval, a maior festa popular da cidade.²³³

Nessa matéria são observados elementos que insinuam a intenção de frações políticas e econômicas da cidade de capitalizar o carnaval de rua, a começar pela informação de que as negociações em torno do evento eram feitas com a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo e não com a recém-criada Secretaria de Cultura, como acontece hoje. Afinal, trata-se de uma prática ligada ao terreno da cultura, espaço repleto de signos e significações que dão sentido à vida das pessoas e no qual as experiências vinculadas ao evento, mas não restritas a ele, permitem elaborar os conflitos sociais, de modo a entrelaçar interesses e expectativas comumente identificados como políticos e econômicos.

Salienta-se nessa notícia a necessidade de inspecionar os gastos públicos direcionados à produção do carnaval para que não haja prejuízo ao orçamento da prefeitura de Uberlândia. Soma-se a isso uma antiga crítica de diferentes setores sociais, como a imprensa, empresários, políticos e outros moradores, quanto à utilização de dinheiro municipal pelas escolas de samba. Mas esse procedimento pode ser visto também como desdobramento da institucionalização das escolas por meio da criação da Liga das Escolas de Samba (Lesu).

A esse respeito, o cientista social Pedro Barbosa, membro da escola de samba Garotos do Samba e um dos fundadores da Assosamba, afirma que a Lesu, entidade

²³³ LESU e Secretaria de Turismo firmam acordos para o Carnaval/84. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 27 set. 1983, p. 6.

representativa do carnaval, que teve como sucessora a Associação das Escolas de Samba de Uberlândia, “foi criada sob as manobras e intervenções intencionais do poder público local”. Ele complementa, a partir da obra de Antônio Pereira²³⁴, que “em 1979, o então Prefeito Virgílio Galassi nomeou o jornalista Luiz Fernando Quirino para presidir uma Comissão Executiva para organizar os desfiles de carnaval de rua e a LESU”.²³⁵

Barbosa levanta um ponto importante quanto à regulamentação das escolas de samba de Uberlândia ao mostrar as tentativas de controle do carnaval via Lesu. Percebo tal institucionalização em um movimento duplo, tanto como conquista dos membros do carnaval, que poderiam ter mais força para conseguir recursos, não dependendo apenas das relações pessoais e de amizade que propiciavam trocas de favores, mas beneficiava poucos, quanto pelas brechas abertas para uma maior fiscalização dos encaminhamentos dados aos recursos públicos. Com outro olhar, a notícia evidencia a postura política da Lesu que, nessa ocasião, segundo o jornal, serviu como porta-voz da Secretaria ao pressionar os presidentes das escolas de samba a apresentarem os documentos comprobatórios para receber as subvenções. O viés da vigilância apresenta também duas faces, pois se há historicamente um questionamento quanto ao uso do dinheiro público no carnaval, regulamentar e comprovar o seu uso poderia diminuir tais críticas.

A presença de pessoas oriundas de setores da política institucional e das elites locais no carnaval uberlandense se tornou algo perceptível durante a pesquisa, especialmente nos anos de 1970 e 1980, como vimos em reportagem já citada sobre a presença de “casais de nossa melhor sociedade prestigiando o sambão das escolas”.²³⁶ Em outra matéria do mesmo jornal, a valorização do carnaval de rua se dá, novamente, pelo comparecimento de “muita gente VIP lá na Avenida João Naves de Ávila”,

curtindo o desfile das escolas de samba. Sérgio Ribeiro Cunha e esposa; Leone Gargaglione e Regina (ambos festejando o aniversário de Regina, com as escolas de samba cantando “parabéns pra Regina”, uma loucura total), José Junqueira Zacharias Júnior, alegre toda a vida, vibrando com as evoluções das cabrochas, Odelmo Leão Carneiro e Cícero Naves de Ávila, “fazendo de conta que eram turistas e batendo palmas com vontade”. Maria da Conceição Leal, Ramirinho, Dr.

²³⁴ SILVA, 2007.

²³⁵ BARBOSA; DOMINGUES FILHO, 2008, nota 18, p. 13.

²³⁶ CASAIS de nossa melhor sociedade prestigiando o sambão. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 26/27 jan. de 1974, capa.

Nilson Ignácio da Silva, Capitão Capanema, Major Vaz de Melloda Fonseca, Adalberto Duarte da Silva, além dos assessores Bádue Morum Bernardino, Paulo Ferolla da Silva, Paulo Emílio Ochiucci, junto ao José Carneiro e o prefeito Virgílio Galassi. Ainda destaque social na avenida, Homero Santos e João Pedro Gustin. José Domingos, JB Alfaiate, Zé Maria do IBGE, e tanta gente importante que, deixou o clube para vibrar na avenida.²³⁷

Outra vez, no discurso jornalístico, sobressaem os nomes de “gente VIP”. A propósito, quem são as pessoas que o jornal *Correio de Uberlândia* elege como muito importantes? Além das autoridades policiais, identificadas como capitão e major, outras figuras públicas são citadas, como Odelmo Leão Carneiro, atual prefeito de Uberlândia e eleito, em 1982, presidente do Sindicato Rural de Uberlândia. Paulo Ferolla da Silva²³⁸, à época da reportagem, era presidente do Centro de Amostras e Aprendizagem Rural de Uberlândia (Camaru), inaugurado naquele ano pelo Sindicato Rural da cidade. Homero Santos²³⁹ e João Pedro Gustin²⁴⁰ foram deputados estaduais, respectivamente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Adalberto Duarte da Silva²⁴¹, em 1982, era presidente da Câmara Municipal de Uberlândia. Eles tiveram filiações partidárias distintas, mas tinham a Aliança Renovadora Nacional (Arena) como matriz política em comum. Além disso, em Uberlândia, os membros desses partidos muitas vezes se revezam nos cargos da diretoria de instituições como a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub), o Clube dos Dirigentes Lojistas (CDL) e o

²³⁷ NA avenida. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 26 fev. de 1982, p. 03.

²³⁸ Paulo Ferolla da Silva foi presidente do Sindicato Rural de Uberlândia em duas gestões: 1970-1973 e 2009 a 2011. Ex-prefeito da cidade pelo Partido da Frente Liberal (PFL) de 1993-1996. Atualmente compõe também a diretoria do Praia Clube (gestão 2010-2011). Ver: <http://www.praiaclube.com.br/conteudo.php?id=75&pagina=3&tipo=primario>; <http://www.camaru.org.br/sindicato.php>. Acesso em 02 dez. 2010

²³⁹ O falecido Homero Santos foi vereador em Uberlândia (1954/1962), deputado estadual (1963-1970) e federal (1971/1974; 1974/1978; 1978/1982; 1982/1986; 1986/1988). Foi vice-líder da Arena (1971 a 1974) e ministro do Tribunal de Contas da União (1988). Retirado de: <http://www.tcu.gov.br/institucional/ministros/Curriculos/Homero.html>. Acesso em: 02 dez. 2010.

²⁴⁰ João Pedro Gustin foi um dos fundadores nacionais do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e exerceu o cargo de deputado estadual de Minas Gerais por cinco mandatos consecutivos, a saber: 1971-1975; 1975-1979; 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991. Ver: http://www2.almg.gov.br/hotsites/constituicao/aconstituente/deputados/joao_pedro_gustin.jsp. Acesso em: 07 nov. 2010.

²⁴¹ Adalberto Duarte da Silva foi vereador por quatro mandatos (1977-1982; 1983-1988 e 1993-1996; 1997-2000), ex-presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, ex-secretário Municipal de Serviços Urbanos e atuou como coordenador nas Unidades de Atendimento Integrado (UAIs). Recentemente se tornou assessor parlamentar do vereador Wilson Pinheiro, do Partido Popular Socialista (PPS). Retirado de: <http://www.jornalcorreio.com.br/coluna/2009/08/WALACE/39/1/confidencial.html>. Acesso em: 02 dez. 2010.

Sindicato Rural. Esse grupo político e empresarial mantinha relações de proximidade com o jornal *Correio de Uberlândia*; a mais visível é a publicidade de tais entidades nas páginas do jornal.²⁴²

Também integram o grupo VIP: Cícero Naves de Ávila, que por décadas foi um dos diretores do elitizado Praia Clube; Leone Gargaglione e Regina, genro e filha de Virgílio Galassi; José Junqueira Zacharias Júnior, latifundiário, ex-presidente do Camaru; e Maria da Conceição Leal, funcionária técnica-administrativa da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), uma das entrevistadas desta pesquisa por ser integrante do movimento negro local. Como se vê nesse evento e em tantos outros rastros, inclusive na sua própria fala, Maria da Conceição transitou entre os setores políticos da cidade, em especial nas alas da chamada direita. Todavia, a presença de pessoas vinculadas às elites políticas ou econômicas no carnaval de rua de Uberlândia não se deu apenas nas arquibancadas, camarotes e palanques oficiais, “fazendo de conta que eram turistas e batendo palmas com vontade”, como na música *Quem te viu, quem te vê* de Chico Buarque²⁴³ — “Bate palma com vontade, faz de conta que é turista” —, mas também na avenida do samba e nos bastidores dos preparativos e negociações.

Em tempos mais recentes, é válido citar a Escola de Samba Tabajara, campeã de 2005 a 2010, que teve, dentre os seus presidentes, David Tomaz Neto (de 2005 a 2007), também presidente da Liga Uberlandense de Futebol Amador, assessor parlamentar do deputado estadual Luiz Humberto Carneiro (PSDB) e conselheiro da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); atualmente ele compõe a diretoria do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (Dmae). Neto de árabes e casado com a ex-porta-bandeira dessa escola, David Tomaz tem conseguido, através de seu “prestígio”, inúmeras subvenções e financiamentos de empresas locais para a escola. Sem contar que Hélio Ferraz, conhecido como Baiano, vereador pelo Partido Progressista e ex-presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, também integra a Tabajara há muitos anos.²⁴⁴ Também merece registro o libanês Hafez Chacur Neto, citado como um dos fundadores da

²⁴² Em 1983, o *Correio de Uberlândia* publicou a seguinte nota: “Odelmo Leão é presidente do **nosso** Sindicato Rural” (grifo nosso). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 26 fev. 1983, Mini News, p.02.

²⁴³ HOLLANDA, Chico Buarque. Quem te viu, quem te vê. In: HOLLANDA, Chico Buarque. *Carioca_Ao vivo*. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2007. 1 CD duplo. Faixa 32 (3 min. 49s).

²⁴⁴ Cf. SILVA, 2007.

Acadêmicos do Samba e como mediador da participação de membros das classes médias e de brancos nessa escola.²⁴⁵

Por isso, pensar o carnaval de Uberlândia pela polarização entre brancos e negros, ricos e pobres não é totalmente válido, embora a festa seja composta predominantemente de negros e brancos pobres, que a significam em suas vidas pelas especificidades de suas trajetórias pessoais. Em diferentes momentos da história do carnaval, representantes dos governos municipais e frações das elites financeiras se aproximaram do carnaval popular, por motivações e caminhos distintos entre si, alguns já elencados aqui. Muitas vezes se percebe uma pista de mão-dupla nas relações analisadas, embora haja, em tantas outras, uma desigualdade nas trocas realizadas. Servem de exemplo para elucidar essa metáfora as declarações de Pai-Nêgo, referindo-se à sua relação com o deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, Gilmar Machado, que é de Uberlândia:

Ele sabia que a minha família, nós tudo não tinha nada a ver com o Gilmar. A gente sempre foi à direita, nós nunca fomos esquerda, mas ele ajudava... Nós é amigo, papapá, nossa senhora. Aí eu cheguei a uma conclusão que eu precisava ajudar o Gilmar Machado, ele me convidou então eu falei:” Gilmar, dá pra você ajudar a minha escola... família, você já ajudou sem eu... “, aí nós vestimos a camisa dele, nós votamos tudo nele, a família Chatão, todo mundo, cê entende? E ele é muito bom, deu uma forcinha agora, aquela parte do foguete, aquela ajuda mínima, cê entende? [...] ele se prontificou em ajudar a escola, profissionalizar a escola de samba, então eu estou aguardando agora.... Desde 2005 que eu levei uns papéis pra por utilidade pública federal, eu tenho estadual e municipal, falta o resto pra eu entrar com os meus projetos...”²⁴⁶

A parte recortada do diálogo que tive com José Olímpio (Pai-Nêgo) é representativa para se pensar que a aproximação entre carnavalescos e políticos ou membros das classes médias também ocorre num movimento inverso ao demonstrado até aqui, ainda que neste também tenha havido jogos recíprocos. Pai-Nêgo me explicou que ele e seus familiares sempre votaram nos políticos da direita, que não tinham afinidade com “o pessoal do PT”, muito “brigalhão”, segundo ele. Ao organizar a sua interpretação sobre o processo histórico vivido, o entrevistado diz que o deputado o ajudou com a doação de

²⁴⁵ Cf. RODRIGO; CARICA, 2009; SILVA, 2007.

²⁴⁶ Olímpio Silva. Entrevista realizada em 24 de julho de 2007.

foguetes para a sua escola de samba, atendendo solicitação de outras integrantes da escola que eram petistas.

Para além das relações de clientelismo, comumente estabelecidas entre políticos profissionais e eleitores, inclusive com parcelas da esquerda política que historicamente discursaram contra tais práticas, a fala possibilita analisar as alianças políticas que Pai-Nêgo organiza para suprir necessidades e interesses da sua família²⁴⁷ e da escola de samba Unidos do Chatão, como o desejo de receber subvenções municipais, estaduais e federais pelo reconhecimento de sua utilidade pública e então “profissionalizar a escola de samba”.

Interessante como ele inverte uma suposta lógica das relações firmadas, pois coloca o deputado como alguém que necessita dele e de seus familiares, pois chegou à “conclusão que precisava ajudar o Gilmar Machado”. A família Chatão é considerada a maior família negra de Uberlândia, figurando, nos enunciados e acordos de Pai-Nêgo, como moeda de troca (votos) nas negociações por ele empreendidas com os políticos locais. O peso desse contingente familiar, na construção do entrevistado, fica evidente quando ele sinaliza o momento de aliança com este parlamentar: “aí nós vestimos a camisa dele, nós votamos tudo nele, a família Chatão, todo mundo, cê entende?”²⁴⁸ O que interessa a esta análise não é averiguar se toda a família de José Olímpio votou em Gilmar Machado, mas sim como o entrevistado utiliza o seu grupo familiar na articulação de trocas e favores.

Assim, os elementos examinados neste capítulo se entrelaçam como um novelo de lã e, ao se desfazerem as tramas que compõem o carnaval popular de Uberlândia, torna-se claro um movimento pendular de setores dominantes da cidade em conceder e supervisionar, em manter dependência e cobrar autonomia econômica, dinâmica que permite, na ótica de alas políticas locais, “sanar problemas e clarear a situação em relação ao futuro do Carnaval de rua de Uberlândia, que acima de tudo deverá ser organizado em

²⁴⁷ Aqui cabe notar como se desdobra a relação entre o público e o privado. Recentemente, a quadra da escola de samba Unidos do Chatão, doada e construída com recursos públicos, foi espaço da festa de casamento do filho de José Olímpio. Cf. <<http://helifidelis.blogspot.com/2010/08/amor-de-infancia-confirmado-no-altar.html>>. Acesso em: 12 jan. 2011. Além disso, circula no meio carnavalesco a informação de que o estatuto da referida escola de samba foi alterado para manter nos cargos da diretoria executiva apenas familiares de Pai-Nêgo.

²⁴⁸ José Olímpio conquistou receptividade em diversos espaços, inclusive nos gabinetes de alguns vereadores e deputados, ou mesmo nas secretarias municipais, lugares onde circula para obter ganhos para sua escola de samba e outros eventos que organiza. Dentre os frutos colhidos se destacam a doação de um terreno para construção da quadra da escola de samba e o certificado de utilidade pública, em âmbito municipal e estadual, para essa agremiação.

sintonia, isto é, com a união dos órgãos públicos e da LESU em prol de um ideal comum, o Carnaval, a maior festa popular da cidade.”²⁴⁹

Na convergência dos anseios e projetos discutidos até o momento, é possível perceber, principalmente nos anos de 1970 e 1980, um projeto de alguns setores políticos e jornalísticos do município, não de modo contínuo ou enfático, construído como “um ideal comum” de tornar “o Carnaval a maior festa popular da cidade”. A notoriedade dessa prática cultural no jornal *Correio de Uberlândia*, no período mencionado, o conteúdo de suas reportagens, a fala de outros entrevistados, dentre outros materiais que se tornaram fontes históricas para a dissertação, ajudou-me nesta conclusão.

Por outro lado, foi possível observar que durante as décadas de 1980, 1990 e 2000, num movimento gradativo e não linear, crescente visibilidade da congada nos jornais da cidade e outros materiais de circulação social, discutidos mais à frente. Numa análise comparativa, verifica-se menor foco no desfile das escolas de samba da cidade. Ao recuperar a historicidade dessas mudanças para apreender o seu movimento, outras questões emergiram como peças desse mosaico que busco desenredar para entender suas interações.

2.3 - A cultura institucionalizada: criação da Secretaria Municipal de Cultura

O tema da cultura já se manifestava no debate público em fins da década de 1970 por diferentes iniciativas de profissionais da área, como atores de teatro, artistas plásticos, musicistas, que reivindicavam um espaço que funcionaria como um Centro Cultural²⁵⁰. Outras vezes a ação partia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)²⁵¹, que organizava festivais de música²⁵² e atividades de diversificados segmentos culturais na cidade.

É importante situar as particularidades do momento histórico em que a Secretaria de Cultura foi instituída pelo poder público, porque isso se relaciona ao perfil construído pela

²⁴⁹ LESU e Secretaria de Turismo firmam acordos para o Carnaval/84. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 27 set. 1983, p. 6.

²⁵⁰ MOVIMENTO para definir o futuro cultural da cidade de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 14 jan. 1983, p. 6.

²⁵¹ EM junho, a II Jornada Cultural de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 12 maio 1983, p. 12.

²⁵² AGORA, o festival. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 15 set. 1970, p.03.

administração zairista. Naquele contexto, o Brasil passava por transformações políticas e sociais que levaram ao fim da ditadura militar pela pressão de intelectuais, estudantes, militantes de partidos políticos e diversos setores sociais que, nos limites visíveis da violência imposta pelo regime, lutaram para derrotá-lo.²⁵³ A experiência de abertura política e democratização do país reivindicadas por parte da sociedade brasileira foi apropriada nas eleições subseqüentes pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que, em Uberlândia, lançou um candidato cujo slogan de campanha era “democracia participativa”, proposta que convidava a população local, por meio das suas entidades representativas (o foco eram as associações de bairro), a decidir com o governo as prioridades da cidade.

Assim, foi na primeira gestão assumida por Zaire Rezende (1983-1988) que se criou a Secretaria de Cultura (1984)²⁵⁴, tendo a sua frente a professora Iolanda de Freitas²⁵⁵. Também se formaram naquele momento diversas associações de bairro e conselhos municipais, como os de saúde, transporte, habitação, de participação da comunidade negra²⁵⁶ e de cultura. Nesse contexto, o jornal Primeira Hora, criado para apoiar a candidatura e o mandato do peemedebista, narrou da seguinte forma a instalação da sede oficial da Secretaria de Cultura:

No ato da instalação, a secretária Iolanda de Lima Freitas, ao discursar para os presentes, destacou que “a criação de uma secretaria municipal de Cultura veio atender a uma velha aspiração da comunidade e, ao mesmo

²⁵³ Sobre as lutas contra a ditadura militar, ver: VENTURA, Zuenir. **1968** - o ano que não terminou: a aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988; VENTURA, Zuenir. **1968: o que fizemos de nós?** São Paulo: Planeta do Brasil, 2008; RAMOS, Alcides Freire. A luta contra a ditadura militar e o papel dos intelectuais de esquerda. **Revista Fênix** (revista eletrônica). Uberlândia, v. 3, ano III, n. 1, p. 1-18, 2006. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF6/8%20-%20ARTIGO%20-%20ALCIDESFRAMOS.pdf>>.

²⁵⁴ Cabe pontuar que antes da criação da Secretaria de Cultura havia um departamento na Secretaria de Educação que tratava dos assuntos e práticas culturais existentes na cidade. As subvenções eram negociadas com cada grupo, muitas vezes pelo intermédio de vereadores, não existindo políticas culturais institucionalizadas.

²⁵⁵ A secretária de Cultura, Iolanda de Freitas, graduou-se em dois cursos: licenciatura em Letras, com habilitação em Português e Francês, e Pedagogia, com especialização em Metodologia do Ensino Superior. Fez vários cursos de extensão nas áreas de literatura, história, teatro, relações humanas. Com larga experiência de magistério nos ensinos fundamental e médio foi também professora da Universidade Federal de Uberlândia. Cf. SECRETÁRIOS são nomeados e tomam posse. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 22 dez. 1983, p. 12.

²⁵⁶ Segundo Barbosa e Filho, “em 1985, através do decreto Lei 3041/85, o Prefeito Zaire Rezende sancionou a lei para implantação do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra”. Cf. BARBOSA; DOMINGUES FILHO, 2008, p. 18.

tempo, atendeu à impositivo histórico, que foi a sua desvinculação de outra secretaria”.

Já o prefeito Zaire Rezende, iniciou o seu pronunciamento assinalando as características do homem, que o diferem dos outros animais. “Uma destas características, disse ele, “é a profunda e total consciência de si mesmo e do mundo que o cerca, e outra é a criatividade, a sua capacidade de trabalhar o mundo e ao fazer isso, ele faz a história”.²⁵⁷

Na perspectiva deste trabalho, o marco das mudanças em Uberlândia não foi apenas a instituição do governo Zaire, mas a ação de diversos grupos sociais que provocaram transformações historicamente gestadas, cuja força contribuiu para a eleição desse prefeito. Ele soube capitalizar tais lutas, como a reivindicação da participação popular na vida pública, revertê-las em bandeira eleitoral e, depois, governista. Conforme se vê nas narrativas registradas no Primeira Hora²⁵⁸, o peemedebista atuou no reconhecimento das necessidades de frações sociais excluídas das decisões políticas institucionais. Se por um lado, ele atendeu em parte aos anseios existentes, por outro, forjava a imagem de corresponder a antigos desejos da população.²⁵⁹

É nesse sentido, como forma de atender as demandas das classes populares e parcelas intelectuais da cidade, que percebo a instituição da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia em 1984. Em sua fase de organização, o jornal Primeira Hora publicou declaração da nova secretária sobre “muitas (as) pessoas que estão lhe procurando para fazerem reivindicações, e até mesmo o quadro da Secretaria de Cultura ainda não está formado.”²⁶⁰ Por meio desse órgão executivo seria possível, num novo formato, dialogar

²⁵⁷ SECRETARIA da Cultura instalada oficialmente. **Primeira Hora**, Uberlândia, 15 jun. 1984, capa.

²⁵⁸ Por ocasião de comemoração dos 100 dias da administração zairista, o jornal Primeira Hora publicou a seguinte declaração do líder do governo na Câmara: “[...] a grande mudança na nova administração, conforme dizem os diretores das 23 associações de bairro de Uberlândia e de todos os outros órgãos representativos da cidade tem sido a boa vontade do Governo Municipal em ouvi-los e tentar encaminhar as suas propostas. Temos certeza que essas associações não serão apenas ouvidas, mas atendidas, pois o Governo Zaire, como demonstrou nos cem dias será, realmente, o Governo da Democracia Participativa”. Cf. SILAS Guimarães afirma intenção de participação. **Primeira Hora**, Uberlândia, 10 maio 1983, p. 4.

²⁵⁹ Sobre o período da chamada democracia participativa em Uberlândia, os trabalhos seguintes apresentam diferentes perspectivas: ALVARENGA, Nízia Maria. Movimento popular, democracia participativa e poder político local: Uberlândia 1983/1988. **História e perspectivas**. Uberlândia, n. 04, p. 103-129, jan./jun. 1991; JESUS, Wilma Ferreira de. **Poder público e movimentos sociais: aproximações e distanciamentos – Uberlândia (1982-2000)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002; SANTOS, Carlos M. S. **Democracia participativa e tensão social em Uberlândia: experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças**. Uberlândia. 2006. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

²⁶⁰ CULTURA se organiza, e as atividades do TB. **Primeira Hora**, Uberlândia, 10 fev. 1984, p. 07.

com os setores excluídos das decisões políticas institucionais, como frações da população negra local. Nesse viés, houve um movimento de apropriação das práticas populares, institucionalizando-as numa dinâmica de concessão que, em alguma medida e por determinado tempo, serviu para atenuar as tensões sociais.

Nessa lógica, as negociações entre representantes do poder público e as diversas demandas sociais, bem como os conflitos envolvidos, eram transferidos para dentro das próprias associações criadas. A verba a ser investida era quase sempre pouca e aos grupos interessados era atribuída a tarefa de criar estatutos e critérios para receber tal incentivo. Ao mesmo tempo, na contramão dessas intenções, os sujeitos dessas práticas culturais cederam até certo ponto com o propósito de subsidiá-las e, por consequência, continuar a existir.

Aqui é oportuno lembrar Certeau quando ele afirma que ao poder instituído cabe a estratégia e aos anônimos sociais, as astúcias e táticas cuja trampolinagem é resistir com suas artes de fazer, mesmo no espaço do outro:

[...] chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um “lugar” suscetível de ser circunscrito como “algo próprio” e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma “exterioridade” de alvos ou ameaças.

[...] chamo de “tática” a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” [...]. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas, que as conjunturas particulares vão abrindo na *vigilância do poder* proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.²⁶¹

A habilidade dos sujeitos sociais analisados nesta pesquisa é vista na sutileza de suas ações, nas negociações não declaradas e nas formas de reversão das tentativas de controle de suas práticas sociais por parte dos setores dominantes. Apesar dos limites desenhados pelas estratégias, o sujeito das táticas age nas brechas inevitavelmente existentes, já que nenhuma manifestação de poder é absoluta. Contudo, a atuação dos

²⁶¹ CERTEAU, 1994, p. 99, 100 e 101.

anônimos não se limita à oportunidade das “falhas, que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário”, mas também reside em criá-las, sendo diversas as maneiras de também provocar fissuras no espaço do poder instituído.

Por outro lado, é pertinente o diálogo com o crítico literário inglês Raymond Williams acerca do campo cultural, para ele historicamente construído e, portanto, em transformação, cujas mudanças e significados são por nós atribuídos por meio de nossas experiências e subjetividades, pois nelas estão presentes os (res)sentimentos formados na prática individual e social²⁶². Segundo Williams,

a história da idéia de cultura é a história do modo por que reagimos em pensamento e em sentimento à mudança de condições por que passou a nossa vida. Chamamos cultura a nossa resposta aos acontecimentos que constituem o que viemos a definir como indústria e democracia e que determinaram a mudança das condições humanas. Essas condições foram criadas pelos homens e por eles modificadas. A história dos acontecimentos se faz alhures, na história geral. Mas as definições e significados que damos a esses acontecimentos, cuja história é a história da idéia de cultura, só podem ser compreendidos no contexto de nossas ações.²⁶³

Dentre as várias ações propostas pela recém-criada Secretaria de Cultura estava o cadastramento dos diversos grupos culturais e artistas da cidade, com a justificativa de que “existe em Uberlândia uma cultura latente que precisa ser valorizada e que não tem recebido, por parte dos órgãos competentes, a devida atenção.”²⁶⁴ Os projetos envolviam variados segmentos, naquele momento identificados como culturais, a exemplo das artes plásticas, da literatura escrita e oral, da música, do teatro, do cinema, dos jogos de truque, das músicas folclóricas (referem-se aos cantos entoados na festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito), das escolas de samba, dos sanfoneiros e violeiros, dos artesãos, do circo. Não constitui foco desta discussão se tais promessas foram cumpridas ou

²⁶² CEVASCO, Maria Elisa. Um plano de trabalho: “culture is ordinary”. In: CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 43-75.

²⁶³ WILLIAMS, Raymond. Conclusão. In: WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 305.

²⁶⁴ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Projeto Documentação e Cadastro de Escritores. Justificativa. In: **Projetos Desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia**. Uberlândia, 1984. Acervo do Arquivo Público Municipal, sem data.

de que forma foram executadas. Meu interesse é compreender e analisar como o campo da cultura foi reconhecido como tal e se tornou uma preocupação na agenda política da cidade.

Ao longo da história, diversas ações da administração pública deram o tom do diálogo entre representantes do poder municipal, via Secretaria de Cultura, e diferentes setores sociais, em especial aqueles cujas práticas são denominadas cultura popular. Dentre tais iniciativas podemos citar a criação da Casa da Cultura (1984), do Conselho Municipal de Patrimônio, Histórico e Artístico de Uberlândia/Comphac (1985), do Arquivo Público Municipal (1986), do Museu de Ofícios (1987), do Centro de Fiação e Tecelagem (1992) e da Oficina Cultural (1998). Vários concursos realizados pela prefeitura aprovaram a publicação de histórias e memórias produzidas sobre a cidade, tais como a de Newton Dângelo²⁶⁵ e a de Luís A. Bustamante Lourenço²⁶⁶ — esta trata do Bairro Patrimônio, um dos mais antigos da cidade, cuja maioria da população é negra. Muitos materiais foram produzidos pela Secretaria de Cultura ou através do seu programa de leis de incentivo à cultura, com propostas variadas que imprimiram uma multiplicidade de sentidos às práticas culturais existentes nessa cidade.²⁶⁷

A partir dessas informações, interessa agora discutir os usos feitos sobre as práticas populares, especificamente em relação à festa da congada que, a partir da década de 1980, passou a ser considerada cultura, pois até então era caracterizada como manifestação folclórica na imprensa, em livros didáticos e nos documentos oficiais da prefeitura de Uberlândia. Durante os anos de 1980 e 1990 emergiram gradualmente na cidade, a partir de diferentes espaços, discussões sobre a chamada cultura popular, tanto que figurava, entre as proposições da nova Secretaria de Cultura, atenção especial às suas manifestações:

²⁶⁵ DÂNGELO, Newton. **Aquele povo feliz, que ainda não sonhava com a invenção do rádio**: cultura popular, lazes e sociabilidade urbana – Uberlândia (1900-1940). Uberlândia: Edufu, 2005. Trabalho premiado no concurso de ensaios “Memória e História: Espaços, Costumes e Tradições”, realizado em 2002 pelo Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

²⁶⁶ LOURENÇO, 1986.

²⁶⁷ Dentre elas, cito: MARRA, Fabíola Benfica. **Álbum de família**: famílias afro-descendentes no século XX em Uberlândia – MG. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria Municipal de Cultura/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2005. 2V E 1 CD-ROM; SENHORES da Memória. Direção e roteiro: Waltuir Alves. Produção: Guilherme Lopes. Direção de fotografia: Gilson Goulart. Locução e trilha sonora: Caju. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria Municipal de Cultura/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2006. 1 DVD (27 MIN.), son., color; BRITO, Diogo de S.; WARPECHOWSKI, Eduardo M. (orgs.). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: Edufu/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2008; UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Cultura. Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico. **Patrimônio Cultural**: que bicho é esse?! Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia, jan. 2007. Cartilha.

A Secretaria Municipal de Cultura acredita estar em perfeita consonância com a política cultural adotada pela atual administração, para quem “a preocupação com a cultura e a memória histórica tem a sua razão de ser, diante da inexistência por parte do Poder Municipal, de uma política cultural traduzida num projeto a ser desenvolvido pela administração e pelo povo”. Este projeto não se atém apenas ao afã de “salvar” da destruição e esquecimento certas manifestações culturais populares, mas também de promover uma visão crítica das mesmas, no sentido de levar a uma tomada de consciência, a uma proposta de trabalho no campo educacional, oferecendo à comunidade meios de conhecer e vivenciar a sua própria realidade cultural.²⁶⁸

O discurso elaborado para o projeto da Secretaria de Cultura, contido na encadernação intitulada *Projetos Desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia*, hoje guardado em um importante espaço de seleção e guarda de registros de memórias, o Arquivo Público Municipal, salienta como marca diferencial da administração zairista “a preocupação com a cultura e a memória histórica”. Como era prática dessa gestão, divulgava-se que os seus projetos seriam “desenvolvido(s) pela administração e pelo povo”, entoando os ideais de democracia e de participação popular, sentidos também encontrados na justificativa do “Projeto Carnaval: participar e atuar, interferir jamais, tem sido a conduta da secretaria.”²⁶⁹

Por outro lado, vale lembrar que na contramão da apropriação do peemedebista Zaire Rezende no que diz respeito ao desejo de participação e transformação social das classes populares, estas também souberam realizar o movimento inverso, valendo-se dos “representantes do povo” para atingir seus interesses e necessidades. Ademais, em relação ao trecho transcrito, é possível inferir que a secretária e sua equipe de trabalho se apropriaram, ou compartilharam, inclusive pela formação acadêmica de Iolanda de Freitas, de uma discussão que estava posta na realidade social e envolvia notadamente as universidades, que colocavam em pauta a noção de cultura popular.

Marilena Chauí colabora com essa reflexão ao problematizar as múltiplas formas de apropriação da cultura popular pelas instituições do Estado, particularmente pelo Ministério

²⁶⁸ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Projeto Pesquisa e Documentação na Área de Cultura Popular Uberlândia. Justificativa. In: **Projetos Desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia**. Uberlândia. Acervo do Arquivo Público Municipal, sem data.

²⁶⁹ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Projeto Carnaval. Justificativa. In: **Projetos Desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia**. Uberlândia, Acervo do Arquivo Público Municipal, sem data.

da Educação e Cultura (MEC). Segundo ela, em 1982 o MEC incorporou “pela primeira vez desde 1964” a cultura popular.²⁷⁰ A autora traz elementos importantes para este trabalho ao examinar a relação tensa entre o poder público e os grupos populares:

Não só há empenho por parte do Estado em se apropriar de um vocabulário que foi constituído nas práticas de contestação política e de organizações sociais alternativas, como também os autores do plano não percebem a incompatibilidade entre esses termos e o projeto do MEC, isto é, a idéia de que o Estado deve ser o *promotor* da participação comunitária e da criatividade cultural. É que essa incompatibilidade, longe de ser contraditória com o projeto do MEC, é essencial a ele. De fato, a pretensão do Estado autoritário é não só absorver as manifestações populares, mas sobretudo *controlá-las* enquanto seu promotor. Esse interesse pelo popular, na verdade, surgiu à medida que se desenvolviam movimentos sociais populares de oposição, tornando-se necessário controlá-los.²⁷¹

A citação de Chauí enfatiza o esforço de representantes públicos em se apropriar de práticas culturais populares – sua linguagem e outras formas de expressão –, para mantê-las sob o guarda-chuva estatal, na tentativa de controlá-las. Interessante como a análise da autora revela o caráter político e contestador de tais práticas, aludindo ao movimento interpretativo elaborado por Raymond Williams — inspiração teórica da escritora —, para quem “a realidade do processo cultural deve ser sempre capaz de incluir os esforços e as contribuições daqueles que, de um modo ou de outro, estão fora da margem dos termos da hegemonia específica.”²⁷²

Nesse contexto, houve uma busca por intelectuais que discutiam a temática. Exemplo disso foi a palestra promovida pela Secretaria de Cultura, em seu primeiro ano, sobre cultura popular, ministrada pelo professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Saul Martins.²⁷³ No ano seguinte, em uma exposição de fotografias sobre a festa

²⁷⁰ CHAUI, 1986, p. 87.

²⁷¹ Idem, ibidem, p. 88-89.

²⁷² WILLIAMS, 1979, p. 112-113.

²⁷³ CULTURA popular é tema de palestra no anfiteatro Rondon Pacheco. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 23 mar. 1984, p. 12.

da congada, organizada pela Secretaria de Cultura, foi convidada a professora universitária, à época também vereadora, Nilza Alves de Oliveira, para um debate sobre o tema.²⁷⁴

A evidência dessa temática, sem dúvida, foi expressão da persistência de uma prática cultural centenária de grupos sociais excluídos que, apesar de subvenções minguadas e da atribuição de reduzido valor social, continuaram com as suas festas e rituais, modificadas e adaptadas a um tempo presente, ao momento em que eles vivem suas angústias e dificuldades, suas alegrias e prazeres, como é perceptível nos rostos e trajetórias que desfilam no carnaval e na congada em Uberlândia.

O tema da cultura popular ganhou espaço nos círculos acadêmicos nas décadas de 1980 e 1990, com maior emergência e visibilidade na área de História. Cabe considerar que, assim como a realidade social é marcada por transformações econômicas, políticas e culturais que a (re)configuram continuamente, a produção do conhecimento histórico, que também constitui essa realidade e dialoga com ela, é constantemente revisada em seus conceitos, supostos teóricos e métodos de investigação. Assim, diversos movimentos de renovação apresentaram novas propostas para a historiografia em diferentes épocas, geralmente a partir de críticas a perspectivas históricas já existentes, como se percebe nas décadas finais do século XX em relação à chamada história das mentalidades.²⁷⁵

Com referência ao declínio da história das mentalidades, destaco neste texto o surgimento da chamada nova história cultural, distante da antiga história da cultura que se preocupava com o conhecimento considerado formal ou oficial, como a literatura e a filosofia. De acordo com o historiador Ronaldo Vainfas²⁷⁶, ainda que não despreze as práticas culturais identificadas com os grupos letrados ou as elites econômicas, esta vertente tem especial interesse pelas práticas sociais das classes populares²⁷⁷, vistas como

²⁷⁴ SECRETARIA de cultura promove exposições de fotografias e debates sobre o Congado. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 01 nov. 1984, capa.

²⁷⁵ As principais acusações dirigidas a essa corrente se referiam a uma inconsistência teórica e uma debilidade explicativa, além da ausência de conexão entre o estudo do “mental” e o social que lhe era atribuída. Sobre isso, ver: CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, em particular cap. 1, p. 29-75, e HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 1-29.

²⁷⁶ VAINFAS, Ronaldo. Da história das mentalidades à história cultural. **História**. São Paulo: Unesp, v. 15, 1996.

²⁷⁷ Para conferir uma análise que historiciza esse processo, ver: MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura popular: em busca de um referencial conceitual. **Cadernos de História**. Uberlândia: Edufu, n. 5, 1994.

possibilidade de subverter as tentativas de dominação por uma ordem que se quer hegemônica. Vale ressaltar que “a cultura popular tem sido entendida por alguns historiadores (Bakhtin, Certeau, Ginzburg, Davis) como o espaço por onde resistências e táticas podem fluir como uma forma de recusa à ordem estabelecida”²⁷⁸, embora nessas experiências também se observem posicionamentos que expressam conformidade ou compartilhamento dessa mesma ordem. Nesse sentido, o historiador francês Roger Chartier acentua:

O “popular” não está contido em conjuntos de elementos que bastaria identificar, repertoriar e descrever. Ele qualifica, antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras. Tal constatação desloca necessariamente o trabalho do historiador, já que o obriga a caracterizar, não conjuntos culturais dados como “populares” em si, mas modalidades diferenciadas pelas quais eles são apropriados.²⁷⁹

Chartier dá ênfase a algo fundamental nos estudos sobre cultura popular ao alertar sobre os problemas de uma definição precisa e estanque desse conceito. Ele valoriza a abordagem relacional ao se pensar em suas práticas e produções. Além disso, o autor trata da construção e dos usos existentes em torno dessa noção, inserindo-os em “uma categoria erudita” que muitas vezes “quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencendo à ‘cultura popular’”.²⁸⁰

As ressalvas e cuidados discutidos por Roger Chartier quanto aos encaminhamentos e sentidos conferidos ao termo “cultura popular” têm sido compartilhados por inúmeros historiadores brasileiros que problematizam a busca de uma essencialização nas pesquisas em torno das práticas culturais populares, muitas vezes sem a necessidade de abandonar o

²⁷⁸ MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura popular: um contínuo refazer de práticas e representações. In: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire (orgs.). **História e cultura: espaços plurais**. Uberlândia: Aspectus, 2002. Sobre a temática, ver: ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006; MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Cultura popular e desenvolvimentismo em Minas Gerais: caminhos cruzados de um mesmo tempo (1950 - 1985)**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998; ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830/1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

²⁷⁹ CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 6.

²⁸⁰ CHARTIER, 1995, p. 01.

termo em questão.²⁸¹ Essa perspectiva me serviu como guia no uso da expressão “cultura popular” e na construção de interpretações sobre as suas práticas e representações, inseridas num amplo conjunto de relações sociais.

No período que abrange as décadas de 1980, 1990 e 2000 se observa crescente interesse pela chamada cultura popular, que se tornou objeto de apropriação e capitalização de parcelas da mídia impressa, radiofônica e televisiva, de diferentes segmentos do comércio, da indústria fonográfica e de políticos profissionais. Uma das evidências, nos anos de 1980, foi a grande visibilidade da Secretaria de Cultura nos jornais pesquisados: a imagem de Iolanda de Freitas e as ações da secretaria que ela dirigia tiveram maior repercussão que a obtida pelas demais secretarias municipais.

2.4 - Congada em cartões postais: apropriações de uma prática cultural

Outro vestígio desse boom na abordagem das práticas culturais populares é a mudança de tratamento dado pelo jornal *Correio de Uberlândia* à festa da congada. Nos anos de 1970, as escassas reportagens que foram veiculadas, apenas informando a ocorrência do evento ou divulgando local e data da festa, classificavam-na como manifestação folclórica e na década seguinte ela recebeu o status de cultura popular, o que não foi uma mudança repentina, pois nesses anos também se observam referências à idéia de folclore. O trecho seguinte é representativo do modo como a festa congadeira foi noticiada na década de 1980:

Às 18 horas – procissão com as veneráveis imagens de N. S. do Rosário e São Benedito. Este acontecimento será abrilhantado também pelos ternos de Congados e Moçambiques, indiscutivelmente as maiores expressões folclóricas, de origem africana, rememorando costumes e fatos da vida tribal, na sua manifestação mais primitiva e generalizada; não passa dum simples cortejo real, desfilando com danças cantadas. Hoje, os estudiosos vêem os congados como uma manifestação afro-brasileira, de conteúdo místico-mágico-religioso.²⁸²

²⁸¹ Nessa perspectiva, conferir: ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

²⁸² AMANHÃ o encerramento da festa de N. Senhora e S. Benedito. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 18 out. 1974.

O enquadramento da festa em determinadas categorias é visível na narrativa jornalística: “origem africana”, que rememora “costumes e fatos da vida tribal”, “manifestação mais primitiva e generalizada” que “não passa dum simples cortejo real, desfilando com danças cantadas”, “manifestação afro-brasileira”, “de conteúdo místico-mágico-religioso”. As definições vêm de fora, não trazem os significados que a congada possui na vida das pessoas, no tempo presente vivido por elas, e a congelam em uma temporalidade distante, limitando-a a um “simples cortejo real” e a “danças cantadas”, embora isso faça parte de uma das suas dimensões. O espaço conquistado pelos sujeitos que fazem a congada integra também um processo de apropriação que contesta o olhar simplista e o senso comum do jornalista no seu tempo histórico.

Hoje é possível encontrar as imagens da congada e da Igreja do Rosário, símbolo arquitetônico da festa, em diferentes materiais, como cartões de telefone, guias turísticos, programas de campanha eleitoral, catálogos de produção cultural, revistas locais, informativos da prefeitura, calendários, painéis de supermercado, na imprensa escrita e nos programas de TV e rádio. São imagens que exprimem a idéia de que “o Congado é uma tradição na vida cultural de Uberlândia²⁸³, uma festa de muita cor, movimento e religião”²⁸⁴, que exhibe “uma coreografia altamente cultural, cheia de ginga e ritmo”, de modo que, “nesta festa tradicional, evidencia-se um importante segmento da história cultural do País.”²⁸⁵

Essas expressões foram recortadas das novas representações que a congada foi ganhando nos jornais, num movimento lento e descontínuo que inventava a congada como a festa da tradição, da vida cultural de Uberlândia, afinal, “diversidade é a palavra chave para descrever as possibilidades do turista no Triângulo Mineiro.”²⁸⁶ Esta frase foi publicada ao lado de uma fotografia do terno Catupé de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (Catupé do Martins), em movimento durante um desfile, e no texto aparece como mais uma das opções turísticas da cidade, ao lado de cachoeiras, trilhas e lagos.

²⁸³ SECRETARIA de Cultura apóia Grupos de Congados. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 11 set. 1984, p. 12.

²⁸⁴ FESTA de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 13 nov. 1984, p. 12.

²⁸⁵ Idem, ibidem.

²⁸⁶ SOCIEDADE ANÔNIMA BRASILEIRA DE EMPREENDIMENTOS (Sabe). **Guia Viver**. Uberlândia, 3. ed. jul. / nov. 2010.

No programa de governo distribuído pelo candidato à reeleição ao cargo do executivo municipal, Odelmo Leão Carneiro Sobrinho expõe o seu plano de ação para 2009-2012 e fala das principais realizações na gestão de 2005 a 2008, destacando as “ações sociais no Congado” e ressaltando que “a Prefeitura realiza diversas oficinas nos quartéis de Congado, com a participação da juventude e de adolescentes em atividades como: confecção de instrumentos e de sandálias, dança, percussão, bordado com pedraria, pintura e outras.”²⁸⁷

A nota faz alusão às oficinas que acontecem na sede (quartel) de alguns grupos de congado (ternos), como resultado de projetos enviados por seus membros para o Programa de Incentivo à Cultura e ao Fundo Municipal de Cultura de Uberlândia. Sendo aprovados, recebem verba para executar suas propostas, em muitos casos inferior àquela solicitada na carta de intenções. Um dos ternos da cidade, Moçambique Estrela Guia, localizado num bairro periférico da cidade, São Jorge, conseguiu aprovação de projetos culturais e recebeu verbas municipais, estaduais e federais. Outros ternos, como o Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário e o terno de congado Azul de Maio, também obtiveram resposta positiva no Programa de Incentivo à Cultura, mas grande parte dos ternos não enviou projetos.

Esse exemplo cumpre a função de mostrar como, nesse movimento de apropriação da festa, principalmente pelos poderes públicos municipais, há um retorno por parte dos seus participantes que, astutamente, pressionam com novas demandas, aproveitando-se do prestígio e da repercussão que eles próprios conquistaram ao longo de quase um século de existência e resistência. Nessa trajetória, enfrentaram e enfrentam a recusa de alguns vizinhos da Igreja à suas presenças e batuques, de outros moradores da cidade que não respeitam a passagem dos ternos e, por vezes, jogam água ou avançam com seus carros, as reduzidas subvenções do município para custeio parcial da festa, dentre outras dificuldades.

Mas os sujeitos da festa persistem, fazendo-se presentes nas ruas de Uberlândia. E os sons e batuques de congadeiros, moçambiqueiros, marujos e catupés, ao mesmo tempo em que se traduzem em incômodo para muitos, entoam um grito que ecoa na disputa por espaço e reconhecimento, como se dissesse: “estou aqui, sou negro e essa cidade também

²⁸⁷ Programa de governo. Principais realizações 2005-2008. Odelmo Leão. (Folheto distribuído durante a campanha eleitoral de 2008). Acervo da pesquisadora.

me pertence!”. No enredo dessas trajetórias de vida, que passaram por embates diversos na experiência social, entrecruzando-se aos interesses de grupos específicos, compreendo a maior notoriedade da festa da congada nas últimas décadas. Afinal, a congada se tornou um canal de comunicação da política institucional com parcelas do segmento negro local.

Nesses desdobramentos se verifica certo ofuscamento do carnaval pela congada, especialmente quando se trata de imagens de maior difusão social. Além disso, há uma discrepância no número de envolvidos, com maior aglomeração nos festejos congadeiros. No esforço por capturar a historicidade dessa mudança, no vai-e-vem das relações que constituíram o carnaval local nas décadas analisadas, constatei que, do ponto de vista dos poderes públicos, a proposta de tornar o carnaval uma festa tradicional da cidade e transformá-la num evento comercial e turístico não deu certo.

Isso não se traduz em um atual desprezo de autoridades políticas para com o carnaval de rua da cidade, pois os seus participantes possuem, em certa medida, poder de barganha e negociação com os representantes dos poderes públicos, conforme mostrado na discussão realizada a partir das imagens do carnaval 2010 no início deste capítulo. Mas hoje o carnaval tem uma significação social diferente da congada, já que, comparativamente, aglomera menor número de pessoas, suscita poucos trabalhos de pesquisadores, educadores e produtores culturais, impedindo a circulação de outras imagens e representações acerca dessa prática que a distanciem do preconceito que freqüentemente a desqualifica entre os moradores da cidade.

Nesse viés, entendo que a forma como os costumes e práticas de determinada cultura são trazidos para o presente, como “tradição” ou como “uma das mais importantes festas populares da cidade”, revela construções feitas no interior de um processo de incorporação²⁸⁸, com os olhos voltados para interesses muitas vezes não coincidentes com os interesses dos praticantes. Essa incorporação de valores, de acordo com Williams, dá-se através de outro processo, o de “tradição seletiva”. Segundo o autor,

o principal é sempre a seleção, o modo pelo qual, de um vasto campo de possibilidades do passado e do presente, certos significados e práticas são enfatizado e outros negligenciados e excluídos. Ainda mais importante,

²⁸⁸ Cf. WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura. **Revista USP**. São Paulo, n. 65, mar./maio 2005, p. 217.

alguns desses significados e práticas são reinterpretados, diluídos, ou colocados em formas que apóiam ou ao menos não contradizem outros elementos intrínsecos à cultura dominante e efetiva.²⁸⁹

O processo de apropriação não significa total dominação e controle de uma prática, mas uma forma de determinados grupos se beneficiarem dela e tentarem, por meio de sua força, amenizar as tensões sociais. Mas isso tem o seu reverso, pois, utilizando a maneira de agir de representantes da política institucional, homens e mulheres negros, que historicamente conquistaram esse espaço, reorganizam o jogo com novas demandas e negociações. Durante os festejos de 2010, circulou um abaixo-assinado para reivindicar, à prefeitura de Uberlândia, a construção de uma sede para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, onde se desenvolveria, entre outras atividades, as oficinas que o prefeito Odelmo capitalizou em campanha eleitoral como uma realização do seu primeiro mandato e que representam um dos muitos eventos e ações que os sujeitos da congada protagonizam o ano inteiro.

Então, analisar tais relações requer sensibilidade para interpretar os sentidos de suas teias complexas, cheias de reversos, ambivalências, emoções e (res)sentimentos que vão costurando as relações com diferentes linhas, com variadas cores que se entrelaçam, sendo muitas vezes difícil definir o(s) seu(s) desenho(s).

²⁸⁹ WILLIAMS, op. cit., 2005, p. 217.

Capítulo III:

Negros e resistências em Uberlândia: práticas e representações



Figura 9: Folder do 1º Encontro Estadual da Consciência Negra realizado pelo Grucon. Uberlândia, ago./set. 2007. Acervo da pesquisadora.



Figura 10: Delegados eleitos para a II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial realizado em Belo Horizonte. Uberlândia, jun./2009. Retirado de: <http://helifidelis.blogspot.com/2009/06/uberlandenses-vao-amanhecer-na-capital.html> Acessado em 05/02/2011.

3.1 - Movimentos negros de Uberlândia: práticas e representações

Nos anos de 1980 se visualiza a formação de três grupos do movimento negro local, conforme apresentado no primeiro capítulo: o Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (Monuva), O Grupo de Consciência Negra de Uberlândia (Grucon) e o Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia (Griconeu). Nas décadas subseqüentes, uma série de outros grupos se articularam no cenário da comunidade negra da cidade: Oriodara, Aliança Konscientizadora Afro Brasileira (Akab), Movimento de Mulheres Negras - Mulheres de Ébano, Movimento de Mulheres Negras Maria da Glória, Movimento Negro Renovador (MNR), Movimento Negro Ação Racial (Monara), Movimento Articulação e Integração Popular (Maipo) e Associação de Negros Empreendedores de Uberlândia (Aneuber). Alguns deles se esfacelaram com o tempo.

Nesse ínterim também foi instituída, na Secretaria de Cultura de Uberlândia (criada em 1984), a Seção de Cultura Afro-Brasileira (1992) que passou por inúmeras transformações ao longo das suas diferentes gestões e das várias administrações municipais, tornando-se, em 2001, Coordenadoria Afro-Racial (Coafro), com sede própria.²⁹⁰ Em 2009 virou Diretoria de Assuntos Afro-Raciais (Diafro), funcionando como uma divisão da Secretaria de Cultura e com esta passou a dividir o espaço físico, uma vez que perdeu as salas que possuía na prefeitura e teve o seu número de funcionários reduzidos. Outra instância representativa do segmento negro local teve sua existência e atuação na década de 1980, durante a administração de Zaire Rezende: o Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Uberlândia.²⁹¹

Também merece citação a Casa de Cultura Graça do Aché, idealizada como um Centro de Informação e Referência da Cultura Negra. Sua construção foi resultado da

²⁹⁰ “Em 2001, por intermédio do decreto 8439/01 é instituída e regulamentada as atribuições da Coordenadoria Municipal Afro-Racial, criada nos termos dos artigos 2º- e 3º- da Lei complementar 251 de 16 de janeiro de 2001, para assessorar o Prefeito municipal no planejamento e execução das políticas institucionais de reparação das desigualdades raciais, promoção social, econômica e cultural da população negra e afro-descendentes, no Município de Uberlândia”. Cf. BARBOSA; DOMINGUES FILHO, 2008, p. 19.

²⁹¹ Este foi instituído em 1985 através do decreto lei 3041/85. Cf. BARBOSA; DOMINGUES FILHO, 2008, op. cit., p. 18. Em Minas Gerais, há o Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra (CCN), criado em 12 de maio de 1988, pelo decreto nº 28071, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese). Para saber mais, ver: <<http://www.sedese.mg.gov.br/index.php/comunidade-negra.html>>.

parceria entre a Fundação Cultural Palmares e a Prefeitura de Uberlândia que, na segunda gestão de Zaire Rezende (2000-2004), doou um terreno para a edificação do prédio e coordenou o trabalho operacional da obra, inaugurada em novembro de 2002. O local disponibiliza materiais sobre a história afro-brasileira, possui um anfiteatro e espaço para exposições, onde já ocorreram mostras fotográficas, apresentações teatrais, de dança e outros eventos.²⁹²

O desafio de compreender as variáveis que levaram a essa multiplicidade de grupos, as suas diferenças e aproximações, as suas conquistas e derrotas, as interações e silêncios que compõem internamente essa rede, bem como a inatividade de parte deles, instigaram meu diálogo com alguns membros dessas organizações e me conduziram na busca de informações em cartas, atas e projetos por elas produzidos, bem como nos fôlderes e cartazes de eventos, nos estatutos e demais materiais que se transformaram em importantes documentos desta pesquisa.

Tarefa difícil essa do(a) historiador(a), de penetrar no terreno do outro e tentar desvendar os sentidos de suas tramas, deparando-se com questões delicadas, como os conflitos internos e os interesses individuais, elementos presentes em qualquer espaço social e próprios da complexidade das relações humanas. Nesse sentido, guiei-me pelo respeito às práticas sociais de homens e mulheres negros, suas motivações, seus projetos, reivindicações e decisões, sem deixar escapar a criticidade cobrada do(a) historiador(a), específica do seu ofício ao analisar a produção da realidade social, seja qual for o seu recorte.

Mas outras dificuldades foram encontradas no caminho, especialmente no que tange às fontes históricas sobre determinados grupos, gerando uma obscuridade sobre a identidade dos seus membros, suas trajetórias e o percurso trilhado pelo movimento. Além disso, a tentativa de contato com seus integrantes não foi bem sucedida, por conta dos constantes silenciamentos desses sujeitos quando se pedia alguns registros, como atas de reuniões, estatutos e projetos desenvolvidos ou mesmo quando se solicitava uma entrevista para a produção da dissertação de mestrado.

²⁹² Cf. <<http://casadeculturagracaoache.blogspot.com>>.

Em outros casos, diversas pessoas com as quais conversei, ligadas ao movimento negro local, inclusive o diretor da Diretoria de Assuntos Afro-Raciais (Diafro), vinculada à Secretaria de Cultura do município, informaram desconhecer certos grupos ou onde eu encontraria os seus possíveis associados. Trata-se de grupos dos quais obtive rastros em algumas fontes que compuseram o levantamento documental da pesquisa. Mas esses silêncios e recusas se tornaram importantes elementos para as interpretações aqui desenvolvidas.

Importa salientar que o caminho não foi o de mapear em detalhes as ações e desistências de cada agremiação do movimento negro instituído na cidade nas últimas décadas, pois não o fiz em relação aos ternos de congados, escolas de samba e blocos carnavalescos.²⁹³ Antes de tudo, o objetivo deste trabalho foi o de pensar a atuação histórica de mulheres e homens negros em Uberlândia nas décadas finais do século XX, entrelaçando os sentidos de suas ações e relações firmadas nos campos de prática social compreendidos como político e cultural.

Com efeito, essa atuação é descortinada por uma série de práticas diversificadas que colorem com diferentes tons o chamado movimento negro de Uberlândia, pelos acordos e negociações não declaradas, pelos enfrentamentos abertos e também pela proximidade aos grupos políticos historicamente dominantes nesse município, outrora identificados como a “elite branca local.”²⁹⁴ Logo, cabe a este estudo materializar, na escrita do texto dissertativo, alguns matizes e tonalidades dessa história, mostrando, em parte, as diversas formas de ser negro na cidade. É oportuno aqui apresentar as considerações de Stuart Hall a respeito da diversidade de elementos que compõem a experiência negra:

A questão não é simplesmente que, visto que nossas diferenças raciais não nos constituem inteiramente, somos sempre diferentes e estamos sempre negociando diferentes tipos de diferenças – de gênero, sexualidade, classe. Trata-se também do fato de que esses antagonismos se recusam a ser alinhados; simplesmente não se reduzem um ao outro, se recusam a se aglutinar em torno de um eixo único de diferenciação.

²⁹³ Para um conhecimento panorâmico dos ternos de congados, movimentos negros, escolas de samba elaborei um breve quadro informativo, anexado ao final deste trabalho.

²⁹⁴ Cf. Maria da Conceição Pereira Leal. Entrevista realizada em 14 de agosto de 2007.

Estamos constantemente em negociação, não com um único conjunto de oposições que nos situe sempre na mesma relação com os outros, mas com uma série de posições diferentes. Cada uma delas tem para nós o seu ponto de profunda identificação subjetiva. Essa é a questão mais difícil da proliferação no campo das identidades e antagonismos: elas frequentemente se deslocam entre si.²⁹⁵

Nesse sentido, a vivência da negritude não é aqui pensada através de um tipo ideal, singularizado e correspondendo a um padrão de consciência específico, mas no terreno das experiências compartilhadas, apresentando-se de múltiplas maneiras, a partir de variados espaços sociais e utilizando instrumentais de luta igualmente distintos. Na tentativa de apresentar suas faces, inicio com a carta enviada à ABC Produções pelo Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Uberlândia e pelo Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (Monuva), em protesto a um comercial de televisão exibido no início de 1988. O texto enfatiza:

[...] dois negros são usados como figurantes, simulando o abate de um bovino. Comercial este, que está sendo exibido em emissora de televisão da cidade.

É lamentável que uma produção como esta, esteja sendo veiculada em órgão de comunicação, onde empresas se prestam a instigar o racismo e o preconceito, montando um quadro de propaganda contra o abate e o comércio clandestino de carnes, usando o negro como pessoa marginal, denegrindo ainda mais a sua imagem já tão desgastada. Cumpre ressaltar que esta condição do negro dentro da sociedade foi, e está sendo impingida pela comunidade branca, que numa demonstração de falta de inteligência, para não dizer outra palavra, coloca o negro à margem da sociedade, contribuindo para frustrar o progresso desta comunidade e o pior, fazendo com que o negro que se discrimina hoje, seja o seu executor amanhã. Se este quadro é verdadeiro, não cabe a propaganda questionar, pois sabemos o quanto o nosso povo vem sofrendo as injúrias do sistema ideológico racista que nos assola.

O ano de 1.988, é o ano do Centenário da Abolição, onde se pretende repensar o Brasil e a História do Povo Negro na sociedade Brasileira e são nessas entrelinhas da História, nesse paternalismo disfarçado, nessa democracia utilitarista que percebemos o quanto desse ranço e dessa discriminação hereditária ainda perduram. É contra isso que lutamos. Por uma democracia racial, por melhores oportunidades de trabalho, pela desmitificação dos estereótipos, e, finalmente, que o negro seja lembrado em propaganda não como povo vencido, à margem, nos bastidores da História, mas como construtores dessa nação pluriétnica, que deram suor e sangue, mas que dela nada aproveitam.

²⁹⁵ HALL, Stuart, 2003, op. cit., p. 346.

Finalizando:

Quantos negros fazem o serviço “limpo” na ABC Carnes?

Quantos negros trabalham no escalão superior do Grupo ABC?

Quantas telefonistas negras trabalham na CTBC?²⁹⁶

A carta denuncia a propaganda de uma empresa, veiculada na mídia televisiva, como uma prática voltada “a instigar o racismo e o preconceito, usando o negro como pessoa marginal, denegrindo ainda mais a sua imagem já tão desgastada”. Interessante observar que a palavra denegrir é definida pelo dicionário Aurélio – Século XXI²⁹⁷ como tornar(se) negro, escuro, enegrecer(se), significando, em sentido figurado, macular, manchar, desabonar. No uso corrente do termo observamos que tais significados se misturam. Numa análise mais rigorosa dos sentidos sociais construídos, não de modo isolado, mas entremeados nas representações que circulam na sociedade, todos os vocábulos podem ser vistos como sinônimos, o que, paradoxalmente, é reafirmado na carta.

Não foi intenção deste trabalho avaliar se as imagens do comercial incitaram ou não práticas racistas²⁹⁸, mas apenas apreender os discursos capazes de desqualificar o outro e assim estabelecer hierarquias e relações de poder. O foco foi observar o modo como reagem o Conselho Municipal da Comunidade Negra e o Monuva ao perceberem uma situação de enquadramento desse segmento étnico-social em determinadas funções desvalorizadas, reprovadas socialmente e por eles classificadas como serviço “sujo”.

A carta expressa repúdio a uma forma de alimentar as construções mentais existentes em parcelas da sociedade brasileira, principalmente por parte de setores economicamente dominantes que, nas representações comumente delineadas, restringem a atuação social de homens e mulheres negros a certos postos de trabalho subalternos, como se vê nas telenovelas brasileiras, por exemplo, onde empregadas domésticas e faxineiros são na maioria negros.²⁹⁹ De fato, os dados estatísticos sobre a renda e as condições de vida de grande parte da população negra revelam, no gráfico das desigualdades sociais do Brasil,

²⁹⁶ Comunidade Negra de Uberlândia repudia comercial de televisão. **Carta**. Uberlândia, 10 fev. 1988. Arquivo do Grinoceu.

²⁹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Dicionário Aurélio** – Século XXI. Versão 3.0. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2005. CD-ROM.

²⁹⁸ Estas foram compreendidas, neste trabalho, como o exercício de desqualificar o outro a partir do seu aspecto fenotípico, o que envolve historicamente as condições materiais e as expressões simbólicas e culturais de um grupo.

²⁹⁹ Cf. ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Senac, 2000.

os salários mais baixos e a maior presença em profissões de reduzido valor social, como coletores de lixo, empregadas domésticas, pedreiros e chapas. No documento se questiona a permanência do negro nesses lugares, ainda que sejam atividades de suma importância para a população. Na dialética das relações capitalistas, eles estão na base na pirâmide social, com rendimentos mínimos e, por consequência, sem reconhecimento.

Ao se inserir num campo de representações, a reivindicação da carta e o comercial de televisão apontam, por diversas razões, para as tensões sociais. De acordo com Roger Chartier, as representações não expressam neutralidade, pois são sempre formuladas de acordo com interesses específicos de um grupo social. Por isso, ele fala dos conflitos existentes entre as diferentes percepções sociais que disputam projetos de sociedade e interesses distintos; daí a noção de “lutas de representações” enunciada pelo autor, associando o confronto entre representações diversas sobre as relações de poder e dominação — estas de modo algum pairam sob as relações sociais, mas as integram e interferem nos embates que as constituem.³⁰⁰

Essa é uma das contribuições desse historiador, na medida em que ele esclarece que as lutas de representações são tão importantes quanto as lutas econômicas, já que elas nos ajudam a entender a forma como um grupo social tenta legitimar os seus valores e impor o seu domínio. Chartier afirma que se preocupar com esses conflitos não significa afastar-se do social e defende uma história cultural do social voltada à compreensão de como as pessoas expressam, por diversificadas formas, os seus posicionamentos, as suas expectativas e projetos, ou seja, as representações acerca da realidade vivida, que permitem identificar como as pessoas pensam a realidade, a partir do que acreditam que ela é ou pelo que gostariam que fosse.³⁰¹

Posto isso, chama a atenção a forma como a narrativa da carta é elaborada. Invertendo a lógica da propaganda, denuncia as dificuldades historicamente experimentadas pelos negros, mas não de modo a vitimizá-los ou inferiorizá-los, já que interpreta o quadro de marginalização dos negros no país como “demonstração de falta de inteligência” dos brancos. E mais, a partir de questões vividas no presente, a discriminação racial e a desigualdade social e econômica que assola parcelas de negros brasileiros, sintetizadas e

³⁰⁰ Sobre a discussão acerca das lutas de representações, consultar: CHARTIER, 1990.

³⁰¹ CHARTIER, 1990.

estereotipadas no comercial, olha-se para o passado de escravidão negra e das mazelas sociais do pós-abolição para projetar o futuro, “onde se pretende repensar o Brasil e a História do Povo Negro na sociedade Brasileira”.

Nesse movimento presente-passado-futuro, os autores da carta expressam as suas lutas por

uma democracia racial, por melhores oportunidades de trabalho, pela desmitificação dos estereótipos, e, finalmente, que o negro seja lembrado em propaganda não como povo vencido, à margem, nos bastidores da História, mas como construtores dessa nação pluriétnica, que deram suor e sangue, mas que dela nada aproveitam.³⁰²

Por fim, condenam a empresa ABC³⁰³ por usar as imagens que colocam o negro em posições de subordinação e inferioridade social e cobram dela o seu papel de contribuição a esse projeto de sociedade, fazendo questionamentos eloqüentes: “Quantos negros fazem o serviço “limpo” na ABC Carnes? Quantos negros trabalham no escalão superior do Grupo ABC? Quantas telefonistas negras trabalham na CTBC?”

A carta me interessou pelo fato de mostrar a potencialidade de ação de homens e mulheres negros em Uberlândia, manifestada por organizações institucionalizadas e que revela uma das faces de como parcelas dos negros se percebem e se fazem sujeitos históricos na cena urbana. A respeito do protesto, Joaquim Miguel, presidente do Grupo de Consciência Negra de Uberlândia (Griconeu) e ex-presidente do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Uberlândia, declarou:

Aí fizemo essa carta, nós aproveitamos a época do carnaval, elaboramos essa carta, distribuímos na avenida. Depois ficô aí, uma semana sendo distribuída na rua, mandamos pro jornal, no jornal Triângulo saiu na primeira página. Tá aí, não sei aonde, a gente tem que descobrir esse

³⁰² Comunidade Negra de Uberlândia repudia comercial de televisão. **Carta**. Uberlândia, 10 fev. 1988. Acervo do Griconeu.

³⁰³ A empresa ABC Propaganda pertence ao grupo Algar, sigla que faz alusão ao nome do seu fundador, Alexandre Garcia. Este conglomerado atua na área de telecomunicações, agronegócios, serviços diversos e turismo. Dentre as suas propriedades estão a Companhia Telefônica Brasil Central (CTBC), que oferece telefonia fixa e celular, internet e TV a cabo; o Jornal Correio de Uberlândia, a Space Segurança, um Call Center, fábricas de óleo e processamento de soja, o resort Pousada do Rio Quente.

material aí depois. Aí o Tubalzinho é uma pessoa, uma pessoa sensível, né? Esse Tubal Vilela aí, ele é uma pessoa interessante, ele mesmo chegou e chamou a atenção, ele falou: “olha o quê que cês arrumaram aqui, tira, tira, tira, tira do ar”. Tirou o comercial do ar. Tirou o comercial do ar. Então a comunidade negra de Uberlândia até comercial de televisão, cê viu a potência, uma potência que é o Grupo ABC, olha onde nós fomos mexer! Inclusive recebemos até crítica de algumas pessoas, porque as pessoas tem muito medo, é muito simples, muito humilde: “Nossa! Mas essas pessoas vão mandar os negros embora”. Que manda! Aí é bom pra gente caí de pau em cima deles mesmo (risos).³⁰⁴

As evidências mostradas aqui – carta e narrativa oral – são representativas de muitas outras ações de negros. O seu poder de intervenção é visto na relação com grupos política e economicamente dominantes na cidade, como é o Grupo ABC, inclusive pelo modo institucional como parcelas de negros integram o jogo político, nesse caso, via imprensa. Dessa e de outras maneiras, frações do segmento social negro reclamam o atendimento às suas demandas e provocam, lentamente, pequenas transformações na realidade; afinal, são forças desiguais em disputa. Mas ambas intervêm nas relações e nos espaços urbanos, na Uberlândia que tinha espaços separados entre negros e brancos no *footing* na Avenida Afonso Pena e em cinemas locais, na cidade onde a comerciária negra Ana Paula Elias da Silva teve sua entrada barrada na boate de um shopping³⁰⁵ e onde havia (e ainda existe) uma divisão nos bares e cassinos: as elites se encontram em espaços da chamada alta boemia, enquanto os lugares denominados baixa boemia recebem os negros e brancos pobres.³⁰⁶

Essa Uberlândia, habitada por rostos diversos, é constantemente construída e tensionada pelos sujeitos, por meio do seu trabalho, das suas práticas culturais, dos seus espaços de sociabilidade e das suas inúmeras formas de protesto, seja por cartas e ofícios, seja por se fazer presente em diferentes espaços sociais, mesmo quando há recusas às suas manifestações. Enfim, a cidade do interior das Minas Gerais, hoje com cerca de 600 mil moradores, não se traduz apenas pelos projetos das elites políticas e econômicas em busca do chamado “progresso”, embora, por vezes, esse ideal e suas intervenções sejam

³⁰⁴ Joaquim Miguel Reis. Entrevista realizada em 29 de junho de 2010.

³⁰⁵ Ana Paula Elias da Silva teve sua entrada impedida na extinta boate Happy News, localizada no Center Shopping. Ela registrou boletim de ocorrência e moveu ação judicial contra a empresa, sendo vitoriosa na causa. Depoimento retirado de: Unidade na diversidade. Direção geral e roteiro: Gilberto Neves. Cenafro. Uberlândia: Studio P & B, 2008. 1 DVD (20 min), son., color.

³⁰⁶ Cf. OLIVEIRA, 2000.

partilhados por negros e brancos pobres, como se, de fato, fosse algo para beneficiar igualmente a todos.

3.2 - 13 de maio versus 20 de novembro: memórias reconstruídas

Inúmeras ações de mulheres e homens negros movimentaram essa cidade, em diferentes espaços sociais, enfrentando dificuldades variadas “na luta pela eliminação de toda e qualquer forma de racismo e preconceito racial.”³⁰⁷ Uma maneira de agir convergente aos diferentes movimentos negros de Uberlândia na contemporaneidade é a releitura do dia 13 de maio, que passa a ser um dia de reflexão e protesto. Em uma breve pesquisa na imprensa local, nas décadas iniciais do século XX se observou uma relação de deferência das associações negras desse período à figura da princesa Isabel.³⁰⁸ Tais posicionamentos podem ser inferidos a partir das seguintes amostras jornalísticas:

A “Associação dos Homens de Côr de Uberlândia”, no proposito de commemorar com brilho a data da Abolição, organizou um pomposo programma de festas que é o seguinte: [...]

Dia 13 – Ao despontar da aurora a sociedade uberlandense despertará sob o rimbombar de uma salva de rojões prenunciando um dia festivo, com o concurso da Corporação Musical. A’S 9 HORAS DA MANHÃ, partirá da residência do senhor Ozorio de Oliveira Dantas, 575, um grande cortejo conduzido o quadro de Izabel, a Redemptora, até a Matriz local. [...]

A’S 16 HORAS – Imponente sessão comemorativa da data no Cine-Teatro Uberlândia, presidida pelo sr. Dr. Arnaldo Teixeira de Moura. DD. Juiz de Direito desta Comarca, na qual far-se-ão ouvir talentosos e renomados oradores. [...]

Dia 14 - A’S 22 HORAS, dar-se-á inicio ao baile em regosijo a libertação dos escravos, com o título ‘Verde e Amarelo’.³⁰⁹

Como nos annos anteriores, as sociedades de côr da cidade promoverão imponentes festas em comemoração á data da abolição da escravatura no Brasil.

³⁰⁷ GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA DE UBERLÂNDIA. **Ata da reunião realizada no dia 10 de maio de 2002**. Uberlândia, 2002. Livro de atas, p. 44.

³⁰⁸ Nessa época, o regente do país, Dom Pedro II, estava viajando pela Europa, ficando sua filha Isabel como substituta oficial.

³⁰⁹ TREZE de maio. **O Repórter**, Uberlândia, 30 abr. 1939, p. 02.

Assim é que a “Associação dos Homens de Côr de Uberlândia” e a Sociedade dos “Tenentes Negros” organizaram vastos programmas de solemnidades, constando de passeatas, banquetes, sessões cívicas e bailes, festejando com entusiasmo o 13 de maio.

Para que as comemorações tenham maior amplitude, esperam a visita de elementos de sociedade e congeneres de municípios e pleiteam da Prefeitura decretação do feriado.

Aos promotores das festividades em apreço, agradecemos os convites que nos endereçaram.³¹⁰

A data de 13 de Maio, que marcou mais um aniversario da assignatura da Lei Aurea, abolindo a escravatura no Brasil, foi neste anno, por parte das associações dos homens de cor, commemorada brilhantemente através de festas que se realizaram no transcurso do dia, encerrando-se com animadas “soirées” dansantes, nas sedes dos clubs “Associação dos Homens de Cor”, e “Sociedade Recreativa e Cultural “Tenentes Negros”. [...]

Realizou-se sessões, durante as quaes se fizeram ouvir diversos oradores enaltecendo o feito da Princeza Isabel e exaltando as figuras de José do Patrocinio, Joaquim Nabuco e tantos outros vultos da abolição.

As entidades que promoveram as comemorações ofereceram á imprensa e autoridades, lautos almoços e finas mesas de doces n’um ambiente todo cordial, ouvindo-se nessas ocasiões varios discursos allusivos á data e de felicitações a “Associação dos Homens de Cor” e Sociedade Recreativa Cultural “Tenentes Negros”, pelo ardor cívico como organizaram e vinham sendo realizadas as festas em regosijo á magna ephemeride.³¹¹

As matérias publicadas em 1939 e 1940 são representativas de um modo de conceber o 13 de maio na primeira metade do século passado e em parte da segunda. Essa concepção era manifestada nas ações de diversos grupos da sociedade: associações negras, escolas, clubes de mães, entidades estatais que comemoravam festivamente o “aniversario da assignatura da Lei Áurea”. A exaltação e o contentamento em rememorar esse marco são evidenciados por diferentes vocábulos na narrativa do jornal: “pomposo, festivo, imponente, regosijo, entusiasmo, brilhantemente, animadas, lautos, finas, ardor cívico”.

Concebido como data cívica celebrada por “vastos programmas de solemnidades, constando de passeatas, banquetes, sessões cívicas e bailes”, o 13 de maio tinha sua memória (re)construída nesses eventos. A idéia do fim da escravidão ou do seu aniversário se ampliava para um projeto social comum, isento das tensões e das diversificadas lutas que

³¹⁰ 13 de Maio. **O Repórter**, Uberlândia, 12 maio 1940, p. 04.

³¹¹ AS Comemorações do 13 de Maio. **O Repórter**, Uberlândia, 19 maio 1940, capa.

conduziram a esse momento histórico, mas repleto de interesses antagônicos e reconfigurado ao longo do processo. Nessa perspectiva, as comemorações para as quais eram convidadas autoridades e a imprensa aconteciam “n’um ambiente todo cordial e o baile em regosijo a libertação dos escravos [tinha] o título ‘Verde e Amarelo’”, alusão aos valores cívicos e patrióticos.

Silenciar os conflitos existentes durante o regime escravocrata e no pós-abolição, ressaltando uma suposta relação de cordialidade entre os diferentes grupos, como indica o jornal, dando pistas sobre a atuação de negros nesse período, é também um modo de escamotear uma série de dificuldades vivenciadas pelos negros libertos. A Lei Áurea, como sabemos, do ponto de vista econômico e social, não significou um marco de esplendor na vida da maioria dos negros no Brasil oitocentista, pois a esse contingente populacional foram negadas as oportunidades para uma integração em termos de igualdade na sociedade brasileira, conforme analisou o sociólogo Florestan Fernandes. Na sua ótica, houve também uma herança moral e intelectual do regime, já que os afro-brasileiros escravizados não desenvolveram habilidades compatíveis à ética do trabalho capitalista, tornando-se inaptos nas disputas por postos de trabalho.³¹²

Fernandes foi um dos coordenadores da pesquisa subsidiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), nos anos de 1940 e 1950, que partia de uma visão da sociedade brasileira racialmente diversificada, mas capaz de oferecer exemplos ao mundo quanto à possibilidade de convivência pacífica. Ao contrário das premissas deste projeto, os pesquisadores envolvidos documentaram um sem-número de tensões raciais, caracterizadas pela desigualdade de condições socioeconômicas e por um conjunto de ações cotidianas que apontavam para estereótipos e enquadramentos que desvalorizavam os grupos de negros no país. Nesse sentido, a obra de Florestan Fernandes e seus colaboradores foi de fundamental importância, especialmente naquele período, por denunciar a chamada democracia racial, expressão associada à produção de Freyre, que

³¹² Ver: BASTIDE; FERNANDES, 1971. Também pesou como fator de exclusão dos negros, nas décadas posteriores ao 13 de maio de 1888, a concorrência em postos de trabalho agrícola, e depois industrial, que foram disputados por um intenso fluxo migratório de europeus. Cf. SCHWARCZ, 1993 e ORTIZ, 1985.

construiu um mito, uma falácia que escamoteava a real situação vivenciada por esse contingente étnico.³¹³

Ao procurar entender as condições vividas e produzidas por homens e mulheres negros em décadas recentes, objetivo desta dissertação, com recorte em Uberlândia, não compreendo as suas dificuldades como reflexo ou legado da experiência da escravidão, como um continuísmo que determinou a vida dos negros brasileiros até os dias atuais. Ao examinar as fontes, em particular as significações em torno do 13 de maio em diferentes momentos históricos, tornou-se necessário alguns apontamentos acerca desse debate, sendo importante reconhecer que uma série de transformações sociais se configuraram ao longo de séculos de história e colaboraram para explicar a situação da maioria dos negros no Brasil contemporâneo sob diferentes perspectivas de análise.

Chama a atenção, no primeiro trecho citado, dentre as atividades comemorativas, a palestra ministrada por um juiz no Cine Theatro Uberlândia, um dos locais de segregação social e racial, onde havia assentos e entradas específicas para negros e brancos pobres, como explicado no primeiro capítulo. Numa realidade em que se viviam valores, produzidos culturalmente, que discriminavam a população negra e pobre, estabelecendo, nos códigos de convivência social, uma hierarquia econômica e racial (inclusive entre os negros), promover palestras, bailes e “soirrés”, além de “lautos almoços e finas mesas de doces”, possivelmente significava uma situação de prestígio e reconhecimento social, como sugerem as reportagens transcritas.

Então, naquele tempo histórico, homens e mulheres negros que viviam em Uberlândia agiram conforme as possibilidades e limites da época. A existência de sociedades recreativas como a Tenentes Negros e a Associação dos Homens de Cor traduzem a presença e atuação desses sujeitos no processo de construção da cidade, pois ao mesmo tempo em que sentiam a exclusão dos espaços públicos e privados, reagiam com a formação dos seus clubes, legiões, imprensa negra, dentre outras práticas sociais.

³¹³ Cf. ANDREWS, 1998, especialmente p. 21-34 e 118-134. Para além das divergências entre o pensamento de Gilberto Freyre e de Florestan Fernandes, Andrews estabelece dois pontos de aproximação entre eles. Um se refere à ênfase dada à experiência da escravidão na determinação do quadro racial brasileiro atual, embora os autores se distanciem por completo quanto à natureza do impacto da escravidão. O outro diz respeito às visões otimistas, demonstradas por ambos, acerca do futuro das relações raciais no Brasil.

As frações de negros que constituíam parte dessas associações, de acordo com os indícios levantados, pertenciam provavelmente a setores médios da sociedade local — remediados talvez fosse o melhor termo para o período. Leva-me a pensar isso certa circulação desses sujeitos, ou parte deles, entre os membros das elites políticas e econômicas da época, inclusive pelos locais onde produziam seus eventos e pela forma como os jornais os descreviam. Além disso, a própria existência de uma imprensa negra, o jornal *Raça*, de 1935, já indica que os seus integrantes eram escolarizados, elemento diferenciador para as décadas iniciais do século XX.

Assim, entender o enaltecimento feito à princesa Isabel, considerada “a Redemptora”, doadora da liberdade aos negros escravizados, requer afastar-se de discussões postas no presente para, no exercício da alteridade, tão necessária ao ofício do historiador, olhar para o passado, compreender as pressões e tensões de um período e identificar as mudanças gestadas ao longo do tempo. Avançando para outra temporalidade, em meados da década de 1950 e durante os anos de 1960, vale notar que compunha o carnaval local uma escola de samba nomeada Princesa Isabel, que ficou desativada em 1969 e voltou a desfilar em 1986.³¹⁴ A Escola de Samba Furação, fundada por volta de 1986, apresentou como tema-enredo no carnaval de 1990 “Reconhecimento de Terezinha”. Segundo o memorialista Antônio Pereira da Silva, o presidente e compositor da escola, José Balbino, comparou Terezinha Magalhães, na época secretária de Cultura, com a princesa Isabel.³¹⁵

Também entre os ternos de congado mais antigos da cidade há um grupo denominado Marujo Azul de Maio e outro chamado Moçambique Princesa Isabel, exemplos que apontam para uma ressonância, em momentos distintos da história brasileira, dos valores construídos acerca do fim da escravidão no Brasil, embora não-lineares e em constante modificação.

Nas décadas mais recentes da história de Uberlândia, e também do país, novos sentidos vêm sendo atribuídos ao 13 de maio e, paralelamente, ganha força na cena histórica o dia 20 de novembro³¹⁶, para o qual são construídas outras significações. Na

³¹⁴ Cf. SILVA, 2007, op. cit., p. 39.

³¹⁵ SILVA, 2007, op. cit., p. 119.

³¹⁶ Instituído como Dia da Consciência Negra em homenagem a Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, que foi brutalmente assassinado em 20 de novembro de 1695.

seqüência, duas reportagens do final da década de 1980 e início dos anos de 1990, publicadas no jornal *Correio de Uberlândia*, são sintomáticas desse processo de transformações:

“Em hipótese alguma deve ser comemorada a data 13 de maio”, declarou ontem o presidente do Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (Monuva), Décio Tavares. Segundo ele, o “13 de maio é uma data triste, que lembra a traição, não existindo a glória para o negro. No entanto considera que nesses 101 anos de abolição a raça conseguiu mostrar um avanço social, pois saiu da condição de miséria.(sic)

Décio explica que quando o negro foi libertado não havia formas de sobreviver, porque ele saiu do estado de escravo sem ao menos uma enxada para trabalhar. Acredita ainda que a liberdade foi concedida para que os poderosos não perdessem a autoridade, pois não sendo o negro um elemento passivo a verdadeira liberdade seria conquistada.³¹⁷

Conceição Leal, membro do Conselho Curador da Fundação Cultural Palmares, do Departamento Cultural do Monuva, afirmou que na verdade, o autor da libertação dos negros foi Zumbi dos Palmares, que foi também o autor da primeira tentativa de formação de comunidade socialista da América Latina, que foi o Quilombo dos Palmares. “13 de maio foi um acordo entre as elites”, acrescentou.³¹⁸

Nessa nova configuração de sentidos relacionados à abolição da escravatura, o 13 de maio se tornou uma data de reflexão sobre os prejuízos sociais de grande parte da população negra nos anos posteriores a 1888. Antes celebrado apenas como o marco da redenção, passou a representar também a precariedade das condições políticas e econômicas enfrentadas por esse segmento social nessa nova fase de suas histórias.

Nesse embate de memórias, há um esforço de homens e mulheres negros em desconstruir essa memória hegemônica, pela proposta de outra perspectiva, a qual alardeia que “em hipótese alguma deve ser comemorada a data 13 de maio.”³¹⁹ Nessa disputa de representações³²⁰ está em jogo o modo como parcelas de afro-brasileiros desejam interpretar o seu passado, como sujeitos ativos na história, pois “não sendo o negro um elemento passivo, caso não houvesse um acordo entre as elites, a verdadeira liberdade seria

³¹⁷ MOVIMENTO Negro contra as comemorações de 13 de maio. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 13 maio 1989, p. 02.

³¹⁸ COMEÇARAM hoje as atividades relativas ao dia 13 de maio. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 12 maio 1991, p. 07.

³¹⁹ MOVIMENTO Negro contra as comemorações de 13 de Maio. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 13 maio 1989, p. 02.

³²⁰ Cf. CHARTIER, 1990.

conquistada”, declaram membros do Monuva, conforme notícia do Correio de Uberlândia, que dialoga com essas transformações.

Além disso, essa nova representação da atuação histórica de frações negras no Brasil é parte de um conjunto de discussões e ações diversificadas em torno do lugar dos negros no país, buscando alternativas para se reescrever as suas histórias, projetadas em um futuro pensado como melhor. Nessa sintonia, no convite para as atividades do 13 de maio de 2010, realizadas no Plenário da Câmara Municipal de Uberlândia, o evento é caracterizado como “reflexão sobre o dia Municipal de Combate à discriminação Racial, sendo temas do encontro: abordagem policial, Mulher, saúde, religião, acesso e permanência em universidades e outros assuntos”.³²¹ Outro exemplo é visto no livro de atas do Grupo de União e Consciência Negra (Grucon), no registro da reunião de 06 de maio de 2000, que teve o 13 de maio como um dos pontos da pauta.

A presidente do grupo na época, Adriana Maria da Silva, “informa que o GRUCON estará realizando um desfile afro, patrocinado pela FIEMG³²² no dia 13/05/00 (sic)”.³²³ Posteriormente, Marcos Erlan, membro da diretoria executiva, “reforça a importância da realização do desfile no dia 13 de maio, visto que este é um dia de protesto e este desfile irá retratar um pouco da história e cultura do povo negro”.³²⁴ Ao final da ata, assinala-se: “Em tempo: Na reunião decidimos ainda que no dia 13/05/00 faremos uma panfletagem na Praça Tubal Vilela e Marcos nos informa que a Marli, professora na Escola do Bairro Tocantis nos convidou para uma palestra no CEMEPE³²⁵ sobre libertação dos escravos e 13 de maio”.³²⁶ Na postura atual em relação à data, os negros figuram como sujeitos centrais, de modo que interessa, nesse dia, evidenciar a “história e cultura do povo negro”. O dia se tornou emblemático para a denúncia das condições de vida de muitos negros no país,

³²¹ FÓRUM DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E COMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. [convite]. Uberlândia, 13.05.2010. Convite para o evento do dia 13 de maio.

³²² Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

³²³ GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA DE UBERLÂNDIA. **Ata da reunião realizada no dia 06 de maio de 2000**. Uberlândia, 2000. Livro de atas, p. 38.

³²⁴ Idem, p. 39.

³²⁵ Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais.

³²⁶ GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA DE UBERLÂNDIA. **Ata da reunião realizada no dia 06 de maio de 2000**. Uberlândia, 2000. Livro de atas, p. 39.

possibilitada, nesse caso, pelo desfile, panfletagem e palestra ministrada por membros do Grucon, além de inúmeras outras atividades realizadas por diferentes grupos de negros.

A dinâmica de substituição da heroína branca, uma autoridade imperial, pelo líder escravo Zumbi dos Palmares, que passou a figurar como “o autor da libertação dos negros” em determinados grupos, foi empreendida em fins dos anos de 1970 pela ação de diversos movimentos negros que elegeram “o nosso querido irmão Zumbi”³²⁷ como referência para as suas lutas. Recuperar personalidades negras que tiveram papéis de destaque (algumas vezes construídos ou idealizados) em diferentes processos históricos, como Luís da Gama, Henrique Dias e a escrava Anastácia, é um esforço importante, principalmente por parte da militância, pela valorização da trajetória de negros, servindo de inspiração para os seus pares, inclusive pela aproximação a tais figuras históricas, como se percebe na menção a “nosso querido irmão Zumbi”.

Entretanto, é preciso alguns cuidados, especialmente com referência à produção historiográfica, para não reiterar uma concepção histórica, já muito criticada, que evidencia um herói e torna invisíveis as ações de diversos sujeitos sociais que, à sua maneira, colaboraram para o desenrolar de um processo histórico. O historiador Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior, em artigo publicado no jornal Correio em 1995 analisa, em ocasião das comemorações dos 300 anos da morte do líder Zumbi, um processo de construção de um mito em substituição a outro. A esse respeito, ele afirma que

Existe um movimento que se clarificou na comemoração do centenário da abolição, mas que já vinha articulando-se há alguns anos, diria desde a primeira metade da década de 80, que busca revelar o lado perverso do processo da abolição, [...]. Determinando as causas e apontando soluções para a marginalização dos negros no período republicano, o movimento tinha como importante objetivo desmistificar a figura da Princesa Isabel, como heroína da libertação dos escravos. Vinte de novembro, então, data da morte de Zumbi dos Palmares [...] foi adotado pelos vários movimentos negros em todo o país como o dia da Consciência Negra. Momento de festas e reflexões, esta data vem se firmando no calendário nacional como substituto ao 13 de maio (em Uberlândia numa lei casuística a Câmara Municipal aprovou o ponto facultativo no dia 20/11). Tal momento, se por um lado desmistifica a Princesa e o Processo, por outro demonstra a tentativa de construção

³²⁷ GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA DE UBERLÂNDIA. *Ata da reunião realizada no dia 22 de fevereiro de 1995*. Uberlândia, 1995. Livro de atas, p. 8.

de um outro mito, com base na desinformação, ausência de pesquisas complementares [...] , demonstrando a fragilidade da construção.³²⁸

Cuidado fundamental esse levantado pelo historiador, pois heroizar as ações de Zumbi dos Palmares o afasta da sua condição humana e das circunstâncias históricas em que ele viveu, tornando-o frágil diante de novas investigações históricas e distante dos sujeitos que os reverencia. Tal concepção aponta ainda para modelos idealizados de intervenção social. Assim, vale ressaltar a importância dos quilombos como forma de resistência negra ao regime escravocrata. Contudo, os trabalhadores negros foram autores da sua história não só quando protagonizaram revoltas, organizaram quilombos e outros conflitos declarados, mas também nas lutas cotidianas, silenciosas e rasteiras, que foram igualmente importantes na condição de enfrentamento à opressão vivida.³²⁹

O meu esforço foi em compreender os usos políticos da imagem construída pelos movimentos negros para Zumbi dos Palmares, principalmente como forma de repensar a história dos negros no país. Assim, eleger o 20 de novembro, que se tornou o Dia da Consciência Negra, como uma das principais datas da agenda política e cultural de diferentes grupos de negros no Brasil, foi uma maneira de dar visibilidade a suas demandas e reivindicações. Em todo o país, o dia é ponto alto para as discussões de setores representativos dos grupos afro-brasileiros e suas comemorações, que ganham repercussão nas mídias impressa, televisiva e radiofônica, em escolas e universidades, em instâncias do poder instituído e em muitos outros espaços. Em 1995 o Grupo de Consciência Negra de Uberlândia elaborou uma cartilha para esclarecimentos sobre a trajetória de Zumbi dos Palmares, objetivando a formação política, principalmente de crianças do movimento. Também nesse ano o Grucon e a Central de Movimentos Populares, da qual o grupo faz parte, participaram da Marcha Zumbi dos Palmares em Brasília.³³⁰

O investimento simbólico que muitos grupos atribuem ao quilombola conhecido como Zumbi, que lutou no Quilombo dos Palmares, localizado no interior de Alagoas, é visto em diversas iniciativas, para além do dia que rememora a sua morte, como se vê na

³²⁸ OS 300 anos de Zumbi e a construção de outro mito. Especial Consciência Negra. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 19 nov. 1995, p. 26.

³²⁹ REIS; SILVA, 1989.

³³⁰ Cf. GRUPO DE INTEGRAÇÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE UBERLÂNDIA. **Ata da reunião realizada no dia 04 de novembro de 1995**. Uberlândia, 1995. Livro de atas, p. 11.

ata de reunião produzida pelo Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia (Griconeu):

Foi discutido a proposta feita pela senhora Aparecida Calmin no sentido de se criar um informativo mensal. A ideia foi discutida e aprovada. Por sugestão do senhor presidente o informativo chamará O ZUMBI o que foi aprovado por todos. Discutiu-se a forma de distribuição do referido informativo. Ficou decidido que será via correio e pessoalmente pelos membros do grupo.³³¹

O trecho da fonte pesquisada, além de mostrar a referência de Zumbi para os movimentos negros, indica mais um dos projetos de parcelas de negros na cidade: a criação e circulação de um informativo impresso. Depois disso o Grucon lançou duas publicações: o informativo *Negritude* em 1997, por ocasião do dia 20 de novembro, e o *Boletim Interno para militantes do Grucon*, em janeiro de 2000, sobre o qual se declarava que “a intenção da nova coordenação é fazer com que as informações sejam descentralizadas e cheguem mais rápido na casa dos militantes. A diretoria acredita que este procedimento dinamizará e contribuirá para melhorar nossa luta enquanto movimento social”.³³²

Novamente os dois folhetos são aqui pensados como mais uma das múltiplas formas de atuar dos sujeitos investigados e de como a memória do Dia Nacional da Consciência Negra vem sendo delineada por suas práticas e representações. Na primeira página do *Negritude* se declarou que:

Vinte de Novembro é dia de festa. Pois temos a certeza que Zumbi dos Palmares não morreu. Que ele está presente nos movimentos negros organizados: GRUCON, GRUCONI³³³ E MONUVA. Zumbi está presente na irmandade de N. S. do Rosário, nos diversos ternos de congado, nas celebrações afro-católicas, nos cultos aos orixás, nos terreiros de Umbanda e Candomblé. Zumbi está presente em cada um de nós, negro ou branco, que não se cala diante das injustiças e das opressões da sociedade. Que faz da alegria sinal vivo de libertação.³³⁴

³³¹ GRUPO DE INTEGRAÇÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE UBERLÂNDIA. **Ata da reunião realizada no dia 30 de março de 1990**. Uberlândia, 1990. Livro de atas, p. 13.

³³² GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA. **Boletim interno**. Uberlândia, ano I, n. 1, jan. 2000, p. 1.

³³³ Acredito tratar-se do Griconeu.

³³⁴ GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA. **Negritude**. Uberlândia, ano I, n. 1, nov. 1997, p. 1.

As significações construídas sobre a trajetória de Zumbi dos Palmares, em oposição à passividade negra, personificando os embates e superações, fez dele peça importante para compreender as culturas políticas desse segmento social e, na historicidade das lutas negras no Brasil, entender o comportamento político desses sujeitos sociais, as leituras que fazem do passado e principalmente os valores, símbolos e representações que utilizam ao lidar com os conflitos sociais.³³⁵

Exemplo disso é a instituição, em várias cidades, do feriado no dia 20 de novembro e da edificação de monumentos em homenagem ao líder do Quilombo dos Palmares. A decretação do feriado é uma luta ainda travada em Uberlândia por diversos setores negros e apropriada por representantes do poder legislativo. Exemplo disso é a proposta de lei do vereador Neivaldo Lima (PT)³³⁶ para estabelecer a data como recesso municipal, inclusive tentando negociá-lo e trocando-o pelo feriado de Corpus Christi, o que provocou divergências na Câmara e fora dela, em especial com a bancada religiosa.³³⁷

É interessante perceber como os sentidos associados a Zumbi — nome de origem africana que, segundo tradição ambundo-imbangala, significa líder militar³³⁸ — também são estendidos, por um movimento negro organizado, às práticas culturais, como os “diversos ternos de congado, as celebrações afro-católicas, os cultos aos orixás nos terreiros de Umbanda e Candomblé”. Constatei, nesta pesquisa, uma tensão existente entre os sentidos de atuação da militância negra e de integrantes de práticas culturais, especialmente pelo fato de frações da primeira não reconhecerem o potencial de (re)criação histórica, negociação, intervenção política, dentre outras dimensões possíveis ao campo de ação dos segundos, que de modo algum estão isolados dos primeiros. O texto referente a Zumbi,

³³⁵ SIRINELLI, 1998, op. cit.

³³⁶ Neivaldo Lima compõe a Comissão Permanente da Promoção da Igualdade Racial na Câmara Municipal de Uberlândia.

³³⁷ Vale apontar, para pensar as relações entre políticos profissionais e a comunidade negra local e o poder da última em reivindicar os seus anseios, além do projeto de lei, as diversas formas de aproximação do vereador Neivaldo Lima (PT), de fenótipo branco, com vários grupos de negros, como a sua presença nos festejos da congada e a sua participação no carnaval de rua. Em 2010 ele desfilou em todas as escolas de samba. Outro vereador, Hélio Ferraz (PP), conhecido como Baiano, ex-presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, é membro da escola de samba Tabajara e nesta desfila.

³³⁸ Cf. MATOS, Hebe. O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 213-227.

apresentado como símbolo de luta e negritude, alarga o conceito político de resistência e o amplia para as práticas culturais afro-brasileiras.

3.3 - Conflitos e dificuldades no interior dos grupos: multiplicação e divisão do movimento negro local.

Passo a abordar agora o impasse gerado em torno da doação, pela prefeitura, de um terreno para construção da sede do Monuva. O documento registrado em cartório exprime as condições em que a doação do imóvel foi feita:

Ônus de inalienabilidade, impenhorabilidade, impermutabilidade e inalterabilidade de sua finalidade e em caso de extinção da entidade, a qualquer título, o imóvel reverterá ao Município de Uberlândia, com todas as benfeitorias existentes, com o encargo de ser construído no local, a sede própria do donatário, de um salão de conferências, uma biblioteca, uma quadra de esportes e uma área de lazer, no prazo máximo para construção de (03) três anos, sob pena de reversão ao Município de Uberlândia, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, a partir da data de assinatura da escritura objeto da doação acima efetuada.³³⁹

Por causa da não construção ou finalização das benfeitorias acima descritas: salão de conferências, biblioteca, quadra de esportes e área de lazer, está em processo judicial a revogação da doação do terreno, por parte da prefeitura. As informações procedem de diversos participantes do Monuva, como Dulcinéa, Saulo Tavares e Ismael Marques, que em conversas informais me relataram o problema. Em entrevista, Ismael Marques explica que eles já perderam a ação em Uberlândia, em Belo Horizonte e agora esperam a decisão em Brasília.

No passado, o grupo enfrentou problemas de irregularidades na prestação de contas à prefeitura, referentes à subvenção recebida como utilidade pública.³⁴⁰ A esse respeito, a ata de reunião ordinária do Monuva, ocorrida em 24 de abril de 2003, relata:

³³⁹ CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS. **Registro Geral**. Livro 2, matrícula 44.001, ficha 01, 29 de janeiro de 1987.

³⁴⁰ O Monuva foi reconhecido como de utilidade pública municipal pela lei nº 4169 de 21 de junho de 1985 e em nível estadual foi declarado utilidade pública com a lei nº 10.109 de 27 de março de 1990.

O Sr. Décio presidente inicia a reunião com um assunto muito delicado onde tivemos por algum tempo na entidade do Monuva uma pessoa que se demonstrou com muita boa intenção mas, depois de conquistar nossa “confiança” de uma parte da diretoria começou a desenvolver alguns projetos e além de seus contatos com pessoas influentes na cidade. Após esta demonstrar total confiança a todos conseguimos a Subvenção da Prefeitura Municipal de Uberlândia que foi por meados de Novembro/2002 à Fevereiro/2003.

Assim, a Sra. Sandra [ex-presidente do grupo] começou a usar este dinheiro para pagamentos e gastos³⁴¹ com os oficineiros e outras coisas. Em reunião no mês de Março/03 onde estaria em pauta: a prestação de contas, assunto referente ao Carnaval/2003, e devido a demora de alguns diretores a Sra. Sandra antecipou a prestação de contas ao Sr. Ranulfo Paulino que é o 1º Tesoureiro sem a presença dos demais ali presente.

O Sr. Décio ali presente e o Sr. Ranulfo achou estranho a solicitação de mais cheques em branco para pagamento de materiais e outras coisas, após alguma resistência por parte de ambos a Sra. Sandra acompanhada pelo Sr. Silvano conseguiram convence-los a passar alguns cheques onde resultou em cheques sem fundos em conta corrente na Caixa Econômica Federal. Se levantou a questão dos materiais que estavam em poder do Sr. Silvano desde 97/98 como: +/- 1.000 tijolos, 150 sacos de cimento, 140 barras de ferro, etc. O Sr. Samael [Ismael] Marques, Sra. Maria Eurípedes, Sra. Raquel, Sta. Betânia e os demais não sabiam e nem foram comunicados da existência dessa subvenção, assim não ficando satisfeitos e discordarem da responsabilidade sendo de toda a diretoria.

O Sr. Décio comunica que foi feita uma denuncia contra a Sra Sandra no juizado agora devemos aguardar o pronunciamento do juiz [...].³⁴²

O trecho é significativo para a reflexão de características importantes do movimento negro local, especialmente para se compreender a sua disseminação. Elas se relacionam aos interesses individuais que causam danos a esse segmento da comunidade negra uberlandense. Ao tomar o texto da ata como aporte documental que permite compreender as relações que constituem o movimento negro uberlandense, não interessa a este estudo identificar quem é portador da verdade, se Sandra Helena e Silvano ou os demais sujeitos citados, Décio Tavares, Ranulfo Paulino, Ismael Marques e sua irmã, Maria Eurípedes, fundadores do Monuva, que permanecem no grupo até os dias atuais. O foco é pensar essa situação como expressão dos problemas e conflitos internos que prejudicam uma

³⁴¹ Na ata do Monuva aparece a palavra “gato”, que tanto pode se referir a gastos, sendo uma falha ortográfica, como pode fazer alusão à prática de recrutar funcionário que intermedeia acordos entre o empreiteiro e os demais trabalhadores.

³⁴² MOVIMENTO NEGRO UBERLANDENSE VISÃO ABERTA. **Ata da reunião realizada no dia 24 de abril de 2003**. Uberlândia, 2003. A ata foi encontrada em folha solta em meio à documentação do Monuva, guardada na sede do grupo.

coletividade, incluindo os membros do grupo e as pessoas que se beneficiam das oficinas e outras atividades realizadas com os recursos provenientes dos cofres públicos, que foram suspensos, gerando uma dívida para com o município.

O centralismo de decisões e encaminhamentos sugeridos na narrativa da ata, traduzido pelo desconhecimento, declarado por alguns integrantes, da existência da subvenção e dos rumos dados a ela, foi outro elemento observado nos vários movimentos negros de Uberlândia, sob variadas facetas, sendo aqui considerado como uma das motivações relacionadas à multiplicação dos grupos e, ao mesmo tempo, a certo esvaziamento de cada um deles ao longo do tempo. Nos grupos analisados neste trabalho (Monuva, Grucon e Griconeu), cuja escolha se justifica pela escassez ou ausência de fontes encontradas para os demais, a estrutura de organização e a distribuição das funções indicam uma repartição desigual dos poderes de comando e deliberação no interior deles. Reproduzindo o modelo hierarquizado e centralizador dos partidos políticos, esses grupos têm, nas figuras do presidente e seu vice, do primeiro secretário e, por vezes, do conselho fiscal, o seu eixo principal.

É possível inferir que penetrar nos meandros burocráticos do poder público municipal, principalmente para pessoas pouco escolarizadas ou sem experiência no assunto, é complicado. Por isso, o processo de formulação de projetos para usufruir as benesses das subvenções sociais e de prestação de contas geralmente exige a interveniência de pessoa mais “habilitada” para lidar com esses trâmites, principalmente em situações que possam envolver ameaças a novas ações e outros empreendimentos no futuro.

A esse respeito, as declarações de Pai-Nêgo destacam as dificuldades de muitos membros das práticas culturais populares em negociar verbas para o seu grupo, tendo em vista a burocracia na liberação de recursos financeiros muitas vezes minguados:

[...] a cultura do carnavalesco, do congado ela é pequena, você sabe disso, fala aí você não tem um QI melhor, um estudo, então sempre é meio prejudicado, isso aí no meu ponto de vista. Porque Cultura (Secretaria de Cultura) ela é muito boa, no caso, mas que nem sai aí as conversas: “ah tem que ter projetos”. Vou te dar um exemplo por mim mesmo eu não sei o que é um projeto, batê um projeto pra isso e isso, eu tenho um projeto na minha cabeça, eu vou fazer um carnaval bonito, esse carnaval papapá, mas tem que ter uma pessoa pra tá ali no meu lado. Não é assim, não sou só eu não, a maior parte dos presidentes, o presidente da

escola de samba, o capitão, o comandante do congado, se entende, a gente sempre, a gente peca nisso.³⁴³

Voltando à questão do centralismo, sabemos que diversos movimentos sociais, associações de moradores, irmandades e entidades similares seguem essa divisão interna. No caso do movimento negro local, ela foi interpretada como um dos motivos de redução do número de envolvidos na diretoria executiva. Isso foi observado, por exemplo, nas falas que são registradas em ata e nas assinaturas que constam nelas. Além disso, em diversos eventos que contaram com a participação de movimentos negros, a presença deles se personificou na figura única do(a) presidente dos grupos. Quanto aos nomes assinados nas atas de reuniões, percebe-se ainda, pela repetição de sobrenomes e a partir de depoimentos de participantes, que o fator de parentesco foi aglutinador desses grupos.

A notoriedade da questão é vista principalmente ao se acompanhar a trajetória do Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia, em especial através das atas. Estão à frente do Griconeu, desde a sua fundação, em 1989, o casal Joaquim Miguel Reis e Aparecida de Fátima Calmin Reis, mais conhecida como Cida Calmin. Na leitura das atas, observa-se que Joaquim Miguel e sua esposa permaneceram, respectivamente, como presidente e primeira secretária nesses vinte e cinco anos de existência do movimento. Nesse aspecto, como é característica de organizações semelhantes, versa no estatuto do Grinoceu, conforme rascunho esboçado em ata, que os “departamentos são órgãos técnicos imediatamente subordinados a presidência da Diretoria”.³⁴⁴

O continuísmo em cargos importantes da diretoria do Griconeu é alvo de críticas por membros de outras agremiações do movimento negro local, com os quais tive contato durante a pesquisa, e esse incômodo também ganhou espaço em documentos do próprio grupo. Em encontro realizado em 2007 para deliberar sobre as eleições da nova diretoria executiva e do conselho fiscal, Joaquim Miguel solicitou “que o assunto não fosse desviado

³⁴³ Olímpio Silva. Entrevista realizada em 24 de julho de 2007.

³⁴⁴ GRUPO DE INTEGRAÇÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE UBERLÂNDIA. *Ata da reunião realizada no dia 12 de outubro de 1989*. Uberlândia, 1989. Livro de atas, p. 6.

de seu objetivo central que era o de discutir as eleições na entidade”³⁴⁵. Na ocasião foi apresentada uma dúvida que ficou assim registrada:

O senhor José Tiago levantou questionamento sobre o estatuto que versa sobre a eleição do presidente o que foi esclarecido pela Secretária Aparecida de Fátima Calmin deixando claro que o estatuto não limita a quantidade de vezes que o cargo de presidente pode ser preenchido em eleições e os demais membros da Comissão Executiva. Nada mais havendo a tratar, o processo eleitoral da nova diretoria foi aprovado por unanimidade, sendo que as eleições ocorrerão no dia oito de junho [...].³⁴⁶

A permanência do casal em cargos estratégicos da hierarquia do Griconeu contou com a concordância dos demais participantes, ou parte deles, como mostram os documentos que tratam da realização de eleições ou consultas e o resultado majoritário de aprovação da única chapa montada. O trecho transcrito acima cumpre o objetivo de explicitar a existência de vozes dissonantes em relação a tal situação. Durante a investigação, esse centralismo nas decisões e na condução do grupo também foi verificado em outros movimentos negros. O afastamento de muitos integrantes pode ser uma forma de manifestação dessa dissonância, nem sempre declarada verbalmente. Nesse sentido, a questão não é julgar o mérito da atuação do casal Reis e Calmin, mas sim pensar nos efeitos produzidos por um modo de organizar o movimento negro, preocupação válida para outras entidades.

O depoimento de Dulcinéa Silva Penha, ex-presidente do Monuva, traduz o quadro de disseminação dos movimentos negros em Uberlândia e revela outros elementos relacionados a essa situação:

[...] o Sabará também foi um dos primeiros presidentes, Conceição Leal, o Heli Fidelis, Cida Calmin, muitos saíram daqui e fundaram outras ONGs, né? E aí isso enfraquece porque não adianta você fazer um edifício e depois abandoná-lo por aí. E o Monuva tá enfraquecido por conta desses movimentos negros que foram surgindo e o quê que aconteceu, nem deram conta desse, nem do que eles fundaram. Então o movimento negro de Uberlândia está superfraco, né?³⁴⁷

³⁴⁵ GRUPO DE INTEGRAÇÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE UBERLÂNDIA. **Ata da reunião realizada no dia 17 de maio de 2007**. Uberlândia, 2007. Livro de atas, p. 20.

³⁴⁶ Idem, ibidem

³⁴⁷ Dulcinéa Silva Penha. Entrevista realizada em 24 de setembro de 2009 por Roberto Camargos de Oliveira e Januaceli Murta. Foi cedida para uso nesta dissertação.

Em seu desabafo, Dulcinéa expressa a percepção de que “o movimento negro de Uberlândia está superfraco”, apontando como causa a multiplicação de outros grupos na cidade, o que se tornou, em seu ponto de vista, um elemento de subtração das forças. A maneira como a entrevistada elabora as dificuldades vivenciadas no presente servem de pistas para buscar a historicidade dos movimentos negros locais. O Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta foi organizado em 1984 e nos anos iniciais da sua existência estiveram envolvidos José Divino da Silva, conhecido como Sabará, Conceição Leal, Heli Fidelis, Aparecida de Fátima Calmin, Joaquim Miguel Reis, dentre outros já citados.

A participação desses sujeitos está registrada em reuniões e eventos do Monuva e nas narrativas orais de vários militantes. Segundo Dulcinéa, eles organizaram outras agremiações do movimento negro que ela denomina ONGs.³⁴⁸ Joaquim Miguel e Cida Calmin organizaram o Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia (Griconeu) em 1989. Conceição Leal e José Divino criaram o grupo Oriodara (a data do seu surgimento e outras informações sobre ele não foram encontradas nas fontes da pesquisa). Em relação a José Divino, as pessoas contatadas não souberam me informar o telefone dele ou outro meio de encontrá-lo e a referência que tinham de Conceição Leal se limitava ao fato de ela ter sido uma das fundadoras do Monuva.

A breve menção feita por Conceição Leal ao Oriodara não pôde ser explorada no diálogo com ela, porque eu desconhecia o movimento e a entrevistada não atribuiu a ele os contornos de relevância dados ao Monuva, ao Conselho de Participação da Comunidade Negra e à Pasta Afro, espaços em que teve uma participação efetiva, conforme demonstrou em sua narrativa. Ao perguntar se ela ainda estava no Oriodara, sua resposta foi: “Pois é, nós estamos tudo afastados”.³⁴⁹ Em conversa com José Amaral Neto, presidente do Movimento de Articulação e Integração Popular (Maipo), ele afirmou que “era um pessoal

³⁴⁸ A nomenclatura usada pela entrevistada coincide como uma das tendências contemporâneas do movimento negro no Brasil, de acordo com Petrônio Domingues. Baseando-se em Davis Darien, ele explica que as ONGs podem ser pensadas em cinco tipos principais: 1) as que se concentram na educação e promoção cultural; 2) serviços legais que tratam diretamente das questões de direitos humanos e civis e ajudam os afro-brasileiros a apresentarem queixas formais às autoridades; 3) grupos que tratam de necessidades psicológicas, como a auto-estima; 4) grupos que focalizam a questão do emprego e da aquisição de habilidades para o mercado; e 5) organizações que se concentram nas necessidades das mulheres afro-brasileiras. Ver: DOMINGUES, op. cit., p. 109 e 110; DARIEN, J. Davis. **Afro-brasileiros hoje**. São Paulo: Summus, 2000, p. 54.

³⁴⁹ Maria da Conceição Pereira Leal. Entrevista realizada em 14 de agosto de 2007.

assim bem disciplinado na deles, eu não sei quem era membro não. E também não sei qual que era o propósito deles não”.³⁵⁰

Outra agremiação à qual não tive acesso foi a Aliança Konscientizadora Afro-brasileira (Akab). Segundo me informaram, ela é (ou era) constituída por Messias Limírio e Heli Fidelis. O primeiro concorreu ao cargo de vereador em Uberlândia pelo PMDB em 2000 com o seguinte slogan: “Pela comunidade Negra. Pelas minorias. Pela justiça social.”³⁵¹ Não sendo eleito, tornou-se funcionário da Coordenadoria Afro-Racial (Coafro) na segunda gestão do peemedebista Zaire Rezende (2001/2004), mas logo depois se aposentou e mudou para Brasília.

Quanto a Heli Fidelis, tivemos uma breve conversa pelo telefone, mas a tentativa de marcarmos um encontro não foi bem sucedida. Ele é editor de um blog³⁵² onde posta várias fotografias e comentários sobre a ação dos negros em Uberlândia, nas mais variadas frentes de atuação, que ofereceu pistas que me levaram a outras fontes e elementos que, somados, ajudaram-me nas reflexões aqui construídas. Interessante notar que ao fazer a busca, nesse site, dos termos Akab e Oriodara, nenhuma postagem foi encontrada.

De maneira mais ampla, percebi que quando as pessoas não estavam na diretoria executiva de um movimento negro, o seu envolvimento com o grupo se tornava distante, pela não obrigação de comparecimento nas reuniões e, portanto, não participação na elaboração dos seus projetos, ações e posicionamentos que alguns estabeleciam em nome do grupo. Isso ocorreu, claro, de forma diferenciada entre as várias agremiações declaradas como movimento negro, mas levou-me a pensar que muitas entidades, na prática, são formadas por um restrito número de pessoas, às vezes reduzido a duas ou três.

Assim, na impossibilidade de acesso à documentação desejada, escrita ou oral, tais ausências e silenciamentos constituíram indícios para compreender a disseminação dos movimentos negros em Uberlândia e a sua atual situação. Parece claro o desativamento de

³⁵⁰ José Amaral Neto. Entrevista realizada em outubro de 2010.

³⁵¹ O perfil do candidato foi assim divulgado por ele: “Messias trabalha há mais de 30 anos pelas causas sociais. Participou da criação da Pasta Afro e da Coafro. Atuou na reestruturação do Conselho Negro do Estado de Minas Gerais. Foi medalha de ouro no Projeto de qualificação do Negro (única no estado, em 1995)”. Dentre os seus principais compromissos, ele declarava: “Apoio e Fiscalização das leis em benefício do Negro. Reestruturação do Conselho de Negro no Município. Continuar trabalhando pela cultura social e minorias”. Retirado de santinho de propaganda eleitoral. Arquivo da pesquisadora.

³⁵² FIDELIS, Heli. Disponível em: <<http://helifidelis.blogspot.com>>.

vários grupos (além dos citados), como o Movimento Negro Renovador (MNR) e o Movimento Negro Ação Racial (Monara). Na pesquisa feita no acervo da Coafro, tive acesso a uma lista dos movimentos negros da cidade, que incluía os dois últimos, embora o coordenador Carlos Silva, ainda diretor da atual Diafro (antiga Coafro), tempos depois afirmasse desconhecer-los. Além dele, os demais militantes negros se declararam surpresos com a informação da existência (hoje ou no passado) de tais entidades.

O MNR foi organizado no Bairro Mansur, região periférica da cidade, em maio de 2000, momento em que o seu primeiro presidente, Geraldo Antônio Rodrigues (conhecido como Fumin) falou sobre “a importância da constituição desta entidade para desenvolvimento e expansão do movimento na cidade e até mesmo toda região do Triângulo Mineiro no resgate de suas culturas”, conforme registro da ata de fundação.³⁵³ Já em 27 de julho do mesmo ano, os seus integrantes aprovaram um estatuto social³⁵⁴ e em 24 de novembro, pela lei nº 7669, de autoria da vereadora Liza Prado, obtiveram o título de reconhecimento como utilidade pública.³⁵⁵ As poucas pessoas que afirmaram conhecer esse presidente disseram que há muitos anos não o vêem.

No caso do Monara, o único registro encontrado foi na listagem dos movimentos negros locais, que indicava Luis Caymmi como presidente, também desconhecido pela maioria daqueles com quem conversei, com raras exceções que me informaram a participação dele no carnaval local. Posteriormente identifiquei o seu nome como compositor de sambas-enredo das escolas de samba da cidade e uma nota no jornal Correio, de 1995, registrando a sua opinião sobre a situação do negro no Brasil daquela época. Na ocasião, ele disse:

Eu acho que o racismo não existe no Brasil. Acredito que o racismo parte muito mais do negro do que dos brancos. Me sinto privilegiado por ter tido acesso a uma formação cultural e a grupos de pessoas não negras que me incentivaram a gostar da minha raça. O que eu percebo é que existe, entre os negros, a formação de guetos que impedem a integração racial.

³⁵³ MOVIMENTO NEGRO RENOVADOR. *Ata da reunião realizada no dia 05 de maio de 2000*. Uberlândia, 2000. Folha avulsa.

³⁵⁴ MOVIMENTO NEGRO RENOVADOR. *Estatuto social*. Uberlândia, julho 2000.

³⁵⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Lei 7669 de 24 de novembro de 2000. *Lex*: acervo da Coafro, Uberlândia.

(Luiz Caymmi. Presidente da Escola de Samba Unidos de São Gabriel).
³⁵⁶

A sua análise é instigante por responsabilizar os negros pela existência do racismo e, ao mesmo tempo, atribuir às “pessoas não negras” o incentivo para ele gostar de sua “raça”. Ainda que tome esses grupos (negros e brancos) de modo polarizado, a interpretação de Caymmi leva à inversão de uma correlação de forças historicamente constituída entre frações de brancos economicamente dominantes e parcelas numerosas de negros. No entanto, a sua percepção aponta para os conflitos existentes no interior da comunidade negra, os quais levam à formação de “guetos”. Tal constatação possivelmente se relaciona ao seu lugar (ou como ele é percebido) no movimento negro uberlandense, nas palavras de José Amaral Neto, como uma grande pessoa, mas do “movimento do eu sozinho”.³⁵⁷

A respeito dessas dificuldades na pesquisa é importante pontuar que a Coafro nunca teve um arquivo próprio. O acervo referido é o conjunto de documentos diversificados, como fôlderes de eventos, ofícios encaminhados e as respostas recebidas, projetos de várias entidades, estatutos, atas de reuniões, relatórios e outros que se encontravam desordenados em um canto da sala da coordenadoria, portanto, fragmentados quanto à sua natureza, origem e data. Em situação semelhante estava a documentação do Monuva, numerosa, mas dispersa. Já em relação ao Grucon e ao Griconeu, não tive contato direto com as fontes disponíveis; elas foram selecionadas por seus membros e cedidas como empréstimo para a pesquisa, incluindo os livros de atas de ambos.

Esse conjunto de elementos e as lacunas encontradas suscitaram várias dúvidas: pode ser considerado um movimento negro uma agremiação de duas pessoas? Se existiam outras, por que as pessoas não as identificaram ao grupo? Estariam mesmo envolvidas? Havia também aí uma centralidade nos encaminhamentos? Existiriam interesses individuais diversos, motivados pela vaidade e pelo desejo de projeção social, e assim, quando não se era mais destaque, buscavam-se outros espaços? Numa cidade de porte médio, como é Uberlândia, num momento de intenso uso e popularização das mídias eletrônicas, o blog de Heli Fidelis serve de exemplo, considerando que membros de diferentes associações não se

³⁵⁶ É fácil ser negro no Brasil moderno? **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 19 nov. 1995, p. 26.

³⁵⁷ José Amaral Neto. Entrevista realizada em outubro de 2010.

conhecem, nem sequer pelo nome? Saberiam de quem se trata, mas preferem não revelar? Haveria interesse de silenciar o outro ou mesmo esconder os conflitos? O empenho em se tornar um movimento negro de utilidade pública e então receber um auxílio financeiro encobriria, em alguns casos, o projeto de benefício pessoal, superfaturando notas, firmando acordos, dentre outros subterfúgios? A atuação de um movimento negro deve representar os anseios da comunidade negra mais ampla ou as necessidades imediatas dos seus membros?

Enfim, muitas são as incertezas, especialmente por se encontrarem num terreno movediço para o(a) historiador(a), que é o tempo presente, quando muitas questões estão em pleno processo de transformação e, por isso, precisamos de um tempo maior para compreender as mudanças, pensá-las em um tempo diferente do nosso. Nessa perspectiva, o andar de muitos passos permitirá problematizar e dissertar com maior segurança, embora os vestígios levantados já permitam começar esse percurso, iniciado pelos questionamentos expostos neste trabalho.

A narrativa de Dulcinéia, na dinâmica seletiva e criativa da memória, põe à vista alguns problemas vivenciados no interior do movimento negro local. Nesse viés, os atos de memória são apreendidos “ao mesmo tempo como reconstrução evocação e erupção, ao mesmo tempo consciência e emoção; com existência ‘fora’ e ‘dentro’ (inclusive de forma inconsciente, recalcada) dos indivíduos e dos grupos sociais e constituindo-se como fator essencial na constituição de subjetividades”.³⁵⁸ Desse modo, quando a arquiteta Januaceli Murta³⁵⁹ questiona Dulcinéia sobre os motivos da não unificação do movimento negro, já que a difusão de ONGs o enfraquecia, ela responde:

É delicado, eu acho que é por causa de uma palavra chave chamada vaidade, sabe? O nosso povo negro ele é vaidoso, se ele ganhar alguma coisa, ele quer ter o prazer de ganhar sozinho, se ele perder, ele quer também perder sozinho, ele não quer dividir nem os louros e nem as derrotas, inclusive eu já falei isso pra eles, porque eu procurei eles,

³⁵⁸ SEIXAS, Jacy Alves Seixas. Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: memória coletiva e história. *História*, n. 20, 2001. p. 105. A historiadora Jacy A. Seixas, em sua crítica à sociologia da memória construída por Maurice Halbwachs, alerta para a necessidade de desconstruir a dicotomia real/irreal e considerar a dimensão dos sentimentos e afetos contidos nos atos de memória, individuais ou coletivos.

³⁵⁹ A arquiteta Januaceli Murta e o historiador Roberto Camargos de Oliveira entrevistaram Dulcinéia, presidente do Monuva, para elaboração da ficha técnica do grupo. O objetivo era o levantamento de bens a serem registrados como patrimônio histórico e cultural. Trabalho prestação à Divisão de Memória e Patrimônio Histórico de Uberlândia. Entrevista cedida por Roberto para esta dissertação.

entendeu? Assim que eu tomei posse, aqui o meu primeiro passo foi ir atrás do Grucon, do Griconeu, do Oriodara, do Mulheres de Ébano, do Maipo, de todo mundo com esse discurso que você acabou de falar aí: gente, o Monuva tem sete salas, cada movimento fica com uma, vamos unificar isso! Mas não quer e quem vai ser o presidente? Quem é que vai levar o tapinha nas costas se der certo? Quem vai receber os elogios? Eles tão mais preocupados com isso do que em arregaçar a manga todo mundo em prol de um objetivo de deslancar todo mundo junto de mãos dadas. [...] Inclusive eu não chamei só o movimento negro não, eu chamei o hip hop, chamei o samba, chamei a Assosamba, tem no livro de ata deles, porque a Assosamba não tem sede [...] Eles (refere-se aos presidentes das escolas de samba) alegaram que lá é longe, é difícil [...]. Eu não sei te explicar exatamente o quê que acontece na cabeça desse povo, só que eu vejo que a resistência deles é clara, eles não fazem questão de esconder não. Eles alegam que é tudo muito difícil, mas o Monuva está a 10 minutos do centro da cidade.³⁶⁰

O ressentimento da entrevistada com a não adesão de outros grupos ao Monuva, apesar do seu convite, a leva a evidenciar algumas feridas do movimento negro uberlandense, como o desejo de estar no centro das ações e de um possível reconhecimento público das conquistas de um grupo. Tal preocupação está relacionada às disputas de memória que, de outra forma, volta à questão da centralidade. Para além das situações já discutidas, vale salientar, em particular, as elaborações feitas por Conceição Leal sobre sua própria atuação nos movimentos negros, conselhos e outros espaços. Prevalece na sua narrativa uma noção de vanguarda³⁶¹ em relação às lutas dos negros na cidade, ficando a impressão de que ela vem à frente, conduzindo as ações e debates da comunidade negra. Essa significação é construída não apenas por ela; repercute entre muitos dos seus pares, reforçando a importância das lideranças. Quando a questioneei sobre a sua permanência no Oriodara, ela apontou indícios de uma estagnação desse movimento e fez um balanço da sua trajetória nas lutas negras:

[...] nós que demos o pé inicial depois da Frente Negra do Getúlio, é a nossa geração que vem pra articular, né? Com o Abdias, com o Joel, com

³⁶⁰ Dulcinéa Silva Penha. Entrevista realizada em 24 de setembro de 2009 por Roberto Camargos de Oliveira e Januaceli Murta.

³⁶¹ Na participação de Conceição Leal no DVD produzido pela Cenafró, ela diz que as resistências negras também passam pelas vestimentas, declarando: “Eu fui a primeira mulher em Uberlândia a usar turbante, a usar roupa afro”. Retirado de: Unidade na diversidade. Direção geral e roteiro: Gilberto Neves. Cenafró. Uberlândia: Studio P & B, 2008. 1 DVD (20 min), son., color

o Adalberto Camargo que, mas nós é que conseguimos montar as ONG's, instituir no poder o negro, foi a nossa geração. Então o quê que acontece, você fica muito dono da verdade, você acha então que a sua fala é que é verdade, quando você vai vendo que todo mundo vem surgindo, com pontos de vista diferentes, mas com os mesmos objetivos, quer dizer, todo mundo luta por cota, ...A Lei 10.639 você vai ver aqui na Lei Orgânica do município, no capítulo da educação, que aquilo lá foi redigido por nós, nós já falávamos do ensino da África e do Brasil nas escolas públicas e privadas, entregamos ao vereador Izaías para que ele levasse o projeto porque ele era vereador, era a única forma de que nós entrássemos, naquele momento não dava tempo de colher as assinaturas, foi entregue inclusive dentro do gabinete da vereadora Nilza Alves. Você nota que a lei 10.639 nós já falávamos nela na Lei Orgânica, então ela não é do Lula, ela não é do Fernando Henrique, ela realmente é um trabalho de reivindicação dos movimentos negros, né? Dos movimentos organizados. [...].

[...] enfim, eu acho agora que nós estamos num momento único, ímpar, com amplas redes, as associações, os intelectuais, todo mundo começa a escrever, já surge aí vários materiais pra pesquisa que você está vendo aí, sabe? Estamos também aposentando agora terminando de escrever nosso livro, um documentário não só do movimento em Uberlândia com da região [...].³⁶²

Em sua narrativa é notório o modo como Conceição Leal se insere num grupo de destaque nacional na história dos negros no Brasil, sugerindo, em uma autocrítica, uma relação conflituosa com outras entidades, justamente por ter vivido uma experiência diferenciada em espaços que, sem dúvida, garantiram a ela maior visibilidade e prestígio, como a sua participação no Conselho da Comunidade Negra em âmbitos municipal e estadual. Recentemente, Heli Fidelis publicou em seu blog o recebimento, por Conceição, da medalha de honra ao mérito concedida pelo Centro Cultural Africano, localizado em São Paulo, por ocasião das comemorações do dia 20 de novembro.³⁶³

Para identificação e ilustração, como é praxe nas suas matérias, postou uma fotografia dela com a atriz e militante negra Zezé Mota, embora a imagem não tivesse relação alguma com o evento descrito. Por que a divulgação dessa fotografia? Tenha sido ela escolhida por Conceição ou pelo editor do blog, essa imagem reafirma a noção de liderança e de destaque nacional, presente no depoimento da entrevistada e reforçada em

³⁶² Maria da Conceição Pereira Leal. Entrevista realizada em 14 de agosto de 2007.

³⁶³ FIDELIS, Heli. Conceição Leal e o ex-prefeito Odo Adão receberam medalhas de honra ao mérito na capital paulista. 20 nov. 2009. Disponível em: <<http://helifidelis.blogspot.com/2009/11/conceicao-leal-e-o-ex-prefeito-dr-odo.html>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

diversas análises, inclusive acadêmicas, nas quais ela é desenhada como “uma das cardeais articuladoras do Movimento Negro Visão Aberta de Uberlândia – MONUVA. Pessoa de muita fibra e bem engajada aos processos de articulação nacional e internacional da luta contra o racismo, discriminação e da intolerância correlata”.³⁶⁴

É interessante perceber a análise de Conceição Leal em torno da regulamentação da lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas ou privadas,³⁶⁵ creditando a sua efetivação à ação histórica dos movimentos negros, reflexão que está em consonância com a perspectiva deste trabalho. No entanto, o “nós” da coletividade não é identificado por nomes em seu relato, ganhando realce a sua atuação individual na cidade de Uberlândia, até mesmo pela articulação nos bastidores dos poderes instituídos e pela inclusão dessa pauta na Lei Orgânica do Município, que se tornou de extrema relevância para as lutas negras da atualidade.

É oportuno citar que a reivindicação dos movimentos negros, conforme lembrou Conceição, em relação a revisão do ensino da história dos negros no país foi registrada na primeira edição da Lei Orgânica do Município de Uberlândia, promulgada em 05 de junho de 1990. A Seção VI do capítulo II, a qual regulamenta as atribuições dos servidores públicos municipais, traz o seguinte texto em seu artigo 165:

Os Poderes Públicos Municipais adotarão todas as medidas necessárias para coibir prática do racismo, crime imprescritível e inafiançável, sujeito a pena de reclusão, nos termos da Constituição da República, onde o combate às formas de discriminação racial pelos Poderes Públicos compreenderá:

I – a proposta de revisão dos livros didáticos dos textos adotados e das práticas pedagógicas utilizadas na rede municipal, visando eliminação de estereótipos racistas;

II – o estudo da cultura afro-brasileira será contemplado no conteúdo programático das escolas municipais. III – a formação e reciclagem dos professores de modo a habilitá-los para a remoção das idéias e práticas racistas nas escolas municipais e para a criação de uma nova imagem das crianças e dos adolescentes negros, bem como da mulher;

IV – os cursos de aperfeiçoamento do servidor público incluirão, nos seus programas, disciplinas que valorizem a participação dos negros na formação histórica e cultural da sociedade brasileira;

³⁶⁴ BARBOSA; DOMINGUES FILHO, 2008, p. 16.

³⁶⁵ Além disso, como desdobramento ou nova interpretação jurídica da lei, tornou-se obrigatório o ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira nos cursos de graduação na modalidade licenciatura.

V – a liberdade de expressão e manifestação das religiões afro-brasileiras;
VI – a criação e divulgação de programas educativos nos meios de comunicação de propriedade do Município ou em espaços por ele utilizados na iniciativa privada, visando o fim de todas as formas de discriminação racial.³⁶⁶

Nesse sentido, ao se considerar como Conceição encaminha e organiza as experiências vividas, é possível inferir que ela fecha o balanço de ações e avanços para os negros dizendo que pode se aposentar. Assim, não é o mérito da contribuição da militante que está em discussão, mas o modo como ela se apresenta na cena de lutas históricas de diversos setores de negros brasileiros. Os desdobramentos desse comportamento que envolve vaidades, não exclusivo a ela, associam-se direta ou indiretamente à criação de vários movimentos negros e ao simultâneo esvaziamento de muitos, conjugando multiplicação e divisão numa mesma operação. Compreendo que a disseminação dos grupos, tal como percebido em Uberlândia, com reduzido número de participantes freqüentes e pouca interlocução entre as diferentes entidades implica numa divisão das forças na luta contra a marginalização do negro em termos econômicos, políticos, educacionais e culturais, que acaba por enfraquece-la em determinados momentos.

Contudo, os ingredientes que compuseram esse processo não são facilmente detectados ou limitados a alguns fatores, pois são múltiplos, como muitas são as faces do movimento negro local. Outra possibilidade interpretativa dessa difusão passa pela divergência na maneira de pensar a atuação dos grupos, suas táticas e caminhos a seguir. Nesse aspecto, uma das primeiras atas do Griconeu registra a sua carta de princípios, definida como as diretrizes básicas do grupo:

Nós, cidadãos negros, moradores de Uberlândia, neste momento, subscrevemos a presente carta de princípios, considerando que: a) Temos assistido preocupados a postura de movimentos perdidos em discutir o racismo do ponto de vista da cabeça do branco; b) Temos claro para nós que o racismo assim como outras formas de descriminação mascara o verdadeiro estado de exploração econômica praticada pela camada dominante da sociedade. c) Temos consciência de que, não é estratégico, a esta altura de nova mobilização, dispensar esforços simplesmente com luta por espaço físico, festividades e etc. [...] reunimos em torno de

³⁶⁶ UBERLÂNDIA. **Lei Orgânica do Município de Uberlândia**. Uberlândia, MG, 05 de junho de 1990, acervo da pesquisadora, p. 65 e 66.

proposito comum de diagnosticar e refletir, bem como propor para a raça negra caminhos e meios de superação desta discriminação [...].³⁶⁷

A redação que apresenta a linha de atuação do Griconeu expressa as suas discordâncias com o modo de agir de grupos já existentes, não escapando à interpretação uma referência ao Monuva. O Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia se pauta no argumento racial para identificar o grupo que deve ser atendido: os negros, esclarecendo que a demanda a ser resolvida se relaciona ao “estado de exploração econômica praticada pela camada dominante da sociedade”. Nessa lógica, “dispensar esforços simplesmente com luta por espaço físico, festividades” não é o caminho para a “superação desta discriminação”. É possível deduzir que o espaço físico e as festividades mencionadas na carta de princípios do Griconeu se refiram ao imóvel adquirido pelo Monuva e às ações por este realizadas.

Além disso, chama a atenção o papel que o grupo atribui a si próprio, como aqueles que vão “diagnosticar e refletir, bem como propor para a raça negra caminhos e meios de superação desta discriminação”. Conforme aparece na narrativa de Joaquim Miguel, presidente do Griconeu, a prerrogativa de reflexão e elaboração de soluções aos problemas sentidos por grande parte dos negros na cidade está restrita a um pequeno número de pessoas, às chamadas lideranças negras, que via de regra têm a função de conscientizar as pessoas e dizer como elas devem agir. Compreendo que algumas personalidades possuem maior habilidade em mobilizar e agregar pessoas, mas o cuidado de não idealizar as ações de um movimento social foi algo presente neste trabalho, levando em conta que os anseios são diversificados e que as experiências sociais produzem diferentes modos de luta.³⁶⁸

Outra expressão dessas diferenças é verificada na ata de reunião do Grupo de União e Consciência Negra de Uberlândia que aconteceu em 20 de abril de 2000. Na ocasião, o grupo recebia a visita de Elson Felice, à época presidente do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), que ajudaria o Grucon a elaborar o seu *Planejamento Estratégico Situacional*. Registrou-se em ata que Elson sentiu necessidade de conhecer a história do

³⁶⁷ GRUPO DE INTEGRAÇÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE UBERLÂNDIA. **Ata da reunião realizada no dia 13 abril de 1989**. Uberlândia, 1989. Livro de atas, p. 03.

³⁶⁸ Aqui a inspiração metodológica é apropriada da obra de Thompson, especialmente os artigos publicados em: THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

movimento, que foi sintetizada na narrativa de Marcos Erlan, um dos seus integrantes mais antigos. Ele iniciou dizendo:

O grupo surgiu a partir da discussão de pessoas ligadas a Igreja Católica, sendo elas Irmã Emília, ex-seminaristas, dentre eles Padre Geraldo “Preguinho”, Ronaldo e outros, o movimento a nível nacional surgiu também através da Igreja Católica: Padres e Bispos que hoje integram o grupo da APN (Associação de Pastoris Negros). Os membros mais antigos do GRUCON eram ex-integrantes do Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta – MONUVA este era um grupo muito elitista [...].

Em 1988 a Campanha da Fraternidade discutia a questão do negro, este tema foi fundamental para o aprimoramento do grupo pois houve várias celebrações retratando a fé e a cultura do povo negro, recebemos várias críticas dos outros grupos, mas o grupo cresceu muito com essas celebrações afros. [...]

O GRUCON recebe algumas qualificações como de ser um grupo petista, de Igreja e altamente radical e com estes adjetivos alguns grupos tem receio de trabalhar conosco [...].³⁶⁹

O texto da ata foi recortado, selecionando-se para a transcrição os trechos que explicitam as divergências com outros grupos. O Monuva, por ser o primeiro movimento a se instituir como tal, na década de 1980, foi também berço das dissidências e alvo das críticas mais variadas, até por ser a referência existente, inclusive, para se idealizar outras formas de atuação. O Grucon tem uma história peculiar se comparada com as demais entidades. Nasceu do diálogo com alas progressistas da Igreja Católica, conforme discutido no primeiro capítulo, tornando-se as missas afro, através de cantos de louvores e liturgias voltadas para discussão racial, um importante espaço de fortalecimento tanto de reflexões quanto de laços firmados.

Recentemente assisti a uma missa afro, celebrada pelo padre Geraldo Martins da Mota, conhecido como Preguinho, citado pelo entrevistado. Fez parte do ritual religioso o reconhecimento, pelo sacerdote, da culpa da Igreja em ter apoiado, em dado momento, a escravidão negra no Brasil Colonial, quando os negros foram considerados destituídos de alma. O padre pediu perdão por isso.³⁷⁰ Segundo relato de Marcos Erlan, essa aproximação

³⁶⁹ GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA DE UBERLÂNDIA. **Ata da reunião realizada no dia 20 de abril de 2000**. Uberlândia, 2000. Livro de atas, p. 36 e 37.

³⁷⁰ Essa missa afro foi realizada em 27 de outubro de 2010 na praça da Igreja Nossa Senhora do Rosário, como parte integrante da programação de abertura da 22ª edição do Festival de Dança do Triângulo, realizado

dos negros com setores da igreja católica também foi rechaçada por outros grupos, sendo motivo de afastamento, somando-se ainda a imagem “de ser um grupo petista e altamente radical”, que, verdade ou não, são imagens relacionadas à chamada Teologia da Libertação, no seio da qual se formou o Partido dos Trabalhadores (PT), na “sacristia da Igreja”.

Essa questão foi exibida nesta dissertação no intuito de elucidar e compreender a fragmentação da luta dos negros localmente e a pouca interação existente entre os variados grupos que se constituíram, sendo as discordâncias na forma de pensar a atuação do movimento, suas prioridades e possibilidades, outro fator de dissidência interna. Não figurou como objetivos deste trabalho eleger o melhor meio de superação das inúmeras dificuldades vivenciadas historicamente por homens e mulheres negros em Uberlândia, mas sim pensar as inúmeras práticas de negros em Uberlândia, as resistências possíveis a cada momento histórico, os avanços que vão sendo gestados lentamente e as tensões que compõem e interferem nos rumos desse processo.

Então, são muitas as facetas do movimento negro em Uberlândia, cuja amplitude não se esgota neste trabalho, mesmo porque ele não teve como proposta inventariar todas as agremiações do movimento negro organizado, nem os vinte ternos de congados, moçambiques, catupés e marujos, as escolas de samba e blocos carnavalescos que já existiram na cidade ao longo da história. O esforço foi dispensado no sentido de conhecer e analisar formas distintas de lutas, com alcances e propostas distintas, por vezes divergentes, mas igualmente legítimas e eficazes dentro de suas possibilidades de atuação. Procuro mostrar com isso que a complementaridade de diferentes práticas empreendidas por homens e mulheres negros na cidade pode fortalecer suas batalhas e intensificar suas vitórias.

anualmente pela Secretaria de Cultura de Uberlândia. O festival, que teve como tema “O corpo negro e suas identidades na dança brasileira”, contou com a participação de grupos de congados, do Balé Folclórico da Bahia e apresentações de capoeira. Duas imagens do evento foram apresentadas na abertura das Considerações Finais deste trabalho.

Considerações finais



Figura 11 e 12: Fragmentos do espetáculo Bahia de Todas as Cores. Balé Folclórico da Bahia. Direção: Walson Botelho. Direção artística: José Carlos Arandiba. Abertura do 22º Festival de Dança do Triângulo, Uberlândia, 27 out./2010. Foto: Paulo Churrasquim /Prefeitura Municipal de Uberlândia.

“Zumbi somos nós”. Essa frase, pichada em um muro próximo à minha antiga casa, levou-me a pensar na pesquisa e nos seus encaminhamentos, tornado-se emblemática para esse encerramento. O “nós” do enunciado amplia o entendimento acerca da atuação de homens e mulheres negros para além das ações de heróis e mitos inventados, possibilitando compreender as pessoas ordinárias como autoras das suas próprias histórias, constituídas de muitas conquistas, obtidas em meio a derrotas e perdas frequentes. Assim, busquei evidenciar os zumbis existentes nas congadas, no carnaval popular de rua e nos movimentos organizados, pensando em um zumbi humanizado, desmitificado, portanto, com interesses individuais, vaidades, resistências e desistências, (res)sentimentos, solidariedades, poder de negociação e “trampolinagens”.

Nesse sentido, voltei-me para as práticas sociais de parcelas de negros em Uberlândia, em particular as ações e relações estabelecidas em torno do carnaval, da congada e dos movimentos negros formais, privilegiando os anos de 1984 a 2000. Uma série de diferenças e possibilidades foi percebida entre tais espaços e no interior de cada um deles, tanto em relação aos instrumentos e caminhos de lutas quanto aos sentidos a elas associados. Então, delineou-se como problema central do trabalho a concepção polarizada existente entre os campos de intervenção social denominados políticos ou culturais. O esforço em trocar a conjunção “ou” pela partícula “e” implicou o alargamento de tais conceitos, o que foi auxiliado tanto pelos caminhos teóricos escolhidos (Thompson, Certeau, Williams, Sirinelli, Chartier) quanto pelas evidências documentais que apontaram para o imbricamento das significações atribuídas ao fazer política e ao fazer cultura.

Tal cruzamento entre movimentos negros organizados, congada e carnaval de rua nessa cidade foi pensado nos seguintes termos: são práticas forjadas nas vivências cotidianas dos sujeitos que experimentam determinadas relações sociais e nelas atuam através da criação de espaços de sociabilidades, festas, cartas de protesto, negociações e reivindicações abertas, de maneira que tais práticas significam formas de lidar com as condições vividas por parcelas negras no município. Além disso, mostraram-se lugares das articulações com os poderes públicos, de disputas pelos espaços da cidade, de parcerias com políticos, membros das elites econômicas e setores acadêmicos, em meio a conflitos manifestos e outros dissimulados, enfim, de busca por direitos sociais diversos, de pertencimento, de subvenções públicas, de visibilidade.

A minha opção de escrita não foi pautada necessariamente pela sequência cronológica, pois as problemáticas desenvolvidas deram o tom da narrativa, construída ora linearmente, ora não linear. Ao evidenciar as múltiplas experiências sociais de mulheres e homens negros em Uberlândia, busquei os seus significados, mostrando aproximações, diferenças e tensões nas relações em questão, que emergiam a partir de diferentes temporalidades, as quais foram cuidadosamente informadas ao leitor.

É importante esclarecer a minha intenção ao elaborar os quadros anexados ao final do trabalho. A decisão por fazê-los surgiu tanto da dificuldade que enfrentei em relação à fragmentação das fontes, servindo a outros estudiosos da temática, quanto para apresentar um panorama interno das práticas pesquisadas – carnaval popular, congada e movimento negro formal, ao leitor desta dissertação, que poderá recorrer às tabelas para se situar em relação a pluralidade de grupos ou mesmo para buscar elementos para suas próprias análises. Longe de serem informações conclusivas, os dados fornecidos são resultados de uma pesquisa em diferentes materiais, como livros de memorialistas, inventários de bens culturais e álbuns publicados por produtores culturais, os quais não apresentavam, entre si, consenso a respeito de datas e da identidade dos fundadores dos grupos. Por isso, em alguns casos, optei por registrar nos quadros as informações divergentes, pois foram pensadas como possibilidades, como elementos em construção e, fundamentalmente, como ponto de partida para outras reflexões sobre o assunto e para um leitor que desconheça a cidade e/ou as relações abordadas.

Mas ao abranger três espaços diferenciados, novas questões surgiram e muitas não foram contempladas neste texto, haja vista a complexidade das tramas investigadas, seja pelas transformações observadas, seja pela variedade de expectativas envolvidas, muitas inconciliáveis. O lugar da congada na cidade de Uberlândia passou por alterações significativas nas últimas décadas. Se nas décadas de 1970 e parte dos anos de 1980 ela viveu certa invisibilidade na imprensa e outras mídias, nas escolas e na agenda cultural do município, nos últimos tempos as “artes de fazer” de congadeiros, moçambiqueiros, marujos e catupés têm sido alvo de estudos acadêmicos, de produções audiovisuais, de painéis de estabelecimentos comerciais e estão no roteiro turístico da cidade e nas campanhas eleitorais de diferentes candidatos.

Soma-se a isso a forma como o espaço oficial da festa tem se modificado, com a presença de seguranças particulares no interior e fora da igreja, além de uma área maior para os ternos desfilarem, separada por barreiras metálicas do numeroso público que lá vai assistir e que em 2010 passou a contar com arquibancadas cedidas pela prefeitura. Acredito que reflexões futuras poderão apreender melhor as “táticas e as estratégias” existentes nas transformações postas no presente — tarefa difícil para uma historiadora contemporânea a tais processos.

O carnaval popular de rua, ainda pouco explorado na historiografia local, inclusive nesta produção, merece uma análise de sua historicidade em Uberlândia, incluindo a interação com os grupos políticos e econômicos dominantes, a relação entre escolas de samba e suas entidades representativas, as representações da festa na cidade, os vários interesses que interferem no seu acontecer. Muitas são as possibilidades, especialmente ao se considerar o poder de barganha que os membros do carnaval popular revelam, conforme se observou nos indícios mostrados por esta pesquisa.

O chamado movimento negro uberlandense possui poucos trabalhos acadêmicos³⁷¹ até o momento, embora haja muitas problemáticas a serem abordadas. Na monografia, tratei da fase inicial do Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (Monuva), nos anos de 1980, e da sua aproximação tática com a política institucional. Na dissertação, além do Monuva, fundado em 1984, amplio a análise para os grupos constituídos em 1986 e 1989, respectivamente, o Grupo de União e Consciência Negra de Uberlândia (Grucon) e o Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia (Griconeu), bem como os seus desdobramentos nas décadas subseqüentes. Nestas houve a formação de diversas outras entidades correlatas e os motivos dessa disseminação foram interpretados neste texto a partir de um conjunto de fatores diversificados.

Seguramente, muito ainda deve ser discutido, a exemplo dos movimentos de mulheres que, pela escassez de fontes encontradas e pelos limites deste trabalho, não foram abordados. Em 2009 foi organizada a Associação dos Negros Empreendedores de

³⁷¹ Ver: SANTOS ou CARDOSO, 2008, op. cit.; BARBOSA; DOMINGUES FILHO, 2008, op. cit. Vale comentar que o sociólogo Pedro Barbosa defenderá, em 11 de fevereiro de 2011, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a dissertação intitulada “Organização e institucionalização política do movimento negro de Uberlândia (MG)”.

Uberlândia (Aneuber), composta por profissionais liberais de diferentes áreas, em especial advogados que também integram a Comissão de Promoção de Igualdade Racial, criada no mesmo ano na 13ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Minas Gerais, localizada em Uberlândia. A Aneuber é identificada por alguns como “elite negra”.³⁷²

Assim, para além das questões aqui examinadas, pensar as distinções de gênero, de sexualidade, de classe e da opção religiosa pode significar outras respostas para se compreender a fragmentação das lutas negras no município³⁷³, abrangendo relações constituídas fora do recorte cronológico proposto para esta investigação. Isso representa outras formas de se interpretar a multiplicidade de agremiações negras na cidade, atentando-se, principalmente, para as diferentes construções históricas identitárias que aproximam ou afastam os sujeitos de certos grupos e/ou práticas sociais. Alguns exemplos vistos no cenário nacional atual aponta para esse caráter plural e por vezes conflitante no interior de grupos de negros, como o movimento negro evangélico, os terreiros de umbanda ou de candomblé, as pastorais afros católicas, os grupos de negros gays³⁷⁴, os coletivos de hip hop, as associações da elite negra.

Inúmeras são as possibilidades de pesquisa das práticas sociais de mulheres e homens negros em Uberlândia, pela escolha de diferentes recortes temporais, problemas de investigação, pressupostos teóricos e metodológicos. A minha intenção foi a de contribuir com a produção acadêmica sobre o tema e, por outro lado, a de estabelecer um diálogo com a historiografia sobre Uberlândia, mostrando “negros em movimento”, construindo, com outros sujeitos sociais, a cidade, suas histórias e memórias.

³⁷² Sobre o evento comemorativo da fundação da Aneuber, Heli Fidelis, membro do movimento negro local, postou em seu blog: “As dependências do Salão de Festas Kintal Fest, foi palco e cenário da apresentação em ‘avant premiere’ da Directoria executiva da **ANEUBER - Associação dos Empreendedores Negros de Uberlândia**. O destacado evento foi testemunhado por um selecto número de convidados na maioria uma elite negra que quer mudanças e estão dispostos a pagar o preço para desatrelarem dos grilhões da subserviência, além dos membros da directoria da nova entidade e seus respectivos familiares. Um succulento coquetel foi servido aos presentes, sem ter que passar o chapéu da humilhação!” Disponível em: <http://helifidelis.blogspot.com/2010/01/retrospectiva-2009_9620.html>. Acesso em 08 fev. 2011.

³⁷³ Outra entidade formada na última década é a Associação de Cultura e Cidadania Pérola Negra (Accipen), fundada em 2003, tendo como uma das diretoras Andréa Bonifácio Camilo Borges, integrante (ou ex) do Grucon e da Associação de Mulheres Negras Maria da Glória. Ver: <<http://www.accipen.com.br/>>

³⁷⁴ A esse respeito a Central Única das Favelas (Cufá) está discutindo a criação de uma vertente LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais) no Movimento hip hop. Cf. <<http://forumPaulistaLgbt.org/site/content/view/34/59/>>. Acesso em 10/02/2011.

FONTES:

Pesquisa eletrônica:

<<http://www.correiodeuberlandia.com.br/coluna/2010/07/WALACE/39/confidencial.html>>
. Acesso em: 01 dez. 2010.

<<http://www.jornalcorreio.com.br/coluna/2009/08/WALACE/39/1/confidencial.html>>.
Acesso em: 01 dez. 2010.

<<http://www.tcu.gov.br/institucional/ministros/Curriculos/Homero.html>>. Acesso em: 02 dez. 2010

<<http://casadeculturagracaoache.blogspot.com>>. Acessado em 05 dez. 2010

<<http://helifidelis.blogspot.com/2009/11/conceicao-leal-e-o-ex-prefeito-dr-odo.html>>.
Acesso em: 12 jan. 2011.

<<http://helifidelis.blogspot.com/2010/08/amor-de-infancia-confirmado-no-altar.html>>.
Acesso em: 12 jan. 2011.

<http://helifidelis.blogspot.com/2010/01/retrospectiva-2009_9620.html>. Acesso em 08 fev. 2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_populacao.shtm>.
Acessado em 25/01/2008.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acessado em 25/01/2008.

<www.ibge.gov.br/.../noticia_visualiza.php?id>. Acesso em: 12 jan. 2011.

<<http://www.ie.ufu.br/cepes/tabelas/Pesquisas/Condicoes1996.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/MPV/1990-1995/482.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8880.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

<<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1961>>. Acesso em: 09 jan. 2011.

<http://www2.almg.gov.br/hotsites/constituicao/aconstituante/deputados/joao_pedro_gustin.jsp>. Acesso em: 07 nov. 2010.

<<http://www.accipen.com.br/>>. Acesso em 08 fev. 2011.

<www.orkut.com/Community?cmm=5933963>. Acesso em: 12 jan. 2011.

<<http://www.sedese.mg.gov.br/index.php/comunidade-negra.html>>. Acesso em 07 set. 2010.

<http://www3.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/cultura/013_PI.pdf>. Acesso em 07 set. 2010.

Álbuns/Documentários/Cartilhas/Históricos/Crônicas:

Histórico do MONUVA. Sem data. Acervo do MONUVA.

MARRA, Fabíola Benfica. **Álbum de família**. Famílias Afro-descendentes no século XX em Uberlândia – MG. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria Municipal de Cultura/Programa Municipal de Incentivo à Cultura. 2005. 2V E 1 CD-ROM.

MONUVA. **Histórico do MONUVA**. 1989, 1 folha. Acervo do MONUVA.

SANTIAGO, Rodrigo e CARICA, Luiz. **Resgatando a memória viva do samba**. História das Velhas Guardas do samba em Uberlândia, 2009.

CAFUNDÓ. Direção: Paulo Betti e Clóvis Bueno. Roteiro: Clóvis Bueno. Produção: R. A. Gennaro, Virginia W. Moraes e Paulo Betti. Direção de fotografia: José Roberto Eliezer. Autor da Trilha: André Abujamra. Curitiba/PR, 2005. 1 DVD (97 min.), son. Color.

JONGOS, CALANGOS E FOLIAS. Direção geral: Hebe Matos e Martha Abreu. Produção: JLM Produções Artísticas. Direção de fotografia: Guilherme Fernández. Rio de Janeiro, 2005. 1 DVD (45 min.), son. color.

SENHORES da Memória. Direção e roteiro: Waltuir Alves. Produção: Guilherme Lopes. Direção de fotografia: Gilson Goulart. Locução e trilha sonora: Caju. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria Municipal de Cultura/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2006. 1 DVD (27 MIN.), son., color.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Cultura. Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico. **Patrimônio Cultural**: que bicho é esse?! Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia, jan. 2007. Cartilha.

UNIDADE na diversidade. Direção geral e roteiro: Gilberto Neves. CENAFRO. Uberlândia: Studio P & B, 2008. 1 DVD (20 min), son., color.

Mapas e Guias Turísticos/Projetos da Prefeitura/Catálogos/Materiais de Divulgação/livros:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Guia Turístico de Uberlândia**. Uberlândia, mai./jun. 2007.

_____. **Guia Turístico de Uberlândia**. Uberlândia, ago./set. 2007.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Guia Turístico de Uberlândia**. Uberlândia, 2009, 28 p.

_____. **Guia de Instalações Públicas Municipais**. Uberlândia, sem data, 48 p.

_____. **Mapa Turístico Uberlândia**. Uberlândia, sem data.

RESPEITO às tradições afro-brasileiras. **Uberlândia Acontece**, Uberlândia, mar. 2004,

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Uberlândia Acontece**. UBERLÂNDIA, 2004, 12 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Projeto Documentação e Cadastro de Escritores. Justificativa. In: **Projetos Desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia**. Uberlândia, sem data. Arquivo Público Municipal.

_____. Projeto Pesquisa e Documentação e Documentação na Área de Cultura Popular Uberlândia. Justificativa. In: **Projetos Desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia**. Uberlândia, sem data. Arquivo Público Municipal.

_____. Projeto Carnaval. Justificativa. In: **Projetos Desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia**. Uberlândia, sem data. Arquivo Público Municipal.

_____. Projeto Pesquisa e Documentação e Documentação na Área de Cultura Popular Uberlândia. Justificativa. In: **Projetos Desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia**. Uberlândia. Acervo do Arquivo Público Municipal, sem data.

_____. Projeto Carnaval. Justificativa. In: **Projetos Desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia**. Uberlândia, Acervo do Arquivo Público Municipal, sem data.

SOCIEDADE ANÔNIMA BRASILEIRA DE EMPREENDIMENTOS (SABE). **Guia Viver**. Uberlândia, 3ª ed. jul. /nov. 2010.

COSTA, Marçal, *Memórias de ninguém*. Crônicas. Uberlândia, 1964.

HUBAÍDE, Anísio Jorge. RODRIGUES, Jane de Fátima (org.) **O Baía**. Uberlândia: Edufu, 2007.

ERLAN, Marcos; SANTOS, Neli Edite dos. 21 anos do Grucon: a maioria da consciência negra. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, jan./dez 2007, p. 171.

Atas/Estatutos/Cartas/Programas de governo/Legislação:

Ata de fundação do grupo. Uberlândia, 1986. Acervo do GRUCON.

BELO HORIZONTE. Lei nº 10. 109, de 27 de março de 1990. Publicado no Diário Oficial.

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências.

Decreto 8439/01 é instituída e regulamentada as atribuições da Coordenadoria Municipal Afro-Racial, criada nos termos dos artigos 2º- e 3º- da Lei complementar 251 de 16 de janeiro de 2001.

UBERLÂNDIA, Lei nº 4169, de 21 de junho de 1985. Publicado no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Lei 7669 de 24 de novembro de 2000. **Lex**: acervo da COAFRO, Uberlândia.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS. **Registro Geral**. Livro 2, matrícula 44.001, ficha 01, 29 de janeiro de 1987.

Comunidade Negra de Uberlândia repudia comercial de televisão. **Carta**. Uberlândia, 10 fev. 1988. Arquivo do GRICONEU.

FÓRUM DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E COMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **[convite]**. Uberlândia, 13.05.2010. Convite para o evento do dia 13 de Maio.

GRUPO DE UNIÃO CONSCIÊNCIA NEGRA DE UBERLÂNDIA. Livro de atas, 1986-2010. Acervo do GRUCON.

GRUPO DE INTEGRAÇÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE UBERLÂNDIA. Livro de atas, 1989-2010. Acervo do GRICONEU.

GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA. Negritude. Uberlândia, ano I, nº 1, novembro de 1997, p. 1.

MOVIMENTO NEGRO RENOVADOR. **Ata da reunião realizada no dia 05 mai. 2000.** Uberlândia, 2010. Folha avulsa.

MOVIMENTO NEGRO RENOVADOR. **Estatuto social.** Uberlândia, julho/2000.

Programa de governo. Principais realizações 2005-2008. Odelmo Leão. (Folheto distribuído durante a campanha eleitoral de 2008). Acervo da pesquisadora.

Jornais:

A Tribuna (1935/1936). Acervo Público de Uberlândia.

Correio de Uberlândia (1970-2000). Acervo Público de Uberlândia.

O Estado de Goyaz (1937). Acervo Público de Uberlândia.

O Repórter (1939/1940/1941). Acervo Público de Uberlândia.

Primeira Hora (1982-1989). Acervo Público de Uberlândia.

Entrevistas:

Adriana Maria da Silva. Atual vice-presidente do Grupo de União e Consciência Negra de Uberlândia (Grucon), é uma participantes mais antigas do grupo. É integrante da Central de Movimentos Populares (CMP). Entrevista realizada no dia 14 de março de 2010 na sede do Grucon. Acervo da pesquisadora.

Antônia Aparecida Rosa. Responsável pelo terno Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário; ex-presidente da Associação das Escolas de Samba (Assosamba) e membro do Grupo de Consciência Negra (Grucon). Entrevista realizada no dia 19 de Janeiro de 2008 na casa da depoente. Acervo da pesquisadora.

Dulcinéa Silva Penha. Entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2009 por Roberto Camargos de Oliveira e por Januaceli Murta, a qual foi cedida por Roberto para uso nesta dissertação. A arquiteta Januaceli Murta e o historiador Roberto Camargos de Oliveira entrevistaram Dulcinéa, à época, presidente do Monuva, para elaboração da ficha de inventário do grupo, cujo objetivo era a captação de bens a serem registrados como patrimônio histórico e cultural. Trabalho prestação à Divisão de Memória e Patrimônio Histórico de Uberlândia. Entrevista cedida por Roberto para esta dissertação.

Ismael Marques de Oliveira. Compõe a Velha-guarda da Escola de Samba Acadêmicos do Samba. É um dos fundadores do Monuva e permanece até os dias atuais. Entrevista realizada no dia 25 de fevereiro de 2010 na sua residência. Acervo da pesquisadora.

Joaquim Miguel Reis. Um dos fundadores e atual presidente do Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia (Griconeu). Ex-representante do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Entrevista realizada no dia 29 de junho de 2010, em sua casa. Acervo da pesquisadora.

José Amaral Neto. É fundador do Movimento de Articulação e Integração Popular (Maipo), cuja proposta é propiciar uma interlocução entre os diversos grupos do movimento negro local. Entrevista realizada em outubro de 2010 na Divisão de Documentos da Universidade Federal de Uberlândia, seu local de trabalho. Acervo da pesquisadora.

Maria da Conceição Pereira Leal. É uma das fundadoras do Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (Monuva) e do Oriodara. Também foi membro do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e hoje representa o movimento negro de Uberlândia no Conselho Estadual da Comunidade Negra. Entrevista realizada no dia 14 de Agosto de 2007 na Divisão de Documentos da Universidade Federal de Uberlândia, seu local de trabalho. Acervo da pesquisadora.

Olímpio Silva (Pai-Nêgo). Presidente da Escola de Samba Unidos do Chatão, da qual participa há vinte anos, participou da formação inicial do Monuva. Entrevista realizada dia 24 de julho de 2007 na sua residência. Acervo da pesquisadora.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. **O império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830/1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, nº 41, jan./jun. 2008, p. 05-20.

_____; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

AGUIAR, Marcos Magalhães. Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs.). **Festa**: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001, v. 1, p. 361-396.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. Pesquisando o movimento negro no Brasil. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. São Paulo, n. 36, 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1961>>. Acesso em: 09 jan. 2011.

ALCÂNTARA, Ana Paula (org.). **Congos, moçambiques e marinheiros**: olhares sobre o patrimônio cultura afro-brasileiro de Uberlândia. Uberlândia: Gráfica Composer Editora Ltda, 2008.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 5-31, jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jan. 2011.

ALVARENGA, Nízia Maria. Movimento popular, democracia participativa e poder político local: Uberlândia 1983/1988. **História e perspectivas**. Uberlândia, n. 04, p. 103-129, jan./jun. 1991.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1996.

ANDRADE, Livia Marina de; FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. **Horizonte Científico** (revista eletrônica).

Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 1-29, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/4111/3060>>.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: Edusc, 1998.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Corpos sem fronteiras. **Projeto História**. São Paulo, v. 25, p. 147-150, dez. 2002.

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Senac, 2000.

ARROYO, Margareth. **Representações sociais sobre práticas de ensino e aprendizagem musical: um estudo etnográfico entre congadeiros, professores e estudantes de música**. 1999. Tese (Doutorado em Música), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

AUGRAS, Monique. A ordem na desordem: a regulamentação das escolas de samba e a exigência de motivos nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Anpocs. São Paulo, n. 22, p. 90-103, 1993.

AZEVEDO, Thales de. Classes sociais e grupos de prestígio. In: AZEVEDO, Thales de. **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958, p. 30-43.

BARBOSA, Pedro; FILHO, João Batista Domingues. Os modos de organização política da comunidade negra de Uberlândia. **Horizonte Científico** (revista eletrônica), Uberlândia, v. 01, n. 07, 2007, em particular p. 13-19. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/4223/3164>>.

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdade da formação da sociedade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BASTIDE, Roger. **O candomblé na Bahia**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958.

_____; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

BENFICA, Fabíola. **O catolicismo popular em Romaria**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 7-18, 1992.

BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996, p. 1-10.

BRANDÃO, Carlos. **A festa do santo preto**. Goiânia: Editora da UFG, 1985.

BRASILEIRO, Jeremias. **Congadas de Minas Gerais**. Brasília: Fundação Palmares, 2001.

_____. **Congado em Uberlândia**: espaço de resistência e identidade cultural. 1996-2006. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

BRESCIANI, M. Stella (org.). **Jogos da política**: imagens, representações e práticas. São Paulo: Anpuh/Marco Zero/Fapesp, 1992.

_____; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

BRITO, Diogo de S.; WARPECHOWSKI, Eduardo M. (orgs.). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: Edufu/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2008.

CABRAL, Sérgio. **As escolas de samba**: o que, como, quando e por que. Rio de Janeiro: Fontana, 1974.

CARMO, Luiz C. **Salve o Rosário, o Rosário salve**: sentidos e modos de viver das populações negras no Brasil Central. 2005. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **“Função de preto”**: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia/MG 1945-1960. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

_____. Sinuosas vivências: famílias negras em Uberlândia/MG (1945-1960). **História & perspectivas**. Uberlândia, n. 24, p. 159-190, jan./jun. 2001.

_____; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **As congadas de Catalão**: as relações, os sentidos e valores de uma tradição centenária. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2008.

CARNEIRO, Edson. **Capoeira**. Rio de Janeiro: MEC/Funarte, Cadernos de Folclore, n. 1, 1975.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Made in África**. São Paulo: Global Editora, 2001.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Língua e nação de candomblé. **África** - Revista do Centro de Estudos Africanos/USP. São Paulo, n. 4, 1981.

- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- _____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia**: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DA MATTA, Roberto. **Carnaval, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DÂNGELO, Newton. **Aquele povo feliz, que ainda não sonhava com a invenção do rádio**: cultura popular, lazeres e sociabilidade urbana – Uberlândia (1900-1940). Uberlândia: Edufu, 2005.
- DARIEN, J. Davis. **Afro-brasileiros hoje**. São Paulo: Summus, 2000.
- DIAS, Paulo. “A outra festa negra”. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs.). **Festa**: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001, v. 1, p. 249-260.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v12n23a07.pdf>. Acesso em: 14 set. 2010.
- _____. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Revista Dimensões**, Vitória/ES, v. 21, p. 101-124, 2008. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes21_PetronioDomingues.pdf>. Acesso em: 14 set. 2010.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova História. Bauru, SP: Edusc, 2003.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FELIX, João Batista de Jesus. **Hip hop**: cultura e política no contexto paulistano. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GABARRA, Larissa O. **A dança da tradição**: congado em Uberlândia/MG (Século XX). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

_____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Darcilene C.; NEDER, Henrique D.; SHIKI, Simone F. N.; MELO, Renata. Indigência e pobreza em Uberlândia. In: X SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002. p. 1-25.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravismo e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil**: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 324-38.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Que “negro” é esse na cultura negra? In: HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003, p. 335- 349.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Dicionário Aurélio – Século XXI**. Versão 3.0. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2005. CD-ROM.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IANNI, Otávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

JESUS, Wilma Ferreira de. **Poder público e movimentos sociais: aproximações e distanciamentos – Uberlândia (1982-2000)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986, p. 180-196.

KATTRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. **Nos mistérios do Rosário: as múltiplas vivências da festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário (Catalão-GO)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

_____. **Foi assim que me contaram: recriação dos sentidos do sagrado e do profano no congado na festa de Nossa Senhora do Rosário (Catalão-GO – 1940-2003)**. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília (Unb), Brasília, 2009.

LARA, Silvia Hunold Lara. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEITE, Rogério Proença. **Contra usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora da UFS, 2004.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **Bairro do Patrimônio: salgadores e moçambiqueiros**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

MACEDO, Ana Paula Rezende. **As poesias da Dança da Zebra: capoeira Angola e religiosidade**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Uberlândia: “Há serpentes no paraíso”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda Santos (orgs.). **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d’água, 1999, p. 181-209.

_____. Cultura popular: em busca de um referencial conceitual. **Cadernos de História**. Uberlândia: Edufu, n. 5, 1994.

_____. Cultura popular: um contínuo refazer de práticas e representações. In: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire (orgs.). **História e cultura: espaços plurais**. Uberlândia: Aspectus, 2002.

_____. **Cultura popular e desenvolvimentismo em Minas Gerais: caminhos cruzados de um mesmo tempo (1950 - 1985)**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARSON, Adalberto. Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais. In: BRESCIANI, Maria Stella. **Jogos da política: imagens, representações e práticas**. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1992.

MATTOS, Hebe. O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 213-227.

MEYER, Marlyse. **Caminhos do imaginário do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1993.

MONTES, Maria Lúcia. O erudito e o popular, ou escolas de samba: a estética negra de um espetáculo de massa. **Revista USP**. São Paulo, n. 32, p. 6-25, 1996/1997.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo, Confraria do livro, 1988

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NAXARA, Márcia; MARSON, Isabel; BREPOHL, Marion (orgs.). **Figurações do outro**. Uberlândia: Edufu, 2009.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais**. São Paulo: TA Queiroz, 1983.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA/FGV, 2002.

OLIVEIRA, Carmem Lúcia de. **Imaginário, racialização e identidades percebidas de mulheres negras escolarizadas (Uberlândia, 1950-1969)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

OLIVEIRA, Júlio César. **O último trago, a última estrofe**: vivências boêmias em Uberlândia nas décadas de 40, 50 e 60. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Rosyane. **Carnaval**: da festa popular à regulamentação. Uberlândia. 1983-1997. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARANHOS, Adalberto. Política e cotidiano: as mil e uma faces do poder. In: MARCELLINO, Nelson C. (org.). **Introdução às Ciências Sociais**. Campinas, Papirus, 1998, p. 51-60.

PEREIRA, Almir Araújo. **“O Mundo Negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PEREIRA, Edmilson de A.; GOMES, Núbia P. de M. Rosário de muitas fés: mediações do sincretismo nas religiões populares. **Rhema** – Revista de Filosofia e Teologia do Instituto Arquidiocesano no Santo Antônio. Juiz de Fora: Itasa, v. 4, n. 16, p. 125-156, 1998.

PERROT, Michelle. Mil maneiras de caçar. **Projeto História**, n. 17. São Paulo: Educ, p. 55-61, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, p. 13-49, 1997.

_____. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História**, São Paulo: Educ, n. 14, p. 25-39, abr. 1997.

_____. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo** - Revista do Departamento de História da UFF, n. 2, p. 53-72, dez. 1996.

PRANDI, Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo**: a velha magia na metrópole nova. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. A ordem carnavalesca. **Revista Tempo Social**. São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 25-45, 1995.

RAMOS, Alcides Freire. A luta contra a ditadura militar e o papel dos intelectuais de esquerda. **Revista Fênix** (revista eletrônica). Uberlândia, v. 3, ano III, n. 1, p. 1-18, 2006. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF6/8%20-%20ARTIGO%20-%20ALCIDESFRAMOS.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

REIS, João J. **Rebelião escrava no Brasil**. A história do Levante de Malês em 1835. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Sacerdotes, seguidores e clientes no candomblé da Bahia oitocentista. In: ISAIA, Artur C. (org). **Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea**. Uberlândia: Edufu, 2006, p. 57-94.

_____; GOMES, Flávio S. (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, Leticia Vitor de Sousa. **O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **De batuques e trabalhos: resistência negra e a experiência do cativo**. Uberaba, 1856-1901. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

_____. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional**. Minas Gerais, 1888-1928. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, São Paulo, 2008.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. **Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

RODRIGUES, Ana Maria. **Samba negro, espoliação branca**. São Paulo: Hucitec, 1984.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. **Capoeiras e malandros**: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950). V. I e II. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

SAMUEL, Raphael. Teatro da memória. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 41-45, 1997.

SANTIAGO, Rodrigo; CARICA, Luiz. **Resgatando a memória viva do samba**: história das Velhas Guardas do samba em Uberlândia. Uberlândia: edição independente, 2009.

SANTOS, Carlos M. S. **Democracia participativa e tensão social em Uberlândia**: experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. Uberlândia. 2006. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SANTOS, Fernanda. Luta e tensão social na imprensa uberlandense: experiências de negros nas décadas finais do século XX. **Revista Fato&Versões**, n. 3, v. 2, p. 112-122, 2010. Disponível em: <www.catolicaonline.com.br/fatoeversoes>.

SANTOS, Fernanda ou CARDOSO, Fernanda Ferreira. **Movimento negro, congada e carnaval**: atuação social de homens e mulheres negros em Uberlândia (1983-2000). Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, Joel R.; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Atrás do muro da noite**: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Tadeu Pereira dos. **Grande Otelo/Sebastião Prata**: caminhos e desafios da memória. 2009. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1987.

SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2004, p. 37-58.

_____. Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: memória coletiva e história. **História**, n. 20, 2001.

SHIKI, Simone F. N; NEDER, Henrique D. **Condições sócio-econômicas das famílias na periferia de Uberlândia**. Uberlândia: Cepes, 1996 (Relatório de Pesquisas). Disponível em: <<http://www.ie.ufu.br/cepes/tabelas/Pesquisas/Condicoes1996.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

SILVA, Antônio Pereira. **História do carnaval de Uberlândia**. Uberlândia: Leiditathi, 2007.

SILVA, José Carlos Gomes. **Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana**. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 409-418.

SLENES, Robert Wayne Andrew. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava (Brasil sudeste, século XIX)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Unicamp, 2001.

SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas**. Uberlândia: Edufu, 2008.

_____; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano. As representações do corpo no universo afro-brasileiro. **Projeto História**. São Paulo, v. 25, p. 125-144, dez. 2002.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**. História da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil - séculos XVIII e XIX. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001, v. 1, p. 249-260.

TELLES, Edward E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre las crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Ed. Crítica, 1979.

THOMSON, Alistair. Reconpondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, p. 51-54, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. Da história das mentalidades à história cultural. **História**. São Paulo: Unesp, v. 15, 1996.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1987.

VENTURA, Zuenir. **1968** - o ano que não terminou: a aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

_____. **1968**: o que fizemos de nós? São Paulo: Planeta do Brasil, 2008

VERGER, Pierre. **Orixás**: deuses iorubás na África e no Novo Mundo. São Paulo: Corrupio e Círculo do Livro, 1985.

VIANA, Larissa. Mestiçagem e cultura histórica: debates. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 267-286.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

_____. Base e superestrutura. **Revista USP**. São Paulo, n. 65, p. 212-224, mar./maio 2005.

Anexo A

Escolas de Samba de Uberlândia

Nome da escola de samba	Ano de fundação	Fundador (es)	Bairro de referência	Atual presidente:	Observações
1. Tabajara	1953/1954	Arlindo de Oliveira Filho (General Lotinho - <i>in memorian</i>); Clóvis; Bolinho; Pato; Mirinho	Patrimônio	Priscila Freitas da Costa Xavier	
2. Unidos do Capela	1973	Valter José Prata (Capela) – <i>In memorian</i>		Escola extinta	Os seus integrantes migraram para a escola de samba Acadêmicos do Samba.
3. Acadêmicos do samba	1981	Hafez Chacur Neto; Ary de Castro Santos; Lauro Moreira; Victor de Oliveira, Marlene Crosara		Gilmar Batista	Hafez intermediou a participação de membros da elite nesta escola
4. Unidos do Chatão	1986	Olímpio Silva (Pai Nêgo) e seus familiares	Bom Jesus	José Olímpio	
5. Garotos do samba	1959/1961	Otávio Afonso (Bolo) – <i>In memorian</i>	Martins	Pedro Barbosa	Segundo o memorialista Antônio Pereira, em 1961, Otávio Afonso assumiu a direção da Escola de Samba Pavão Dourado, mudando o seu nome para

					Garotos do Samba, conhecida como Loba.
6. Unidos do Luizote	1983		Luizote de Freitas	Escola extinta	
7. Pavão Dourado/Zanzibar	1955/1956	Eugênio Silva		Extinta	De acordo com Antônio Pereira, em 1978, Benício Gonçalves, funda uma nova escola de samba com o mesmo nome (Pavão Dourado) daquela organizada no início dos anos 1950 pelo seu pai.
8. Princesa Izabel ou Princesa Isabel	1955/1957	Eurípedes Bernardes de Assis (Negrão) – In memorian	Operário (atual Aparecida)	Extinta	
Dragão Imperial					
Águia Real	1985/1987	Valdir Feliciano (ex-integrante da Unidos do Luizote)	Presidente Roosevelt, Marta Helena e Jardim Brasília	Extinta	
Furacão	1986/1987		Lagoinha e Leão XIII	Extinta	
Unidos da Ponte	1989	Mauri Geraldo		Extinta	
Última Hora	1985			Extinta	

Anexo B

Ternos de Congada de Uberlândia

	Nome do terno	Bairro referência	Responsável	Ano referência de fundação
1	Congo Amarelo Ouro	Saraiva	Vander Martins Silva (Chefim)	1997
2	Catupé de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	Martins	Bira	Década de 40 1954
3	Marujo Azul de Maio	Presidente Roosevelt	Rubens Aparecido Assunção	1982
4	Moçambique de Angola	Daniel Fonseca	Fernando Gomes da Silva	década de 1960
5	Moçambique do Oriente	Presidente Roosevelt	Dagmar Maria Coelho	1983
6	Congo Verde e Branco	Pampulha	Silvio Donizete	2000
7.	Congo Camisa Verde	Aparecida	Maria Rosária de Fátima Nascimento e Carlos Roberto Nascimento	Década de 1930
8	Catupé Azul e Branco de Nossa Senhora do Rosário	Dona Zulmira	Sirlei (Shirley) Carmem Ribeiro	1964/1965
9	Catupé Azul e Rosa	Santa Mônica	Enildon Pereira Silva	1985
10	Congo Cruzeiro do Sul	Dom Almir	Custódio José Izídio	2002
11	Congo de Sainha	Final do século XIX	José Eustáquio Marquez (Zezão)	1950
12	Congo de Santa Ifigênia	Brasil	José Henrique	1975
13	Congo de São Benedito	Tibery e Canaã	Antônio Dama Neto (Bombeiro)	2000
14	Moçambique de Belém	Santa Mônica	Ramon Rodrigues	1971
15	Moçambique Estrela Guia	São Jorge	Ocimar Cândido Ferreira Malaquias (Preto)	2002
16	Moçambique Guardiões de São Benedito	Santa Rosa	Valdir Carlos Raimundo	2000

17	Moçambique Pena Branca	Canaã, Santo Inácio	Luiz Carlos Miguel (Pico)	1959
18	Moçambique Princesa Isabel	Patrimônio	Nestor V. Silva	1967
19	Moçambique Raízes	Patrimônio, Morada da Colina	Claudiomiro Ramos da Silva (Cláudio)	2004
20	Congo Prata	Martins	Vanderson da Silva	2003
21	Congo Rosário Santo	Aparecida	Flávio Adriano, Flávio Lúcio	2001
22	Congado Beira-Mar	Morumbi	Luiz Carlos da Silva (Luizão)	Reativado em 2002
23	Congo Branco	São Francisco	Osmar e Marlene	1982/1983
24	Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário	Santa Mônica	Antônia Aparecida Rosa	1921/1929
25	Marinheiro de São Benedito	Tibery	Luiz Carlos Silva	1970
26	Congo São Domingos	Jardim Brasília	José Herculano	2003

Anexo C

Agremiações do movimento negro

1	Nome do movimento negro	Ano de fundação	Presidente (a) em 2010 ou último presidente em caso de grupo desativado:	Alguns integrantes identificados:	Ex-integrantes:
2	Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta – Monuva	1984	Vanesca Tomé Paulino	Ismael Marques, Maria Eurípedes Marques, Ranulfo, Vanesca, Reinaldo, Saulo, Décio Tavares.	Conceição Leal, José Divino da Silva, José Olímpio, Joyce Divina Ferreira
3	Grupo de Consciência Negra de Uberlândia -GRUCON	1986	Jussara Gabriel dos Santos	Adriana, Marcos Erlan,	
4	Grupo de Integração e Consciência Negra de Uberlândia – Griconeu	1989	Joaquim Miguel Reis		
5.	Oriodara			Maria da Conceição Pereira Leal, José Divino da Silva	
6	Aliança Konscientizadora Afro Brasileira Akab		Heli Fidélis		Heli Fidélis, Messias Limirio
7.	Movimento de Mulheres Negras – Mulheres de Ébano	2002/2003	Joyce Divina Ferreira	Graciemília, Antônia Aparecida Rosa	
8	Movimento de Mulheres Negras Maria da Glória			Andréa, irmãs do Marcos Erlan	
9	Movimento Negro Renovador -MNR	2000	Geraldo (Fúmin)		Geraldo, Maria José Firmino.
10	Movimento Negro Ação Racial – Monara		Luis Caymi		
11	Movimento de Articulação e Integração Popular – MAIPO	2005	José Amaral Neto	Conceição Leal, Heli Fidélis.	

12	Associação de Negros Empreendedores de Uberlândia – Aneuber	2009	Adelício Marcelino da Costa Selma Aparecida	Carlos Abel da Silva; Iara Aparecida Ferreira; Selma Aparecida Santos	
----	---	------	--	--	--

Anexo D

Quadro de identificação dos entrevistados

Nome	Idade	Formação/ Atividade profissional	Vinculação com a pesquisa (à época da entrevista)	Proximidade político partidária
Adriana Maria da Silva	37	Assistente social. Desempregada	Atual vice- presidente do GRUCON. Foi presidente do grupo em outras gestões.	Partido dos Trabalhadores (PT). É integrante da Central de Movimentos Populares (CMP)
Antônia Aparecida Rosa	47	Pedagoga. Supervisora escolar	Presidente da ASSOSAMBA, responsável pelo terno de congada Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário e membro do GRUCON	Partido dos Trabalhadores (PT)
Ismael Marques de Oliveira	78	Bacharel em Direito e Árbitro profissional. Aposentado pelo Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais	É um dos fundadores do MONUVA que permanece até os dias atuais. Compõe a Velha- guarda da Escola de Samba Acadêmicos do Samba.	Não identificada
Dulcinéa Silva Penha		Professora de dança afro	Presidente do MONUVA	Partido dos Trabalhadores (PT)
Joaquim Miguel Reis	58	Professor de geografia e estudante do curso de Direito.	Um dos fundadores e atual presidente do GRICONEU. Ex- representante do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra	É um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no município.

José Amaral Neto	36	Jornalista e servidor público municipal. Atualmente encontra-se cedido para a Divisão de Documentos da Universidade Federal de Uberlândia.	É fundador do Movimento de Articulação e Integração Popular (MAIPO).	É presidente do diretório do Partido Trabalhista do Brasil (PT do B)
Maria da Conceição Pereira Leal		Pedagoga. Servidora pública federal. Atualmente trabalha na Divisão de Documentos da Universidade Federal de Uberlândia	É uma das fundadoras do MONUVA e do Oriodara. Integrou o Conselho Municipal e Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra	Conceição Leal esteve próxima aos setores aqui denominados “grupo virgilista” que, a despeito das diferenças internas, compartilhou projetos sociais voltados ao beneficiamento dos grandes produtores rurais da região e de segmentos empresariais locais
Olímpio Silva (Pai-Nêgo)	71	Ferroviário aposentado. Também jogou no futebol amador da cidade. Sempre atuou na promoção de festas e bailes	Presidente da Escola de Samba Unidos do Chatão. Já participou da congada e foi integrante do MONUVA. Também fora proprietário da extinta Black Chic, casa noturna freqüentada majoritariamente por negros	José Olímpio declara-se partidário dos grupos da direita política, embora tenha se aproximado, em dado momento, do deputado petista Gilmar Machado.